



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL

A PRODUÇÃO DAS NOVAS PERIFERIAS
METROPOLITANAS:

MIGRAÇÃO E EXPULSÃO DOS POBRES DA RMBH NA PRIMEIRA
DÉCADA DO SÉCULO XXI

THIAGO CANETTIERI

Belo Horizonte - MG
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(Tratamento da Informação Espacial)

A PRODUÇÃO DAS NOVAS PERIFERIAS
METROPOLITANAS: MIGRAÇÃO E EXPULSÃO DOS
POBRES DA RMBH NA PRIMEIRA DÉCADA DO
SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Thiago Canettieri
Orientador: Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes

Belo Horizonte - MG
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C221p	<p>Canettieri, Thiago</p> <p>A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI / Thiago Canettieri. Belo Horizonte, 2014.</p> <p>270 f.: il.</p> <p>Orientador: Duval Magalhães Fernandes</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial.</p> <p>1. Planejamento urbano - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - Aspectos sociais. 2. Periferias. 3. Belo Horizonte (MG) - Ocupações. 4. População - Condições sociais. 5. Exclusão social. 6. Migração. I. Fernandes, Duval Magalhães. II. Pontifícia Universidade Católica de Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial. III. Título.</p>
<p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 711.4(815.11)</p>	

THIAGO CANETTIERI

A Produção das Novas Periferias Metropolitanas:

Migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes (Orientador)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (PPGG-TIE/PUC Minas)

Prof. Dra. Rita de Cássia Liberato (ICH/PUC Minas)

Prof. Dr. Roberto Luís Mello Monte-Mór (CEDEPLAR/UFGM)

Belo Horizonte, 17 de Dezembro de 2014

*Vivemos em um mundo confuso e
confusamente percebido*

Milton Santos

*Trazendo o sonho pra vida real
Tomando de assalto a cidade ideal*

Tomas Rosati, Os Assaltimbancos

*É que quando eu cheguei por aqui eu
nada entendi; Da dura poesia
concreta de tuas esquinas.*

Caetano Veloso, Sampa.

À Felter e Vanessa, eletricista e cozinheira; à Maurício e Weberson, pedreiro e motoboy; Ângela e Lúcia, aposentada e desempregada. Para todos aqueles que, como tantos outros, produzem a cidade sem poder fazer parte dela. Mas lutam!

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse não é fruto de uma única pessoa, ou um processo de introspecção profunda. Seria mais verdade dizer que é exatamente o oposto. É tributário de inúmeros incentivos, contribuições e, principalmente, de encontros. Escrever e pesquisar é antes uma atividade de grandes trocas. Por isso cabe aqui os agradecimentos à todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra para esse desenvolvimento. Seria mais confortável um agradecimento geral, mas vejo-me obrigado a citar algumas pessoas que ajudaram de sobre maneira esse percurso, correndo o risco de esquecer-me de alguém. Adianto-me em pedir sinceras desculpas aos nomes negligenciados nestas páginas, mas saibam que, de alguma forma, todos me ajudaram.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a meus professores. Fruto de inspiração intelectual e pessoal. De minha educação básica, como Mauro, Emerita, Pedro e Alba. De minha graduação, Magda, Mariana e Marcelo. Da pós-graduação, José Flávio, Alexandre, Ana Márcia, João Francisco. Dentre esses todos, devo destacar um agradecimento especial a meu orientador e professor Duval Fernandes; obrigado pela paciência nas orientações, pela disposição nas discussões e, acima de tudo, pelos ensinamentos – aprendi muito com você. Devo, também, deixar aqui um agradecimento especial a professora, orientadora, amiga e “guru” Rita, pelos diversos momentos de aprendizado e amizade desde o primeiro minuto de minha graduação (minha primeira aula foi “Introdução a Sociologia”) até hoje, nas salas de aula e nas ruas da cidade. Espero que isso continue.

Agradeço aos amigos. Aqueles que, desde sempre estão ao meu lado, para o que der e vier. João Victor, Luiz Paulo, Augusto César, Renato Boson, Lourenço, Marina, Anna, Camila, Pedro Henrique e Igor. Todos me ajudaram, pouco a pouco, mas agradeço principalmente pelos momentos de amizade sincera.

Aos amigos da graduação, parceiros dos quatro anos de formação que dividimos trabalhos e aflições no início da jornada compartilhada. Obrigado Thiago Gonçalves, Ramon Finelli, Bruno Zaidan, Pedro Ricardo, Honana Barbosa, Marcela Sampaio.

Agradeço também aos novos amigos. Aqueles que a gente conhece no meio da caminhada. Felipe Ávila, Lucas Âreda, Vanessa Brandão, Carolina Ribeiro, Juliana Carvalho,

Guilherme Ferreira. Colegas de sala, colegas de pesquisa, colegas de congresso. Dividimos ótimos momentos de aprendizado, acadêmico e pessoal.

Também aos meus amigos do grupo de trabalho em Reforma Urbana que acontece na Escola de Arquitetura da UFMG. João Tonucci, Júnia Ferrari, Felipe Magalhães, Milena, Lucas Souto, Carol Soraggi, Tatiana, Shirley, Livinha, Natacha, e Gladstone Otoni: todos vocês contribuíram de alguma maneira para essa dissertação. Obrigado pela oportunidade de discussão horizontal e pelos ensinamentos que aprendemos juntos, com garra e na marra.

Aos amigos e companheiros de luta das Brigadas Populares, que contribuíram com comentários, reflexões e, talvez mais importante, com uma prática cotidiana de construção de uma cidade mais justa e igualitária. Obrigado Luiz Fernando, Clarinha, Isabella, Rafa, Joviano, Ana Maria, Layza, William, Tofinha, Mateus, Élide, Dani, Bruno, Felter, Wagna, Seu Orlando e Ângela. Um agradecimento especial ainda à Barud, que leu e releu, discutiu e (re)discutiu comigo diversos trechos do meu trabalho.

Aos colegas e amigos professores da Geografia no IFMG. Agradeço, antes de mais nada, o acolhimento que recebi nessa instituição que tenho adorado trabalhar. Cecilia, Jairo, Jaime, Bruno, Gustavo, Maysa e Fernando, todos vocês me ajudaram muito nessa etapa muitíssimo importante da minha vida profissional. Agradeço também as várias discussões sobre minha dissertação que puderam me orientar em várias temáticas. Também aos meus alunos pelas aulas e por, em contrapartida à minha função de professor, ensinaram-me. Em especial o Juliano, Pâmela e Gustavo, meus orientandos que compartilharam minhas tensões (e eu à deles) nesse difícil processo de defesa.

Aos amigos Laryssa, Shinobi e Carolina Suzuki, distantes geograficamente, mas que pude encontrar em viagens, e dedicaram algum tempo para discussões que apresentei a eles de forma muito especial.

À minha companheira Mônica, que me aguentou durante toda a produção desse trabalho, que me ajudou muitíssimo discutindo, questionando, revisando as páginas a seguir. Mas, mais importante, agradeço por ter estado, sempre, do meu lado. Sua presença e seu amor foram as motivações que eu sempre precisei. Também agradeço a Júnia, Victor e Rafa, que, nas mesas de café, fazíamos verdadeiro espaço de conhecimento.

Por fim agradeço minha família. Mãe, Pai, Tio, Vô, Vó e Irmão. Obrigado por me apoiarem nas minhas escolhas, desde sempre. Obrigado por confiarem em mim e me darem a oportunidade de fazer o que sempre sonhei. Obrigado por me fazer saber que posso contar com vocês, por ler e reler meus rascunhos, por discutir e rediscutir meus assuntos.

Enfim, obrigado à todos (e a mais alguns, que por ventura do esquecimento, não foram citados aqui – à esses peço profundo perdão) por tudo. Sou eternamente grato à vocês e, essas páginas devem um pouco (mentira – devem muito) à cada um de vocês.

RESUMO

As cidades revelam em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam, de forma sinérgica, a reproduzir a desigualdade entre as classes. A divisão de classes em âmbito social é expressa, espacialmente e materialmente, na cidade. A atual estrutura interna das grandes cidades brasileiras e, portanto o seu perfil segmentado e segregado do ponto de vista da distribuição espacial dos equipamentos, serviços e nível sócio-demográfico dos seus residentes é, em grande medida, tributária dos processos sociais de acesso ao solo urbano. Esta pesquisa está inserida no contexto da discussão referente ao processo de exclusão social que determina a organização espacial da população em condição de pobreza devido a uma série de mecanismos que estruturam a metrópole contemporânea e objetiva compreender como, frente aos processos de exclusão e gentrificação do espaço, é produzida as novas periferias metropolitanas. Utilizando da metodologia de delimitação da pobreza da linha absoluta foi realizado o mapeamento da organização espacial da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e dos fluxos migratórios. A pobreza passa a ter uma forma mais dispersa no território, mais fragmentada e desconexa como a forma da urbanização. Forma-se uma nova periferia metropolitana a partir de uma alteração na distribuição dos fluxos entre os anos de 2000 e 2010 que podem estar relacionadas a dinâmica urbana da região metropolitana. A distribuição da população no espaço acontece de acordo com determinadas lógicas e o modo de produção dominante é o principal fator em determinar a estrutura socioespacial. Dessa forma a população realiza (ou é obrigada) movimentos no espaço para atender alguns elementos estruturantes. A metrópole do século XXI que Belo Horizonte se tornou é composta de espaços fragmentados mas conectadas por realidades diferentes e contrastes sociais brutais.

Palavras-Chave: Periferias Fractais; Pobreza; Exclusão; Migração

ABSTRACT

The cities reveals in its socio cartography several mechanisms that act synergistically in reproducing inequality between the classes. The classes dimensions divide in social context is expressed, spatially and temporally, in the city. The current internal structure of large Brazilian cities, and their segmented and segregated profile in terms of the spatial distribution of equipment, services and sociodemographic level of its residents is largely tributary of the social processes of access to urban land. This research fits into the context of the discussion related to the social exclusion process that determines the spatial organization of the population in poverty due to a number of mechanisms that structure the contemporary metropolis and objective understanding how, facing the processes of exclusion and gentrification of the area is produced the new metropolitan peripheries. Using the methodology of delimitation of the absolute poverty line and mapping of the spatial organization of poverty in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (BHMA) and migration flow of the poors. Results shows a poverty more dispersed form in the territory, more fragmented and disjointed as the form of urbanization. Formed a new metropolitan periphery from a change in the distribution of flows between the years 2000 and 2010 that may be related to the urban dynamic metropolitan region. The population distribution in space happens according to certain logic and the dominant mode of production is the main factor in determining the socio-spatial structure. Thus the population realizes (or is forced) movement in space to fit some structural elements. The metropolis of the twenty-first century that became Belo Horizonte consists of fragmented spaces but connected by various brutal realities and social contrasts.

Keywords: Fractals peripheries; Poverty; Exclusion; Migration

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização da RMBH – MG	6
Mapa 2	Mancha urbana de Belo Horizonte em 1918, 1935 e 1950	125
Mapa 3	Data de inclusão dos municípios na RMBH	132
Mapa 4	Mancha urbana da RMBH em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010	133
Mapa 5	Média do rendimento mensal domiciliar da RMBH por setor censitário no ano de 2000 e 2010	149
Mapa 6	Volume total de população em situação de pobreza na RMBH em 2000 e 2010	152
Mapa 7	Variação da participação da população em situação de pobreza no total populacional na RMBH entre os anos de 2000 e 2010	154
Mapa 8	Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2000	158
Mapa 9	Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2000	160
Mapa 10	Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2010	162
Mapa 11	Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2010	164
Mapa 12	Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2000 e 2010	166
Mapa 13	Fluxo migratório da população em situação de pobreza em 2000 e 2010	174
Mapa 14	Volume da população migrante em situação de pobreza em 2000	177
Mapa 15	Volume da população migrante em situação de pobreza em 2010	179
Mapa 16	Proporção da população migrante em situação de pobreza sobre a população migrante total em 2000 e 2010	180
Mapa 17	Proporção da população migrante em situação de pobreza sobre a população em situação de pobreza total em 2000 e 2010	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Salário mínimo e da linha de pobreza absoluta da RMBH(2000 – 2010)	19
Gráfico 2	População residente em Belo Horizonte 1890-1920	123
Gráfico 3	Evolução da população em BH, RRMBH e RMBH (1940 – 2010)	138
Gráfico 4	Taxa geométrica de crescimento médio anual em BH, RRMBH e RMBH (1950-2010)	139
Gráfico 5	Participação de BH e da RRMBH no incremento populacional da RMBH (1950-2010)	140
Gráfico 6	Participação de BH e da RRMBH no total da RMBH (1950-2010)	140
Gráfico 7	Moradores por classe de rendimento mensal domiciliar na RMBH (1992 - 2011)	147
Gráfico 8	Renda per capita média em Belo Horizonte, na RRMBH e na RMBH (2000-2010)	151
Gráfico 9	Migração intrametropolitana na RMBH (1995-2000)	169
Gráfico 10	Migração intrametropolitana na RMBH (2005-2010)	171
Gráfico 11	Unidades ofertadas X unidades vendidas em Belo Horizonte de 1996 a 2013	184
Gráfico 12	Variação dos índices dos preços médios e da inflação de 2003 a 2010 (janeiro de 2003 = 100)	186
Gráfico 13	Número de domicílios removidos em Belo Horizonte e variação real anual de formação bruta de capital fixo na construção civil em Belo Horizonte (1971-2012)	188
Gráfico 14	Porcentagem da população com acesso à infraestrutura básica em Belo Horizonte e na RRMBH em 2010	194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Exclusão Social	86
Figura 2	Modelo de segregação residencial de Kohl	95
Figura 3	Modelo de segregação residencial de Burgess	96
Figura 4	Modelo de segregação residencial de Hoyt	96
Figura 5	Modelo de segregação residencial de Harris e Ullman ..	97
Figura 6	Planta geral de Belo Horizonte	120
Figura 7	Planta da área urbana e suburbana de Belo Horizonte ...	121
Figura 8	Modelo da RMBH monocêntrica	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento relativo da área da mancha urbana da RMBH entre 1970 - 2010	137
Tabela 2	Trocas migratórias entre Belo Horizonte e RMBH, Interior – MG e Outros estados (1991, 2000 e 2010)	141
Tabela 3	Movimentos migratórios intrametropolitanos (1991, 2000 e 2010)	143
Tabela 4	Movimentos pendulares intrametropolitanos (2000 – 2010)	145
Tabela 5	População total, população em situação de pobreza em 2000 e 2010	156
Tabela 6	Renda média do migrante e do não migrante na RMBH em 2000 e 2010 ..	168
Tabela 7	Distribuição dos motivos para a migração referentes à população total em 2001	172
Tabela 8	Distribuição dos motivos para a migração relativos às pessoas de referência no domicílio em 2001	173
Tabela 9	Proporção dos emigrantes pobres e totais de Belo Horizonte	176
Tabela 10	Área licenciada para edificação em Belo Horizonte (m ³)	183
Tabela 11	Déficit habitacional na RMBH por renda (%) em 2005 e 2010	193

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Mapa dos Setores Censitários de 2000 e 2010	263
Anexo B	Mapa das áreas de ponderação de 2000 e 2010	265
Anexo C	Mapa da Mancha Urbana de BH (1918-1950)	267
Anexo D	Mapa da Mancha Urbana da RMBH (1970-2010)	268
Anexo E	Mapa com Projeção da Expansão da Mancha Urbana da RMBH	269
Anexo F	Mapa de Operação Urbana Consorciada em Belo Horizonte ..	270

LISTA DE ABREVIATURAS

BH – Belo Horizonte

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RRMBH – Resto da Região Metropolitana de Belo Horizonte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio

FJP – Fundação João Pinheiro

ONU – Organização das Nações Unidas

FAO – Food and Agriculture Organization

OUC – Operação Urbana Consorciada

PREFÁCIO

*Para mudar a sociedade.
Essa frase significa nada se não
existe a produção do espaço.
Henri Lefebvre*

Este, como todos os trabalhos, tem uma história. História que se inicia muito antes do que a formalização da matrícula no programa ou da primeira palavra digitada, e que irá além do ponto final.

Este é um trabalho que vem instigando-me desde minha graduação em Geografia. A preocupação, mesclada a um interesse analítico do fenômeno da segregação espacial nas cidades contemporâneas foi um dos temas do qual senti necessidade de maior entendimento. Embora muito discutido, talvez até ao exagero, pouca harmonia existe entre um corpo teórico e empírico tão denso como dessa temática. Os diferentes vieses analíticos tratam, discutem e conceituam essa situação de maneiras tão variadas quanto um mosaico, ou talvez, melhor, um caleidoscópio. Adicione a isso a questão essencialmente política que subjaz a discussão sobre a fragmentação das cidades.

Desenvolvi sobre o mesmo objeto teórico meu trabalho de conclusão de curso. Pesquisei a relação entre o aumento do tecido urbano e a expulsão dos pobres das áreas centrais para as periferias cada vez mais distantes. Salvo os limites de tempo e de capacidade foi uma pesquisa de resultados importantes. Eu, Thiago Gonçalves e Rita Liberato encontramos uma correlação espacial muito clara entre o aumento da mancha urbana de Belo Horizonte e a localização da população pobre. Poderia ter-me dado por satisfeito, mas nossa análise com os dados recém-publicados à época do censo brasileiro de 2010 mostrava uma redução do crescimento da população pobre dos municípios limítrofes à Belo Horizonte. Como uma pesquisa, muitas das vezes, deixam mais interrogações do que soluções, me encaminhei para o mestrado para analisar, com mais recursos, esse processo considerando toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Mas esse é um trabalho de não apenas discussão de resultados empíricos. Na verdade, representa uma confluência de dois tipos de investigação que, por natureza, estão

integrados. Além da análise de um objeto empírico muito bem definido, a RMBH, com base em estatísticas e dados demográficos, constitui também importante parte desse trabalho a exploração teórica e filosófica de natureza radical e crítica como meio de interrogar e debater, com mais verticalidade e força, a realidade em que observamos e proponho analisar.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa (o tratamento dos dados, as leituras, as discussões, a escrita e a própria vivência) para mim configurava uma maior familiaridade, tanto com a teoria como com os dados, e me convencia de que a análise da segregação estava em um corpus ainda maior. O fenômeno da urbanização capitalista, que por sua vez compunha ainda outro fenômeno, o de desenvolvimento desigual. Esse conjunto é indissociável, como a própria realidade.

No desenvolvimento deste trabalho vi-me obrigado a discutí-lo o máximo e quase a beira da exaustão. Não poderia negligenciar ou fechar temática tão importante quanto essa. Por esse motivo me esforcei ao máximo para circular algumas das ideias, mesmo que ainda em fase inicial ou, mais frequente, inacabadas. Alguns capítulos foram levados, embora incompletos, à congressos, à encontros, à salas de aula e, de igual importância, à amigos que se colocaram dispostos a ler e reler, e a discutir e rediscutir algumas ideias. E por isso, devo muito, a tantas pessoas.

Thiago Canettieri

Belo Horizonte, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Objetivos e justificativa do trabalho	9
O percurso metodológico	10
<i>A fonte de dados</i>	13
<i>A escolha das variáveis</i>	15
<i>A pobreza – Problemas na delimitação</i>	17
<i>A organização dos dados</i>	19
<i>O mapeamento</i>	20
A estrutura do trabalho	23
 CAPÍTULO I – A CIDADE E O URBANO: A URBANIZAÇÃO DO/NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	25
1.1 – Da pólis à metrópole	25
1.2 – O urbano	30
1.3 – A mais-valia urbana	39
<i>1.3.1 Violência e mercantilização da terra: a apropriação por despossessão</i>	48
1.4 – O urbano privatizado: a cidade-empresa	51
1.5 – O processo de urbanização	55
<i>1.5.1 – O processo de urbanização no Primeiro Mundo</i>	56
<i>1.5.2 – O processo de urbanização na periferia do capitalismo</i>	58
1.6 – A urbanização e a circulação de capital	61
1.7 – A Mobilidade da força de trabalho na (re)estruturação da (re)produção do capital no urbano	67
 CAPÍTULO II – POBREZA, EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO	73
2.1 – Sobre a pobreza	74
2.2 – Sobre a exclusão	80
2.3 – Sobre a segregação	91
 CAPÍTULO III – COMO SE FAZ UMA CIDADE? A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE BELO HORIZONTE	116
3.1 – A primeira cidade planejada do Brasil (1897 a 1950)	116
3.2 – Prelúdios da metropolização (1950 a 1970)	126
3.3 – Da cidade de Minas à metrópole de Minas (1970 até atualmente)	130
 CAPÍTULO IV – SEGREGAÇÃO E EXPULSÃO: A FORMAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA NA RMBH	146
4.1 – Segregação socioespacial na RMBH: o lugar de moradia dos pobres	147
4.2 – Analisando os fluxos migratórios dos pobres da RMBH: expulsão e formação da periferia	167
4.3 – Buscando relações da nova geografia da pobreza metropolitana na RMBH: o mercado imobiliário	182

CAPÍTULO V – A PERIFERIA FRACTAL EM PARALAXE: OS OLHOS DOS POBRES	199
5.1 - Um novo padrão de urbanização – a fractalização metropolitana	199
5.2 - Uma ontologia da expulsão urbana	205
5.3 - Novas periferias metropolitanas: a periferia fractal	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE DISTOPIAS E UTOPIAS	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231

INTRODUÇÃO

*Apenas as lições da realidade podem
nos ensinar a transformar a realidade*
Bertolt Brecht

Em lugar das modernas, funcionais e sustentáveis cidades prometidas pelo neoliberalismo, hoje se tem cidades construídas em situações precárias. Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos perpetua-se um processo de reprodução econômico-social que possui causas diversas, mas que se interpenetram, aumentando o nível de complexidade do fenômeno da reprodução da pobreza. Dentre estas se destacam: o desemprego e o subemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e a falência do planejamento urbano-regional. A imagem que as cidades trazem para o século XXI é essencialmente contraditória. São espaços em que convivem, lado a lado, em uma íntima relação simbiótica, extensas áreas de pobreza ao lado de longilíneos arranha-céus. A cidade reflete a incessante contradição social de nosso tempo. Assim, essa nova forma de organização urbana acompanha, na verdade, a permanência de velhos conteúdos.

E essa nova “ordem” urbana de escala global, afirma Davis (2006), só é possível com o aumento, cada vez mais rápido, dos abismos entre as classes sociais. É nesse sentido que Zizek (2013) considera o intenso processo de exclusão, tanto da produção como da política, de uma massa cada vez maior de pessoas que são, sistematicamente, de forma orquestrada, marginalizadas. Mesmo com o esforço de acadêmicos, governo e instituições que estão focados no combate e na redução da pobreza, o resultado não foi alcançado. A pobreza se espalha como um incêndio social, encontrando terreno fértil na desintegração social do neoliberalismo (DAVIS, 2006; ZIZEK, 2012), tanto em tempos de crises econômicas como em tempos de prosperidade.¹

No modo de produção capitalista, a sociedade de classes pode ser esquematicamente representada por meio de duas classes antagônicas: aquela formada pelos que detêm os meios de produção e, outra, constituída pelos que apenas têm a força de trabalho, que, transformada em mercadoria, deve ser vendida para que esta classe possa sobreviver. Assim, com base na ideia da mais-valia, compreendemos que a

¹De acordo com o 2013 Wealth Report, apenas 0,7% da população mundial concentra 41% da riqueza produzida em todo o mundo.

riqueza pressupõe a existência da desigualdade e tem, na pobreza, sua base. Como o próprio Marx (2013, p.786) destaca:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção na realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior.

Tão naturalizada quanto a propriedade privada ou a monetarização das relações sociais, a pobreza tornou-se elemento constituinte e (até pior) estruturante das cidades contemporâneas. Sua existência e reprodução deixam de ser motivo de estranhamento ou questionamento, sendo naturalizadas e cristalizadas sob a égide de diversos discursos que tratam de mascarar o real componente das causas da pobreza.

As cidades revelam em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam, de forma sinérgica, a reproduzir a desigualdade entre as classes. A divisão de classes em âmbito social é expressa espacial e materialmente na cidade.

Como lembra Villaça (2001, p.141), “[...] uma das características mais marcantes da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residências das distintas classes sociais”. Essa organização possui um forte impacto na estrutura urbana da cidade. Sua organização espacial – das vias, dos aparelhos públicos e privados, das amenidades, das áreas de lazer e cultura, e até da legislação do uso e ocupação – é influenciada por esse fenômeno da segregação. A atual estrutura interna das grandes cidades brasileiras e, portanto, o seu perfil segmentado e segregado do ponto de vista da distribuição espacial dos equipamentos, dos serviços e do nível sociodemográfico dos seus residentes é, em grande medida, tributária dos processos sociais de acesso ao solo urbano.

Cabe, por conseguinte, colocar essa situação em um ponto amplo que permita ser explorado e atacado sob uma perspectiva que leve à compreensão das causas e das consequências e, também, do próprio processo. Nesse sentido, o esforço para atingir o âmago das questões socioespaciais deve ser, como proposto por Lojkin (1981), feito pelo estudo das relações de produção e das relações das classes. “Os problemas urbanos devem ser analisados de maneira conectada à dinâmica da acumulação do capital” (KOWARICK, 1997, p.106).

Esta pesquisa está inserida no contexto da discussão referente ao processo de exclusão social conduzido pelo centro urbano metropolitano que, por meio da especulação imobiliária, induz à população pobre a migrações em direção a áreas periféricas cada vez mais distantes das áreas centrais.

A segregação socioespacial tornou-se a forma e o processo fundamental da produção do espaço urbano na contemporaneidade. O espaço da cidade passa a ser caracterizado por sua fragmentação, em um duplo movimento de homogeneização e, paradoxalmente, de heterogeneização das áreas da cidade. Isso dá origem a um caleidoscópio de ocupação e apropriação do espaço.

A temática da segregação habitacional é um tema muito amplo e muito estudado pelas diversas ciências, sob os mais diferentes prismas analíticos. Somam-se aos trabalhos de geografia análises da história, da economia, da demografia, da sociologia, do direito, do urbanismo, da psicologia, do serviço social, da antropologia etc. Essa enorme gama de estudos oferece ao pesquisador um vasto arcabouço teórico que permite estabelecer um diálogo e observar as discontinuidades e permanências dos processos descritos e estudados ao longo da história.

Sendo impossível regredir até um marco zero dessa temática, assume-se neste trabalho como pedra fundamental a obra de Engels (2008), *A situação da classe operária na Inglaterra*, que, ainda em 1845, quando foi publicada pela primeira vez, tratou de analisar os centros urbanos em que a indústria começava a se desenvolver. O autor já identificava e ajustava o foco nos fortes contrastes da realidade urbana: a riqueza e a pobreza justapostas e o esplendor e o horror dos centros urbanos ingleses do século XIX, situação essa que insiste em persistir, transferida para outras partes do mundo.

Diversos estudos foram desenvolvidos para compreender esse processo, levando em consideração as diferentes partes do mundo. Na Europa, devem-se destacar os trabalhos de Jean Lojkin (1981) e Christian Topalov (1979), que, fundamentados na teoria econômica marxista, debruçaram-se sobre a análise da cidade capitalista e de suas diversas clivagens socioespaciais. Nos Estados Unidos, tomando como objeto empírico a cidade de Baltimore, David Harvey (2009) elaborou extenso estudo e discussão sobre o urbano sob o capitalismo, tratando também do tema da divisão dos espaços da cidade. Outros estudos, mais preocupados em analisar as situações e especificidades locais,

foram elaborados, praticamente em todos os cantos do planeta, principalmente nos países subdesenvolvidos.²

No cenário brasileiro, o investimento também foi grande. Dentre os diversos estudos, deve ser ressaltada a elaboração teórica de grande importância de Milton Santos (1996, 1989). O autor trabalhou o assunto das cidades, da urbanização e da pobreza sempre buscando uma perspectiva integradora da realidade geográfica. Do ponto de vista do urbanismo, a referência sobre a temática é Ermínia Maricato (2009, 2003), que discute os processos de produção da cidade concomitante à produção de pobreza. Outra contribuição teórica vem da área da sociologia e é encabeçada por Lúcio Kowarick (1975, 1997), autor que propõe o termo espoliação urbana, fundamental para entender o processo de segregação até os dias atuais.

Cabe lembrar que o estudo dessa temática tendo como referência o recorte espacial não é inédito. Destacamos o trabalho de pesquisadores como Jupira Mendonça (2002; 2003), em sua análise sobre a mobilidade residencial e a produção (e consolidação) das áreas segregadas em Belo Horizonte. Rita Liberato (2007), tendo como referência também o município de BH, investiga a distribuição espacial das favelas. Roberto Monte-Mór (1994), ao estudar a evolução histórica de Belo Horizonte, ressalta, por diversas vezes, o caráter segmentado e segregado da sociedade. Tem-se também o trabalho de Ribeiro e Garcia (2008), que aplicam a lógica de *fuzzy clustering* para observar a segregação na capital mineira. Carolina Costa e Luiz César Ribeiro (2004) apresentam uma análise sobre segregação residencial em Belo Horizonte tendo como parâmetros aspectos étnicos e referentes à renda. Em sua pesquisa de mestrado, Luciana Houri (2008) analisa o aspecto das políticas públicas de produção de moradias e seu resultado como elemento segregador em Belo Horizonte. Maria Paiva e André Golgher (2009) examinam a desigualdade de renda nos setores habitacionais também da capital mineira. Cabe destacar o chamado Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, coordenado por Maria Inês Nahas (2002), que realiza, com base em uma série de variáveis que seriam *proxy* da exclusão, o mapeamento do fenômeno em BH. Tem-se também o exemplo da tese de doutorado de Jozeane Souza (2008), que pesquisa a expansão da periferia metropolitana no caso de Ribeirão das Neves; ou de Ana Carolina Soraggi (2012), em seu estudo sobre mercado imobiliário popular em Juatuba. No

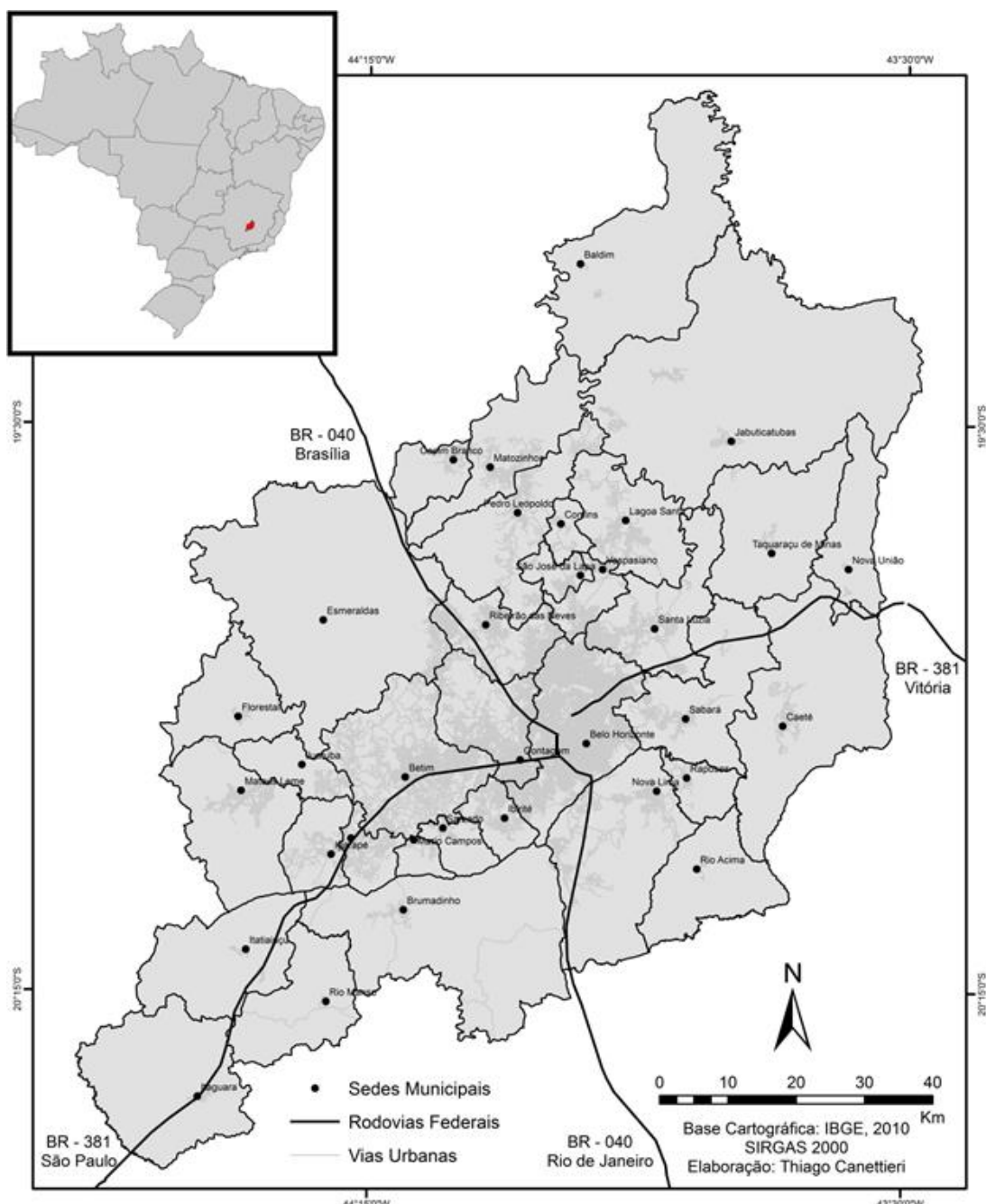
² Davis (2006) fez uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema.

âmbito metropolitano, o volume de estudos não é menor. O trabalho de Beatriz Magalhães e Ana Maria Oliveira (2008) sobre a desigualdade de renda na RMBH discute uma série de parâmetros. Considerando apenas os municípios limítrofes, Rita Liberato, Thiago Canettieri e Thiago Gonçalves (2012; 2013) analisam o processo de exclusão social acompanhado por uma expulsão da população pobre do município de BH para os municípios vizinhos, em uma expansão da periferia. Luciana Andrade e Jupira Mendonça (2000) estudam dois contextos de segregação (um da pobreza e outro da riqueza), explorando as consequências em escala da RMBH.

O diferencial da presente pesquisa está em analisar o processo migratório intrametropolitano. Assume-se que a cidade passa por grandes rodadas de (re)organização da população de forma a atender a determinados interesses. Os mecanismos para isso são vários, desde a remoção forçada (que aparece legalmente sob o eufemismo de movimentos involuntários) até a chamada expulsão branca, que se caracteriza pela ação, a longo prazo, do mercado. Esses processos agem na decisão de localização da moradia das pessoas. Dessa forma, mapear os fluxos migratórios da RMBH sob uma perspectiva de renda revela a organização do processo que, em curso, rearranja a localização habitacional dos migrantes.

Tem-se, portanto, que a área delimitada para o desenvolvimento da pesquisa é a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), criada em 1973 pela Lei Complementar do Brasil nº14, de 8 de junho, em que foram ingressando novos municípios até 2002. Hoje, como se pode visualizar no Mapa 1, a RMBH conta com 34 municípios.

Mapa 1: Localização da RMBH - MG



A motivação para esta dissertação de mestrado surgiu ainda no processo de minha graduação. O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso teve como tema a formação de uma periferia estendida de Belo Horizonte nos municípios vizinhos, como pode ser visualizado em Canettieri, Gonçalves e Liberato (2013). De fato, os dados analisados são representativos dessa formação, semelhante a um transbordamento das periferias precárias de Belo Horizonte para outros municípios.

Esse resultado já havia sido observado por Milton Santos (1984) em algumas metrópoles do mundo subdesenvolvido, a ponto de o autor afirmar que a pobreza – nas cidades capitalistas do mundo subdesenvolvido – atua como importante extensor do tecido urbano, que por sua vez garante sobrevivência ao sistema e lucro aos capitalistas.

No entanto, os dados que foram analisados para 2010 dos municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará e Ibirité não são tão representativos dessa conformação socioespacial verificada desde 1980 até 2000 (CANETTIERI; GONÇALVES; LIBERATO, 2013). Assim, esta pesquisa pretende avançar e analisar as variações mais recentes do comportamento da dinâmica socioespacial metropolitana, considerando todos os 34 municípios integrantes.

Não discordando da teorização de Santos (1984), a hipótese que este trabalho pretende sustentar é a de que a primeira década do século XXI reorganizou a forma de produzir as cidades e a maneira com que se lida com os pobres produzidos pelo sistema³. Parece que a população pobre não precisa agir mais como “extensor do tecido urbano”. Inovações no transporte, no planejamento e na estrutura produtiva permitem “jogar” essa população para áreas cada vez mais distantes do centro, não sendo necessária uma continuidade espacial. Essa forma espacial da cidade explicaria a necessidade que o capital tem encontrado nesse início de século de se reproduzir a taxas consideráveis, como David Harvey (2011; 2012) expõe.

Em outras palavras, o argumento central que orienta este trabalho é que atualmente não é necessária mais a existência da continuidade espacial entre o centro rico e a periferia precária. Passam a existir outras formas de se apropriar do lucro que essa organização espacial da cidade desenvolveu. É, portanto, uma nova estrutura urbana que sustenta essa nova forma da cidade.

De acordo com Matos (2010), o município de Belo Horizonte, desde os anos 1970, não apresenta mais espaços para a ocupação urbana, expressando a saturação alcançada em termos de ocupação, tanto horizontal como vertical. Esse processo é acompanhado de uma constante elevação do preço dos terrenos e das benfeitorias, inerente aos grandes centros urbanos, o que acaba por selecionar quem vai viver em cada espaço. Dessa maneira, a população excluída do consumo do mercado de terra

³ O próprio Milton Santos (1996, p.110) era avesso à cristalização das ideias e teorias. Em suas palavras: “[...] o apego às velhas idéias parece uma enfermidade”, já que a pesquisa deve, por conceito, ser criativa.

desta cidade teve que se deslocar e ocupar outros espaços onde o preço da terra era mais baixo.

Assim, é necessário repensar a escala de análise da metropolização contemporânea da RMBH. Os processos inaugurados no século XXI são muito recentes e atuam com grande força no processo de produção socioespacial. Essa “nova” escala analítica, que considera a região metropolitana integrada com maior intensidade (e não mais apenas os municípios imediatos), reconfigura a forma de perceber essa realidade.⁴

A pesquisa aqui, embora conduzida em um programa de Geografia, não se limita a apenas essa ciência. É fato que em uma dissertação é necessário o diálogo entre as disciplinas (uma vez que a própria realidade é incompatível com o modelo de organização da ciência contemporânea, baseada na especialização estéril). Nesse sentido, Gregory (1994, p.145) afirma a importância de estudos “[...] based on the premise that the cross-fertilization of ideas and concepts between human geography and the social sciences is central to the continuing process of rethinking human geography”.

Harvey (2010, p.18) destaca que “the question of space is surely too importante to be left exclusively to geographer”. Portanto, a questão do espaço deve ser tratada como uma questão política e aberta a toda sociedade. É necessário buscar outros conhecimentos, aproveitando outras áreas afins.

Não é esta ou aquela ciência que nos oferecerá a representatividade mais completa do conhecimento de uma realidade mais totalizante, [...], mas o conjunto das ciências que poderá dar conta dos diferentes níveis da realidade (LAPA, 1980 apud SANTOS, 1996, p.52)⁵

Outros campos da ciência e da filosofia foram estudados e analisados, como a economia política, o urbanismo, a arquitetura, a sociologia, a psicologia, a história, o direito e outros. Não é possível produzir ciência de modo fragmentado. Assim, adota-se a proposta guattariana da transdisciplinaridade (diferente da pluridisciplinaridade de Nicolescu (1999 *apud* HISSA, 2011) ou da interdisciplinariedade) em que os vários conhecimentos se atravessam transversalmente, sem conter ou barrar um ao outro.

⁴ Para mais sobre o assunto, ver: DINIZ; ANDRADE, 2014

⁵ LAPA, José Roberto. (org.) Modos de Produção e a Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

Embora o próprio autor não preconize uma “pedagogia geral com relação à constituição de uma transdisciplinaridade viva” (GUATTARI, 1992, p.5).⁶

Existe, no entanto, a necessidade de delimitar o fenômeno, mensurar sua problemática e identificar suas especificidades, para, a partir daí, ser possível investir esforço de reflexão sobre o objeto teórico e empírico que será analisado aqui. Para isso, é necessária uma organização dos objetivos propostos que devem ser alcançados com o trabalho.

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS DO TRABALHO

A pesquisa está inserida na tentativa de compreensão da produção da metrópole da parte subdesenvolvida do planeta durante o capitalismo contemporâneo. Deseja-se observar as consequências humanas que tantos milhares e milhares de pessoas sofrem com o desenvolvimento urbano, com a estética urbana, com essa ética urbana. Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em contribuir na compreensão da mudança na organização espacial das metrópoles com a análise da dinâmica dos deslocamentos populacionais intrametropolitanos realizados pela população com renda inferior à da linha da pobreza. No entanto, tal objetivo não se esgota em si próprio. Ele é perpassado transversalmente, sempre invadido por outras tantas questões periféricas que são contextuais ao objetivo geral. Com isso, pretende-se ter uma dedicação à visão periférica que o objetivo geral suscita.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: 1) averiguar a dinâmica de expansão urbana da RMBH e sua evolução demográfica; 2) mapear a segregação metropolitana, destacando os locais de ocupação dos pobres; 3) analisar as trocas de população pobre entre Belo Horizonte e os outros municípios da RMBH; 4) investigar as causas do processo de expulsão da população pobre de Belo Horizonte.

A justificativa de pesquisar tais questões reside na necessidade de esclarecimento dos processos socioespaciais que acontecem sob a égide do capitalismo globalizado, com consequências pesadas para muitos. Para tal empreitada, é necessária uma pesquisa e uma ciência assumidamente políticas (pois a própria existência do ser

⁶ Numa crítica incisiva a esse modelo de produção de conhecimento, Chauí (2001, p.46) afirma que as universidades hoje querem realizar com a cultura, o pensamento e o conhecimento o que a empresa realiza com o trabalho: “[...] parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento”.

humano já o é); uma pesquisa e uma ciência subversivas e que estejam dispostas a tocar ou, ao menos, a analisar questões de primeira ordem para os indivíduos que durante tanto tempo foram esquecidos pela sociedade. Talvez seja o caso de parafrasear Bertolt Brecht: apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a cidade. Dessa forma, é com base nesse conhecimento que podemos alterar a realidade.

Cabe ainda destacar, como fez Claval (1978, p.305), a importância de a Geografia discutir assuntos que apontem para uma justiça social e espacial. Nas palavras do autor:

La réflexion sur la justice sociale et l'espace est donc au coeur de la nouvelle géographie humaine. Les géographes ont une responsabilité capitale à assumer dans le développement général des disciplines de la vie en groupe: ils ont à rappeler sans cesse le danger qu'il y a à mutiler le réel en ignorant les limitations qui naissent de l'insertion territoriale des collectivités. (CLAVAL, 1978, p.305)

Portanto, estudar a dinâmica da população de Belo Horizonte no contexto da RMBH, mais precisamente compreender os movimentos migratórios intraurbanos realizados pela população pobre, é uma necessidade importante frente aos processos excludentes do espaço urbano, uma vez que tal estudo fornece subsídios para a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

O PERCURSO METODOLÓGICO

Parte fundamental da pesquisa consistiu na escolha do percurso teórico-metodológico que forneceu os instrumentos analíticos em que a pesquisa está calcada, definindo os paradigmas e o prisma pelo qual a realidade será vislumbrada. A evolução do pensamento geográfico demonstra que a Geografia teve uma história movimentada. Diversos paradigmas surgiram e foram substituídos por outros que tentavam atender as necessidades que a sociedade colocava, em uma constante evolução, o que, de fato, agregou muito ao *corpus* da disciplina.

Hoje, considerando o trabalho de Amorim Filho (2006), a ciência geográfica é essencialmente plural. Ou seja, coexistem diversas escolhas paradigmáticas que se complementam na árdua tarefa de desvelamento da realidade. No entanto, a pluralidade não pressupõe a inexistência de uma pedra angular da pesquisa, a qual a sustentará enquanto outras opções teóricas metodológicas poderão orbitar ao seu redor, fornecendo subsídios importantes.

O método é usualmente definido como caminho a ser seguido para alcançar determinado objetivo. A própria raiz etimológica da palavra sugere isso: método é proveniente do grego *methodos*, que possui o prefixo *meta* (que significa depois ou, metaforicamente, objetivo) e o sufixo *hodos* (caminho para percorrer). Portanto, o método, para as ciências, em linhas gerais, pode ser descrito como o caminho para um objetivo, para um conhecimento estruturado. Nas ciências assume papel fundamental, pois designa as diversas etapas que são construídas *a priori* para se alcançar o objetivo geral proposto pela pesquisa.

No entanto, é difícil determinar qual caminho seguir. Na verdade, não há apenas um: são vários.

Em senso estrito pode-se dizer que nesta pesquisa adota-se uma abordagem dedutiva: parte-se de um corpo teórico geral já desenvolvido para então compreender a realidade. A abordagem dedutiva, segundo Marconi e Lakatos (2004), pode ter sua adoção justificada pela finalidade de se minimizar a possibilidade de erros, uma vez que são aplicados modelos e teorias já conhecidos e utilizados em pesquisas anteriores. Dessa maneira, parte-se de um ponto já desenvolvido por um grupo de autores, mas em que ainda cabe uma reflexão atual, acompanhada de uma nova realidade empírica ou de uma atualização das ideias.

No entanto, outras propostas metodológicas mais específicas foram aplicadas neste trabalho. Henri Lefebvre (1979, 1991, 1995) descreve o método regressivo-progressivo que ele desenvolve com base na leitura dialética marxista. O método compreende, segundo o próprio autor e seus comentadores (SOUZA, 2009; FREHSE, 2001; HESS, 1991), três momentos distintos: 1) a descrição do visível que parte de uma teoria geral; 2) a análise regressiva; e 3) a progressão genética.

A descrição do visível é uma observação inicial da complexidade horizontal que parte da experiência e da teoria geral do pesquisador. Trata-se de um expediente para obter informações sobre a diversidade socioespacial do objeto de estudo. A análise regressiva faz um esforço para especificar as temporalidades existentes e, por meio destas, enveredar pela complexidade vertical. A realidade é decomposta na tentativa de datar exatamente cada relação social revelada. Nesse momento evidencia-se que o real não é equivalente nem simultâneo, logo resulta de atos, práticas e representações que dificilmente são todas contemporâneas. O reencontro com o presente denomina-se de

progressão histórico-genética e alude a um presente elucidado, compreendido e explicado.

Nesse caso, como expõe Souza (2009), existe uma dupla complexidade na análise. Uma horizontal e outra vertical. A horizontal indica as diversidades espaciais das relações sociais, enquanto a complexidade vertical está na identificação do tempo em cada relação social. Assim, desdobra-se o método na compreensão do tempo e do espaço da realidade social que se produz e reproduz. Pode-se dizer que o método regressivo-progressivo inicia no presente e volta ao passado para recortar acontecimentos que precederam e elucidam o presente. Depois, faz-se o movimento contrário na tentativa de revelar todas as possibilidades (virtualidades) contidas no momento atual.

Outra proposta metodológica que influenciou a presente pesquisa é apresentada por Milton Santos (2008). O autor faz uma larga discussão das categorias Forma, Função, Estrutura e Processo, fornecendo um modelo analítico importante para a Geografia. Por meio dessa proposta permite-se ver o espaço como um complexo sistema de estruturas dinâmicas que muda e evolui conforme o tempo.

Por forma entendem-se os elementos sensíveis, ou seja, a parte do espaço que se demonstra com a observação. A função designa o papel que as formas desempenham, o objetivo ao qual elas atendem. O autor ainda verifica que tanto a forma como a função são datadas, criadas em diferentes épocas, por conseguinte, o espaço possui uma história, portanto existe um processo de formação do espaço. Por fim, com a estrutura adota-se a perspectiva de que todos esses elementos são estruturados em uma totalidade globalizante, que os abarca. (SANTOS, 2008)

Santos (2008) ainda destaca a necessidade de conduzir a interpretação da realidade espacial mediante a análise das quatro categorias conjuntas, porquanto seu relacionamento é, não apenas funcional, mas estrutural.

Com essa perspectiva metodológica proposta por Santos (2008), permite-se a compreensão mais a fundo do espaço. As categorias analíticas revelam o espaço em sua totalidade, o que possibilita o contato do pesquisador diretamente com ela. Nesse sentido, lembra Lukacs (2003) que a categoria da totalidade, do “[...] domínio universal e determinante do todo sobre as partes” representa a essência do método marxista.

Dessa forma, pela integração dos métodos descritos acredito ter constituído uma forma coerente e consistente de interpretação da realidade. Por meio desse caminho (formado de vários outros) foi possível construir uma síntese da realidade capaz de considerar espaço, tempo e ser social, formando, portanto, um nexos estruturado de compreensão da realidade capaz de desvelá-la. Com base nesse ponto, tem-se a perspectiva de como foi conduzida a pesquisa, realizado o tratamento das informações e lida a realidade.

A fonte dos dados

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram utilizados dois grandes conjuntos de dados. O primeiro, referente aos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são, segundo Souza e Brito (2008), as principais fontes de dados demográficos para os pesquisadores brasileiros. Para a coleta de dados dos censos demográficos o IBGE utiliza dois modelos de questionário, sendo que, em cada domicílio, é aplicado somente um deles. O modelo simplificado é denominado Questionário Básico do Universo; e o outro, bem mais extenso e complexo, é chamado de Questionário da Amostra, aplicado em domicílios selecionados por meio de amostragem probabilística.

O IBGE possui uma organização das informações que permite entender o conteúdo dos dados trabalhados. Os resultados do universo foram agregados em nível de setor censitário. O setor é a menor unidade territorial, formada por uma área contínua, integralmente contida em uma área urbana ou rural, com dimensão adequada à realização da coleta de dados por um pesquisador que vai a campo por ocasião do censo. O setor constitui um conjunto de quadras, no caso de uma área urbana, ou uma área do município, no caso de uma área não urbanizada. Compõem esse questionário perguntas que tratam das características das pessoas e dos responsáveis pelos domicílios, como sexo, idade, educação e renda, bem como as características dos domicílios (IBGE, 2002).

As informações recolhidas nos setores com base no questionário básico são agregadas aos dados do universo. Estes dizem respeito a informações colhidas em todos os domicílios visitados e não àquele percentual que constitui a amostra. Ao contrário dos dados da amostra, os dados do universo não são desagregáveis até o nível do

indivíduo. Para a preservação da privacidade do indivíduo e do domicílio que fornece a informação, cada variável é agregada como uma média do setor.

Já os microdados da amostra são passíveis de consulta apenas no nível das áreas de ponderação, que se constituem em um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. Como foi dito, além do questionário básico aplicado a todos os domicílios, é aplicado outro mais amplo em uma amostra dos domicílios. Os dados desse questionário, como qualquer pesquisa amostral, têm um nível máximo de desagregação abaixo do qual não é possível assumir seus resultados como significantes ou confiáveis.

A amostra levanta dados mais detalhados referentes à população residente por sexo, cor ou raça, religião, categorias de incapacidade ou deficiência física ou mental, anos de estudo, lugar de nascimento, deslocamentos realizados para o trabalho ou estudo, estado civil, filhos nascidos vivos, óbitos fetais e filhos sobreviventes das mulheres de 10 anos ou mais de idade, grupos ocupacionais, condição de ocupação, atividade econômica e rendimento de trabalho, bem como informações sobre o número de componentes das famílias residentes em domicílios particulares permanentes, existência de bens duráveis e infraestrutura de saneamento básico nesses domicílios, entre outros aspectos (IBGE, 2002).

Também foram adotados dados, embora em menor volume, da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), também de responsabilidade do IBGE, que são disponibilizados gratuitamente no endereço virtual do Instituto. Além disso, utilizaram-se as pesquisas da Fundação João Pinheiro e outras fontes, como informações das prefeituras municipais, que foram pesquisadas para trazerem contribuições mais específicas.

A escolha das variáveis

Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas duas bases de dados disponíveis do censo de 2000 e de 2010, do universo e da amostra. Destas, cada uma

possui um elemento analítico que contribui para a construção do objeto empírico da pesquisa e para a reflexão sobre ele.

Foram utilizadas, nas variáveis dos microdados do universo, informações referentes ao número de pessoas e à renda destas. A variável de renda adotada para a pesquisa foi a média de rendimentos mensais totais do domicílio na escala dos setores censitários. Na mesma base, foi retirada a população pobre baseada no quociente entre a média de moradores por domicílios e a média de rendimentos mensais totais do domicílio, que foi filtrada de acordo com a linha de pobreza trabalhada para cada ano.

Utilizam-se, na base referente à amostra do censo, as informações que permitem tratar da migração os dados de 2000 e 2010. São 13 os quesitos sobre movimentos migratórios que permitem conhecer a realidade migratória brasileira. O IBGE trabalha com três conceitos de migrantes. O primeiro, que indica se o indivíduo reside ou não no município de nascimento (variável Naturalidade); o segundo, que aponta qual o último lugar de moradia do indivíduo (variável Última Etapa); e, por fim, o que verifica se o indivíduo, em uma data fixa – 30 de junho de 1995 para o censo de 2000, e 30 de junho de 2005 para o censo de 2010 –, residia em outro município (variável Data Fixa). Por limitações nas opções de coletas adotadas pelo IBGE, as perguntas muitas vezes não são coincidentes. Por exemplo, no censo de 2000, a variável Naturalidade e a variável Última Etapa não foram perguntadas no âmbito do município. Portanto, para permitir a comparação entre os anos de 2000 e 2010, foi escolhida a variável Data Fixa.

Cabe salientar que as informações de migração dos censos são estatísticas de estoque que se referem a um determinado período e que englobam apenas os sobreviventes à mortalidade e os não reemigrantes que retornam ao município de origem no período intercensitário. Assim, deve-se saber que muitos migrantes não foram recenseados porque faleceram ou reemigraram no período intercensitário. Com essa observação, pretende-se deixar claro que os verdadeiros fluxos migratórios são desconhecidos, assim como o impacto real desses movimentos. No entanto, essa dificuldade de análise e compreensão dos dados não deve desqualificar o trabalho, uma vez que a tentativa de compreensão científica da realidade deve ser levada a cabo com os recursos de que o pesquisador dispõe.

Também da base de indivíduos foi retirada a informação referente à Renda Domicílio per Capita. Essa informação é encontrada de forma diferente no censo de 2000 e no de

2010. No censo demográfico de 2000, a informação Renda Domiciliar per Capita não existe, sendo necessário calculá-la. Portanto, utilizando a base de domicílios dividiu-se o valor encontrado na variável Renda Domiciliar Total pelo número de moradores. Como essa informação estava na base referente aos domicílios, foi necessário realizar a junção dessa base com a base de indivíduos para verificar a relação renda e migração. Já no Censo Demográfico de 2010, a informação necessária sobre a Renda Domiciliar per Capita consta na base de indivíduos, sendo discriminada em duas colunas, uma com valor em reais correntes do ano da pesquisa e outra calculada com base no valor do salário mínimo. Com essas informações é possível selecionar os indivíduos que possuem a renda domiciliar per capita inferior ao corte delimitado pela linha de pobreza.

Os microdados da amostra permitem, ainda, realizar importantes cruzamentos de informações. Nesta pesquisa procura-se estabelecer uma relação entre os migrantes intrametropolitanos e a pobreza. Foi trabalhada a base de dados a fim de obter os migrantes que são pobres, permitindo assim mapear a origem e o destino dos fluxos e o volume da migração.

Sobre os dados da Pnad deve-se sempre ressaltar que são amostragens de pouca desagregação, mas que permitem visualizar uma tendência geral.⁷ Utilizaram-se neste estudo os dados referente à renda do domicílio em salários mínimos para o período não considerado nos censos, de 1999 a 2011. Deve ser ressaltado que a Pnad possui um instrumento interessante que são as chamadas perguntas temáticas, que variam de ano para ano, mas que oferecem aos pesquisadores um retrato detalhado da tendência dentro de determinadas temáticas. Dentre todas as áreas temáticas, uma se destaca pela sua afinidade com esta dissertação. No ano de 2001, a Pnad levantou informações referente aos indivíduos da amostra informações sobre os motivos das migrações. Assim foi fornecido um quadro que detalha ainda mais os movimentos migratórios.

A pobreza – problemas na sua delimitação

Para medir a pobreza com base em dados sobre a distribuição de renda, é necessário fixar um valor também conhecido como linha de pobreza. São consideradas

⁷ As notas metodológicas estão disponíveis em www.ibge.gov.br/pnad

pobres as pessoas cujo rendimento não supera essa linha. Assim, segundo a definição que será adotada neste trabalho proposta por Rocha (2006, p.267):

São definidos pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender todas as necessidades básicas como alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.

Mas, como lembram Loureiro e Suliano (2008), existem diversos métodos para delimitar o valor de corte da pobreza. Dentre as metodologias existentes, podemos citar a linha de pobreza absoluta, a linha de pobreza relativa e a linha de pobreza híbrida. Esses cálculos envolvem extensos usos de variáveis que compõem um índice. Esse índice representa o limiar mínimo para a “reprodução da vida em condições de dignidade” (ROCHA, 2008, p.16).

A metodologia adotada é a desenvolvida por Rocha (1997) e possui três princípios básicos subjacentes ao procedimento adotado. O primeiro diz respeito ao uso das estruturas de consumo observado principalmente nas pesquisas do IBGE de orçamento familiar; o segundo, ao reconhecimento da existência de significativas diferenças no que concerne à estrutura do consumo e dos preços ao consumidor nas diferentes áreas do país; e o terceiro, à adoção da família como unidade básica de consumo e rendimento para os estudos da pobreza.

O método de Rocha (1997) é dividido em duas etapas: 1) a primeira referente às necessidades alimentares; e 2) a segunda, às necessidades não alimentares.

No que se refere às necessidades de alimentação, as informações são derivadas da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo IBGE por meio de uma estimação das necessidades nutricionais com base nas recomendações da *Food and Agriculture Organization* (FAO). Cabe destacar que as informações alimentares correspondem a parâmetros normativos, refletindo a composição do consumo de populações de baixa renda que é verificado por intermédio das pesquisas de orçamentos familiares. Portanto, a cesta de produtos considerada resulta dos hábitos e das preferências das famílias já pobres submetidas à restrição de renda que são ajustadas, marginalmente, nas quantidades dos produtos para atender aos requisitos básicos. Depois da cesta ajustada é realizada a atualização do valor da cesta alimentar com base em cálculos econométricos (ROCHA, 1997).

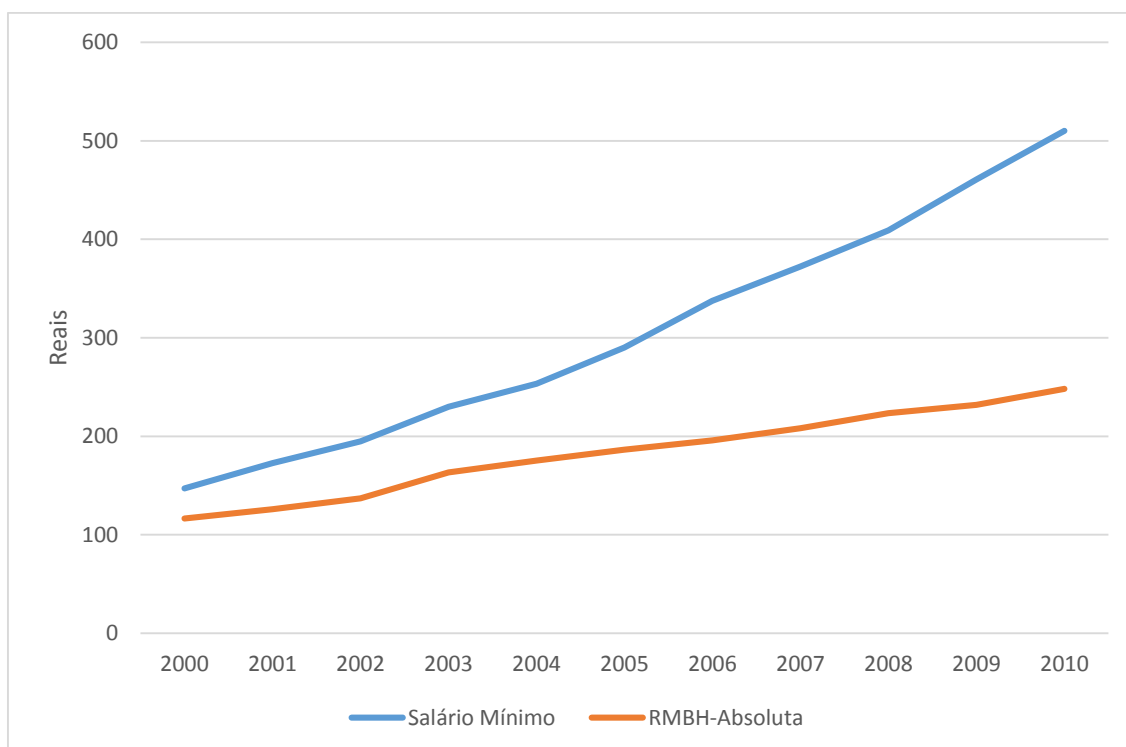
As estimativas do consumo não alimentar também são baseadas nas informações da pesquisa de orçamento familiar e representam parcela considerável na análise. Os itens não alimentares que são adotados por Rocha (1997) são agregados em seis grupos: habitação; artigos de residência; vestuário; transporte e comunicação; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais. A delimitação do corte das despesas não alimentares tem como base o coeficiente de Engel que permite criar uma escala de equivalência entre os consumos, permitindo assim delimitar o valor mínimo gasto com necessidades não alimentares.

Rocha (1997, 2006, 2008, 2012) destaca que existem diferenças nas linhas de pobreza que variam no tempo e no espaço. Isso se deve ao fato de que a estrutura de produção e consumo ser variada em determinadas áreas e se altera ao longo do tempo. Portanto, é necessária sempre a delimitação de uma área e de um período de tempo determinados para o cálculo da linha de pobreza.

Rocha (2006, 2008, 2012) possui uma série de publicações que atualizam os valores no Brasil, tendo sempre como base as informações derivadas das Pnads. A autora ainda realiza o cálculo em diferentes escalas. Para o Brasil como um todo; a diferença do Brasil Rural e do Brasil Urbano; as unidades da federação; a diferença entre as áreas rurais e urbanas das unidades da federação; e as diferenças em cada metrópole brasileira.

A adoção do valor neste trabalho é o determinado por Rocha (2008) para os anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006; e por Rocha (2012) para 2007 até 2010, todos referentes à metrópole de Belo Horizonte. A variação do valor da linha de pobreza absoluta da RMBH ao longo do tempo pode ser visualizada no gráfico a seguir, no qual é plotado o valor do salário mínimo como elemento de referência.

Gráfico 1: Salário mínimo e da linha de pobreza absoluta da RMBH(2000 – 2010)



Fonte: DIEESE (2010); ROCHA (2008; 2012)

Observa-se que ao longo da primeira década do século XXI o limite da linha de pobreza absoluta delimitada por Rocha (2008; 2012) apresenta uma diferença do salário mínimo inferior a R\$100,00, aumentando progressivamente a diferença em relação ao salário mínimo. Na presente pesquisa, o valor de corte da linha de pobreza é, especificamente, de R\$116,43 para o ano de 2000 e de R\$248,13 para o ano de 2010, valores esses utilizados para o filtro na base de dados e, assim, para delimitar a população pobre da RMBH.

A organização dos dados

Os dados foram organizados seguindo uma lógica e apresentados de forma a conduzir a linha de pensamento levada a cabo neste trabalho, envolvendo basicamente uma estruturação que fosse compreensível ao leitor. Eles foram distribuídos em diferentes níveis de agregação das informações. Utilizaram-se informações do setor

censitário, da área de ponderação e do município, na perspectiva da diferença entre o núcleo (Belo Horizonte) e o resto da RMBH (RRMBH).⁸

O mapeamento

O mapeamento é uma etapa fundamental no desenvolvimento de uma pesquisa em Geografia. Envolve a oportunidade de visualizar a informação de forma espacial, ou seja, seu comportamento no espaço. Todo o mapeamento foi realizado utilizando bases cartográficas oficiais do IBGE em *shapefile* trabalhadas no Sistema de Informação Geográfica ArcGis 10.1.

Foi utilizado, neste trabalho, o uso da cartografia temática. Conforme Martinelli (1991), a cartografia temática tem a função de registrar os dados coletados, de tratá-los espacialmente e de ser passível de comunicar a informação de forma organizada. Segundo Diniz (2002, p.16), o mapa temático constitui-se numa rede de relações com três dimensões. Duas, X e Y, são as chamadas coordenadas geográficas, latitude e longitude, que oferecem a localização do fenômeno, enquanto o componente Z é chamado de “componente de qualificação”.

Foi realizada uma série de mapeamentos e deve-se esclarecer cada um deles.

Primeiramente, nos mapeamentos da evolução urbana foi utilizada a variável visual da cor de forma binária. Sim ou não se refere à presença de tecido urbano. Optou-se também por trabalhar numa perspectiva intensiva, produzindo um mapa para cada ano com informação (CASTRO, 2012). As informações referentes à mancha urbana de toda a RMBH foram obtidas por intermédio do aplicativo Web *geometropoles*, coordenado pelo Observatório das Metrópoles. As manchas urbanas do município de Belo Horizonte (1918-1950) foram vetorizadas com base em um mapa disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Esclarece-se que, nessa perspectiva histórica, foi adotado, para analisar apenas o município de Belo Horizonte, o limite municipal atual e também as regionais municipais atuais como elemento de referência.

Os mapas seguintes são mapas coropléticos referentes à média da renda mensal do domicílio, mapeados tendo como unidade espacial o setor censitário do IBGE. Nesse

⁸ Sobre essa distinção, ela é bastante clássica nos estudos urbano-regionais, sendo aplicada em diversos estudos do Cedeplar e do Observatório das Metrópoles, embora se reconheça aqui que tal separação é, de fato, muito mais complexa.

mapa, a variação é representada pela variação ordenada das cores. Outro mapeamento que utilizou a mesma técnica foi feito para representar o número absoluto de pobres por municípios e a variação da representatividade destes na população total entre 2000 e 2010.

Outro mapeamento realizado utilizou a técnica de densidade de pontos para representar a concentração de população que vive abaixo da linha de pobreza delimitada na escala do setor censitário. Para chegar a esse valor foi feita uma extrapolação baseada na média das informações sobre a renda domiciliar per capita. Com essas informações, os setores censitários que foram definidos como possuindo a renda domiciliar per capita é inferior à linha de pobreza, foram mapeados o número de pessoas residentes nesse setores. Esse ajuste foi necessário, pois, como descrito anteriormente, as informações em setores censitários são dadas apenas por meio da média.

Um mapa de densidade de pontos é um tipo de mapa que utiliza um ponto para indicar a presença de uma característica ou fenômeno. O *Dot Density Map* é usado para representar valores quantitativos para um campo como uma série de preenchimentos de padrão com base no valor do campo para cada polígono (KIMERLING, 2008). Os dados não são classificados. Em vez disso, cada polígono é preenchido com os pontos baseados no valor do campo, sendo que cada ponto representa um determinado valor (ROTH, 2009).

No caso foi utilizada a técnica *one-to-many*, ou seja, cada ponto representado no mapa equivale a 100 pessoas. Os setores censitários são formados, em sua maioria, de 250 a 350 domicílios (IBGE, 2002). Pela análise do volume populacional nos 8.499 setores censitários da RMBH em 2010, a média em cada setor é de 634,53 indivíduos, com desvio padrão de 316,582. Portanto, o valor de cada ponto para 100 pessoas permite uma visualização dessa distribuição sem saturação ou perda de informação.

Assim, pode-se visualizar a localização da concentração das pessoas nas condições especificadas. Os dados utilizados estão no nível do setor censitário, com o menor desagregamento possível e foram estimados para os anos de 2000 e 2010.

Como trabalho analítico, ainda o mapa de densidade de pontos foi relacionado com o mapa da mancha urbana de cada ano respectivo. A informação da mancha urbana

refere-se ao conceito de ambiente construído obtido pela pesquisa do Observatório das Metrópoles com base na imagem de satélite. Para isso foi utilizada a sobreposição de *layers* no *software* que permite a visualização em camadas da informação espacial, possibilitando, assim, agregar informação e propiciar uma análise em perspectiva relacional.

Também foi utilizada uma solução exaustiva para a análise do padrão de pontos. Assim, o *layer* de pontos de 2000 foi sobreposto ao de 2010, permitindo uma análise têmporo-espacial do comportamento da concentração do fenômeno analisado.

Deve ser destacado que a base cartográfica das delimitações dos setores censitários é alterada a cada censo por questões metodológicas. No censo de 2000 a RMBH foi subdivida em 4.924 setores censitários, número que foi aumentado em 59,32% para o censo de 2010, passando a 7.845 setores censitários. Dessa forma é impossível realizar uma análise comparativa entre os anos de 2000 e 2010 nos mapas anteriores de forma exata. No entanto, é possível, por meio deles, realizar uma comparação ampla e mais qualitativa.

O mapeamento referente às informações das áreas de ponderação foi efetivado, novamente, utilizando a técnica coroplética. Com esse mapeamento buscou-se mostrar a localização dos pobres migrantes, sendo a área de ponderação o maior nível de desagregação permitido para esse relacionamento entre as informações. Destaca-se que, como foram alterados os setores censitários do censo de 2000 para o de 2010, também foram alteradas as áreas de ponderação. Em 2010, o IBGE dividiu a RMBH em 189 áreas de ponderação para agregar os microdados, enquanto em 2000 eram 148 áreas de ponderação, com desenho diferente.⁹

Por fim, outro importante mapeamento realizado foi o mapa de fluxo. Nesse mapeamento foram utilizadas informações sobre as migrações da população total e da população pobre entre os municípios. Os mapas de fluxos demonstram em linhas o quantitativo das trocas realizadas entre as unidades espaciais.

Com todos os mapas produzidos foi possível realizar uma análise de conjunto do fenômeno da migração dos pobres e dos lugares que eles ocupam. Dessa forma, foi

⁹ No Anexo A e no B o conjunto de mapas mostra essa alteração de áreas tanto para os setores censitários como para as áreas de ponderação.

possível elaborar conclusões sobre os padrões espaciais, sempre baseadas em outros elementos balizadores com poder explicativo do que foi observado.

A ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está, a partir de agora, estruturado em capítulos que demarcam o desenrolar da pesquisa.

No primeiro capítulo, temos a discussão da questão da cidade e do espaço urbano. Com isso objetivou-se explorar a diferença da forma da cidade para o processo urbano, destacando nesse entremeio a produção da cidade capitalista, baseada também na apropriação desigual das rendas fundiárias. Uma discussão se abre, brevemente, sobre a acumulação por despossessão que ainda ocorre nas cidades contemporâneas para então visualizar como acontece o processo de urbanização no mundo (desenvolvido e subdesenvolvido). Também apresenta, neste capítulo, como a mobilidade da força de trabalho é essencial para a organização espacial, entendidos como parte de um contexto estrutural da sociedade que organiza esses fluxos, tendo como foco principalmente o contexto das migrações intrametropolitanas.

No segundo capítulo trata-se do tema da pobreza, da exclusão e da segregação por intermédio de uma revisão bibliográfica e de uma reflexão sobre os autores e as dinâmicas recentes, uma vez que concordo com Lúcio Kowarick (1997) que esses temas merecem maior esforço interpretativo, tanto empírico como teórico. Para compreender essa dinâmica, deve-se ter em mente: quem são os excluídos? Dessa maneira, deve-se investir no desenvolvimento de uma compreensão teórico-conceitual de elementos que possam clarear a natureza dos processos de exclusão e as situações decorrentes deles. (OLIVEIRA; PINTO, 2001)

O capítulo seguinte, sobre a geografia histórica de Belo Horizonte, é dedicado a analisar a evolução da produção da cidade e da metrópole de Belo Horizonte, seguindo a recomendação de Santos (2008) referente à importância do estudo da história das cidades sob um enfoque multidisciplinar, para compreender como estas são criadas. No entanto, não é o caso de tomar a história como um nexos causal dos fatos históricos, como alerta Benjamin (1987). A ideia é captar a configuração do atual, em que o presente entra em contato com uma época anterior.

Na sequência, no quarto capítulo são apresentados os resultados. Nele constam os dados tratados e mapeados que permitem visualizar o processo no qual foi possibilitado alcançar o objetivo desta pesquisa.

O quinto capítulo, denominado “A periferia fractal em paralaxe: os olhos dos pobres”, apresenta a discussão dos resultados numa perspectiva crítica que analisa a diferença dos “urbanos” dentro do “urbano”, propondo uma teorização em torno da situação da pobreza nas metrópoles contemporâneas.

Seguem, então, as considerações finais que foram alcançadas ao longo da elaboração do trabalho, em que se destacam os resultados e as discussões de uma maneira integrada, além de apresentar novas oportunidades de pesquisa e as limitações encontradas.

CAPÍTULO I – A CIDADE E O URBANO: A URBANIZAÇÃO DO/NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

The city is manifestly a complicated thing
David Harvey

Cidade e urbano são, mais frequentemente que o desejado, tomadas como sinônimos e empregadas para designar qualquer forma de cidade: a *pólis* grega, a cidade medieval, a pequena cidade ou uma metrópole. No entanto, essa confusão conceitual deve ser evitada pelo simples fato de significar elementos essencialmente diferentes. Chamar-se-á cada parte por seu devido significante, com o seu devido significado.

Na gramática, a palavra “cidade” é um substantivo, usado para nomear determinada coisa. Já a palavra “urbano” é um adjetivo e serve para caracterizar as coisas. Mas o termo urbano merece maior dedicação ao ser conceituado, pois pode sofrer a substantivação do adjetivo, passando, ele próprio, a nomear algo também. Segundo Lecione (2008), o conceito de cidade é problemático, pois serve para nomear um objeto muito variável (a cidade grega, a cidade industrial, a cidade turística etc.). Dessa forma, a autora reduz o conceito a dois termos que parecem se manter constantes: aglomeração e sedentarismo.

O termo urbano deve ser apreendido de acordo com a proposta de Lefebvre (2008). O autor adota o termo *sociedade urbana* para designar a sociedade nascida com a industrialização e que a sucede, embora destaque que não é o caso de um subproduto da industrialização que se cria, porque explode as antigas cidades, precursoras da industrialização. Por isso o autor fala que a sociedade urbana “nasce das ruínas das cidades” (LEFEBVRE, 2008, p.17). Utiliza ainda o termo tecido urbano não de maneira restrita ao domínio edificado nas cidades, mas também incluindo suas manifestações práticas e ações. Assim, de maneira sintética, o autor chama a combinação da sociedade urbana e do tecido urbano simplesmente de urbano, tornando-o um substantivo utilizado para designar não uma realidade acabada, mas um processo de constante produção histórica.

1.1 – Da *pólis* à metrópole

A forma designa, de modo mais recorrente, a estrutura morfológica dos elementos distribuídos no espaço: como estão articulados ou o que os compõe. No

entanto, destaca Duarte (2002), a forma da cidade não é algo imediatamente apreensível em sua totalidade. Ela é multifacetada por natureza. Mas é por intermédio dessa nova forma que é possível compreender a sociedade urbana contemporânea. Afinal, “a essência aparece; a aparência é essencial” (LEFEBVRE, 1983, p.294 *apud* DUARTE, 2002, p.92)¹⁰

A forma urbana não se reduz à materialidade do espaço construído. A forma consiste no resultado da operação que produz objetos portadores de uma intencionalidade reconhecível. A forma torna a materialidade operacional e comunicante. Formalizados, os objetos tornam-se virtualmente aptos para o desempenho das funções a eles destinadas ou atribuídas. Para que os objetos funcionem, não basta, no entanto, que eles estejam formalmente aptos. É necessário que sobre eles incidam as ações. São, portanto, as ações que se encarregam de atualizar os objetos, realizando, por meio das formas, as funções. O ajuste entre a ação incidente e o objeto implica um duplo movimento: a forma predispõe o objeto para a ação que, por sua vez, deve se submeter também à forma existente. Assim, na medida em que o funcionamento dos objetos depende fundamentalmente da forma que possuem, podemos dizer que a forma assume a condição de intermediária indispensável entre os objetos e as ações, isto é, em linguagem miltoniana, entre os fixos e os fluxos. (SANTOS, 1996)

A forma em que a cidade é produzida, embora seja aparentemente estática, é um produto, e como tal, é possível vislumbrar o processo que o gerou. A cidade é então resultado, antes, da *práxis* do trabalho humano. Assim, assume-se a forma para satisfazer as necessidades do modo de produção vigente como forma dinâmica de criação. É o resultado da dialética entre o homem e o meio.

David Harvey (2008) lembra a contribuição de Robert Park (1967, p.3)¹¹, para quem a cidade é

Man's most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.

De uma forma quase filosófica, o sociólogo urbano expõe uma importante característica da cidade. Dialeticamente, o autor assume que a cidade é um produto

¹⁰ LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

¹¹ PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**, Chicago, 1967.

humano, mas que, de forma indireta e despercebida, ao “criar” e “recriar” a cidade, o homem também se refaz, pois, antes de tudo, a cidade é um reflexo da sociedade, bem como a condiciona.

Dessa forma, entende-se a afirmação de Lefebvre (2008, p.40): “a arquitetura segue e traduz a concepção da cidade”. A cidade é produto de um processo maior, que a gera de acordo com a ideologia, com a política do modo de produção hegemônico, já que, como lembra Harvey (1980), a forma em que o espaço é organizado é representativa da ideologia. O autor cita a organização arquitetônica da igreja como exemplo; cada espaço é destinado a cumprir determinada função. Conforme explicitado pelo antropólogo Lévi-Strauss (1967 *apud* HARVEY, 1980)¹², o traçado dos vilarejos das culturas primitivas reflete, em detalhes, a mitologia e as relações sociais que aquele povoado mantém. A cidade, mesmo na sua forma contemporânea, aparentemente amorfa e caótica, está carregada de um componente simbólico.

Concorda-se com a colocação de Martins (2009, p.55), que “a cidade é trans-histórica”, elemento de criação do trabalho humano que se perpetua no tempo, não com as mesmas formas ou conteúdos, mas que se (re)produz. Assim, aqui serão abordados os principais pontos destacados por Henri Lefebvre (2008) que balizam o processo de evolução das cidades.

Henri Lefebvre (2008, p.18), em um exercício histórico-filosófico, traça o processo do fenômeno urbano, colocando em uma extremidade a “terra entregue aos elementos da natureza”, ou seja, sem o trabalho humano, e, na outra, a culminação do processo de “total urbanização da sociedade”.

Próximos do zero inicial estão os primeiros grupos humanos, pescadores e caçadores essencialmente nômades que, algum tempo mais tarde, sedentarizados, criaram as primeiras cidades. Tais cidades se organizaram por meio de impulsos autoritários impostos pela força de conquistadores, que se tornaram “protetores e exploradores, isto é, administradores” (LEFEBVRE, 2008, p.19), criando o primeiro esboço de um Estado. Assim, cria-se o que Lefebvre (2008) denomina de cidade política – a *pólis*. O autor destaca que a cidade política é “[...] inteiramente ordem e ordenação, poder” (LEFEBVRE, 2008, p.19).

¹² LÉVI-STRAUSS, Claude. **Structural Anthropology**. Chicago, 1963.

Embora não tenha sido sua principal característica, existia em suas ruas algum comércio, incipiente e pontual, mas que foi aumentando ao longo da história. O comércio ganhou força funcionalmente, pois se tornou necessário à própria manutenção da cidade política, embora a cidade política resistisse (em Atenas foi proibida a disposição de mercadorias na Ágora – espaço político). Foi apenas no final da Idade Média da Europa Ocidental que “mercadoria, mercadores e o mercado penetram triunfalmente na cidade” (LEFEBVRE, 2008, p.20).

Ao longo dessa luta (de classes) é que a cidade política é superada e dá lugar à nova organização, a cidade mercantil. O mercado torna-se essencial à cidade, figura central na sua organização. As praças do comércio são circundadas pelas outras estruturas, pois abrigam a nova função primordial da cidade (LEFEBVRE, 2008). O capital comercial continua a crescer e, eventualmente, inicia-se a industrialização, ainda timidamente com as casas de trabalho no século XVIII, mas intrinsecamente conectadas às cidades (HOBSBAWN, 1994; DOBB, 1997)

Em determinado momento, a indústria explode dentro das cidades, em especial no contexto da primeira revolução industrial (HOBSBAWN, 1994). Assim, tem-se uma nova estruturação da sociedade. A cidade industrial é construída à imagem e semelhança das fábricas. Essas últimas ocupam lugar de destaque no cenário e todo o resto, sociedade e cidade, se estrutura em torno delas (LEFEBVRE, 2008). A cidade industrial representa assim a produção de mais-valia com a direta exploração do trabalho humano na produção. Representa, como exposto na análise de Harvey (2010), a casa de força para a acumulação capitalista. No entanto sua configuração foi instável, econômica e politicamente. Não apenas pela forma urbana, mas pela formação econômico-social organizada nesse período.

Cabe destacar que, como exposto por Lefebvre (2008, p.39), as cidades políticas, mercantis e industriais ainda não são “o urbano”; são seu pressentimento.

Nesse processo, a cidade industrial passa a anunciar e enunciar o que Lefebvre (2008) denomina de *zona crítica*. Lefebvre (2008) recorre então à metáfora da implosão-explosão da cidade (já iniciada com a industrialização, mas só aqui consumada), em que, ao mesmo tempo, acontece a intensa concentração de pessoas, atividades, capital, instrumentos, técnicas, pensamento e a projeção de fragmentos da cidade, múltiplos e disjuntos, por todo o espaço. Neste sentido, analisa Tonucci (2013) a

cidade industrial enorme e conurbada que precede e anuncia a zona crítica de passagem da cidade industrial ao urbano. A realidade urbana (induzida pela industrialização) torna-se causa indutora, e a problemática urbana impõe-se em escala mundial. Essa nova realidade urbana modifica as relações de produção – mas não as transforma – e torna-se força produtiva.

Pode-se, frente a isso, abordar a ideia de cidade fractal, momento em que se a cidade se torna fragmentada e articulada, dispersa e centralizada. A ideia da cidade fractal surge no trabalho de Soja (2008), estando ligada à noção de pós-metrópole. A cidade fractal faz parte dos ‘discursos’ que dão forma à “*Postmetropolis*”. A fractalização da cidade (e da metrópole) é um acontecimento em que ocorre um processo de urbanização reestruturado de forma a reorganizar os fragmentos multiarticulados em diversas escalas e intensidades. O mosaico da cidade fordista torna-se um caleidoscópio (MONTE-MÓR, 2006). Essa alteração, segundo Monte-Mór (2006, p.80), faz com que a cada mudança conjuntural expressiva as peças que organizam a metrópole “saíam do lugar” e, dessa maneira, o “novo aparece no espaço urbano-regional”. O argumento subjacente à ideia da metrópole fractal está em destacar a fragmentação e dispersão do ambiente construído no espaço regional, com forte aspecto da segregação socioespacial. Isso acaba por criar diversas polaridades que são, embora de forma velada, interdependentes.

Coincide, esse momento, como é demonstrado por Harvey (2010), com o desenvolvimento do capital financeiro. Assim, a produção do urbano e das cidades não foi diferente. Apoiados no keynesianismo, o capital urbanizou-se intensamente e configurou a cidade como um artefato de consumo. A forma das cidades é alterada essencialmente. Inicia-se o processo de suburbanização, e o espaço da cidade é compactado de acordo com o uso (espaço residencial, espaço de lazer, espaço de trabalho etc.). Como lembra Harvey (2010, p.39): “Geographical dispersal and space-packing had its limits, however.” Era necessária uma nova alteração na cidade para superar essas contradições.

Para superá-las, inicia-se o que Harvey (2010) denomina de transição pós-keynesiana. A principal característica é a cidade encarnar o *zeitgeist* do capitalismo pós-moderno. Agora, em simbiose, convivem o *laisse-faire* do livre mercado e a presença do Estado planejador que atua fortemente. Kurz (2009) fala que existe um

keynesianismo neoliberal, já que, para ele, as duas doutrinas “tornam-se idênticas, porque tanto o Estado como o Mercado apenas podem executar os limites da valorização do capital no corpo da sociedade”. E nisso, as cidades são fundamentais. Portanto, nesse período, acontece o *boom* urbano no planeta – tanto quantitativo como qualitativamente. Assim nasceram as metrópoles.

1.2 – O urbano

Muitos dos estudos urbanos desenvolvidos na academia separam o urbano dos estudos sociais e econômicos, como um “espetáculo” à parte ou um subproduto passivo. Estudos sociais, culturais e econômicos também desconsideram em grande medida o caráter urbano desses elementos. Harvey (1996, 2011) destaca que o urbano não é uma estrutura ou processo, à parte da totalidade social, e só é possível compreender o todo quando este é considerado no contexto. O processo de urbanização contém outros tais como a metropolização, a suburbanização, a periferação, a favelização etc., ao passo que também está contido em outros, como a globalização, a financeirização, a mediatização, a tecnologização etc.

Ao refletir sobre esse conceito, Monte-Mór (2006) considera a sociedade urbana de Lefebvre como a síntese dialética (virtual) da velha dicotomia cidade-campo, superada pelo urbano, metáfora para a compreensão do espaço social redefinido e repolitizado na expansão do fenômeno urbano. O urbano denotaria assim a extensão virtual do espaço urbano por meio do tecido urbano (a forma socioespacial herdeira da cidade) por todo o espaço social. Desse modo, a urbanização extensiva corresponde ao processo de urbanização que se espraia para além das cidades, abarcando virtualmente todos os espaços rurais e regionais. Ela representa a forma socioespacial dominante na sociedade capitalista contemporânea, com a extensão das formas e dos processos urbano-industriais e do elemento político da *práxis* urbana à totalidade do espaço social. Nas palavras do autor:

A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como lócus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. [...] O espaço urbanizado, passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas. (MONTE-MÓR, 2006, p.13)

O urbano deve ser entendido, portanto, como um processo dinâmico recente, advindo da industrialização (mas sem ser seu subproduto). Ele representa, além das estruturas físicas, a nova *práxis* social que emergiu criando a forma urbana que conhecemos hoje. Assim, em linhas gerais, deve-se, conforme apresentado por Harvey (1980, p.34), “considerar o urbano como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”, um reagindo ao outro em um processo dialético de superação. Dessa maneira, os diferentes usos do solo encontrados no espaço urbano revelam os processos de produção das estruturas, das formas e funções da cidade como um processo social ao longo do tempo. Assim, mais do que um conceito reificado, o urbano deve significar um conjunto de processos sociais que se dão no espaço, promovendo a interação de diversos atores.

Volochko (2008) atenta para diferenciar o modo como tal fenômeno é percebido. O autor denomina de compreensão *stricto sensu* de urbanização quando esta é considerada como crescimento quantitativo do espaço construído com características de cidade. Em contrapartida, também é possível (necessário talvez?) encarar o fenômeno urbano em uma perspectiva *latu sensu*, que significa considerar a *práxis* que produz e é produzida pela urbanização.

Essa perspectiva totalizante do fenômeno urbano descrita por Volochko (2008) permite vislumbrá-lo em uma dupla perspectiva: como forma, entendida como a estrutura socioespacial-histórica (ser-espaço-tempo); e também como conteúdo, ou seja, significado e intencionalidade produzidos pela ação humana. Assim, forma-se um só nexos que Santos (1996) denomina de forma-conteúdo. Para o autor, o espaço como forma não pode existir por si só, bem como o conteúdo não se sustenta alheio à forma. Sendo assim, assume-se a dialética forma e conteúdo do espaço e, por extensão, do urbano, o que significa então que a forma urbana, tal como se apresenta, é repleta de conteúdo, de uma significação que lhe é atribuída.

O urbano deve ser entendido como a proposta de Corrêa (1993), baseado nas ideias lefebvrianas. O urbano é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, o que significa dizer que é formado por diversas partes que constituem uma totalidade, estando todas elas interligadas. Também o urbano é reflexo e condicionante social, ou seja, ao mesmo tempo em que sua produção é realizada pelas *práxis*, o próprio urbano reage e interfere nas *práxis* sociais. O urbano é um conjunto de símbolos, de significados que são produzidos, destruídos e reproduzidos constantemente e que revelam a ideologia e política vigentes. Assim, conclui o autor: “É a própria sociedade em uma de suas dimensões, [...]” (CORRÊA, 1993, p.9)

Deve ser compreendido, como é descrito por Löwy (2006), que o espaço urbano se tornou o local especial da luta de classes. É um espaço que, além de concentrar uma série de contradições do modo de produção, as expõe. Benjamin (2005, p.11) afirma que “cidades são campos de batalha”, lugar da luta individual e coletiva. Com essa compreensão, passa-se a considerar a dimensão política do processo de urbanização.

Segundo Harvey (2012, p.117), “The urban should be understood as an important site of political action”, já que é nesse espaço que acontecem as ações políticas. Assim, cada classe, ao longo dessa disputa, “[...] procura modificar o espaço urbano a seu favor” (LÖWY, 2006, p.64). Por meio dessa tensão o espaço urbano é produzido. Portanto, a forma que a cidade assume e o processo de sua produção não são instituições neutras; são políticas, moldadas pelas lutas de classe.

Ao analisar o urbano, destacando sempre sua dimensão política, Lefebvre (2008) propõe a distinção de níveis que permitem diferentes abordagens do urbano: num nível global, num nível misto, num nível privado. No global, está o poder como vontade e representação em que entram ações lógicas, “*sócio-lógicas*” e “*ideo-lógicas*”, que conduzem os movimentos da sociedade. Segundo o autor, esse nível global é o das relações mais gerais. O nível misto diz respeito à “cidade” (na acepção corrente do termo), que media e coloca em contato o global e o privado. Nele estão o meio edificado (próprio do nível privado) e a lógica organizacional da produção das relações sociais (do nível global). De tal forma, possui funções duplas – funções que atendem ao espaço externo e também funções internas –, assim como estruturas duplas – que servem ora ao externo, ora ao interno –, e por isso é chamado de nível misto. Enfim, o

nível privado é por muitos negligenciado. Nesse nível está o habitar (não o habitat)¹³, que lida com a prática cotidiana da vida, a reprodução do viver, o “vivido”.

Se os níveis estão hierarquizados tendo como base sua escala, não é possível hierarquizar sua importância. “A importância dos níveis é relativa”, diz Lefebvre (2008, p.84), pois se assume que são inter-reativos e interdependentes. O nível global só pode existir com o misto e o privado, e o mesmo vale para estes. Dessa forma, a importância não está em um dos níveis, mas, *a priori*, reside em todos ao mesmo tempo, pois a totalidade se constitui dos três níveis. Assim, a importância de cada nível diz respeito à análise do momento, dependendo muito mais do sujeito do que dos próprios níveis.

A forma de entender o urbano (e atribuir importância aos níveis e/ou ao todo), diz Lefebvre (2008), depende primeiramente do método. A sociologia e a geografia ecológica destinaram-se a descrever o habitat, as unidades de vizinhança, as formas de relação na cidade. O empirismo positivista enfatiza a morfologia das cidades. A fenomenologia ocupa-se em estudar os laços criados nestas. Desde 1970, o urbano alocou-se de forma imperiosa na teoria (neo)marxista. Sob essa perspectiva, Smith (1994) apresenta duas distintas questões destacadas pelos teóricos. A primeira, colocando em foco o papel do espaço urbano no processo de acumulação do capital – tanto do ponto de vista econômico, como em Lojkine, quanto na perspectiva ideológica de Lefebvre (1991). A segunda está preocupada em compreender o urbano como uma arena das reproduções da força de trabalho, tese desenvolvida por Castells.

Essa divisão metodológica não representaria antes uma divisão do trabalho? De qualquer forma, Lefebvre (2008) conclui que esses métodos podem, de fato, evidenciar algum aspecto ou traço da totalidade urbana. No entanto, “os fragmentos não constituem conhecimento” (LEFEBVRE, 2008, p.52). Cada parte do conhecimento parcela a totalidade para compreender ainda mais uma realidade tão complexa quanto o urbano o é. No entanto, falta o retorno à totalidade.

Lefebvre (2001, p.53) esclarece que a análise do urbano não deve ser fechada em si própria, de forma isolada da totalidade. Segundo o autor, não se pode “separá-la nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém”. O urbano representa, assim, um elemento de um grande sistema-mundo e, por essa característica, mantém uma série de

¹³ Para a diferença entre habitar e habitat, ver: LEFEBVRE, 2008, pp.78-80.

relações com elementos externos a ele. Essa lógica demonstra que a produção e a reprodução do espaço urbano seguem um percurso global.

Essa lógica global da produção da cidade é trabalhada, de maneira muito semelhante, por Santos (1996). O autor afirma, sem desconsiderar a totalidade – que, por si só, é a cidade – que o urbano é dependente de uma lógica global. Para ele, isso representa o “único motor da mais-valia” (SANTOS, 1996, p.46), que atua em todo o processo em uma escala global.

Ana Fani Carlos (2009) diz ser a paisagem urbana expressão simultânea da ordem e do caos. As linhas retas dos prédios, os traçados viários em ordenamento, o funcionamento preciso do ritmo da cidade convivem com as dinâmicas socioespaciais complexas, fluidas, contraditórias e repletas de conflitos. Essa dialética entre ordem e caos é expressa também por Lefebvre (2008), que considera a existência de uma ordenação imposta de forma hierárquica à sociedade, mas também o caos que faz produzir o urbano. Ordem e caos no urbano estão ligados essencialmente ao modo de produção capitalista. “A ordem capitalista gera um caos urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.17). Dessa forma, ao produzir, de acordo com a ordem do modo de produção capitalista, produz-se por consequência aparente desorganização e fragmentação. O urbano é, então, desorganizado exatamente por estar organizado de acordo com a lógica capitalista.

O urbano, sua dinâmica e seu arranjo espacial são primeiramente um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo, sendo criado e recriado constantemente por agentes que produzem e consomem o espaço. (CORRÊA, 1993) Sobre a ação desses agentes, Roberto Lobato Corrêa apresenta cinco grandes produtores e consumidores do espaço¹⁴, esclarecendo a lógica complexa em que atuam, derivando da dinâmica da própria acumulação capitalista, de necessidades mutáveis das relações de produção e dos diversos conflitos de classe que dela tendem a surgir (CORRÊA, 1993). Assim, fica claro que existem conflitos e contradições que emergem dessas relações.

Cabe salientar ainda que esses agentes atuam no espaço urbano tendo por referência um “marco jurídico” que visa regulamentar a sua atuação. No entanto, esse

¹⁴ Estado, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e os grupos socialmente excluídos.

marco não é neutro e reflete os interesses do(s) agente(s) dominante(s). Lefèbvre (1976)¹⁵, citado por Corrêa (1993, p.12), afirma que o espaço urbano das grandes cidades capitalistas constitui-se em um “instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos da acumulação de capital”.

Embora Corrêa (1993) apresente a separação dos agentes, não é rara a interligação destes, excetuando-se os socialmente excluídos, na dinâmica processual da produção do espaço. Com relação aos capitalistas (proprietários dos meios de produção), é importante destacar que, apesar de se apresentarem divididos em frações (industrial, comercial, financeira, de serviços etc.), possuem o mesmo objetivo: o lucro. Também não se pode ignorar que em uma sociedade de classes o Estado representa os interesses da classe dominante¹⁶.

Dessa forma, destaca Lefebvre (2001), a cidade é obra de agentes históricos e sociais que permitem distinguir a ação e o resultado, os grupos e seu produto. No entanto, todos esses elementos estão intrinsecamente ligados de forma complementar. É a ação deles que vai produzir a cidade.

A ordem urbana, ou seja, a forma em que se estrutura material e ideologicamente o urbano, é diretamente derivada da ordem dominante. Ribeiro (2008) trabalha essa ideia considerando a produção do urbano como uma materialização da ordem dominante capitalista (da ordem macroestrutural), com todas as contradições inerentes a ela. Dessa forma, é possível visualizar na organização urbana elementos da organização social. É nesse sentido que se pode apreender a afirmação de Henri Lefebvre (2001, p.66):

A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias. (LEFEBVRE, 2001, p.66)

É importante considerar essa dupla determinação que advém da relação dialética espaço-sociedade. A produção do espaço urbano é, ao mesmo tempo, determinante para a estrutura social, bem como a estrutura social age sobre a produção do espaço urbano.

Essa ordem urbana permite visualizar a organização social em dois níveis complementares: 1) material – em que se permite ver a ordem social por meio da

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1976.

¹⁶ Como já discutido no capítulo anterior.

paisagem geográfica (padrão de construção, acesso e qualidade da infraestrutura, localização etc.); e 2) ideológico – em que a estrutura social é expressa com base na percepção, na representação de pensamento e do discurso¹⁷ (hegemônico) que, em certa medida, comanda a produção da cidade.

No sentido lefebvriano, o urbano foi criado por determinadas relações sociais próprias do sistema capitalista com a industrialização. Forma essa de produção social e espacial que apenas pode existir com o desenvolvimento do capitalismo.¹⁸ Nesse sentido é que Martins (2009, p.58) afirma ser o urbano o “epicentro da acumulação capitalista”.

Liberato (2007, p.99) sustenta que “a cidade é de suma importância para a formação e reprodução do capital” e que a organização espacial das cidades, as estruturas fixas e os fluxos são todos resultantes da lógica de acumulação capitalista impregnada tanto na produção quanto na reprodução dos espaços citadinos. Segundo Castilho (2011, p.95), o espaço urbano é o “locus da expansão de ações cujas intenções acham-se perfeitamente vinculadas à obtenção de lucros”. Harvey (2012, 2011) chega a afirmar que o processo de urbanização representa fundamental papel para a absorção de capital ao longo da história do capitalismo. Segundo o autor:

The reproduction of capital passes through processes of urbanization in myriad ways. But the urbanization of capital presupposes the capacity of capitalist class powers to dominate the urban process. This implies capitalist class domination not only over state apparatuses, but also over whole populations - their lifestyle as well as their labor power, their cultural and political value as well as their mental conceptions of the world.(HARVEY, 2012, p.65)

A urbanização da sociedade e do território deve-se à urbanização do capital. As cidades tornaram-se o *locus* preferencial para a reprodução ampliada e acelerada do capital e uma forma de controle da população. Dessa forma, as cidades tendem a servir primeiramente às necessidades das classes hegemônicas.

Como bem lembra Castells (1975), a cidade serve, em primeira instância, para a reprodução da força de trabalho por meio de mecanismos complexos de organização e

¹⁷ Sobre isso, ver: FOUCAULT (1985; 2004); ZIZEK (2012); TOPALOV (2013)

¹⁸ Significaria isso que, para sempre, o urbano estaria subjugado pelo capitalismo? Lefebvre (2008) diz que, como as outras formas de cidade e práticas sociais persistiram, o urbano também é possível de superar o capitalismo. Poder-se-ia falar de um metaurbano – o urbano para além do urbano que se experimenta.

controle social, que garantem a manutenção dessa força de trabalho para o capital usufruir de sua reprodução ampliada.

No entanto, Lojkine (1981) afirma que a cidade não serve somente para essa reprodução da força de trabalho, mas sim para satisfazer as condições gerais da produção, o que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, a livre circulação de mercadoria, os serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual-final. O autor ainda chama atenção particular para esse último ponto, das infraestruturas básicas que ele nomeia de meios de consumo coletivo. Estas, ainda que sejam improdutivas de mais-valias, “são cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas.” (LOJKINE, 1981, p.129). Segundo o autor, são condições necessárias para garantir a continuidade do processo de reprodução, da força de trabalho e do capital.

A produção de meios de consumo coletivos como a escola ou o hospital oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra de força de trabalho e de meios de trabalho que só funcionam no processo de consumo. São portanto despesas indispensáveis para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final. (LOJKINE, 1981, p.129)

Além de representarem um meio de assegurar força de trabalho para ser extorquida no processo de produção, os meios de consumo coletivo aparecem como elementos fundamentais para garantir o consumo individual. “São os suportes materiais desse condicionamento do consumo individual” (LOJKINE, 1981, p.131). São elementos que permitem o consumo individual posterior, como a energia elétrica, sem a qual não seria possível consumir eletrodomésticos.

Assim, os meios de consumo coletivo estão diretamente ligados à satisfação das condições gerais da produção, sendo a cidade uma forma espacial capaz de otimizar e ampliar a ação desses meios de consumo coletivo em razão da aglomeração da população. Segundo o autor, a cidade capitalista não pode ser definida sem referência aos meios de consumo coletivo.

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção das quais a urbanização, já vimos, é componente essencial. (LOJKINE, 1981, p.137)

Harvey (2001, p.42) esclarece que no sistema capitalista “a acumulação de capital [se situa] no centro das coisas”. Assim, o processo de acumulação de capital é o motor desse modo de produção, sendo seu fundamento (princípio) e finalidade (objetivo). Continuando sua análise, Harvey (2001) afirma que, dentre as muitas consequências dessa forma de organização da produção e reprodução da vida material, está a constante e incessante necessidade de consumo do espaço, pois

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico-político. (HARVEY, 2001, p.193)

Harvey (2010) destaca que a localização da oferta de bens públicos representa forte exclusão social, uma vez que esses bens não são distribuídos igualmente, ou ainda, justamente. O autor os denomina de “*impure public good*”¹⁹, ou seja, bens que deveriam ser públicos e distribuídos de forma a proporcionar a igualdade e que são, muitas das vezes, utilizados para aumentar a distância entre os mais pobres e os mais ricos: “They are not equally available in terms of quantity or quality to all individuals” (HARVEY, 2010, p.87)

Ao analisar o sistema urbano, Harvey (1980) identifica o que ele chama de diversos “*hidden mechanisms*” que atuam nas cidades distribuindo a riqueza de forma desigual. Segundo o autor, poucas foram as tentativas de análise crítica desses mecanismos ativos do espaço urbano. Como é colocado por ele: “the mechanisms which generate income inequalities in first place, [...] rather than reduce them.” (HARVEY, 2010, p.52). Alterações nesses mecanismos, sua localização, tipologia, quantidade e qualidade afetam diretamente a redistribuição de renda em um sistema urbano. Assim, pode ser “[...] a potencial source of income inequalities.” (HARVEY, 2010, p.60)

¹⁹ Harvey (2010) considera-os no sentido mais amplo. Desde uma praça ou um parque, até o posto de saúde, o acesso à educação, o supermercado, as vias de acesso de qualidade à água e esgoto, inclusive ar puro.

A organização do espaço da cidade produz e intensifica a desigualdade entre os grupos sociais. Como consequência, a ocupação territorial da cidade também passa a seguir uma certa lógica. É frequente que essa lógica siga o padrão dos grupos étnicos, da necessidade de proximidade de determinadas instituições ou até mesmo o pensamento sobre uma melhor ou pior qualidade de vida. No entanto, o elemento mercado de terra controla todas as outras lógicas na cidade capitalista. Dessa forma a ocupação é realizada, primordialmente, de acordo com a capacidade financeira dos indivíduos.

1.3 – A mais-valia urbana

A inserção da cidade e do espaço urbano no circuito do capitalismo acontece de variadas formas, desde ideologicamente até o *lôcus* da produção de mercadorias e da reprodução da força de trabalho. No entanto, cabe destacar o papel que a mais-valia urbana, um dos elementos-chave para a compreensão da configuração da cidade contemporânea, cumpre na organização urbana capitalista.

A propriedade privada da terra, lembra Marx (1986, p.124), “pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções de terra”. Portanto existe um valor econômico desse monopólio e, sendo a terra uma mercadoria (como tudo mais dentro do sistema capitalista), ou seja, possuidora de um valor de troca a ser estabelecido no mercado, deve-se garantir lucro ao seu proprietário.

A ocupação do espaço urbano reflete uma enorme diversidade de paisagens, que, em si mesmas, constituem uma característica do desenvolvimento urbano sob a regência do sistema capitalista. Essa diferenciação é apresentada como tendo origem no que Pacione (2001, p.154) denomina de “*padrões de consumo*”. Segundo o autor, a organização capitalista da sociedade encaminha a uma diferença dos grupos em referência ao padrão de consumo.

The different patterns of consumption enjoyed by different groups in society are reflected in the polarisation of the retailing landscape as a result of the segregation of the market into different niches. (PACIONE, 2001, p.154)

Sobre esse processo, Vêras (2003, p.79) afirma que “A forma segue a finança”. Ou seja, a paisagem urbana possui uma estreita relação com a organização espacial do capital. As áreas com investimento de capital serão as que receberão mais e melhores serviços etc., enquanto na paisagem de espaços com pouca disponibilidade de capital

será produzida muito pouca ou quase nada de infraestrutura para essa população. “There is good reasons to believe”, segundo Harvey (1973, p.143), “that the Market mechanism is the culprit in this sordid drama”.

Os grupos com maior capacidade financeira disponível para investir em terrenos urbanos ou vastas áreas passam a ser o que Clark (1985, p.221) denominou como “proprietários de terra monopolistas na cidade”. Esse grupo de um pequeno número de proprietários, mas com alto poder de investimento, possui a propriedade de maior parte do espaço urbano, controlando o mercado de terras.

Dessa forma, em razão do mercado, a ocupação na cidade acontece de forma diferenciada, sendo a qualidade determinada pela capacidade financeira. Passam a existir locais na cidade tidos como bons e outros como ruins. Acontece assim o processo de hierarquização dos espaços, que segue, novamente, a lógica capitalista: os melhores lugares são aqueles com os preços mais elevados. Friedmann (1969²⁰ *apud* HARVEY, 2010, p.88) denomina esse processo de “polarized development”. O desenvolvimento é polarizado socialmente e, por consequência, espacialmente. Determinados espaços são privilegiados em detrimento de outros, que tendem a favorecer ainda mais as classes dominantes, enquanto as subalternas são subjugadas.

Esse processo acontece por uma íntima relação entre Estado e Capital (mesmo no neoliberalismo, afirma Harvey (2012)). Assim, a cidade – sua produção física e simbólica, bem como o chão que se assenta – é vista como mercadoria da qual são apropriadas grandes parcelas da renda. Esse processo é caro à economia política que, como lembra Marx (2013), é a ciência responsável por entender o porquê de cada coisa ter o preço que tem.

Pensando no urbano contemporâneo é fácil reconhecer tanto a ação do Estado, por meio dos planejamentos urbanos e de toda a legislação urbanística, bem como a ação do mercado. Mas é necessário compreendê-las mais a fundo, ressaltando essa inter-relação, em especial pelo fato de existir a apropriação, por parte da classe capitalista, de uma renda fundiária urbana.

²⁰ FRIEDMANN, John. **A General Theory of Polarized Development**. School of Architecture and Urban Planning, University of Los Angeles, 1969.

Marx (1986) chama a atenção para não se confundir a renda fundiária com juros ou com o próprio preço da terra. A natureza da renda fundiária é a mais-valia, ou seja, um produto de trabalho excedente não pago a quem produziu. Assim, deve-se entender a renda fundiária como parte do excedente socialmente produzido que é apropriado pela classe dos proprietários de terra. Em sua análise, o autor distingue a renda fundiária em três partes: a renda absoluta, a renda diferencial e a renda de monopólio.²¹

A renda da terra, embora descrita por Marx (1986) para a situação rural (como renda em trabalho na agricultura, em espécie ou dinheiro), possui um correspondente na cidade. No entanto, esta não aparece diretamente, assumindo uma forma abstrata: a renda não se apresenta como produto do solo, mas como juro de um capital investido que é apropriado. Assim, lembra Marx (2010, p.94): “A terra como terra perdeu sua qualidade social distintiva [*standesunterschied*] e converteu-se em capital e juro que nada dizem, ou antes, que apenas sugam dinheiro.”

Assim, dessa perspectiva da renda da terra para a propriedade rural, as categorias definidas por Marx (1986) são adaptadas por diversos autores, como Gonzáles (1985) e Lipietz (1974), para a concepção no espaço urbano. São entendidas como:

- 1) renda absoluta – resulta da diferença entre o preço do mercado e os preços da produção do alojamento;
- 2) renda diferencial – é gerada pelo lucro suplementar obtido pela produção das unidades e pela área do entorno;
- 3) renda de monopólio – é a determinante das medidas de preço do solo urbano, conseguida com os preços de monopólio, resultando no poder conferido àqueles que têm a propriedade dos terrenos para estabelecer os preços.

A terra, portanto, possui uma renda entendida como sendo parte do excedente econômico global pago periodicamente aos proprietários dos terrenos em função da sua utilização. Trata-se, assim, de um fluxo de riqueza extraído da sociedade e direcionado aos proprietários fundiários. Esse processo é possível em virtude da não

²¹ Para mais, ver: BOTELHO, 2011.

reprodutibilidade da terra e, principalmente, da existência da propriedade privada. (JARAMILLO, 2010 *apud* MAGALHÃES, TONUCCI, SILVA, 2011)²²

Segundo Monte-Mór e Almeida (2011), o termo mais-valia fundiária é entendido como uma expressão do excedente que é induzido, preferencialmente, pelo poder público e que compõe o preço da terra urbana, sendo apropriado em forma de renda pelos proprietários de terra. É o que Magalhães, Tonucci e Silva (2011, p.19) chamam de “sobrelucro espacial apropriado pelos proprietários de terra”.

Dessa forma, entende-se que a renda fundiária depende dentre outros fatores (como legislação, recursos naturais, construção discursiva, etc.) de sua localização relativa na cidade. Como lembra Silva (2009, p.128), “[...] cada parcela da terra possui um caráter único devido à sua localização.” Assim, essa disputa por localização é uma disputa, antes, por apropriação de renda fundiária, uma disputa pelos fundos públicos, produzidos coletivamente, para a apropriação privada. (MARICATO, 2013)

É por meio desse constante estímulo de busca por localização e de apropriação de renda fundiária que o ambiente construído é expandido pelo território, sempre a fim de atender demandas de apropriação de sobrelucro espacial.

Não são as benfeitorias (qualidade e/ou quantidade) que determinam os preços praticados no mercado imobiliário, mas sim a localização relativa da terra. É frequente encontrar benfeitorias semelhantes, que estando em locais diferentes, possuem preços maiores ou menores. “A formação do preço é referente à utilização do espaço” (SINGER, 1979, p.23)

Mas, como se dá a formação de preços do espaço urbano? Com o modo de produção capitalista, a troca de mercadorias está submetida à lei de valor (TOPALOV, 1979). Como colocado por Harvey (2013a), essa é uma questão essencial para a economia política. A terra é uma mercadoria, um “denominador comum da sociedade capitalista” (MARX, 2013, p.113) e, portanto, deve ser concebida como uma incorporação tanto de valor de uso quanto do valor de troca. E como todas as outras mercadorias, há uma relação dialética entre o seu valor de uso e o valor de troca.

²²JARAMILLO, Samuel. **Hacia una teoría de la renta Del suelo urbano**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, Edición Uniandes, 2010.

Entretanto, em se considerando a teoria do valor marxista de modo *strictu sensu*, chega-se à conclusão de que a terra urbana não possui valor, pois não é fruto (direto) do trabalho humano. (SILVA, 2009). No entanto, ela assume um preço: um valor de troca. (GOMES, 2007). Esse valor de troca é formado pela disputa intercapitalista pelo seu uso e pela renda fundiária que podem apropriar. O preço, como lembra Carlos Silva (1992, p.55), é definido, em grande parte, pelas atividades e pelo trabalho humano materializado no seu entorno imediato. Em suas palavras: “É o uso do solo que determina os preços fundiários”²³. Portanto, o preço está ligado ao seu valor de uso. Quanto maior o valor de uso (de renda fundiária possível de ser apropriada), maior será o valor de troca (seu preço).

Esse valor de mercado reflete uma série de condições históricas, espaciais e institucionais que atuam na forma com que a terra urbana é negociada (SILVA, 1992). O preço da terra é influenciado pela conjugação de diversos elementos. Dessa forma, é possível, ainda que em nível teórico, destacar os principais fatores que contribuem para alterações no preço do solo, como fez Smolka (2011). Destacam-se os elementos de acessibilidade, externalidades, expectativas, regulação e carga fiscal. Dentre eles, a alteração nas condições do ambiente, a articulação na forma de transporte e comunicação, a legislação, a condição das áreas vizinhas, as estruturas das propriedades.

Portanto, a terra urbana não é apenas reserva de valor, mas um ativo, representando uma perspectiva de valorização ou desvalorização – papel das políticas públicas para ampliar a apropriação e agir na espoliação. É nesse sentido que Botelho (2008) destaca o caráter especulativo da terra urbana.

Definido o preço da terra urbana, passa-se a determinar o seu acesso e posse por meio do mercado. A terra torna-se uma mercadoria para ser trocada por um equivalente: capital-dinheiro. É o que Marx (2010) denomina de terra estranhada [*entfremdete*]. E isso só é possível com a garantia da propriedade privada, inclusive do solo.

No entanto, a terra é uma mercadoria com características peculiares, pois é um bem natural que não pode ser reproduzido. Portanto, configura-se uma espécie de

²³ Cabe, no entanto, destacar que essa realização econômica da terra aparece como uma instituição objetiva. Como é exposto por Bertol (2013), o preço da terra é criado por meio de uma aparência artificial, tratando-se meramente de uma relação econômica, o que faz com que ele apareça como resultado ‘natural’ e que foge do âmbito das relações sociais.

monopólio. Mesmo sendo trabalhada, não se produz mais terra, mas sim frutos da terra ou edificações sobre a terra. Para a leitura marxista, o valor é resultante da adição de trabalho naquilo que se produz. Portanto, a terra é considerada sem valor. Mas tem preço, pois é vendida no mercado imobiliário, independente de sua incapacidade de produção ou reprodução, dado o estatuto jurídico da propriedade capitalista da terra, ou seja, a terra tem proprietário e este subjuga quem não tem terra, pois impõe o domínio de uma classe social sobre a outra. Ao mesmo tempo, cria-se, no imaginário de quem não tem terra, a necessidade de tê-la, gerando o imperativo do consumo dessa mercadoria, ao mesmo tempo em que se cria a necessidade de ter mais para aqueles que já têm, no processo de acumulação capitalista. Fruto dessas combinações cria-se o mercado imobiliário, pela própria necessidade de morar ou de se estabelecer. (VARGAS, 2011)

A terra não incorpora valor-trabalho (ao contrário da mercadoria manufaturada), o seu preço é condicionado e variável de acordo com a diferenciação das terras (localização, presença de infraestrutura etc.), o que permite valorizações diferentes destas e, conseqüentemente, que sejam comercializadas objetivando o lucro por parte dos proprietários. A terra urbana possui assim uma renda diferencial que varia de acordo com sua localização referente à oferta de infraestrutura urbana. Essa relação é descrita por Monte-Mór e Almeida (2011, p.256):

O solo urbano em si não produz valor, pois não demanda trabalho para se materializar, mas o ambiente da cidade sim, esta demanda trabalho socialmente gasto para produzi-lo. Logo, este trabalho produz um valor.

Tendo um valor de troca, o acesso a terra (urbana ou rural) e a todas as suas possibilidades (benfeitorias, localização, infraestrutura) acontece, de modo geral, por intermédio do mercado. Nesse sentido, Schmidt (1982) expõe que, em uma economia de mercado, o padrão prevalecente do uso e da ocupação do solo é resultado da necessidade de maximizar a taxa de lucro sobre a parcela de terra que seja consistente com sua renda de localização.

Segundo Harvey (1973, 2010), a terra é, desde meados do século XIX, tratada como um bem financeiro, um ativo. O título da terra permite que esta possa ser vendida por um preço mais elevado – mas o título é apenas um papel definido juridicamente para ter esse valor–, o que Marx (2013) denomina de alienação jurídica [*verausserung*]. Portanto, a terra passa a ser um capital fictício, que é, em geral um adiantamento do

trabalho futuro não realizado ainda, mas que “se espera”²⁴ que se torne objetivado, ou seja, especula-se com a terra.

Toda a produção imobiliária é baseada numa expectativa de se reaver o investimento realizado na forma de renda da terra ou pelo lucro da mercadoria. Assim, deve-se recorrer a Marx (2013) para compreender como o preço da mercadoria é determinado. Primeiramente, o autor diferencia preço de valor. Preço é uma representação do valor socialmente produzido – um “hieróglifo social, isto é, uma representação simbólica da grandeza de valor a ser decifrada” (MARX, 2013, p.149). Se, como valores de uso, essas casas e bens imóveis são riqueza, nexos do metabolismo do trabalho concreto com a natureza, como valores de troca aparecem como representações fantasmagóricas desse metabolismo, desdobradas em títulos jurídicos estranhos a seus produtores diretos (BASTOS, 2014).

O que acontece então no mercado de monopólio, como é o caso da terra, é que, para manter essa expectativa alta, o preço deve ser cada vez mais elevado, criando-se um descolamento cada vez maior do seu valor. É o que, desde a crise de 2008, convencionou-se chamar de bolha imobiliária.

Segundo Harvey (1973, 2010, 2012), como o solo urbano disponível é limitado, ele possui um valor financeiro maior. As parcelas do solo mercantilizadas são indispensáveis aos indivíduos e corporações, pois representam o *locus* de sua reprodução. Nesse sentido, o solo urbano, ao ser mercantilizado, recebe um valor de troca, determinado pelo seu poder de competição. No mercado da terra, aqueles com os maiores rendimentos possuem maior possibilidade de escolha para ocupá-la, enquanto os de baixo rendimento devem ficar com as possibilidades restantes. Ou seja, a decisão de localização é diretamente proporcional à quantidade de recursos financeiros disponíveis.

De tal forma, a cidade é ocupada diferencialmente pelas classes, que se apropriam das parcelas do território de acordo com o nível de renda à que têm acesso. “It is the market which essentially allocates land. Those who can afford to pay more acquire the more desirable areas” (WARD; GILBERT, 1985, p.62). Concorde-se com a assertiva de Moreira Júnior (2010, p.3) referente às cidades brasileiras:

²⁴ Bastos (2014) remete-se, para explicar esse fato, à figura da deusa Fides, que na mitologia romana simboliza a confiança, a promessa ou a garantia dada pela palavra.

Em muitas cidades, a rápida expansão leva à escassez de terras já dotadas de infraestruturas, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar.

Nesse processo, o Estado tem papel fundamental por meio da produção de mais-valias fundiárias. A atuação do Estado, como destacado por Smolka (2011), pode se dar diretamente na produção e distribuição da infraestrutura de consumo coletivo ou indiretamente por meio das legislações de uso e ocupação do solo e códigos urbanísticos ou da regulação do mercado imobiliário (ou atuando diretamente na produção de terra, como, por exemplo, no caso de Brasília). (LOJKINE, 1981; TOPALOV, 1979; PETER; WARD, 1985; VILLAÇA, 1986; DAVIS, 2006; HARVEY, 2009; SMOLKA, 2011).

Como é destacado por Berzofky (2012, p.118): “States have come to play a key role in the management and maintenance of capitalist growth.” O Estado deve funcionar para criar um bom “clima” para os negócios urbanos.²⁵ Assim, grande parte das ações que o Estado desempenha no ambiente urbano são direcionadas a atender as demandas da apropriação de lucro e a reprodução de capital.

Essa conexão entre capital e estado, segundo Topalov (1979), dá-se por meio de três formas: 1) suporte, com obras de infraestrutura para valorizar capitais privados; 2) posse, uso e manutenção de equipamentos e formas não rentáveis de capital; 3) formas jurídicas e administrativas da relação social e espacial. De tal maneira, o Estado é chamado a desempenhar uma função que colabore com a apropriação privada de capital. Sua estrutura e funcionamento, como exposto por diversos teóricos, devem ser direcionadas à manutenção de um *status quo*. (TOPALOV, 1979; LOJKINE, 1981; LEFEBVRE, 2009)

Ainda de acordo com Topalov (1979), nas crises de sobreacumulação do capital o Estado intervém investindo em infraestrutura, tanto na produção quanto em equipamentos de consumo coletivo. O financiamento público de infraestrutura substitui o capital privado nos setores onde a taxa de lucro interna diminui. O capital não produzirá elementos não rentáveis de valor de uso urbano. Dessa forma, a política urbana estatal vai acentuar as contradições entre meios de reprodução do capital e meios

²⁵ Sobre isso, ver Lefebvre (2009). O autor apresenta a noção de “State Mode of Production” como forma de propiciar uma maneira mais apropriada de perceber as relações entre Estado e capitalismo.

de reprodução da força de trabalho. Para Lojkine (1981, p.171), a intervenção do Estado torna-se “um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamentos urbanos de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital”.

A distribuição interpessoal dos benefícios líquidos das ações do Estado depende: 1) da localização e extensão de sua área de impacto dentro da área urbana; 2) do efeito dessa localização sobre a estrutura dos preços na área beneficiada, especialmente sobre a renda da terra; 3) das mudanças na segregação residencial segundo grupos de investimentos; 4) da influência dessa segregação residencial sobre a incidência dos investimentos públicos. (VETTEL et all, 1981)

Botelho (2005, p.81) apresenta as formas como o aparelho de Estado interfere na renda fundiária. De acordo com o autor, o Estado pode atuar diretamente, com a cobrança pela prestação de serviços públicos (água, luz, saneamento) e de terrenos para a prestação de serviços (transporte), e atualmente pelo direito de construir, o que são formas de cobrança de renda fundiária pelo poder público. E pode contribuir para a valorização de terrenos privados e da renda cobrada pelos usos destes, com o estabelecimento de áreas verdes, centros educacionais e centros de lazer que formam um setor relativamente novo de consumo coletivo, objeto de sobre-lucros monopolistas. A apropriação pelos promotores imobiliários privados do espaço onde se instalam os diferentes equipamentos coletivos será assim a fonte de uma nova renda fundiária. O Estado pode também interferir na dinâmica do mercado imobiliário com a concessão de financiamentos para a construção em certas áreas da cidade, ou para a compra de moradia por parte dos consumidores, além de poder produzir diretamente moradias, valorizando, com a produção da infraestrutura necessária para as moradias construídas, o seu entorno, muitas vezes localizado nas periferias pouco consolidadas das cidades. Por fim, a legislação urbanística, ao permitir certas atividades em determinadas áreas e proibir em outras, ao criar restrições para construir em algumas e estimular a construção em outras, preservando ou depreciando o valor adquirido do entorno, também é uma importante forma de criação de renda diferencial no meio urbano.

Não convém tentar separar o Estado do capital no processo de produção da cidade, como faz Villaça (2001, pp.251-252):

A cidade a que chamamos de “tipicamente capitalista” surgiu sob a égide dos mecanismos de mercado [...] Impôs-se também o mecanismo de mercado e a redução da ação do Estado como produtor direto do espaço urbano.

São apenas duas faces de uma única moeda. O capital privado não seria capaz de sobreviver (e em grande medida, até de existir) se não fosse a ação estatal a legitimá-lo. Bem como a forma do Estado tal qual está estruturada deve-se aos processos do sistema capitalista. Apesar de não deixar explícita uma “teoria do estado” em *O capital*, Marx (2013) faz certos apontamentos que são retomados por Harvey (2013a), o que permite identificar diversas ocorrências ao longo da obra e perceber as funções essenciais do Estado no modo de produção capitalista. São elas, sumariamente: 1) a garantia legal e institucional da propriedade privada; 2) o funcionamento do mercado; 3) a organização do sistema monetário.

Atualmente, essa separação (aparente, à primeira vista) é frequentemente reforçada com o emprego indiscriminado do termo neoliberalismo, muitas vezes entendido como supressão do Estado para a livre ação do mercado. Mas essa separação não é possível. Mesmo escrevendo no litígio do nascimento do “neoliberalismo”, Lefebvre (2009), com perspicácia, propõe o termo “State Mode of Production” como forma de “provide more appropriate way of grasping the relation between capitalism and the state” (LEFEBVRE, 2009, p.17).

Essa parece ser a melhor forma de perceber essa relação de simbiose que, mais recentemente, é destacada por Bauman (2010). Nas palavras do autor, existe uma clara “política de mobilizar, por intermédio do Estado, os recursos públicos que as empresas capitalistas necessitam” (BAUMAN, 2010, p.27). Assim, garante-se a manutenção tanto do capital como do poder estatal.

Portanto, não é possível pensar a cidade, mesmo no “neoliberalismo”, sendo submetida a uma maior pressão do capital enquanto o Estado atua “indiretamente”. Ambos, em simbiose parasitária, agem de forma direta produzindo a cidade.

1.3.1 Violência e mercantilização da terra: a apropriação por despossessão

Marx (2013), analisando o trabalho de Adam Smith, destacou a existência de uma acumulação primitiva do capital, que ocorre por meio da apropriação, à força, de parte das riquezas a fim de iniciar o circuito do capital. Assim, o nascimento e a perpetuação do capital foram possíveis, segundo Marx (2013, p.151), apenas ao serem

“escritas em letras de sangue e fogo”. A origem do capitalismo teve que ser violenta para que se iniciasse a acumulação. Essa fase da espoliação capitalista Marx (2013) considera já ter sido superada, ao longo do processo de colonialismo e do escravismo. No entanto, Hannah Arendt (1973, p.28) afirma que a acumulação primitiva “eventualmente deverá ser repetida, a fim de evitar que o motor da acumulação pare de súbito”. Esse processo é reproduzido em diferentes escalas, inclusive dentro das cidades.

A análise da descrição que Marx (2013) realiza referente à acumulação primitiva revela uma série de processos que convergem para um ponto comum: 1) a mercadificação e a privatização; 2) a expulsão violenta de populações; 3) a conversão de várias formas de direito de propriedade em direitos exclusivos de propriedade privada; 4) a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; 5) a mercadificação da força de trabalho; 6) os processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos; 7) a monetização da troca; 8) a mão de obra escrava; 9) a usura; 10) a dívida nacional. Dessa maneira, o colonialismo e o cercamento dos campos podem ser equiparados à privatização dos anos recentes. Outra forma destacada na análise de Marx (2013) é a desvalorização dos ativos de capital (que são reciclados com lucros no circuito de circulação do capital sobreacumulado); ou a desvalorização da força de trabalho existente (aumentando o lucro pela exploração do trabalho). Esses mecanismos podem ser relacionados a outros que, em curso nas cidades capitalistas contemporâneas, garantem sobrevida ao capital.

A privatização e mercantilização da cidade é, como analisado por Berzofky (2012), algo próximo ao cercamento dos campos na Inglaterra do século XVIII, o que leva Marx (2013) a descrever o processo de acumulação primitiva baseado na espoliação dos trabalhadores do acesso aos meios de subsistência. Berzofky (2012) denomina tal fato de “new enclosures”, que ocorrem na economia neoliberal globalizada atuando principalmente nas cidades de todo o mundo.

A cidade então é colocada em uma perspectiva central para a acumulação de capital, sendo que essa desapropriação acontece, muitas vezes, de forma violenta. Martins (2009) destaca a violência intrínseca a esse processo de reestruturação das realidades urbanas que, desde o século XIX, atua a fim de garantir o monopólio de capital sobre a cidade. Davis (2006, p.102) destaca “a violência do Estado na

mercadorização da terra”, já que é frequente observar tanto a ação policial como o uso indiscriminado de tratores para abrir novos caminhos para o mercado na cidade. Isso ocorre muitas vezes amparado por aparelhos legais – como é o caso da violência física destacada por Benjamin (1987), ou de forma planejada – como é exposto por Garnier (1976), entre tantos outros. Harvey (2004, p.77) destaca: “O Estado com o monopólio da violência física e definições de legalidade cumpre essencial papel nos processos de acumulação por espoliação”. Mas existem também ações, inclusive amparadas pelo Estado, que são ilegais, como a aplicação desigual de leis ou abusos de poder (econômico e/ou político). Dessa forma, fica claro perceber a interconexão parasitária entre o Estado e o capital, que age de forma violenta para perpetuar o modo de produção capitalista por intermédio da expropriação cada vez maior das classes trabalhadoras.²⁶

Nesse sentido é que David Harvey (2012, p.57) adverte: “The economy of dispossession of vulnerable population is as active as it is perpetual.” A acumulação que acontece pela despossessão deve acontecer necessariamente contra as populações já vulneráveis, exatamente para permitir o maior acúmulo pela classe dos capitalistas. Assim, essa economia da despossessão se reproduz no tempo e no espaço para manter ativa a circulação de capital.

O funcionamento normal de um sistema urbano capitalista tende a uma distribuição regressiva da riqueza social geral e da renda real em favor dos mais ricos, e esse processo só pode ser amenizado (mas nunca barrado) por alguma forma de planejamento que interfira efetivamente nos mecanismos de mercado (HARVEY, 1973). Sendo assim, ao privilegiar uma política urbana que se destine apenas a criar condições para a acumulação do capital, a ação do próprio poder público pode se tornar um vetor de expansão das disparidades sociais no âmbito da qualidade de vida dos diversos cidadãos, agindo, assim, na contramão das suas atribuições. (TONUCCI, ÁVILA, 2008).

²⁶ Benjamin (1985) esclarece, ao analisar a história de Paris ao longo do século XIX, o papel do estado. Em especial, dedica-se a explorar a figura do Barão de Hausmann, que representa importante interconexão entre capital e estado com seu imenso projeto de revitalização, em que foram expulsos milhares de *sans-culottes* de seus *quartiers* para que se construísse uma nova cidade de *boulevards* pautada na acumulação de capital. O Barão, segundo Benjamin (1985), se autointitulava de O Artista Demolidor.

1.4 – O urbano privatizado: a cidade-empresa

Essa lógica do urbano, anteriormente descrita e analisada, interfere diretamente na política do urbano. Hoje, mais em voga do que nunca, fala-se do empreendedorismo urbano como uma nova forma de produzir o urbano que substitui o padrão tecnocrático-autoritário.

No empreendedorismo urbano, adotam-se termos inspirados em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, como o planejamento estratégico. Isso, segundo Vainer (2010), deve ser adotado pelos governos, pois hoje o urbano está submetido às mesmas condições e desafios que as empresas. De acordo com o autor, o nexos central do urbano tornou-se a competitividade.²⁷

O urbano, tal qual previsto por Lefebvre (2008) pela primeira vez em 1972, tornou-se uma mercadoria. O “vender o urbano” tornou-se a mais primordial função dos governos, pois é “insumo valorizado pelo capital” (VAINER, 2010, p.79). Assim, promove-se uma espécie de maquiagem para a cidade por meio do marketing urbano, que vende, na verdade, uma imagem do urbano que não representa o real.

As cidades se tornaram empresas – multinacionais do século XXI. O urbano foi apropriado por uma classe social que explora não apenas o trabalho, mas a própria reprodução da vida. Como esclarece Vainer (2000, p.85), “de fato todo o urbano tem como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produto standardizados.” Os lucros que o urbano produz (que são muitos) são destinados a uma pequena parcela da população, enquanto as mazelas produzidas por esse processo atingem grandes contingentes populacionais (HARVEY, 2012). Compartilha dessa visão Maricato (2013, p.20), para quem a cidade contemporânea é um “[...] grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas”. Dessa forma, ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com

²⁷ Quando a liberação do mercado preside o desenvolvimento da economia global e a privatização, e os mercados financeiros se tornam rotina, as cidades necessitam de: competir pelo investimento de capital e tecnologia; competir na atração de novas indústrias e negócios; ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada. (WORLD BANK, *World Economic Development Congress*, 1998 apud VAINER, 2010, p.68.)

eles. “A privatização e liberação do mercado foram o mantra do movimento neoliberal” (HARVEY, 2004, p.130).

A cidade foi transformada em empresas, em corporações privadas. Portanto, o urbano deixou de ser um espaço político. Como dito por Vainer (2010), Marx descrevia as fábricas inglesas com avisos nas portas – “proibida a entrada a não ser para negócios” –, assim, as cidades corporativas atuais adotam a mesma postura das fábricas descritas. Nesse sentido é que Vainer (2010) vai trabalhar a noção de Cidade Empresa. Segundo o autor, a globalização criou uma nova forma de se perceber e de se fazer a cidade, em especial para os seus gestores. Nas palavras do autor, os:

[...] prefeitos que descobriram ter um novo papel. Eles já não são apenas administradores burocráticos, mas comportam-se como empresários que investem e vendem um produto, a sua cidade. (VAINER, 2000, p.5)

Se o urbano se tornou um *business*, deixe-o nas mãos dos *businessmen*.

Essa situação, para Vainer (2000), vai representar o sacrifício da política. Como na lógica interna das empresas, não existe oportunidade para exercer a cidadania, que acaba sendo perdida. A democracia real é, segundo Vainer (2000, 2010), substituída pela “democracia direta do capital”, que representa um modelo de gestão pública em que há muitas facilidades para que proprietários, agentes financeiros etc. decidam sobre os destinos dos governos, das políticas públicas e das cidades. O urbano deixa de ser visto como um espaço político, da real democracia, para ser considerado como um espaço para se fazer valer a “democracia direta do capital” (VAINER, 2010). Observa-se como a política foi afastada do urbano; as prefeituras não falam mais de governos, mas de administração e gestão. O urbano adota características de empresas privadas, o que marca o fim da cidadania. Vainer (2003, p.27) cita o trabalho de Ascher (2001, p.84),²⁸ para quem esse “neo-urbanismo privilegia a negociação em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma.”

É sob esse mesmo prisma que Milton Santos (1983, 1994) esclarece o conceito de Metrópole Corporativa. Segundo o autor, a produção da cidade capitalista contemporânea é balizada de acordo com os interesses e as necessidades capitalistas. A cidade é construída pelas grandes corporações para as grandes corporações.

²⁸ASCHER, François. **Les nouveaux principes de l’urbanisme. La fin des villes n’est pas à l’ordre du jour.** Paris: Éditions de l’Aube, 2001.

David Harvey (1996) fala que o governo municipal passou para um empresariamento, afirmando que “[...] a administração urbana se transformou em uma forma de capitalismo tardio”. A produção da cidade se faz a partir de uma parceria público-privada, em que “[...] as tradicionais reivindicações locais são integradas com a utilização do poder público para atrair fontes externas de financiamento ou de investimento”. No entanto, como ainda lembra Harvey (1996, p.53), essa parceria está baseada numa divisão desigual, em que o poder público “[...] assume os riscos e a iniciativa privada fica com os benefícios”.

Esse “novo empresariamento urbano” descrito por Harvey (1996) pode ser caracterizado por uma parceria público-privada (PPP) em que se reproduz a lógica capitalista, em que acontece a apropriação da riqueza e a socialização dos riscos. Essa parceria tem por objetivo político e econômico o imediato, configurando a própria dinâmica capitalista. Em texto recente, Harvey (2013b, p.31) destaca que, com a mudança das regras do “jogo político” pelo neoliberalismo, as PPPs “substituíram as instituições democráticas.”

Para descrever esse fenômeno, Souza (2013) adota o termo cidade empresarialista, partindo do termo “empresarial” e “imperialista” em um neologismo de grande importância para a compreensão desse fenômeno. Com esse termo, o autor abarca a noção da necessidade de as cidades funcionarem como grandes empresas – no sentido colocado por Vainer (2010), além de agregar a noção imperialista de orientação leninista (entendida como forma mais desenvolvida do capitalismo), que esclarece a união entre capital e estado numa postura dominadora.

Foucault (1979), em *Microfísicas do poder*, evidencia a formação de uma sociedade disciplinar a partir do século XIX, e Deleuze (1992) discute a transição para uma sociedade de controle. Essa transformação se deve a uma substancial alteração na forma de governar. Cria-se uma “governamentalidade” que torna os indivíduos instrumentos. Com o advento do empresariamento urbano (HARVEY, 1996), a gênese da cidade-empresa (VAINER, 2010) e a formação da metrópole corporativa (SANTOS, 1994), parece razoável assumir a colocação foucaultiana-deleuziana também para o urbano. Essa nova forma de governamentalidade que transforma o indivíduo em instrumento (e por isso) considera o mesmo para o espaço urbano, que é convertido a instrumento da circulação do capital. As cidades são transformadas em um meio de

controle a fim de garantir a supremacia da classe hegemônica e a reprodução do modo de produção vigente.

Essa abordagem instrumentalista do urbano, concebendo-o como um mero instrumento (em negação à sua natureza como obra), justifica sua produção calcada no racionalismo instrumental, produzindo o urbano como um mecanismo rígido que tem como único fim a apropriação de lucros.

Além do caráter econômico, Lefebvre (2008) afirma, o urbano é também um processo histórico social e político-ideológico, dominado pelas forças hegemônicas. Dessa forma, o urbanismo, a ciência (ou a técnica, talvez?) dedicada ao urbano e ao seu planejamento se apresenta como uma política, tanto no aspecto institucional como no ideológico, embora exista um esforço de se mostrar com caráter científico e técnico e, portanto, neutro. De tal forma deve-se considerar que o urbano não é passível de redução ao cenário das ações humanas. Como esclarece Lefebvre (2001, pp.48-49):

Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; essa ideologia, que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, [...]. Ou coisa pior ainda!

Essa concepção de urbano como algo fixo, oposto ao processo, como algo distante da ideologia e oposto ao seu caráter político, como algo reducionista que se opõe às infinitas virtualidades do urbano justifica e explica o urbano construído para a circulação de capital, alheio às pessoas que lhe dão vida. A (re)produção do urbano é, necessariamente, antes, uma reprodução de seres humanos por seres humanos. Martins (2009, p.60) diz que esse processo representa a pretensão de dominar a realidade e as práticas socioespaciais correspondentes submetendo-as à sua ordem. “Ou melhor, à ordem que lhe é permitida e designada estipular e guarnecer.”

Frente a isso, deve-se considerar que o urbano é antes uma instância ativa para a dominação (econômica e ideológica). As políticas públicas, a mídia, as representações, as formas, as organizações dos objetos e das ações revelam a dominação ligada à concentração do poder junto ao grupo hegemônico.

1.5 – O processo de urbanização

No início do século XX havia aproximadamente uma dúzia de cidades com mais de 1 milhão de habitantes, todas elas localizadas nos países de desenvolvimento avançado do capitalismo, os países de primeiro mundo. A cidade mais populosa era Londres, com 6,5 milhões de pessoas. No século XXI, a estrutura da urbanização é alterada profundamente. Passa a acontecer de forma intensa e extensiva em todo o mundo. Em 2000 havia mais de 500 cidades com mais de 1 milhão de habitantes no mundo. As cidades mais populosas possuíam mais de 10 milhões de habitantes, sendo que 80% destas estavam nos países subdesenvolvidos. (ONU, 2007)

Por que tais ritmos de urbanização? O que eles representam? Quem vai se dedicar de forma profunda a esse tema é David Harvey (2009, 2011, 2012). Em diversos textos o autor aponta que a urbanização proporciona um caminho para resolver o problema do capital excedente, como a construção de infraestrutura com dívidas financiadas, processo esse iniciado com o Barão de Hausmann, estimulado pelos recentes movimentos de barricadas nas estreitas ruas durante A Comuna²⁹ na Paris do Segundo Império e que se repete ao longo da geografia histórica do capitalismo que Harvey (2009) tenta explicitar. O mesmo vem a acontecer na Nova York de 1942, nos países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial, e até mesmo na Rússia, a partir de 1995. Hoje, anos mais tarde, o processo se repete em Bombaim e São Paulo. Logo, é uma tendência.

Apesar de tal repetição descrita por Harvey (2009), o processo de urbanização é especialmente diferente. De tal forma, “[...] no fenômeno de urbanização, em cada parte do planeta, intervêm várias diferenças históricas, sociológicas, econômicas e tantas outras” (SANTOS, 1982, p.9). É necessário então distinguir e analisar separadamente a urbanização em cada parte do mundo, adotando-se a análise levando em consideração a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A fim de compreendê-la, diversas teorias foram desenvolvidas, garantindo arcabouço interpretativo para o fenômeno da urbanização. Dentre elas destaca-se a tese da dualidade rural urbana, a teoria da centralidade e da dependência e a ideia de urbanismo do materialismo histórico. (SLATER, 1988)

²⁹ Sobre a relação de movimentos sociais e projetos de urbanização, ver CANETTI (2014b).

Entretanto, a análise comparativa efetuada deve ser realizada sem se deixar cair no paralelismo entre os dois fenômenos. Milton Santos (1980, p.14) destaca que determinados autores (HOSELITZ, 1960 *apud* SANTOS, 1980)³⁰ (HAUSER, 1972 *apud* SANTOS, 1980)³¹ (GEORGE, 1964 *apud* SANTOS, 1980)³² consideram que as cidades dos países subdesenvolvidos estariam “*passando por uma etapa já vivida pelas cidades dos países centrais*” e que, dessa forma, poderiam em seguida alcançar tal etapa de desenvolvimento. No entanto é necessário destacar que o processo de urbanização diferencial não representa uma “escada de desenvolvimento” – em que cada etapa representa um degrau rumo à forma final de desenvolvimento –, mas, na verdade, o desenvolvimento espacial desigual.

1.5.1 – O processo de urbanização no Primeiro Mundo

A urbanização nos países capitalistas centrais é mais antiga. Teve início de forma mais intensa com a entrada da industrialização nas cidades e poderia ser datada nas primeiras décadas do século XX. Mas cabe analisar aqui o processo em que a urbanização começa a assumir as formas de como pode ser percebida hoje, e isso, para o mundo desenvolvido, acontece nos chamados anos dourados, período entre 1940 e 1970, do florescimento do capitalismo moderno, apoiado no fordismo e no keynesianismo, como exposto por Hobsbawn (2008). David Harvey (1996) destaca que a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria também contribuíram positivamente para o seu desenvolvimento. Assim, deu-se origem ao *American Way of Life*, com os Estados Unidos despontando como potência suprema no mundo capitalista, exportando a nova forma de organizar a vida cotidiana – e o espaço, conseqüentemente – para toda a sua área de influência.

Algumas cidades dos países centrais adotaram o padrão de suburbanização nesse período, em especial nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha. Nesses lugares foi criado um processo de massiva produção de moradias, algumas vezes marcado pela padronização, mas que em sua maioria contou com subsídio estatal na formação dos *suburban neighborhoods*, caracterizados por aglomerações distantes dos grandes centros, de função primordialmente residencial, destinadas às classes médias e

³⁰ HOSELITZ, Bernard. **Sociological Aspects of Economic Growth**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

³¹ HAUSER, Philip. Problèmes sociaux, économiques et technologiques de l'urbanisation rapide. **Industrialisation et Société**, Chicago, 1972.

³² GEORGE, Pierre. **Précis de Géographie Urbaine**. Paris: PUF, 1964.

altas. Nesse padrão, eram destinados aos pobres, que não tinham condição de arcar com os preços elevados dos subúrbios, a residência nos centros degradados, em prédios antigos e em condições precárias. (HARVEY, 1996)

A flexibilização com o desenvolvimento do modo de produção *toyotista* visa acelerar o tempo de giro do capital (com a flexibilização da estrutura produtiva tanto da organização das relações de trabalho quanto da unidade de produção e, espacialmente, também com a diversificação de produtos e dos mercados). A informação, o conhecimento e a mídia ganham importância nesse novo cenário, que começa a surgir a partir de 1970. A flexibilização alcança o estado, substituindo o *Welfare State* pelo neoliberalismo, em especial com Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

No campo urbano, aconteceu a produção de um planejamento estratégico para as cidades, criando o urbanismo modernista, que teve como modelo ideal a fábrica taylorista (VAINER, 2010), como é o caso de Baltimore, Boston, Nova York, Londres, Barcelona, Berlim, entre outras (HARVEY, 1996). As cidades tornaram-se abertas ao capital privado transformando-se em mercadorias para serem vendidas. Foram planejamentos com propósito modernizador, embora ainda conservadores e hierárquicos. Nasceram aí as cidades globais.

As cidades globais são grandes aglomerados urbanos considerados pontos nodais no processo de globalização, responsáveis por organizar e estruturar o processo de circulação em nível global. São grandes cidades, tecnológica e economicamente desenvolvidas (SANTOS, 1980), com relações vinculativas à rede de cidades, ocupando a mais alta hierarquia no nível global. Sede das grandes companhias transnacionais (SASSEN, 1991, 2001), possuem importância no cenário mundial – política e economicamente, mas também cultural e ideologicamente (DOEL; HUMMARD, 2002), estando destinadas preferencialmente a uma elite global (BAUMAN, 2010). Pode-se resumi-las como sendo cidades que concentram cada vez mais parte da riqueza e do poder (MARICATO, 2010).

Apesar do tratamento glamoroso, e em que pese existir ainda essa imagem das cidades globais, Maricato (2010) destaca que se deu lugar a uma realidade mais precária, com aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, recuo das

políticas sociais, privatizações e mercantilização dos serviços públicos e aumento da desigualdade.

A transferência do processo produtivo dos países centrais para o “terceiro-mundo” levou à reorganização econômica, criando uma cadeia produtiva dispersa no globo, mas ainda mais integrada. Nesse contexto, tem-se as cidades globais, nomeação que Saskia Sassen (1991) deu às cidades que desempenham funções de caráter estratégico e organizacional no controle do movimento do capital. Como ainda lembra Sassen (1991), a descentralização das atividades coexiste com a concentração de capital que se faz nessas cidades globais.

Tem-se aberta então a era do capitalismo financeiro, baseada na especulação de ativos e em prestação de serviços, gerando novas formas de relação entre capital e trabalho e, assim, uma nova organização do fenômeno urbano.

1.5.2 – O processo de urbanização na periferia do capitalismo

A urbanização vem ganhar força nos países periféricos do capitalismo apenas na metade do século XX, fortemente influenciada pelo *American Way of Life*. Nos países subdesenvolvidos observou-se uma grande explosão urbana entre as décadas de 1950 e 1980. Incluem-se aqui alguns fatores para tal crescimento, como o desenvolver da transição demográfica que propiciou, nesse período, altas taxas de crescimento vegetativo; acompanha-se também forte processo de êxodo rural pela alteração na estruturação agrária, bem como a formação de um ideal urbano como sinônimo de desenvolvimento. Esse processo de intensa urbanização gerou uma enorme expansão das manchas urbanas dessas cidades, que possui como principal característica a “[...] escassez de habitação e de equipamentos coletivos, alimentando o círculo vicioso da pobreza.” (SILVEIRA, 2008, p.22)

Como Maricato (2009) destaca, foi realizada pelo Estado desses países, pelos empresários, mídia e sociedade civil a importação do modelo em bases idênticas ao que foi implementado no primeiro mundo. Essa transferência, tanto das indústrias, das máquinas e da tecnologia, quanto do modo de vida, dos valores culturais e estéticos, que culminou na formação de um fordismo periférico – diga-se de passagem, já atrasado em relação ao cenário mundial –, acabou não incluindo toda a sociedade. Em que pese ter se desenvolvido, em alguma medida, a economia com o processo de substituição de

importação, a maior parte da sociedade não experimentou esse “desenvolvimento”. Assim, nas metrópoles desses países deu-se a construção pautada em ideias do urbanismo modernista, formando “ilhas de primeiro mundo” (MARICATO, 2009, p.3), cercadas ainda de não desenvolvimento. Vê-se, então, o desenvolvimento de um urbano excepcional, diferente do que é produzido nos países capitalistas centrais.

Fenômeno que ocorre quase que exclusivamente nos países periféricos é a formação de favelas, caracterizadas essencialmente por invasão de terrenos, autoconstruções precárias, ausência do Estado, caracterizadas como território da pobreza e onde há interdição dos direitos sociais. Essa forma urbana não foi prevista por aqueles que transferiram o modelo norte-americano para as cidades, pois a estrutura que os países periféricos possuem, a função que desempenham na divisão internacional do trabalho gerou processos diferentes, como o êxodo rural e a espoliação urbana. Essa forma inédita aguçou, inclusive, a curiosidade dos habitantes do primeiro mundo. “The most obvious example of this is the slum tour, available in the Rocinha favela of Rio de Janeiro, the Soweto township of Johannesburg, the kampungs of Jakarta and the Dharavi slum of Mumbai.” (ROY, 2011, p.225) Uma espécie de safári começou a ser feita para observar essa exótica forma de organização humana. É a exibição de uma estética dada como exótica, exemplo “do que não deve ser feito”.

Mais uma vez, os países periféricos reimportaram o novo modelo vigente, o taylorismo, que previa a flexibilização da produção, chegando no início de 1990. Cabe aqui destacar que foi nesse período que ocorreram as ações de privatização das empresas públicas, exaltando a iniciativa privada e o neoliberalismo surgido no final dos anos 70.

Maricato (2010) discute sobre esse processo de importação irrefletida, sobre o tipo de urbanismo praticado nos países da periferia do capitalismo que possui características muito específicas e pouco semelhantes à estrutura dos países centrais. Esse processo é descrito pela autora como tendo “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.” O título de seu trabalho é representativo desse processo, pois com a importação das ideias produzidas e aplicadas aos países desenvolvidos de primeiro mundo, substancialmente diferentes, o lugar se torna alheio às ideias. Elas simplesmente não são coerentes com a realidade, embora seja do desejo do planejador que se encaixem. As ideias são recebidas como prontas e acabadas, e o lugar está fora delas.

A partir da década de 1980 alguns elementos da urbanização dos países subdesenvolvidos são alterados, em especial pelo alcance que a globalização desempenhou ao integrar “perversamente” as economias do mundo, embora não tenha sido alterada a velocidade e intensidade do fenômeno de urbanização na periferia do capitalismo global. Silveira (2008) mostra que, ao final do século XX, a população urbana desses países alcançou 2 bilhões de pessoas em um total mundial de 2,9 bilhões.

A urbanização gestou, nos países subdesenvolvidos, um tipo diferente de cidade, que é denominado na literatura de *megacities* ou megacidades (ROY, 2011), substancialmente diferentes da *globalcities*, pois aquelas, embora representem importantes nexos econômicos nos países subdesenvolvidos, não possuem o mesmo poder político-econômico de decisão destas – as megacidades são submetidas às cidades globais.

As megacidades são espaços de uma urbanização dispersa (ROY, 2011), que experimentam crescimento essencialmente demográfico – e não econômico e tecnológico (SANTOS, 1980) –, espaços com graves problemas sociais, como forte incidência de pobreza e altas taxas de violência (KRUIJT; KOONINGS, 2009). Milton Santos (1982, p.109) afirma que essas cidades “aparecem muitas vezes como um corpo estranho, [...], inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas com o espaço e no tempo.”

Embora as diferenças entre essas cidades sejam alarmantes, a administração urbana no mundo subdesenvolvido tenta, ao máximo, fazer com que as megacidades se assemelhem às formas da cidade global (MARICATO, 2010), e isso se faz essencialmente garantindo a “invisibilidade” dos pobres. Dessa forma, as favelas e periferias estendidas passam a ficar escondidas. Carlos Vainer (2010) destaca que para muitos dos planejadores urbanos, a pobreza e a marginalização influenciam na atratividade da cidade.³³ Anseia-se por um isomorfismo com o primeiro mundo (SILVEIRA, 2008), mesmo que apenas aparente.

No entanto, de forma paradoxal, a pobreza e a ocupação ilegal e precária da terra urbana, além de ser permitida, é parte essencial no modelo de desenvolvimento urbano

³³ Exemplo dessa prática, o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2009, propôs a construção de muros de três metros de altura cercando as favelas da capital.

dos países subdesenvolvidos. (MARICATO, 2010). De maneira direta, parte da população desses países é excluída do direito à cidade, criando um urbano da exceção.

Kowarick (1980) lembra que em muitos países periféricos, de capitalismo tardio, apenas é possível a acumulação por meio da manutenção de um vasto “exército de reserva”. De tal forma, justificam-se as vastas periferias e favelas que são formadas nesses países. Como é bem lembrado por Maricato (2009, p.147-148), “a ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho”. É o que Maricato (2013) chama de urbanização dos baixos (ou nenhum) salários.

Os problemas sociais urbanos são uma realidade nos países periféricos. Mas não é por falta de planos urbanos nem pela má qualidade destes que os problemas urbanos, tão frequentes nos países subdesenvolvidos, se reproduzem. De acordo com a análise de Maricato (2010), isso se deve à submissão desses planos aos interesses políticos, criando o “plano-discurso”, que possui caráter essencialmente ideológico, como já foi exposto por Lefebvre (1991, 2008).

A urbanização nos países subdesenvolvidos é ligada/subjugada ao processo econômico. O fato de o país ocupar determinada posição no capitalismo global determina a forma de organização interna e externa de seu espaço urbano.

1.6 – A urbanização e a circulação de capital

O processo de urbanização implica a criação de um ambiente construído, edificado, na sociedade capitalista, por meio de investimentos de capital para a produção de infraestrutura material e física para a produção, circulação, troca e consumo (PROCTER, 1984).

Nesse sentido, ao longo de muitos trabalhos, David Harvey (1980, 1989, 2012) destaca o papel do ambiente construído como estabilizador da economia capitalista. Segundo sua análise, a criação de ambiente construído é um dos melhores caminhos para se alcançar o crescimento econômico desejado (em outras palavras, a acumulação de capital). Como Marx (1986), no terceiro livro d’*O Capital*, destaca que o capital pode ser fixado a terra, ou seja, incorporado a ela como um capital fixo. É o que ele denomina de *terre-capital*.

David Harvey (1989) destaca a necessidade de se compreender a maneira como o ambiente construído é produzido e como funciona como reserva de valor e de mais-valia. Dessa forma, pode-se compreender a urbanização, o processo de investimento e produção de solo urbano como reflexo da relação de forças emanantes dos circuitos primário e secundário do capital³⁴, como proposto por Marx (2013).

Na perspectiva do circuito primário, da produção e do consumo imediato, a urbanização é vista como processo de produzir solo urbano para ser consumido. De acordo com a clássica fórmula D-M-D', discutida por Marx (2013), o investimento (D) realizado para a produção de solo urbano o transforma em uma mercadoria (M), que, para ser consumida, deve ser vendida, sempre com uma margem de lucro somada aos custos de produção (D'). Pensando a urbanização no sentido do circuito primário, percebe-se que ela produz uma mercadoria que deve ser vendida como qualquer outra. Nessa circulação, garante-se o lucro às classes capitalistas.

Quanto ao circuito secundário, Harvey (1989) afirma que este representa o processo para viabilizar a circulação de mercadorias, estando intimamente ligado ao desenvolvimento das condições gerais de produção e às condições gerais para o consumo destas. Assim, o circuito secundário constituir-se-ia do capital fixo, que é utilizado como suporte ao processo produtivo (infraestrutura física) e ao fundo de consumo (bens que dão suporte ao consumo de outros bens).

Para compreender a importância disso, é necessário entender o funcionamento por meio do qual é produzido o solo urbano. Esse processo envolve diversas frações do capital (em diferentes níveis de abrangência): capital industrial, capital imobiliário, capital fundiário, capital especulativo, capital financeiro, entre outros. Esclarece Harvey (2012) que ao iniciar a urbanização de uma área (muitas vezes ligada a uma ação do Estado e de seu tesouro), as instituições financeiras fazem o empréstimo aos responsáveis por desenvolver a terra, que compra dos proprietários. Assim, inserem-se as companhias construtoras que iniciam a intensa transformação do espaço. Ao final, o capital imobiliário parcela a terra, constrói as benfeitorias e coloca-as à venda no mercado. Para comprar, o consumidor final faz empréstimo a uma instituição financeira,

³⁴ A importância do terceiro circuito é indireta: os investimentos em ciência e tecnologia impactam na produção de solo urbano, mas por intermédio de outros 'objetos'.

e assim o ciclo se completa.³⁵ Em todas essas etapas ocorre de alguma forma a acumulação de capital (seja pela exploração da mão de obra ou pelos juros).

No entanto, Harvey (2012) destaca o papel do chamado capital fictício que, embora acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, em razão de seu comportamento e entrelaçamento junto ao capital financeiro torna-se atualmente um elemento fundamental na compreensão desse processo. O capital fictício é aquela forma de capital cujo valor deriva de um fluxo de rendimentos correspondentes a um capital já realizado, ao qual se aplica uma determinada taxa de juros, de modo que o proprietário do capital passa a auferir um rendimento sem possuir um capital produtivo. Segundo Harvey (2012, p.45), o capital fictício é necessário “[...] in order to complete de production process and the realization of the built environment with the value property.” Assim, na produção do ambiente urbano, a necessidade de manter o crescimento econômico implica a presença (e larga utilização) de capital fictício, o que, de fato, garante o retorno e a acumulação da parte dos capitalistas, já que determina, mesmo que especulativamente, o preço do solo urbano. Deve ser destacado, portanto, que a circulação e apropriação de capital no processo de urbanização são, essencialmente, especulativas.

David Harvey (2011) deixa claro que os grandes projetos urbanos são financiados pelas dívidas, ou seja, por um capital fictício que vai produzir valor na mercadoria, no caso, o solo urbano, que permite absorver parte do capital excedente, além de proporcionar absorção de lucros.

Sobre o circuito secundário (investimentos em ‘capital fixo’) consideramos a extensiva análise de Marx (2013) sobre a relação do capital fixo com o processo de acumulação. Os fluxos excedentes de capital do fluxo primário são dirigidos para o circuito secundário, que absorve o capital em investimentos de longa duração. De um lado, o capital fixo aumenta a produtividade do trabalho e, portanto, contribui para o processo de acumulação. Mas de outro, funciona como valor de uso e requer a conversão de valor de troca, que só pode ser realizado quando o valor de uso é usado em toda sua capacidade: o que os economistas chamam de tempo de amortização.

³⁵ Isso sem explicitar os ganhos secundários que o capital recebe como indústrias de bens duráveis, a alteração do modo de vida, a possibilidade de aumentar a densidade demográfica etc.

Na análise da urbanização, podem-se perceber as mesmas tensões descritas por Marx (2013) sobre o capital fixo. Elas são ainda mais evidentes. Em geral, a produção de ambiente construído possui um longuíssimo tempo de amortização envolvido e os produtos são fixos no espaço. A constituição de um mercado baseado nos investimentos em infraestrutura urbana corresponde ao funcionamento do capital fixo no processo produtivo. Dessa perspectiva é possível entender o investimento na produção de solo urbano, na transformação da paisagem como um investimento que irá ampliar as oportunidades de produção do capital (e, por consequência, da acumulação).

É exatamente esse processo que mantém, segundo Harvey (1989, 2011, 2012), a circulação de capital, que permite absorver o capital sobreacumulado ao longo de todo o circuito primário. Embora os investimentos em ambiente construído imponham ao capitalista diversas barreiras, eles têm se mostrado, ainda mais na atualidade, como principal forma de absorção de capital que permite retornos vantajosos.

Todo esse processo só é possível em razão de algumas características inerentes à produção de ambiente construído: 1) longos períodos de trabalho; 2) longos tempos de giro; 3) longos períodos de vida dos investimentos. (HARVEY, 2012). Dessa forma, é possível utilizar o capital que fica ocioso além de produzir retorno. Acontece então o que Harvey (2008, p.62) chama de “urban construction cycle”.

No entanto, esse é um processo paradoxal (como o próprio funcionamento do capitalismo). Como exposto, a urbanização funciona principalmente para permitir o reinvestimento de capital sobreacumulado durante o giro. Embora a criação de solo urbano seja uma produção de ciclo longo, ao final acaba criando mais acumulação e, novamente, mais capital sobreacumulado que precisa ser reinvestido.

Mas é esse paradoxo, de produção e venda de solo urbano (ambiente construído), que mantém vivo o capitalismo contemporâneo. “Urbanization has been a key means for the absorption of capital and labor throughout capitalism’s history” (HARVEY, 2012, p.42). O processo de extensão do tecido urbano tornou-se o elemento fundamental de absorção de capital e de novas possibilidades de acumulação.

Milton Santos (1977), em seu emblemático texto *A totalidade do diabo*, destaca como o mecanismo de expansão e acumulação de capital no espaço urbano acontece por meio das formas. Isso ocorre em virtude de duas principais razões, segundo o autor: 1)

seus resultados não são imediatamente visíveis; 2) possuem natureza essencialmente técnica, não tornando necessário alterar as relações da estrutura socioeconômica. As formas passaram a receber uma força para criar ou determinar relacionamentos entre diversos elementos. Pensando esse impacto especificamente sobre a cidade, Santos (1977, p.36) afirma:

A construção de projetos de arranha-céus e de obras públicas de grande escala, por exemplo, implica em um grande investimento nas cidades. Estas atividades construtivas, ao mesmo em que implicam a importação de equipamento, matéria-prima e de capital, aprofundando a necessidade deste nessas áreas, desencaminham capitais necessários de outras atividades urbanas.

Dessa maneira, organiza-se uma nova composição do capital sobre a cidade. É necessária a mobilização de capital, muito dele, como aponta Harvey (2011), sobreacumulado e que necessita de um destino para manter o processo capitalista em curso. As novas formas produzidas pela estrutura do capitalismo atuam reforçando a apropriação de lucro por parte dos capitalistas.

E essa tem sido a resposta do capital desde a crise europeia de 1848: uma crise de excedente de capital inutilizado e de mão de obra (HARVEY, 2011). Em meio à crise política consequente da crise econômica, o barão de Haussmann entendeu que “[...] sua missão era ajudar a resolver o problema do capital e mão de obra excedentes por meio da urbanização” (HARVEY, 2011, p.138). Iniciou-se então a famosa reconstrução de Paris que, absorvendo enormes quantidades de trabalho e capital (e com grandes doses de autoritarismo), transformou-se na “Cidade Luz”. Nos Estados Unidos, em 1942, iniciou-se processo semelhante aproveitando-se de grandes quantidades de excedente de capital. Essa situação foi temporariamente resolvida durante os esforços de guerra, mas reaparece (ainda com mais força) em 1950. A principal voz foi de Robert Moses, que fez em Nova York o que Hausmann havia feito em Paris. Passando a pensar na escala da região metropolitana, criou-se um extenso sistema de *highways*, de moradia nos *suburbs*, o que criou uma nova lógica de urbanização do território (e do modo de vida, instalando o *American Way of Life*), que se expandiu geograficamente por todo o país e foi crucial para a estabilização do capitalismo (HARVEY, 2011). A partir da década de 1970 a globalização requalificou o processo de urbanização, transformando sua escala: tornou-se global. A China urbaniza-se em ritmos alarmantes (o que a faz, segundo Harvey (2011), absorver mais da metade da oferta mundial de cimento); a América Latina e o continente africano também estão aumentando os ritmos de

urbanização, uma vez que, cada vez mais, o capital produz excedente que deve ser reinvestido.³⁶

Mas essa nova onda de urbanização “pós-moderna” dependia, como argumenta Harvey (2011), de uma inovação financeira para organizar o crédito necessário para sustentar tais ritmos. Assim, surgiu a securitização e o ajuntamento das hipotecas locais para vendê-las a investidores do mundo todo, o que foi acompanhado da criação de novas instituições financeiras para facilitar esse novo mercado.

Os capitalistas estão sempre produzindo excedentes financeiros, que necessitam, pela competição implicada pelo mercado, encontrar saídas para sua absorção na forma de investimentos lucrativos. O problema é que essa expansão ocorre em ritmo composto, a uma taxa aproximada de 3% ao ano (o mínimo, colocado por Harvey (2011), para se manter uma “economia saudável”). Então, desde 1989, os capitalistas encontraram no processo de urbanização a aplicação rentável para massas crescentes de recursos, levando investidores a exercitar de forma frenética seus poderes de alavancar oportunidades de investimento incrementais com a urbanização.

Junto com a criação de solo urbano e de toda a infraestrutura necessária que, por si só, já absorve grandes parcelas de excedente de capital e de trabalho, existem os processos de reestruturação urbana de “destruição criativa”³⁷.

Esse é um processo que Engels (2008, p.248) já identifica:

O crescimento das grandes cidades modernas dá a terra em certas áreas, em particular as de localização central, um valor que aumenta de maneira artificial e colossal; os edifícios já construídos nessas áreas lhes diminuem o valor, em vez de aumentá-lo, porque já não pertencem às novas circunstâncias. Eles são derrubados e substituídos por outros. Isso acontece, sobretudo, com as casas dos trabalhadores que têm uma localização central e cujo aluguel, mesmo com o máximo de superlotação, não poderá jamais, ou apenas muito lentamente, aumentar acima de um certo limite. Elas são derrubadas e no seu lugar são construídas lojas, armazéns e edifícios públicos.

Tal processo insiste em se perpetuar, mesmo na urbanização contemporânea. O processo de destruição criativa tornou-se essencial para a sobrevivência do sistema capitalista. Os episódios repetidos de destruição criadora do espaço urbano agem para

³⁶ Em Canetti (2014b), argumento que demonstra que, além dessa dimensão econômica, esses grandes projetos urbanos são também uma operação biopolítica através do espaço.

³⁷ Berman (1982, p.100 apud HARVEY, 2008, p.53) afirma que a burguesia “is the most destructive ruling class in world history; they are masters of creative destruction.” BERMAN, Marshall. **What is solid dissolves in air**. New York: Verso Books, 1982.

permitir a revitalização (ou até, reconstrução) de áreas da cidade a fim de garantir absorção de capital excedente e maior apropriação de lucros. Mas nessa “reestruturação urbana” a população pobre (maior atingida por esses processos) é retirada e levada a ocupar outras áreas, geralmente periferias distantes ou guetos arruinados.

Portanto, a construção de novas infraestruturas, os novos serviços, a possibilidade de expansão da produção para o novo tipo de consumo da sociedade urbana, a constituição de novos mercados de matérias-primas e consumo, o mercado imobiliário crescente são elementos ligados, essencialmente, à expansão extensiva do fenômeno urbano. A produção do urbano absorve os excedentes críticos vindos de outros ramos, setores e mesmo escalas. Como é destacado por Harvey (2012, p.12):

The reproduction of capital passes through processes of urbanization in myriad ways. But the urbanization of capital presupposes the capacity of capitalist class powers to dominate the urban process. This implies capitalist class domination not only over state apparatuses (in particular those aspects of state power that administer and govern the social and infrastructural conditions within territorial structures), but also over whole populations – their lifestyles as well as their labor power, their cultural and political values as well as their mental conceptions of the world. (HARVEY, 2012, p.66)

Nesse sentido, “a urbanização, concludo, é um veículo primordial para a absorção de excedentes em escalas geográficas sempre crescentes”. (HARVEY, 2009, p.12)

1.7 – A Mobilidade da força de trabalho na (re)estruturação da (re)produção do capital no urbano

Os processos de reestruturação (espacial, urbana, regional, produtiva) inerentes ao capitalismo (MARX; ENGELS, 1998) produzem novas formas e possuem como imperativo a mobilidade, tanto do capital como da mercadoria e, em especial, da mercadoria força de trabalho. Essa mobilidade acompanha a produção de novos padrões de segregação socioespacial, de valorização e de organização.

Sob essa perspectiva, a forma de restrição e exercício da mobilidade deve ser pensada como qualidade fundamental para a constituição do trabalho como mercadoria: força de trabalho atuante na produção de valor das outras mercadorias produzidas. Assim, as migrações e as diversas intensidades e orientações devem ser pensadas tendo por base um ponto que problematiza os nexos sociais que condicionam, não apenas os migrantes, mas a sociedade como um todo.

No ambiente urbano a mobilidade é essencial para a reprodução do capital. Tanto em relação a localização dos indivíduos (seguindo as determinações das estruturas de classe) como na realização da força de trabalho. Dessa forma, entender a mobilidade da força de trabalho é necessário para compreender a organização das cidades contemporâneas.

Assumindo, para explicar a mobilidade humana, a corrente histórico-estrutural, de orientação neomarxista, busca evidenciar o caráter catalizador das migrações no jogo estrutural do capital, no sentido do uso que este faz da força de trabalho direta ou indiretamente no processo produtivo (LEITE et. all. 2013). Nessa perspectiva, as migrações não são interpretadas como ato soberano dos indivíduos, mas, na verdade, como uma relação que é produzida por estruturas sociais historicamente determinadas e geograficamente delimitadas. Concentra-se, portanto, na observação da estrutura social como um todo.

A mobilidade, sob esse prisma, fica definida como característica da força de trabalho (como mercadoria) que permite sua utilização pelo capital e, assim, conduz à existência e reprodução das próprias condições de acumulação.

Nessa linha, os autores que se destacam na discussão são Jean-Paul de Gaudemar (1977), Alan Simmons (1995)⁴³ e Akin Mabogunje (1970) (PICHÉ, 2012)⁴⁴. Esses autores buscaram sempre relacionar a dinâmica do capitalismo como estrutura social historicamente determinada com os processos de mobilidade, destacando que os trabalhadores estão sujeitos à organização das estruturas produtivas.

A mobilidade traduz os imperativos da acumulação capitalista e permite entender como o trabalho se subordina ao capital.

Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade humana é determinada pelas transformações no mundo do trabalho. A necessidade paradoxal do capitalismo de explorar a mão de obra, tanto para a venda como para a abstinência desta, é o que organiza a distribuição da população no espaço. Analisando essa perspectiva proposta

⁴³ SIMMONS, Alan. Explaining Migration: Theory at the Crossroads. In: DUCHÊNE, Jones (org.). **Explanation in the Social Sciences: The Search for Causes in Demography**. Louvain-la-Neuve, 1995.

⁴⁴ MABOGUNJE, Akin. Systems approach to a theory of rural-urban migration. **Geographical Analysis**, v.2, n.1, p.1-18, 1970.

por Gaudemar (1977), percebe-se o importante *insight* de Marx (2013) de entender o trabalho como uma mercadoria – e como tal, deve ser deslocado para ser consumido.

Como esclarece Gaudemar (1977), a força de trabalho é definida como a mercadoria que determinado indivíduo possui e que deve ser vendida para ser realizada (como toda e qualquer outra mercadoria). No capitalismo, em que o trabalhador é expropriado dos meios de produção, sua força de trabalho não possui qualquer valor de uso: “[...] seu produto serve-lhe apenas de valor de troca” (MARX, 2013, p.180). É necessário que o trabalhador venda sua força de trabalho e faça valer o valor de troca, para que os capitalistas dela usufruam. A força de trabalho se constitui numa mercadoria já que se insere no circuito em que “transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso” (MARX, 2013, p.178). Esse processo envolve uma mobilidade, não apenas social, mas, sobretudo, espacial. O indivíduo, para vender sua força de trabalho, deve acessar o local de produção, portanto, desloca-se. Esse deslocamento pode ser uma migração, em que o indivíduo fixa residência ou apenas um movimento no espaço.

Essa é uma tendência do capitalismo já identificada por Marx (1967, p.181 apud GAUDEMAR, 1977, p.192)⁴⁵: “De fato, quanto mais desenvolvida é a produção capitalista de um país, maior é a mobilidade exigida à capacidade de trabalho”. A mobilidade passa a ser característica do trabalhador no sistema capitalista e, ao mesmo tempo, é condição de existência do capitalismo.

É necessário, portanto, inserir a análise da mobilidade do trabalho no âmago dos processos da reprodução ampliada do capital. E, dessa forma, é possível voltar ao pensamento gaudemariano sobre o uso do trabalho e dos corpos.

O conceito de mobilidade, tese central de Gaudemar (1977), consiste na “condição de exercício de sua liberdade [da força de trabalho] de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital”. Considera-se assim que o trabalhador é livre em dois sentidos. O primeiro, positivo e frequentemente evocado nos textos neoclássicos e liberais, coloca o trabalhador como uma pessoa livre no sentido de dispor à sua vontade da sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence; portanto, escolhe onde vendê-la. O segundo sentido, descrito por Gaudemar (1977), seria uma liberdade negativa, que

⁴⁵ MARX, Karl. **Un Chapitre Inédit du Capital**. Paris: PUF, 1967.

aparece nos textos marxistas, em que o trabalhador é livre de tudo, desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho; portanto, deve vendê-la para sobreviver. Essa dupla determinação leva a concluir que “o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977, p.190)

A mobilidade da força de trabalho é, em primeiro lugar, introduzida como condição de exercício da liberdade do trabalhador de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará valor e reproduzirá o capital. Dessa forma, a relação que existe entre mobilidade humana e liberdade da força de trabalho pode ser mais precisada: no seu aspecto positivo, a liberdade garante a possibilidade do trabalhador de escolher o seu trabalho e o local onde vai exercê-lo; no seu aspecto negativo, conduz às exigências do capital em alocar, despedir e controlar o trabalhador por intermédio do mercado no qual vende sua mercadoria: o mercado de trabalho. Em ambos os sentidos de liberdade a ideia de mobilidade é inerente. A força de trabalho deve ser móvel no espaço para que o lucro extraído seja satisfatório.

Assim, deve-se entender a migração como determinada por uma força externa: a estrutura econômica. Toda mobilidade no capitalismo, escreve Gaudemar (1977, p.18), é uma mobilidade forçada. Em suas palavras:

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista de mobilidade é, igualmente, estratégia de mobilidade forçada.

A mobilidade dos trabalhadores na atualidade deve ser pensada em dois momentos: 1) o momento da utilização da força de trabalho; 2) o momento de reprodução das forças de trabalho.

O primeiro, analisado em profundidade por Gaudemar (1977), diz respeito ao momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. O movimento é sempre em direção ao trabalho, e justifica uma série de fluxos migratórios e de outros tipos de mobilidade humana. É essa mobilidade que permite a mobilização da força de trabalho para produzir as mercadorias. O segundo momento, da reprodução das forças de trabalho, é o momento do trabalhador fora do momento do trabalho que deve garantir sua reprodução material. Diz respeito aos movimentos em busca de

moradia e aos recursos para a sobrevivência, condicionados pelo padrão de vida que devem manter.

As necessidades criadas pela lógica do capitalismo no que tange ao mercado de trabalho podem ser satisfeitas com a mobilidade do trabalho. Dessa maneira, em termos da economia política, todos os fluxos migratórios são, de alguma maneira, lucrativos (mas não no sentido atribuído pelos neoclássicos de maximização dos benefícios pelos agentes). Os deslocamentos espaciais têm, por fim, a “valorização do capital” (GAUDEMAR, 1977, p.21).

Além da escala estrutural, deve-se entender também a mobilidade sob a perspectiva geográfica. A mobilidade acontece em virtude da produção dos espaços de forma desigual. A produção do espaço no capitalismo pressupõe a desigualdade entre os espaços. Determinada área, por diversos motivos, desenvolve-se mais do que outras. E isso pode ocorrer nas mais variadas escalas, entre países ou entre bairros. Dessa forma, a população que reside ou que trabalha deve ser, de alguma forma, coerente com essa forma de desenvolvimento, balizado por meio da economia de mercado: o acesso se dá com o controle da “mão invisível” do mercado. Também, ao mesmo tempo, a mobilidade constitui-se como estratégia para perpetuar a produção desigual dos espaços. Os fluxos criados e mantidos por essa lógica de mercado agudizam ainda mais a desigualdade, pois tendem a uma concentração das riquezas socialmente produzidas, não apenas socialmente, mas geograficamente.

Cadwallader (1992) afirma que a mobilidade residencial intraurbana pode ser interpretada como um fenômeno no mercado residencial com base em mudanças endógenas, como *status* familiar ou socioeconômico, ou exógenos, como, por exemplo, o mercado imobiliário. Singer (1977) considera as migrações como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta aos novos rearranjos espaciais das atividades econômicas. São processos histórica e espacialmente determinados, fazendo parte do processo social.

Sob a perspectiva socioeconômica, os processos decisórios das migrações intraurbanas estão baseados na hipótese de que esses deslocamentos são, de alguma forma, respostas à estratégia de grandes agentes estruturais do sistema capitalista (os proprietários de terra e dos meios de produção e o Estado), que atuam para promover a

acumulação de capital e, dessa forma, implicam o deslocamento das populações para servirem a essa lógica.

CAPÍTULO II – POBREZA, EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO

*Por favor, não ache que é natural
aquilo que muito se repete.
Bertold Brecht*

Pobreza, exclusão e segregação são temas importantes para se considerar no entendimento da realidade, são fenômenos sociais importantes e, embora muito tenha sido escrito sobre isso, existe pouco consenso entre as diversas linhas teóricas. Tais fenômenos, ainda que tenham sido bastante combatidos (ao menos no campo discursivo por instituições como o Banco Mundial, ONGs, Agências Governamentais e etc), ainda continuam a existir e resistir, inclusive aumentando o número de pessoas em tais condições. Assim, discutir tais temas é mais do que importante, é uma necessidade de primeira ordem.

As discussões desses temas na Geografia surgem com o desenvolvimento da chamada Geografia Crítica-Radical, em meados de 1950, que passou a focalizá-los nas discussões e elaborações teóricas, pois se acreditava à época que estes haviam sido temas negligenciados (inclusive consciente e propositalmente) pela ciência geográfica que vinha sendo produzida. O assunto ganha força no mundo todo e geógrafos e outros cientistas sociais voltaram-se para as bases do marxismo para elaborar novas teorias que tentassem compreender e explicar a realidade social que se apresentava.

Mesmo no mundo pós-Antigo Regime, com a conclamação da *liberte, égalité et fraternité*, a exclusão e a desigualdade seguiram aumentando e, ainda, sendo justificadas e naturalizadas. Charles Dickens, em seu texto *The december vision*, publicado pela primeira vez em 1850, afirma: “Eu vi hostes incontáveis, condenados à escuridão, à sujeira, à pestilência, ao sofrimento e à morte prematura”. Após mais de um século e meio da descrição de Dickens ainda existem milhares de pessoas condenadas a situações semelhantes.

Os prejuízos sociais, a pobreza e a exclusão aparecem à superfície apenas como disfunções; danos colaterais de um sistema. No entanto, é necessário compreender a desigualdade como realmente é: produto de uma ação de determinada força necessária para manter as engrenagens da produção e as garras da acumulação.

2.1 – Sobre a pobreza

A pobreza tornou-se um tópico de grande importância nas discussões acadêmicas, econômicas, sociais, culturais e políticas. Ela é analisada tendo por base diferentes prismas analíticos, sendo frequentemente colocada como alvo em um combate. Mesmo com o esforço por parte de instituições, governos, pesquisadores e sociedade civil focado na sua redução, tal resultado ainda não foi alcançado. A pobreza ainda continua a se espalhar como um incêndio social, encontrando combustível na desintegração social, não se resumindo a tempos de crise, mas também ocorrendo nos períodos de prosperidade.

A pobreza é comumente referida como falta do que é indispensável para proporcionar um mínimo de bem-estar material (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Segundo o Banco Mundial (1990, p.26), a pobreza é “*a incapacidade de alcançar um nível de vida mínimo*”. No entanto, conforme a contribuição de Sen (1999), a ideia de pobreza é ampliada para ser entendida como a privação forçada de capacidades básicas do indivíduo. Nesse sentido,

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. (SEN, 1999, p.48)

Segundo o autor, a pobreza representa a privação de uma vida que as pessoas poderiam ter, pois as impede de ter liberdade de escolha. Por se tratar de uma sociedade capitalista, essa privação é determinada, prioritariamente, pelo nível de renda do indivíduo. Ou seja, quanto menos recursos financeiros, maior será o nível de privação do indivíduo. (SEN, 1999)

A pobreza, na sociedade capitalista, significa privação da capacidade de consumir. Como lembra Wacquant (2001), a participação na esfera do consumo tornou-se condição *sine qua non* da dignidade social.

A noção de pobreza é ampliada por Demo (1993), que trabalha com o conceito de pobreza política. A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania. “A carência material é a face externa da exclusão política”

(Demo, 1993, p. 39). De acordo com Pedro Demo (1993, p.128), a caracterização da pobreza com base em números mensuráveis relativos à carência material obscurece o “cerne político da pobreza” ou o que o autor chama de “pobreza política”. Nas palavras do autor: “Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter” (DEMO, 1993, p.42).

Mas, ainda no século XIX, Karl Marx (2013) identificou muito bem esse caráter relacional entre pobreza política e pobreza material, com base no vínculo existente entre a generalização da pobreza e a apropriação desigual e indevida de riqueza. Uma consequência do processo descrito pelo mesmo autor é denominada na literatura como exploração da força de trabalho e acumulação de riquezas. A riqueza existe apenas em razão da existência de pobreza. Para Marx (2013), a relação capital-trabalho, grande princípio da sociedade capitalista, é também a base fundadora para a produção de uma sociedade desigual calcada na exploração das classes trabalhadoras. Afirma Marx (2013, p.721) que no sistema capitalista acontece a “acumulação e riqueza num polo e a acumulação de miséria no polo oposto”.

No entanto, apesar da imensurável contribuição de Marx (2013) para a compreensão da gênese da pobreza, é necessária uma atualização, uma vez que a realidade do capitalismo industrial recente que observava Marx (2013) é substancialmente diferente do capitalismo da contemporaneidade. Com a inovação tecnológica e a conformação de novas maneiras de estruturação do capitalismo global que se desdobrou no final do século XX, tem-se conduzido inúmeros grupos sociais ao desemprego e ao subemprego, em situações altamente precárias.

Slavoj Žižek (2012) entende a realidade socioeconômica do pauperismo contemporâneo segundo a proposta de Fredric Jameson (2011)⁵⁷, redefinindo a ênfase da leitura d’*O capital* de Marx (2013) para o desemprego, uma vez que é “inseparável a estrutura da dinâmica do acúmulo e a expansão que constitui a natureza em si do capitalismo como tal” (JAMESON, 2011, p.149 apud ŽIZEK, 2012, p.14). Para isso, é necessário redefinir o termo desemprego. A realidade social do século XXI é substancialmente diferente da que Marx (2013) se dedicou a entender em meados do século XIX. Dessa forma, deve-se, como é proposto por Jameson (2011), ampliar essa

⁵⁷ JAMESON, Fredric. **Representing Capital: A Reading of Volume One**. New York: Verso Books, 2011.

noção, abarcando novas qualidades que devem ir além da clássica definição do “Exército Industrial de Reserva”. Os desempregados não são apenas uma força reserva que sobrou da venda de força de trabalho, mas se tornaram essenciais à estrutura e ao funcionamento do capitalismo contemporâneo. Assim, a categoria dos desempregados é expandida para abranger a amplitude da população, “[...] desde desempregados temporários, passando pelos não mais empregáveis e os permanentemente desempregados, os ilegalmente empregados e também os empregados espoliados” (ZIZEK, 2013, p.637).⁵⁸

Quando Touraine (1999, p.11) escreve que “o problema da sociedade hoje não é a exploração, mas sim a exclusão”, ele transfere o foco de um ponto para outro. No entanto, é necessário perceber que a exclusão é, como proposto por Jameson (2011 *apud* ZIZEK, 2013), decorrente da exploração – ambas representam o mesmo fenômeno. A exclusão é uma agudização da exploração.

Por meio dessa perspectiva ampliada de desemprego estrutural, Jameson (2011 *apud* ZIZEK, 2013) o caracteriza como uma forma de exploração. Explorados não são apenas os trabalhadores que produzem a mais-valia apropriada pelo capital, mas também aqueles que são estruturalmente impedidos de realizar o trabalho assalariado (explorado). Assim, os novos pobres, que vivem em condições precárias, desempregados (permanentemente ou temporários) ou subempregados (legal ou ilegalmente) são, antes, uma estrutura intrínseca ao funcionamento da estrutura econômico-política do capitalismo.

Todavia, na tentativa de explicar essa pobreza, muitos dos discursos usados, baseados em outras evidências secundárias (e talvez falsas e preconceituosas), são utilizados. Muitos desses discursos são dominados, consciente ou inconscientemente, pela ideologia neoliberal, contribuindo pouco ou quase nada para a real superação da pobreza. A pobreza pode aparecer atribuída aos indivíduos como ignorância, preguiça ou falta de ambição. Outros a atribuem a uma fatalidade, desde um arranjo divino até os determinismos sociogeográficos. Outro discurso ainda liga a existência da pobreza a uma subcultura característica dos pobres, como descrito principalmente por Oscar Lewis (1966 *apud* ZIZEK, 2012). Até alguns capitalistas poderiam falar em distribuição

⁵⁸ Sobre isso, deve-se destacar que a situação de classes hoje é comumente tomada como referência para o mercado de consumo, embora seja necessário (re)dimensionar essa percepção para o mercado de trabalho, incluindo aí a reprodução dos indivíduos como força de trabalho.

desigual de riqueza, embora tentem resolver o problema dentro do sistema (por meio de programas de transferência de renda, financiamento ou até caridade).

Os discursos são muitas vezes utilizados em conjunto. Mesmo sendo de alguma forma diferentes uns dos outros, eles são conjugados na tentativa de explicar o fenômeno da pobreza no capitalismo. Mas tudo isso está contido no sistema capitalista, os discursos também. Na verdade, eles são poderosos instrumentos de controle do pensamento ideológico. Mesmo diferentes eles são iguais: tocam a mesma sinfonia que o maestro "Capital" lidera com sua batuta. Apenas esse tipo de discurso tem força, e os discursos devem ser consistentes com os interesses da classe dominante. Assim, justifica-se a existência de diferentes discursos sobre a pobreza, mas todos eles ainda dentro da linha de pensamento do capitalismo. É isso que Bourdieu (1998) chama de *discours fort*: aquele discurso difícil de combater porque tem todas as forças de equilíbrio de poder que ajudam a manter o *status quo*.

O que, portanto, gera a pobreza? A resposta mais assertiva seria: o próprio sistema. Os pobres são parte do motor do sistema, bem como a apropriação desigual da produção, e também os ricos. Eles constituem o sistema, que é criado para funcionar perfeitamente. O marxismo teoriza que a desigualdade, a dicotomia entre ricos e pobres, é um componente funcional do modo de produção capitalista. O capitalismo produz necessariamente estruturas sociais desiguais que são transferidas de uma geração para outra por intermédio da infraestrutura e da superestrutura.

Nesse sentido, a pobreza é analisada por Walter Benjamin (1988, p.22):

“Pobreza não é desonra.” Muito bem. No entanto, desonram os pobres. Fazem isso e o consolam com o provérbio. Este é daqueles que antigamente se podiam admitir como válidos, mas cuja data de vencimento já chegou há muito tempo. Do mesmo modo como aquele brutal “quem não trabalha não come”. Quando havia trabalho que alimentava seu homem havia também pobreza que não desonrava, quando o atingia por má colheita ou outra fatalidade. Mas é desonra, sim, essa penúria, da qual milhões já nascem dentro, e em que são enredados centenas de milhares, que empobrecem. Sujeira e miséria crescem como muros, obras de mãos invisíveis, em torno deles.

Pobreza e riqueza são realidades dentro de uma mesma totalidade antagônica, ao mesmo tempo em que são complementares. Uma não pode existir sem a outra, assim estão em uma relação dialética que é indispensável para a produção da estrutura social capitalista. Assim, só será possível o fim da pobreza na mesma medida em que findar a riqueza. “É inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem modificação da

atual estrutura da produção, dos investimentos e do consumo” (SANTOS, 1982, p.68). Para tal, supõe-se uma alteração do processo produtivo: das relações do homem com a natureza e dos homens entre si. Esse embate, como exposto por Žižek (2012), é mais ou menos aquele ocorrido entre B. R. Ambedkar e M. K. Gandhi em relação à dignidade da casta dos intocáveis. Enquanto Gandhi propunha que os intocáveis se reconhecessem como importante peça na sociedade, propondo assim uma sociedade de castas não mais hierarquizadas, Ambedkar reconheceu que esse mal é produto de todo o sistema de castas, e deveria de ser erradicado. Há, portanto, uma divergência entre os sistemas de pensamento: a diferença entre a solução orgânica (de resolver o problema voltando à pureza do sistema original não corrompido) e a solução radical (que identifica o problema como sintoma do sistema, sintoma esse que só pode ser resolvido com a abolição do sistema como um todo). Ora, com a pobreza não é a mesma coisa? O fim da pobreza não pode passar por uma reforma interna capaz de reorganizar o sistema. A própria natureza do capitalismo pressupõe a existência da riqueza e da pobreza. Nesse sentido, é necessária uma solução radical.

Uma das considerações mais importantes a ressaltar é a necessidade de se entender que a pobreza não é uma doença da sociedade (como os discursos capitalistas tentam fazer ver), mas, na verdade, deve ser entendida como um exemplo de saúde e vigor do sistema econômico, porque, em essência, o capital tende a se concentrar e, por isso, pressupõe a desigualdade na apropriação da riqueza. Assim, a pobreza aparece como uma estrutura do sistema capitalista em que seus fundamentos são suportados. Os pobres são frequentemente entendidos como entraves humanos para o girar das engrenagens do capital, no entanto cabe entendê-los também como lubrificantes para a suavização destas.

Sobre isso, Engels (2007, p.351) destaca a situação de apropriação desigual (e indevida) das riquezas: “Gerações de seres humanos com cujas vidas se produziu a riqueza [...] eram obrigados a viver na contrapartida simbólica e negativa da riqueza” (ENGELS, 2007, p.351).

Marx e Engels (2008 *apud* HARVEY, 2012), em *O manifesto comunista*⁵⁹, destacam que existe um processo de constante empobrecimento dos trabalhadores que não acontece apenas na venda da força de trabalho. Assim que o trabalhador recebe seu

⁵⁹MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The Communist Manifesto**. London: Pluto Press, 2008.

salário, ele é submetido a uma nova porção da burguesia, os detentores de terras, os lojistas e agiotas que o espoliam em troca de um lugar de moradia, mantimentos, vestimentas, entre outras necessidades (HARVEY, 2012). Dessa forma, concorda-se com Harvey (2012, p.54), que afirma existir “[...] by various hidden channels, massive transfers of wealth from the poor to the rich were occurring, [...]” por intermédio de manipulações financeiras e políticas, favorecendo novamente a classe hegemônica, enquanto os excluídos são colocados em relação de dependência e sob a exploração da metrópole corporativa construída.

Diversos pesquisadores investiram no desenvolvimento de uma metodologia capaz de mensurar o número de indivíduos que está em condição de pobreza. Nesse sentido é que se tem o desenvolvimento da linha de pobreza, definida por Barros e Mendonça (1997) como o parâmetro que permite a uma sociedade determinar a população pobre como sendo todos os indivíduos que possuem rendimentos abaixo do seu valor. Segundo Rocha (2008), ela representa papel central na determinação da incidência da pobreza em determinada sociedade.

A linha da pobreza é comumente baseada no consumo básico de alimentos⁶⁰, habitação, vestuário e transporte, representando o mínimo para o desenvolvimento individual. Assim, aqueles situados abaixo do valor limite estão em condição de vulnerabilidade, como é lembrado por Santos (1979), ao destacar que, entre os integrantes da pobreza, os poucos recursos que essas pessoas possuem são destinados à sua sobrevivência imediata. Ressalta-se que os produtos são em pequena quantidade e de baixa qualidade, o suficiente para a manutenção da vida em condições mínimas.

Como é discutido por Santos e Dulci (2008), as linhas de pobreza podem ser geradas tendo por base diferentes metodologias. A mais simples, e também a menos fidedigna à realidade, é a linha de pobreza arbitrária, calculada por meio de um valor definido *a priori*. O cálculo seguinte, denominado de linha de pobreza absoluta, considera o consumo mensal básico dos indivíduos. O modelo, denominado de linha de pobreza relativa, é obtido pelo valor fixado em relação à renda média ou mediana da população. Existe ainda a linha de pobreza híbrida, que considera fatores relativos da renda do indivíduo na sociedade e absolutos do padrão de consumo na mensuração.

⁶⁰Destaca-se que a literatura considera apenas a quantidade calórica, ou seja, energética. Não são consideradas outras necessidades nutricionais, como vitaminas, proteínas, minerais, entre outras, que garantiriam aos indivíduos melhor qualidade de vida. Ver, nesse sentido, Rocha (2000).

Cabe destacar que qualquer uma dessas metodologias possui vantagens e desvantagens. A escolha varia de acordo com a linha teórico-metodológica dos pesquisadores.

Importante destacar que, embora cada metodologia da linha de pobreza adotada obtenha um valor específico como padrão, todas estabelecem valores de corte delimitados quantitativamente e que devem ser adotados juntamente com uma série de precauções. Deve-se considerar que delimitar um valor para mensurar a pobreza é uma ação perigosa. Nesse percurso, pelo próprio método que é adotado, assume-se que a existência da pobreza é apenas delimitada por um valor quantitativo. No entanto, considerando a contribuição de Sen (1999), mesmo a população que possui rendimentos pouco acima do valor de corte ainda tem um espaço muito restrito para exercer a sua liberdade. Arguelles (2009, p.19) lembra que “los enfoques de pobreza absoluta y relativa, aunque comprenden de forma diferente el valor de los referentes espacio-temporales y culturales, están signados por el economicismo.”

Mais do que isso, os autores Cagiano e Capacci (2002, p.6) lembram que o critério de definição para distinguir pobres de não pobres “has a social-political character”. Essa característica política não deve ser descartada na análise, pois define muitas ações do governo e de instituições privadas. O valor do limiar da pobreza é então ideológico, tanto para a sociedade como para o próprio indivíduo, categorizado como pobre ou não. Deve-se deixar claro que a escolha de cada método não está livre de um sentido político.

Katzman (2001 *apud* RIBEIRO, 2005)⁶¹ aponta uma estreita relação entre o nível de pobreza e de desestruturação social da comunidade. Assim, concorda-se com Rodrigues *et all* (1999) que consideram que a relação entre a pobreza e a exclusão se constituem no reforço de uma sobre a outra, não importando qual se situa em primeiro lugar.

2.2 – Sobre a exclusão

A produção científica e a própria formulação teórico-conceitual sobre exclusão social emergiu na França nos anos de 1990, em que as pesquisas se dirigiam aos jovens da periferia, aos desempregados e moradores de rua, propiciando reflexões referentes às novas formas de miséria encontradas (VÉRAS, 2003) e que definem um novo pensar

⁶¹ KATZMAN, R. **Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias**. Buenos Aires: Siempre, 2001.

sobre uma nova questão social. Ressalta-se, como fez Liberato (2007), esse conceito, forjado para compreender/explicar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Conceito esse que guarda grande similaridade com o conceito de marginalidade social, desenvolvido a partir dos anos de 1950 para os mesmos segmentos dos países latino-americanos. O debate aparece no cenário brasileiro, de acordo com Torres *et all* (2003), na metade do século XX, com a preocupação dos estudiosos em compreender as formas de organização social das favelas urbanas.

Oliveira e Pinto (2001) afirmam que ainda no século XXI os contornos teóricos referentes à noção de exclusão precisam de maior definição. Apresentado por Couto (2011), o tema da exclusão configura uma das maiores discussões acadêmicas, políticas e até econômicas do mundo. A grande versatilidade do conceito de exclusão social tem conduzido a uma indefinição conceitual, variando de acordo com o objeto e com a linha teórica do estudo. Nessa perspectiva, Goldani (2001) chama atenção para a necessidade de se ter muita cautela quando se pretende estudar o fenômeno da exclusão social, pois este é repleto de desafios substantivos que devem ser analisados e tratados pelo pesquisador. Ressalta que os estudiosos devem estar atentos a questões amplas, como, por exemplo, as consequências do processo de globalização, de reestruturação regional, as transformações do mundo do trabalho, a (re)definição do papel do Estado, da família, dos direitos humanos, dos avanços tecnológicos, da degradação ambiental etc. Pelo exposto, pode-se inferir que o tema é complexo, devendo os que queiram estudá-lo ter como referência as “tendências crescentes do volume da pobreza e das desigualdades” (GOLDANI, 2001, p.54).

O conceito de exclusão social é atribuído a René Lenoir, secretário da Ação Social da França em 1974, que o definiu como um fenômeno social causado por princípios do funcionamento da sociedade capitalista contemporânea. O termo foi utilizado para destacar que um de cada dez franceses estavam excluídos dos serviços públicos. (JAHAN; SHAHAN, 2008). Refere-se aos indivíduos “inadaptados sociais” frente ao processo de pauperização que atingiu grupos sociais jovens residentes na periferia das grandes cidades francesas, além daqueles tradicionalmente marginalizados. (TODMAN, 2004)

De modo geral, segundo Todman (2004), existem duas linhagens analíticas que tratam da exclusão social. Uma delas foca na exclusão social como sinônimo de

pobreza, ligada à privação material. A seguinte trata os excluídos como indivíduos que tiveram a cidadania social, por causa de diversos elementos, negada. Não se deve assumir uma ou outra linha de pensamento, pois não são excludentes. Na verdade, são complementares.

Mas, antes, os estudos referentes à exclusão ofereciam, segundo Kowarick (1975), explicações parciais para o fenômeno e utilizavam o conceito de marginalidade. Em sua análise, o autor cita Robert Park (1929)⁶², que considera a existência da exclusão em razão do contraste de grupos sociais que diferem quanto à raça e/ou cultura, em que os membros de um grupo procuram ajustar-se a outro grupo, que julgam ter privilégio. Portanto, a exclusão era vista como um desajuste étnico-cultural. Outra contribuição foi a de Merton (1959)⁶³, que considerava em sua análise um recorte vertical perpassando toda a pirâmide social, sendo possível observar uma defasagem entre um determinado grupo e um outro, de referência positiva. Assim, considera-se exclusão como algo relativo ao grupo. Por fim, destaca-se a pesquisa de Lewis (1965) junto a uma série de famílias latino-americanas vivendo nos Estados Unidos. O autor percebeu que existia um padrão de comportamento do indivíduo mais ou menos recorrente, como a passividade, incipiente organização social e sentimento de inferioridade. A exclusão era vista como uma essência, própria a cada um.

Mais recentemente novas tentativas foram realizadas para delimitar, com maior acurácia, a que o termo exclusão social se refere. Numa direção mais ou menos coerente, próxima à perspectiva marxista, autores tentaram conceituar exclusão englobando uma perspectiva integrada à estrutura econômica. De acordo com Vêras (2003), as análises efetivadas por Castells (1997)⁶⁴ apresentam a exclusão social como sendo uma “*fratura social*” que desorganiza a sociedade como um todo, fragmentando a coesão social existente. Paugam (2003) compartilha dessa noção e esclarece que, por meio da desqualificação social, os indivíduos vão perdendo sucessivamente sua posição na sociedade até chegar a uma situação máxima que se configura pela ruptura dos vínculos sociais. Já para Bonetti (1998 *apud* VÉRAS, 2003)⁶⁵, a exclusão é decorrente de uma alteração na estrutura social que ocasiona a perda da possibilidade de

⁶² PARK, Robert. Human Migration and the Marginal Man. **The American Journal of Sociology**, v.33, n.6, 1929.

⁶³ MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1949.

⁶⁴ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

⁶⁵ BONETTI, Lindor. **Estado e Exclusão Social Hoje**. São Paulo: Anpnes, 1998.

participação, tanto na estrutura produtiva, quanto, principalmente, na política. Para Lamarque (1995)⁶⁶, citado por Rodrigues (1999), a exclusão deve ser vista como produto resultante de um déficit de coesão social proveniente da agudização das desigualdades sociais, o que resulta na dialética de oposição entre aqueles que mobilizam seus recursos (para além da esfera financeira) e os que se encontram incapacitados para fazê-lo. Segundo Deka⁶⁷ (2012), a exclusão está ligada à forma de relação que determinado grupo social desenvolve com os direitos, que ora são negados, ora são negligenciados, tanto pelo poder público como por esse mesmo grupo.

Kowarick (1993) analisa o processo de produção dos excluídos como inerente ao sistema capitalista, que pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida com a expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, subjugando todos a uma lógica produtiva própria, baseada na apropriação da mais-valia, que é extraída da força de trabalho. Marx, conforme é apresentado por Harvey (2009), considera o capitalismo como um sistema econômico mais perverso que a escravidão, pois, além do descrito anteriormente, retira também a capacidade de luta dos trabalhadores com a criação do mito de liberdade, construído para contribuir com a perpetuação do sistema. Assim, os integrantes da classe trabalhadora são alienados, não percebendo em si sua capacidade de transformar a realidade.⁶⁸

⁶⁶ LAMARQUE, Gilles. **L'exclusion, que sais je**. Paris: PUF, 1995

⁶⁷ A autora lembra que os direitos devem ser entendidos em sentido amplo. Devem-se considerar os direitos humanos para além do que a constituição do país determina. Isso se configura, segundo a autora, como um dos maiores desafios para essa leitura.

⁶⁸ Ver, neste sentido: HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011

Concorda-se com Vieira *et all* (2010) quando afirmam que a exclusão é um processo social caracterizado pela ausência de recursos básicos mínimos à reprodução da vida com dignidade, com a destituição de bens materiais e simbólicos. Sobre isso, Castells (1996, p.98-99) esclarece que:

A exclusão social é um processo, não uma condição. Desse modo, seus limites mantêm-se sempre móveis, e os excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo, dependendo de seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais. Além disso, embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência [...].

Serge Paugam (2003) tratou o tema da exclusão social na França em um grande estudo que culmina com a publicação do seu livro *Desqualificação social*. Nesse texto o autor identifica um percurso que é frequente entre os entrevistados, que pode ser sintetizado em duas fases. A primeira é a da fragilidade social, em que certos indivíduos se encontram em virtude de determinadas condições. Corresponde a uma série de desclassificações sociais acumulativas, tais como desemprego, baixa escolaridade, moradias precárias, saúde de má qualidade, entre tantas outras. Essas fragilidades atuam sempre no sentido de precarizar ainda mais os indivíduos. Finalmente, em um determinado momento, acontece a ruptura, caracterizada por uma forte marginalização social. Não são mais reconhecidos pela sociedade nem se reconhecem nela. Condições precárias continuam a acompanhá-los, mas em níveis extremos.⁶⁹

Em sua pesquisa, Paugam (2003, p.101) tentou reconstruir a trajetória social dos excluídos. O autor, sobre o percurso, inicia afirmando: “[...] estes indivíduos são todos oriundos de meios sociais já muitos precários”. Embora existam contraexemplos, o caráter transgeracional da exclusão é destacado além de Paugam (2003), para a França; por Arthurson e Jacobs (2003), para o Estados Unidos; por Backman e Nilson (2010), para a Europa; por Savarí (2004), para a Argentina; e por Souza (2012), para o Brasil.

Sobre esse caráter transgeracional da exclusão, Kate Bird (2007), em sua pesquisa, identificou os principais elementos demográficos que contribuem para o processo. Segundo a autora, o fato de os pais serem excluídos aumenta em muito a

⁶⁹ Paugam (2003) identifica muitas vezes a coexistência de embriaguez, uso de drogas, incidência criminal e morte violenta nesse grupo.

probabilidade de os filhos também serem, reduzindo consideravelmente os anos de estudo destes. Mães adolescentes e solteiras são mais frequentes em ambientes de exclusão, conseqüentemente, seus filhos estarão mais suscetíveis a crescer nessas mesmas áreas. A renda média da área de residência também é importante fator para a permanência de exclusão. Inclui-se ainda a discriminação racial, em especial relacionada aos indivíduos negros pobres, que são mais frequentemente encontrados em condição de exclusão em pelo menos três gerações. Embora a autora identifique esses elementos, ela destaca que tratá-los não é possível sob uma perspectiva pontual, um a um dos elementos. Em suas palavras: “the interruption of IGT [intergenerational transference] of poverty is dependt of a determined social structure.”(BIRD, 2007, p.35)

Conforme se visualiza, o processo de exclusão de determinado(s) indivíduo(s) e/ou grupo(s) é consequência de uma “série de exclusões, sendo essas decorrentes de causas estruturais e/ou conjunturais” (LIBERATO, 2007, p.46), que “atira a pessoa (e, muitas vezes, sua família) à margem da sociedade, habitada por farrapos humanos”, (CASTELLS, 1996, p.99) e que acentua as privações materiais e sociais desses indivíduos e/ou grupo(s) (ARTHURSON; JACOBS, 2003). Bäckman e Nilsson (2010), e também Savarí (2004), revelam que a trajetória dos indivíduos excluídos surge por meio de uma acumulação e concentração de desvantagens oriundas das iniquidades entre os grupos sociais.

Sobre isso, Bauman (2009, p.23) vai afirmar que, quando uma pessoa é submetida ao processo de exclusão, é pouco provável sua (re)inclusão à sociedade. Isso está relacionado à própria dinâmica da sociedade, que trata indivíduos excluídos como inúteis e nada faz, ou pode fazer, para recuperar a condição dessas pessoas. Assim, o autor vai afirmar que:

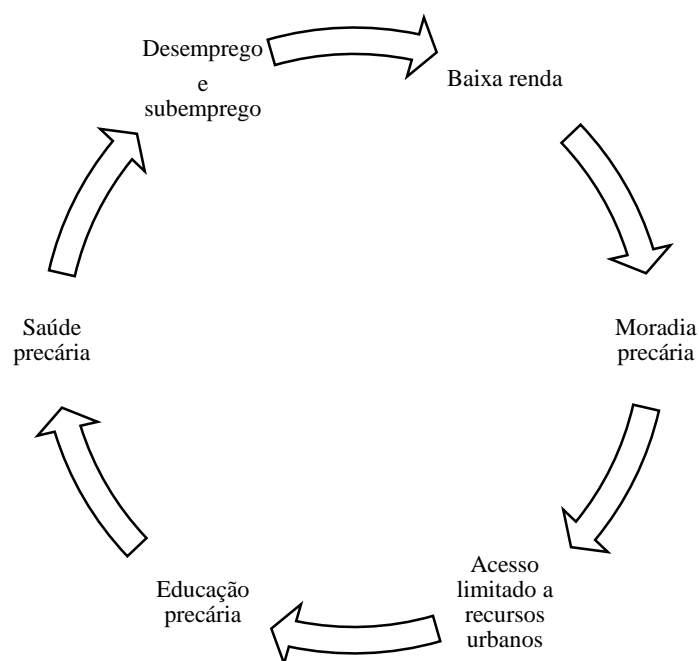
Hoje a exclusão não é percebida como resultado de uma momentânea e remediável má sorte, mas como algo que tem toda a aparência de definitivo [e tende a ser]. Além disso, nesse momento, a exclusão tende a ser uma via de mão única. É pouco provável que se reconstruam as pontes queimadas do passado. (BAUMAN, 2009, p.23)

As trajetórias, a partir daí, são as mais variadas, embora possam ser resumidas a uma precariedade em relação ao resto do corpo da sociedade. A má alimentação, a falta

de educação, as péssimas condições de vida, a saúde debilitada⁷⁰, o trabalho mal remunerado, quando não o desemprego, parece ser o percurso mais frequente que leva os indivíduos à exclusão social. (PAUGAM, 2003; ARTHURSON; JACOBS, 2003; BACKMAN; NILSSON, 2010; SAVARÍ, 2004; SOUZA, 2012)

Begum e Moinuddin (2010, p.317) elaboraram um modelo simples que revela o processo cíclico da exclusão social:

Figura 1: Exclusão social



Fonte: Extraído e adaptado de BEGUM; MOINUDDIN, 2010.

Tal modelo demonstra que a uma determinada forma de exclusão outras vão se agregando. Conforme Arthurson e Jacobs (2003, p.3), a exclusão é uma construção na qual estão presentes diversas variáveis: “Exclusion of education, health, home, employment, social network and citizenship”. Ou seja, uma dada situação de exclusão conduz à outra, e à outra, e assim, sucessivamente.

Os indivíduos excluídos da sociedade passam a ser olhados de maneira negativa, sendo estigmatizados pela sua própria condição. Existe, como é identificado por

⁷⁰Lombardi (2009), inclusive, cunha o termo “síndrome da exclusão”. Em estudo quantitativo e qualitativo das condições de saúde de grupos sociais excluídos, identificaram-se condições muito abaixo do resto da sociedade, demonstrando que, frequentemente, estes adoeciam de forma difusa.

Paugam (2003, p.103), a noção do senso comum de que são “incompetentes, preguiçosos ou possuem mau carácter”. Dessa maneira, esses indivíduos são trancados num círculo vicioso de diversas exclusões (BEGUM; MOINUDDIN, 2010).

Liberato (2007) afirma que a exclusão pode se apresentar das mais variadas formas: econômica, política, social, psicológica, cultural, dentre outras, apresentando variação de forma e intensidade, mas, na maioria das vezes, manifestando-se concomitantemente. Tem-se, então, que a exclusão é consequência de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade, o que conduz a uma não participação de indivíduo(s) e/ou grupo(s) em atividades econômicas, políticas, culturais e/ou sociais, o que se opõe à noção de integração social. Rodrigues *et all* (1999, p.69) esclarecem que a exclusão está associada a uma “trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de *handicaps* vários como rupturas familiares, desemprego, carência habitacional, isolamento social, entre outros”.

Arthurson e Jacobs (2003) atestam que a exclusão social pode se manifestar em quatro dimensões: 1) social, como sendo a falta de direitos do cidadão; 2) econômica, falta de acesso ao mercado de trabalho e consequente baixa renda; 3) política, falta de acesso à participação política e à tomada de decisões; e 4) cultural, falta de acesso às práticas comuns da sociedade. No entanto, embora essa distinção seja importante no campo teórico e na formação e entendimento do conceito de exclusão, os autores enfatizam a necessidade de “making links across these dimensions” (p.3), pois são interconectadas que elas se apresentam na realidade social.

A literatura sobre o fenômeno apresenta duas proposições teóricas sobre a origem da exclusão. A primeira enfatiza a falta de recursos e a segunda sublinha o não acesso ao mercado de trabalho (BÄCKMAN; NILSSON, 2010). No entanto, essas duas dimensões são complementares no processo de exclusão. Não ter acesso a recursos de qualquer tipo, como moradia, trabalho, educação, saúde etc. não permite, consequentemente, o indivíduo ser empregado. Ao mesmo tempo, o desemprego e o subemprego negam aos indivíduos o acesso aos recursos. Assim, cria-se um circuito fechado, não podendo se separar o desemprego e a falta de recursos como elementos promotores da exclusão. Excluídos dos recursos e da chance de trabalho, esses indivíduos se tornam excluídos da sociedade pela própria sociedade.

Kowarick (1980) esclarece a existência de dois processos interligados que contribuem na produção da exclusão. O primeiro é, conforme o autor, a exploração do trabalho que atua no crescimento da pauperização dos indivíduos. O segundo é a espoliação urbana, que tem como referência a população que não possui o direito de participar dos benefícios da urbanização, os excluídos do espaço urbano.⁷¹

É preciso reafirmar que a espoliação urbana está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente. (KOWARIC, 2000, p.22)

Embora o tratamento da exclusão social seja muitas vezes tratado sob uma perspectiva economicista, deve ser salientado que essa fragmentação, de cunho econômico-financeiro, convive com a manutenção e o aprofundamento de velhas fragmentações, como de gênero, de raça, entre outras. (MARICATO, 2009)

Não seria exagero, como diz Zizek (2003; 2011), relembrar a noção de *homo sacer*. Proveniente do antigo direito romano, a noção de *homo sacer* era atribuída às pessoas excluídas de todos os direitos civis. Pensar o *homo sacer* no contexto da exclusão social contemporânea não é complicado. Os excluídos de hoje, como os *homo sacer* romanos, têm seus direitos civis negados (ou pelo menos interditados) pela sua própria existência dentro da lógica do capitalismo.

É sobre isso que, partindo das ideias da Teoria Crítica desenvolvidas na Escola de Frankfurt, Axel Honnet (2001) discute a relação do desrespeito na constituição da realidade social. Segundo o autor, o desrespeito e seus desdobramentos (vergonha, vexação, desprezo etc.) são formas de violência contra a pessoa que a impede, dentro de sua semântica intersubjetiva, de se reconhecer como sujeito. A exclusão social é, ainda, uma exclusão intrapessoal, uma vez que retira as possibilidades do indivíduo de livre disposição sobre seu corpo, levando-o ao rebaixamento pessoal.

Cabe destacar, portanto, que a exclusão contemporânea deve ser entendida como descrita por Kowarick (1975, p.181), que propõe alterar o eixo da análise referente à exclusão. É necessário para os estudos mudarem “[...] de uma perspectiva de exclusão restrita à situação de carência, de falta de algo, para os níveis das relações sociais de produção”. Esse é, de fato, o âmago teórico da questão. Com base nessa concepção é possível entender a contradição básica essencial entre trabalhador e capital, e não

⁷¹Não se exclui aqui a reprodução da exclusão observada nas áreas agrárias

entender a exclusão apenas como um desajuste. Dessa maneira é possível, por meio das relações sociais de produção, que acontecem na forma de classes, pensar a exclusão como resultado (e causa) da luta de classes.

Esse processo é uma forma de extorsão das camadas vulneráveis do acesso aos serviços coletivos praticado pelas classes dominantes. Althusser (1985) destaca o papel dos aparelhos ideológicos de estado representados pelas políticas públicas, pela escola, pela mídia, como forma de reprodução e manutenção desse processo, aliado aos mecanismos de mercado que atuam de forma a estimular a segregação de classe e a exclusão dos indivíduos que não representam os interesses da classe hegemônica.

Apesar da multiplicidade de processos que conduzem à exclusão social, parece consenso entre os estudiosos do tema que o excluído é, sobretudo, “aquele que não é reconhecido como sujeito pela sociedade” (MARTINS, 1997, *apud* VÉRAS, 2003, p.112)⁷². Para Fernandes (1995, *apud* RODRIGUES, *et. all*, 1999)⁷³, o processo de exclusão se dá a partir de uma “espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão”. Importante salientar que, nesse processo, indivíduo(s) e/ou grupo(s) raramente se enxerga(m) como excluído(s), pois a exclusão é processual, acumulativa e persistente, sendo esta causa e consequência da fragmentação social.

Sobre isso, Paugam (2003), ao trabalhar o conceito de desqualificação social, revela que determinados indivíduos, em virtude de situações diferentes, são cada vez mais afastados da sociedade, que passa a exigir um nível de qualificação mais elevado para sua completa integração, contribuindo assim para promover a exclusão dessa população. A própria expressão “exclusão social” conduz à noção da existência de dois grupos sociais: de um lado, os incluídos; de outro, os excluídos.

Existe, segundo Lojkine (1981), uma separação dos indivíduos urbanos em duas categorias. A primeira, que integra os indivíduos de maiores rendimentos, pertence à reprodução do capital; e a segunda, que inclui a população que sobrevive essencialmente por intermédio da venda de sua força de trabalho para a extração de mais-valia, formada pelos que pertencem à reprodução da força de trabalho.

⁷²MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

⁷³FERNANDES, António Teixeira. **Formas e Mecanismos de Exclusão**. Porto: Editora Afrontamento, 1995

Martins (2002 *apud* COUTO, 2011)⁷⁴ sugere então a existência de uma sociedade dual, que abriga “*duas humanidades*”. Uma, na qual se situam os integrados, que estão inseridos nas atividades econômicas e possuem lugar fixo e seguro no seu sistema de relações sociais e políticas; e outra, que ele denomina de “*sub-humanidade*”, na qual seus integrantes padecem de uma série de insuficiências e privações.

Savarí (2004, p.39) destaca a contribuição de Prévôt (2002)⁷⁵, ao afirmar que, frente ao aumento da exclusão, é intensificada “la necesidad de distinción entre los grupos (nosotros y ellos),” uma vez que o temor da exclusão conduz a essa delimitação como forma de reafirmar a existência dos grupos e de que não se está na mesma condição que os outros. Assim, constroem-se fronteiras espaciais políticas, econômicas, sociais e culturais de difícil transposição, dificultando as soluções para o enfrentamento da exclusão de parte da população.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre o conteúdo do significado do termo “exclusão”. Etimologicamente é proveniente do latim *excludere*, que significa mantido fora, dificultar o contato/relação (HARPER, 2012). De fato, parece, à primeira vista, ser utilizado o termo para designar os excluídos, aquele grupo da população que vive em condições precárias, mantido fora do corpo da sociedade, ou que possui seu contato/relação dificultado com a sociedade.

Ao mesmo tempo em que a sociedade capitalista pratica a segregação, produzindo e mantendo espaços que são destinados aos diferentes grupos sociais, ela integra para segregar, segrega para integrar. A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que são excluídos de quase tudo, mas que cumprem uma função dentro do sistema, embora inconscientemente. A pobreza e exclusão geradas pelo próprio funcionamento da sociedade capitalista a mantém. A segregação então ocorre para determinar de que forma esses indivíduos atuarão dentro da estrutura capitalista.

Nesse sentido, a perspectiva de análise é transferida da forma da exclusão para o seu conteúdo. Não é como afirmava Kurz (2003, s.p.): “A lógica subjacente a este sistema é tão simples como brutal: no fundo, só tem direito à existência quem ou o que

⁷⁴ MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

⁷⁵ PRÉVÔT, Maria (2002). Buenos Aires en los años 90: Metropolización y desigualdades. **EURE**, v.28, n.85, Santiago: Pontificia Universidad de Chile, 2002.

é rentável.” A existência dos não rentáveis é, por si só, rentável. O movimento totalizante do capitalismo insere-os. Portanto, talvez seja o caso de se pensar a crítica do termo exclusão social; afinal, tais indivíduos não são excluídos socialmente, eles fazem parte da sociedade, estando inseridos nela pela sua condição.

É necessário ressaltar que os excluídos não são mantidos fora da sociedade. Na verdade, são elementos fundamentais para constituir a totalidade social tal como ela é. Os excluídos cumprem uma função muito bem específica: ora compõem o que Marx (1989) denominou de Exército Industrial de Reserva, embora o cenário atual altere a definição exata; ora representam os trabalhadores informais, que são de grande importância para o funcionamento da cidade; e ainda possuem um papel ideológico, pois são o exemplo da falência do indivíduo e, ao mesmo tempo, a justificativa da ideologia capitalista. São incluídos de forma ainda mais perversa.

2.3 – Sobre a segregação

As cidades de hoje são divididas por múltiplos limites que formam uma variedade de padrões de aglomeração. Muitos desses limites são sociais (não são todos); são divisões criadas por atos conscientes de seus residentes e, entre estes, por aqueles que detêm o poder sobre eles. Assim, são verdadeiros muros, que segregam e fragmentam a cidade, criando espaços predeterminados à ocupação. Se a sociedade no capitalismo é dividida em classes, é natural que as cidades mimetizem tal situação, criando o espaço dividido em classes. Por bem se deve lembrar que apenas no modo de produção de capitalista essa afirmativa se faz verdadeira. Apesar de as aglomerações espaciais de pobreza, segregadas e fragmentadas, parecerem inevitáveis na vida urbana, não o são.

Conforme apresentado anteriormente, o espaço é produto e produtor das relações socioeconômicas, culturais e políticas e, por isso, é capaz de demonstrar como acontece a organização da sociedade. Nessa perspectiva, tem-se que a exclusão, como todos os demais processos que ocorrem na sociedade, será expressa no espaço, como nas grandes e megacidades em que a desigualdade socioeconômica é mais visível. Bayer, McMillan e Rueben (2001) afirmam que a segregação é um fenômeno facilmente perceptível nas cidades contemporâneas. He, Wu e Webster (2010) relatam que o componente espacial da exclusão possui importante influência na cidade moderna e na sua lógica de

produção e reprodução, uma vez que a “segregation is inherently geographical” (BROWN; CHUNG, 2005, p.125).

Marcuse (2004, p.27) destaca que o papel que o espaço desempenha no contexto das segregações não é constante, embora esteja sempre presente. Nas palavras do autor: “O espaço é socialmente produzido e por isso seu papel se altera com as alterações nas constelações sociais”. Lembra o autor que as relações sociais estão inevitavelmente ligadas às relações espaciais.

Jacques Le Goff (1998) ressalta que a segregação socioespacial é recorrente na história, embora com diferentes conteúdos, das mais variadas formas nas cidades ao longo da história: na *urbis* romana, na *citté* medievalesca, nas cidades do século XIX e nas metrópoles contemporâneas. Antes existia de fato um muro de pedras levantado para separar a cidade, propriamente dita, de sua antítese – e sua continuação: a *suburbis*.⁷⁶ Hoje a fronteira física desaparece para dar lugar a um novo tipo de segregação, muito mais plástica e dinâmica, mas com a mesma força de separação.

Souza (2013) faz uma intensa pesquisa etimológica e semântica da segregação urbana. Segundo o autor, a palavra ingressa no idioma português em meados do século XIX, significando “ato ou efeito de segregar, separar ou afastar”. Sua origem vem da palavra latina *segregatio*, que significa separação (usada, à época, comumente com a acepção de separar do rebanho). Destaca o autor que o termo não é técnico-científico (como é comum nas ciências duras); em verdade, refere-se antes a uma prática social comum.

O termo segregação aparece pela primeira vez na pesquisa urbana com a Escola de Sociologia de Chicago, ligada aos trabalhos de Park, Burgess e Wirth. Para esses autores, a segregação se referia à organização, essencialmente separada espacialmente, de acordo com um arranjo étnico-cultural, em especial dos imigrantes que se organizaram em determinados bairros de Chicago. (SILVA, 2008; SOUZA, 2013)

Mas, antes disso, Engels (2008, p.107) já havia apresentado a questão habitacional, extremamente significativa para compreender a realidade da sociedade. Segundo o autor, “a maneira como é satisfeita a necessidade de abrigo é um critério indicador do modo como o são todas as outras”. Dessa forma, os domicílios localizados

⁷⁶ Da qual deriva o termo suburbano.

em áreas precárias, com pouca ou nenhuma infraestrutura, indicam um grupo social excluído socialmente que, por falta de opções e/ou poder de compra, é obrigado a residir em tais áreas.

A segregação socioespacial pode ser visualizada e entendida pelo prisma da concepção da luta de classes (é o motor da história, afinal). Sempre esses processos têm claro conteúdo de classe. Como lembra Rolnik (1988, p.51): “A questão da segregação ganha um conteúdo político: a luta pelo espaço urbano.” É, na verdade, um reflexo da luta de classes na sociedade que é expresso na apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, a estruturação espacial incide sobre a luta de classes: ao se produzir o espaço, materializam-se, juntamente com ele, todas as tensões inerentes. Segundo Marx (2009), é na luta que os indivíduos se constituem como classe. Portanto, nessa disputa pelo solo, é possível perceber a luta de classes. Como escreve Marx (2009, p.116), “a luta entre classes é uma luta política”. Cabe lembrar que a apropriação diferenciada do espaço é fruto do trabalho humano e de sua organização produtiva, que é ordenada pelas relações de produção do trabalho.

Como lembram Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013), a segregação deve ser vista como produto e meio de produção, manutenção de classes sociais⁷⁷. Faz, portanto, parte de uma série de processos e formas da reprodução social (em diferentes escalas) que garante a fragmentação social e, conseqüentemente, espacial. Nessa perspectiva, Corrêa (2013) afirma que as classes sociais constituem o conteúdo essencial das áreas segregadas, tanto da forma como do processo.

Como é destacado por Soja (2008, p.1), “a socially segregated society is controlled through space”. O espaço cumpre função primordial de manter a sociedade segregada. Santos (1973), ao descrever como se promove a organização do espaço sob os alicerces capitalistas, revela que esse modo de produção gerou uma forma bem específica de espaço, que é indissociável para a produção das atuais relações socioeconômicas e políticas. De acordo com Santos (1973, p.74), o “espaço vem sendo utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade.”

⁷⁷ Corrêa (2013) destaca a importância de se compreender a formação das classes sociais. Para isso, ver Marx (2012) e Harvey (1981) sobre o que eles chamam de forças primárias (que dividem a sociedade em proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho), forças residuais e forças derivativas.

Nesse sentido, o historiador Le Goff (1998) identifica em seu trabalho uma espécie de epidemiologia da pobreza ao longo da história que é traçada por ele desde a Idade Média. Assim, entendida historicamente como uma epidemia, passou a ser aceitável pensar na realização de quarentenas, destinando determinados espaços a confinar os pobres.

Bauman (1999) afirma que o “confinamento espacial”, de forma a separar determinados grupos a uma distância material, constitui-se em um mecanismo que visa impedir a visibilidade de indivíduos e/ou grupos que, por variados motivos, não se enquadram no padrão social prevalente. Vide o isolamento dos escravos nas senzalas, dos leprosos e pessoas com distúrbios mentais, das etnias e culturas diferentes das predominantes, dos ricos e dos pobres. Ou seja, “o isolamento e a função essencial da separação espacial é reduzir, diminuir e comprimir a visão do outro” (p.114)

Negri (2005, p.67) afirma que o processo diferenciado de ocupação espacial e a consequente segregação de segmentos da população são combinados com “históricos mecanismos de separação social”. Concordamos com Savarí (2004), que considera essa associação de diversos atributos de cunho social, cultural, histórico, econômico e, sobretudo, espacial, como importantes mecanismos que produzem e mantêm a exclusão social, capazes de dotar essas velhas desigualdades de novos conteúdos e processos.

Glasmeir e Farrigan (2007, p.224) esclarecem esse processo ao afirmar que: “The spatial segregation is systematically linked to others dimensions, like economic isolation and residencial separation, including socioeconomic status and the urban form.”

A segregação socioespacial pressupõe três dimensões básicas: 1) a concentração residencial de determinados grupos sociais em algumas áreas específicas da cidade; 2) o alto grau de homogeneidade social destas áreas; e 3) a percepção subjetiva sobre a segregação que envolve as duas primeiras características. (SABATINI; SIERRAALTA, 2006 *apud* BONI, 2011, p.6)⁷⁸

Os processos de segregação das cidades capitalistas evidenciam a “[...]gentrification, high-end *condo* construction, and “Disneyfication” against the barbaric homelessness, lack of affordable housing, and degrading urban environments for the mass of the population.” (HARVEY, 2012, p.35). Essa realidade se deve à

⁷⁸ SABATINI, Francisco; SIERRAALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, José Marcos Pinto. (org.) **Novas Metrópoles Paulistas – população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

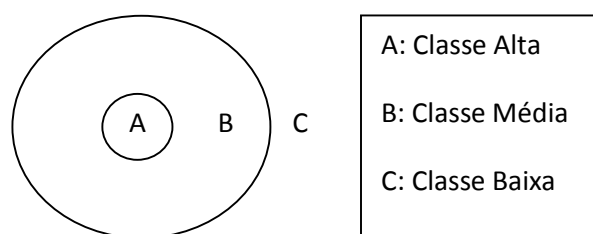
estrutura social do capitalismo, que acaba se refletindo na (re)produção espacial da cidade.

Observa-se uma intensa e constante fragmentação das cidades capitalistas que acontece em razão de uma divisão econômica e social do espaço (VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI, 2013). A primeira é derivada da complexa espacialidade das atividades econômicas, desde a produção fabril e estabelecimentos atacadistas e varejistas até escritórios de serviços, transporte e moradia, e outros serviços urbanos, como hospital e escola. Já a divisão social do espaço se traduz em uma separação das classes sociais, baseadas, antes, em atributos socioeconômicos como renda, instrução e ocupação. É necessário ainda destacar que essas áreas sociais e econômicas são superpostas e imbricadas em lógicas comuns de apropriação de riqueza. A acumulação de capital e a reprodução das classes sociais são os processos essenciais (implícitos ou explícitos) que engendram o espaço da cidade capitalista como um grande caleidoscópio.

As cidades seccionadas de acordo com a ocupação das classes dão origem a modelos de ocupação que demonstram a forma desigual como o espaço destas é apropriado desigualmente.

O primeiro deles, desenvolvido por Kohl em 1841, analisando as cidades europeias, considerou que a cidade podia ser dividida na forma de anéis concêntricos, com a elite residindo no centro, enquanto na periferia viveriam os pobres. (CORRÊA, 1993)

Figura 2: Modelo de segregação residencial de Kohl

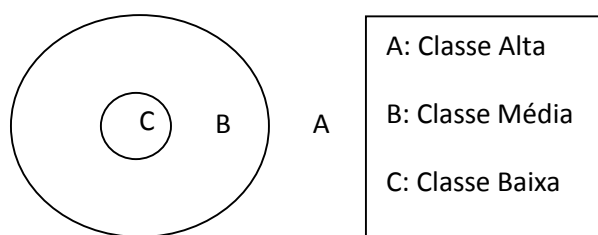


Fonte: CORRÊA (1993)

O estudo sobre a segregação socioespacial ganhou força no começo do século XX, com a chamada Escola de Chicago, baseando-se nos trabalhos de Robert Park e

Ernest Burgess, que consideravam que as cidades abrigavam “áreas naturais” que grupos homogêneos ocupariam. Assim, a análise de Burgess das cidades americanas, em 1920, também mostrava o espaço urbano dividido em anéis concêntricos, no entanto a ordem de ocupação era invertida. No centro, degradado, residiriam as populações pobres, enquanto na periferia estaria a elite. (CORRÊA, 1993)

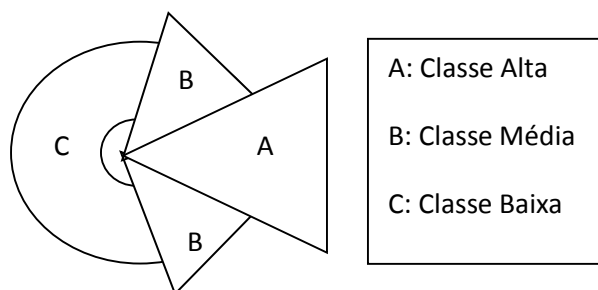
Figura 3: Modelo de segregação residencial de Burgess



Fonte: CORRÊA (1993)

O modelo seguinte, desenvolvido por Hoyt em 1939, considera a segregação espacial não mais como um padrão de círculos em torno do centro, mas como setores. Assim, as áreas residenciais da população de alto *status* social estariam localizadas em um setor de maiores amenidades, e o setor com menos ou nenhum investimento em infraestrutura seria habitado pela população de baixo *status*. (CORRÊA, 1993)

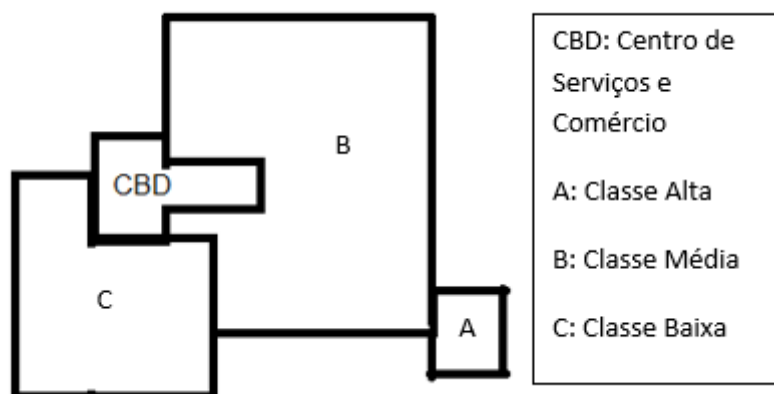
Figura 4: Modelo de segregação residencial de Hoyt



Fonte: CORRÊA (1993)

No modelo de segregação residencial elaborado por Harris e Ullman (1941), a cidade passa a ser concebida como organizada por diversos núcleos que preservam características residenciais bem determinadas. Assim, baseando-se no modelo *Multiple Nuclei* dos autores, pode-se considerar a cidade como espaço segregado e segmentado espacialmente.

Figura 5: Modelo de segregação residencial de Harris e Ullman



Fonte: Adaptado de HARRIS e ULLMAN (1941)

A geografia quantitativa também se preocupou com a análise dos padrões de segregação, avançando no desenvolvimento de índices que permitem o mapeamento de áreas segregadas, processo realizado em diversas cidades e metrópoles estadunidenses. Dentre esses trabalhos, destaca-se o de Massey (1967)⁷⁹, que desenvolveu um índice de segregação espacial (amplamente utilizado atualmente), e de Schelling (1971)⁸⁰, que analisou as operações espaciais da preferência de habitação. (BROWN; CHUNG, 2006; FEITOSA; REYES; ZESK, 2008)

Em meados dos anos 70 houve o resgate do debate marxista, apresentando o conceito de segregação socioespacial como sendo a expressão da iniquidade existente na sociedade no território das cidades (BÓGUS; PASTERNAK, 2008). Tal análise estava preocupada com a distribuição claramente desigual e injusta dos recursos nas cidades, que revelava uma tendência perigosa à valorização de determinada classe social, aquela mais abastada.

Assim, frente a esse caleidoscópio de prismas analíticos e a propostas teórico-metodológicas, os pesquisadores da temática analisam as especificidades de cada espaço, sempre retornando ao ponto teórico. Cabe, portanto, pensar no padrão de segregação mais recorrente no Brasil, que é, segundo Villaça (2001), o modelo centro x periferia. Nele, o centro (que não corresponde, necessariamente, ao centro geográfico) é dotado de infraestrutura, ocupado pelas classes abastadas e com um alto preço do solo, o

⁷⁹ MASSEY, Douglas. The Dimensions of Residential Segregation. **Social Forces**, v.67, 1967

⁸⁰SCHELLING, Thomas. Dynamic Models of Segregation. **Journal of Mathematical Sociology** v.1, 1971.

que, como consequência, acarreta maior apropriação de mais-valia fundiária. A periferia é, portanto, a antítese do centro, definida pela precariedade, pela ocupação dos estratos sociais de baixa renda e de baixo custo (muitas vezes com terrenos invadidos e ocupados ilegalmente). Embora haja o dualismo, um é necessário para a existência do outro.

A cidade regida pelo sistema capitalista organizou a sociedade dentro de um modelo burguês de concepção socioespacial. He, Wu e Webster (2010) atestam que a organização social das cidades “pós-fordistas” contribui para uma complexização não apenas dos indivíduos, mas também espacial, diferenciando determinados locais e selecionando os moradores.

[...] a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana, industrial e moderna), mas também aí foi encarada como tendo um lado indesejável, o da pobreza. Foi a presença dos famélicos, “sujos, grosseiros” e que “deveriam” ser afastados dos olhares burgueses. Surgiu aí a primeira forma de segregação explícita. Mais tarde haveria intenção mais direcionada, inclusive dos aparelhos públicos de planejamento de “zonear”, catalogar e ordenar o espaço urbano por determinadas funções [...], destinar espaços específicos à habitação popular. (VÉRAS, 2003, p.84)

Ribeiro e Santos Júnior (2005) esclarecem que a cidade cumpre um papel fundamental na ordem socioespacial, atuando como base espacial para a dualização da estrutura social, com ricos e pobres ou incluídos e excluídos, em que “as elites passam a controlar de maneira exclusivista a ordem poliárquica deformada”. (p.87)

Briggs (2001) indica em seu texto *Ties that bind and constrain* que a segregação espacial está atrelada a dimensões históricas e sociológicas mais profundas do que geralmente parece, estando relacionada aos padrões de estratificação social, à questão racial, à desigualdade de rendimentos e à ausência de capital social.

Conforme exposto no estudo de Bauman (1999), ao analisar o trabalho de Sennet (1996)⁸¹ sobre as cidades norte-americanas, destaca-se uma regularidade, um padrão de vivência e ocupação do espaço urbano baseado no ressentimento com os estranhos e na necessidade de isolá-los e bani-los. Segundo Bauman (1999, p.56), “as cidades contemporâneas são construídas a partir do evitamento e separação, [...]”, sendo a forma de preservar as elites capitalistas do encontro indesejado com as classes menos favorecidas.

⁸¹ SENNET, Richard. **Uses of Disorder: Personal Identity and City Life**. Londres: Faber & Faber, 1996.

A segregação socioespacial, que produz um confinamento forçado de determinada população, é, conforme descrito por Bauman (1999, p.114), uma forma “quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença”, particularmente aquelas que não se deseja acomodar na rede habitual de relações sociais. Nesse sentido, a separação residencial nas grandes e megacidades contemporâneas revela esse desejo, por parte do grupo dominante, de evitar o contato, a convivência até mesmo visual com os segmentos excluídos.

A situação da exclusão social desenha-se no horizonte das cidades capitalistas. Ela é produtora e produto da segregação espacial; as duas são imbricadas uma à produção da outra. Segundo Musset (2010), as desigualdades espaciais são tão mais intensas quanto mais forem as iniquidades sociais a que estão atreladas. A segregação socioespacial, indicativa do grau de exclusão social existente, é percebida com maior clareza quando se analisa a localização e o tamanho das áreas segregadas.

Bógus (2008) identifica três mecanismos que, atuando em conjunto, agem no aumento, na reprodução e na perpetuação da segregação residencial. São eles: 1) a disseminação das ideias liberais no modo de concepção de cidade e de urbanismo, “[...] which has prompted changes in urban policy regulatory model and contributed to the liberalization of the land Market.”; 2) a entrada efetiva de parcela significativa de capital no mercado imobiliário, “[...] that have become one of the most importante mechanism of absorption of capital in the city”; e 3) a privatização dos serviços urbanos, que aumenta a desigualdade no acesso a serviços públicos e coletivos.

A nova organização espacial da cidade empurrou os trabalhadores de baixo rendimento financeiro para locais cada vez mais distantes das áreas centrais, conforme afirma Bauman (1999, p.95): “Os de baixo [excluídos] volta e meia são expulsos do lugar de que gostariam de ficar. Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés”. Dessa maneira, percebe-se que no processo de decisão locacional os excluídos não detêm participação. São expulsos por mecanismos do chamado livre mercado e pelo poder público a fim de atender os interesses da classe dominante ou de frações dessa. Como Agloba (1997, p.51 *apud* DAVIS, 2006, p.106)⁸² atesta, “os pobres urbanos são nômades, moradores transitórios num estado perpétuo de

⁸² AGLOBA, Tunde. **Architecture of Fear**. Ibadã, Africa Books, 1997.

realocação”, frequentemente sob a égide da força do livre mercado aliado ao aparelho de Estado.

É importante destacar que a segregação socioespacial decorre da divisão do espaço urbano entre integrados (incluídos) e não-integrados (excluídos), sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades porque essas, além de concentrarem o maior número de indivíduos, explicitam mais acentuadamente a forma desigual com que o espaço é apropriado pelas classes sociais. Nesse sentido, a segregação socioespacial existente nas cidades é indicativa de que os locais, dentro da arquitetura urbana, são previamente estabelecidos e desigualmente apropriados (LIBERATO, 2007, pp.16-17)

Nesse sentido fica evidenciado que a população excluída é levada a ocupar as periferias da cidade, expulsa de locais que sofreram um processo de aumento do valor do solo urbano. Esse processo é tratado por Corrêa (2010, p.177) como uma “explosão da periferia popular”. Ele afirma que acontece um movimento de realocação de populações pobres, que antes ocupavam áreas centrais, menos periféricas, para novas periferias, mais distantes do núcleo central. Como é lembrado por Glasmeir e Farrigan (2007, p.226), a dinâmica do mercado nas cidades “tend to aggregate the poor in the least desirable metropolitann environments, where little new investimento takes places”.

[...] a exclusão social se mostra bem mais evidente nas regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras, principalmente nos espaços rejeitados pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que não despertam o interesse dos agentes imobiliários. São nessas áreas desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai se instalar, nas encostas dos morros, terrenos sujeitos à enchente e áreas alagadas, regiões poluídas e outros tipos de riscos. (COUTO, 2011, p.4)

Conforme colocado por Paviani (2002), as periferias são a materialização da forma espacial de mecanismos de exclusão e segregação sociais, com suas habitações precárias e insuficientes, ausência de infraestrutura etc. Essas áreas abrigam inúmeros loteamentos irregulares, ou até mesmo clandestinos, que não obedecem às exigências legais em vigor. São áreas com baixo ou nenhum investimento em infraestrutura e reduzido número de equipamentos privados e públicos, revelando a ausência do poder público. As residências são, em sua maioria, construídas em regime de mutirão, sem orientação ou assessoria técnica.⁸⁴ Essas características revelam o declínio da qualidade de vida das populações que são levadas a ocupar essas áreas enquanto “a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros de classe de mais alta renda” (NEGRI, 2008, p.136)

⁸⁴ Ver, neste sentido, Kowarick (1993), Torres *etall* (2003), Maricato (2006), Liberato (2007)

Kowarick (2000) ressalta o papel que o Estado cumpre no processo de exclusão. Segundo o autor, o Estado é o principal investidor que injeta no tecido urbano melhorias que são fatores de intensa valorização diferencial da terra. Assim, cumpre função primordial no processo da especulação imobiliária, em que produz zonas da cidade valorizadas para a moradia da classe de maior poder aquisitivo. Conforme é expresso pelo autor, existe uma relação inversamente proporcional entre o preço da terra e o ônus social. Em áreas de alto custo econômico o ônus social é praticamente nulo, enquanto nas zonas onde os elementos de infraestrutura de melhorias e serviços urbanos é precário o custo é baixo e o ônus social elevado. Segundo ele:

Deve-se dizer que com a chegada de melhorias urbanas em áreas antes desprovidas, eleva-se seu preço econômico à medida que decai seu ônus social. No momento em que ocorre esse processo de valorização, essas áreas, antes acessíveis a faixas de remuneração mais baixa, tendem a expulsar a maioria dos locatários, os proprietários que não puderem pagar o aumento de taxas e impostos, transformando-se em zonas para as camadas melhor remuneradas. (KOWARICK, 2000, p.28)

O Estado é responsável principalmente, por intermédio de suas políticas públicas e de sua estrutura de regulação, por desempenhar função primordial na organização socioeconômica do espaço urbano. Ele provê as condições gerais de produção e garante o processo de reprodução ampliado do capital. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade (MARICATO, 2010).

Com a desigualdade espacial expressa, os excluídos do sistema – os pobres – só podem ocupar o que Ward e Gilbert chamam de “residual land”, a terra que sobra da ocupação formal. Essa escolha é baseada em diversos elementos e acaba gerando clara segregação espacial entre as classes. Os autores explicam:

In all capitalist societies the process is one which creates residential segregation; the rich tend to live in one part of a city and the poor in another. Clearly, the greater the inequality of income and wealth, then the greater the degree of residential segregation and the greater the exclusion of poor people from access to the better land (even any land at all). (WARD; GILBERT, 1985, p.62)

É nessa perspectiva que Mike Davis (2006, 2008) se refere a uma “urbanização sem urbanidade”. Ou seja, toda a vantagem do espaço urbano é negada para uma mera referência à sua característica como cidade, ambiente construído. Assim, o urbano, como espaço de encontro, com qualidade de vida, ou seja, a urbanidade, não se aplica ao processo de urbanização destinado aos pobres.

O mercado imobiliário é elemento primordial para o entendimento da segregação socioespacial. Diversos trabalhos (PACIONE, 2001; ARTHURSON; JACOBS, 2003; LIBERATO, 2007; COUTO, 2011) apresentam essa perspectiva como elemento central nos processos de exclusão socioespacial. Dessa forma, o espaço em que determinado indivíduo vai se localizar deve concordar ao máximo com aquele socialmente aceito como sendo seu lugar de ocupação, o que leva os pobres para as periferias e os ricos para as áreas valorizadas.

Quem não está inserido no mercado imobiliário formal, somente tem acesso à moradia à margem da cidade. A urbanização brasileira é consequentemente caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a rápida expansão de suas margens. (COUTO, 2011, p.8)

De acordo com Liberato (2007), a periferia vai abrigar preferencialmente a mão de obra que vai atuar na produção econômica da cidade, mas “esses locais são carentes de benefícios urbanos, não tendo acesso aos bens, aos equipamentos e à própria cidade.” (p.99). De acordo com Moura (1994, p.61): “[...] as chamadas periferias são frutos de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário que, num determinado momento, vislumbra as condições favoráveis para um produto específico: o lote popular.”

Como exposto por Lipietz (1974 *apud* COSTA; MENDONÇA, 2011)⁸⁶, essa diferenciação está ligada diretamente à apropriação desigual da renda fundiária que representaria o principal mecanismo que resulta em uma divisão socioespacial da cidade.

O funcionamento da dinâmica imobiliária está ligado à apropriação da mais-valia fundiária pelos proprietários de terra. No entanto, essa classe, para ter acesso ao lucro, deve vender ou alugar a terra para alguém, em especial para indivíduos com maior poder aquisitivo que possam pagar um valor elevado. Dessa forma, o mercado imobiliário cria a seleção de moradia por meio do lucro que pode obter. (TOPALOV, 1979)

Monte-Mór e Almeida (2011, p.282) lembram que a dinâmica imobiliária está relacionada aos dois sistemas: ao do valor de uso e, complementarmente, ao sistema do

⁸⁶ LIPIETZ, Alain. **Le tribute foncierurbain**. Paris: F.Maspero, 1974.

valor de troca. Como bem lembram os autores, o valor de troca é que “ordenará o acesso e a distribuição do uso do solo, o que acaba por promover distorções”.

Com o funcionamento do mercado imobiliário, observa-se que o problema habitacional transparece. Enquanto os interesses por habitação da população de renda elevada são satisfeitos, os segmentos de baixa renda, não tendo acesso à produção capitalista da moradia, “necessitam buscar outras formas de produzir habitação” (CAMPOS, 2011, p.66)

Dois fenômenos de diferenciação espacial decorrem simultaneamente a partir do efeito da acumulação de capital imobiliário: as zonas mais bem equipadas em infraestrutura urbana, que concentram as zonas residenciais das classes dominantes e as zonas de negócio e as zonas menos equipadas, concentrando a população de baixa renda, que tende a se estabelecer em locais cada vez mais distantes em relação às primeiras e que apresentam uma suboferta estrutural em relação aos recursos e serviços urbanos. (CAMPOS, 2011, p.66)

De acordo com Kowarick (2000), é por meio da moradia que se constitui o principal processo de inclusão-exclusão da população, pois ela é direcionada de acordo com a capacidade de pagar dos indivíduos, criando o que Topalov (1984 *apud* BOTELHO, 2008)⁸⁷ denomina de privilégios espaciais em relação à oferta de equipamentos urbanos.

A porção do espaço para a qual é destinada essa população excluída é uma consequência dos “fluxos dos interesses imobiliários” (KOWARICK, 1980). Assim, esses fluxos contribuem muito para a expansão da malha urbana, não em sua totalidade, mas ocupando o espaço nas áreas centrais e em seu entorno, nas favelas. Nas áreas mais distantes do centro, os loteamentos populares representam os locais de moradia daqueles que não possuem recursos financeiros para consumir. É desse modo exposto por Jaramillo (2010, p.224 *apud* MAGALHÃES, TONUCCI, SILVA, 2011, p.21)⁸⁸ que “o livre jogo dos preços mantém e agudiza a segregação socioespacial e impõe usos que com frequência são maléficos.”

Como lembra Maricato (2010, p.171) “mercado restrito implica em exclusão.”

David Harvey (2010) explica a segregação espacial com base na teoria marxiana do mercado de trabalho. A produção do espaço e o mercado de trabalho configuram

⁸⁷ TOPALOV, Christian. **Le profit, la rente et la ville: éléments de théorie**. Paris: Economica. 1984.

⁸⁸ JARAMILLO, Samuel. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, Ediciones Uniandes, 2010.

uma coerência estruturada entre espaço e prática social. A existência de regiões do espaço que são precárias, distantes, atende a reprodução de uma determinada classe, que deve ser mantida em condições precárias para manter os salários baixos e assim aumentar a taxa de lucro da classe burguesa⁸⁹. Nesse sentido, constrói-se, com o desenvolvimento do capitalismo, uma paisagem física e social que é utilizada para perpetuar e reproduzir as relações sociais do modo de produção. Nas palavras do autor:

Residential differentiation is produced, in its broad lineaments at least, by forces emanating from the capitalista production process, and it is not to be construed as the product of the autonomously and spontaneously arising preferences of people. (HARVEY, 2010, p.123)

A fragmentação social produzida e reproduzida na ordem capitalista é estruturada para facilitar a reprodução das relações sociais do capitalismo. (HARVEY, 2010) A fragmentação de classes é reflexo da organização capitalista, das relações sociais incorporadas na formação econômico-social do modo de produção, que ganha vida de acordo com as condições sociológicas e tecnológicas do processo produtivo.

Pode-se considerar que existe a produção de uma série de infraestruturas (no sentido marxiano, de bases que sustentam a (re)produção do modo de produção) tanto físicas como sociais, que são necessárias à circulação e apropriação do capital e que vão construir assim superestruturas que, por sua vez, garantem a reprodução de infraestruturas.

David Harvey (2010) constrói uma teoria da diferenciação residencial que está ligada diretamente à estrutura social. O autor propõe quatro pontos: 1) a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista; 2) as áreas residenciais fornecem um meio para a interação social da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidades de mercado e consciência; 3) a fragmentação da população em distintas “comunidades” serve para promover a fragmentação da consciência de classe (em termos marxianos) e, assim, frustrar a unidade social; 4) os padrões das diferenciações residenciais refletem e incorporam muitas das contradições da sociedade capitalista.

Por sua vez, Marcuse (2004) trabalha com a ideia de que essas segregações são decorrentes de uma hierarquização involuntária à que a maioria da população é

⁸⁹O princípio pode ser estendido não apenas à organização do espaço, mas ao próprio salário, às condições de trabalho, à distribuição, ao consumo etc.

submetida nas cidades capitalistas. O autor questiona a base neoliberal de que o mercado é antes um sistema democrático, deixando claro que a organização socioespacial das cidades é reflexo e reforço das relações de poder, dominação e exploração, sendo que o *status* de inferior imposto varia social e espacialmente.

Não cabe distinguir, conforme fazem determinados autores, como Caldeira (2000), Marcuse (2004), Frey e Duarte (2006) e Moreira Júnior (2010), entre segregação voluntária (auto-segregação) e involuntária. Na verdade existe apenas um processo de segregação, que é dialético por sua natureza, comportando dois extremos. A iniciativa de um reproduz o outro.

A divisão do espaço, como dito, não é democrática. É resultado da relação de poder, reflexo da estratificação e da clivagem social existentes. Mas, como é lembrado por Marcuse (2004), essa divisão pressupõe a existência implícita ou explícita do uso da força, que muitas vezes é de monopólio do Estado. O papel do Estado no estabelecimento de linhas de divisão involuntárias que reflitam a hierarquia é fundamental no processo ativo de segregação nas cidades. As várias leis e disposições constitucionais (ou o poder de negligenciá-las) são elementos do Estado e está no âmbito de seus poderes a permissão ou a proibição da existência da segregação. Portanto, enquanto a segregação existir será por aval compromissado do Estado. Isso se deve à íntima relação guardada entre o poder político estatal e as grandes economias. Como se discute, é extremamente forte o interesse em manter a existência de milhares de pessoas excluídas; por consequência, é interessante a manutenção de cidades segregadas. Logo, a segregação residencial significa alta concentração espacial, não apenas de poder econômico, mas também de poder político.

Para tanto, muitas vezes a divisão acontece depois da ocupação, e para isso vale usar toda a violência (simbólica ou física)⁹⁰ do Estado para as remoções, sempre aliada à força econômica dos capitalistas, como destacado por diversos autores (HARVEY, 2004, 2012; MARCUSE, 2004, DAVIS, 2006). Esse processo de expulsão é recorrente nas cidades capitalistas. Como informa Engels (2008, p.145):

⁹⁰ Sobre isso, deve-se destacar a reflexão de Iasi (2013, p.44): a maior de todas as violências do Estado é o próprio Estado. Ele é, antes de tudo, uma força que sai da sociedade e se volta contra ela como um poder estranho que a subjuga, um poder que é obrigado a se revestir de aparatos armados, de prisões e de um ordenamento jurídico que legitime a opressão de uma classe sobre outra.

A burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação – isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. [...] através da abertura de brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante a grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... Ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente nas vizinhanças imediatas. [...] a mesma necessidade econômica que os tinha provocado no primeiro sítio os produz também no segundo.

Segundo Harvey (2012, p.17), mesmo depois de 140 anos, “[...] o processo que Engels descreveu é constantemente recorrente na história da urbanização capitalista”. Harvey (2011) salienta que, para obter sucesso, os desenvolvedores do capitalismo recorrem a diversos tipos de esquema, legais e até mesmo ilegais, que vão da subversão política à força bruta, usando o aparato opressor do Estado para limpar o espaço de acordo com seus interesses. Deve-se ainda deixar claro que o processo de expulsão descrito possui uma clara dimensão de classe, pois, conforme Harvey (2012, p.16), “[...] it is the poor, the underprivileged, and those marginalized from political power that suffer first and foremost from this process”.

Diante do exposto, a afirmação “criam-se, aparentemente, duas cidades” (CORRÊA, 2010, p.177) de aparente não tem nada, pois é a expressão de uma realidade calcada na segregação e exclusão social, econômica, política e cultural de indivíduos reais. De um lado, os integrantes dos segmentos médio-alto e alto com acesso à cidade e a tudo que ela pode oferecer; de outro, os excluídos da e pela cidade. Mas não se pode desconhecer que os integrantes dos dois segmentos “[...] são parte integrante da mesma unidade, de uma unidade contraditória, cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias populares, de outro.” (CORRÊA, 2010, pp.177-178)

Sobre isso, Couto (2011, p.3) esclarece que:

A exclusão social tem a capacidade de atingir tanto pessoas quanto territórios de forma que, sob algumas condições, países, regiões, cidades e bairros inteiros são excluídos, relegando a tal exclusão a maioria ou a totalidade de suas populações. É nesse aspecto que o sistema capitalista se manifesta nas cidades, pois de um lado a cidade se transforma em mercadoria e de outro se torna precária, todas inseridas num sistema que inclui e exclui, ao mesmo tempo, a sociedade e o espaço.

Vainer (2010) destaca que é frequente o discurso que reduz a miséria a um problema paisagístico. E como problema paisagístico a melhor saída é impedir a visão deste. Formam-se assim as periferias para abrigar a população excluída, que fica cada vez mais distante. Este representa o desejo das classes dominantes de tornar os pobres invisíveis. Mas não de extingui-los, já que cumprem função tão importante na lógica da cidade capitalista. Isso é derivado da necessidade da burguesia, segundo Lukács (2003), de negar a luta de classes. Para negá-la, ao menos aparentemente, diversos mecanismos são operados para garantir a invisibilidade da pobreza. São roubadas a voz, a força e a integridade dos indivíduos para que assim fiquem menos perceptíveis, mas continuem existindo, fazendo girar as engrenagens políticas e econômicas. A cidade, por extensão, constrói-se sobre esse sistema.

Conforme Maricato (2003), as áreas periféricas, ocupadas pela população excluída, ou seja, a “cidade informal”, é negligenciada pela governança pública, que tende a favorecer as áreas que integram a “cidade formal”. Liberato (2007, p.15), ao analisar a cidade de Belo Horizonte, afirma que existe “a oficial, na qual circulam os cidadãos, e a não oficial, restrita a grupos e/ou segmentos sociais dela e por ela excluídos.” Nessa mesma direção, Milton Santos (1982, p.22) apresenta a contribuição de Friedmann (1961),⁹¹ que declara: “O setor popular está dentro da cidade sem fazer parte dela”.

Kowarick (1980; 1997) e também Corrêa (1993) afirmam que tais áreas da cidade onde estão localizados os excluídos não apenas os abrigam, mas representam importante papel para a reprodução dessa situação, contribuindo para manter a sociedade de classes e suas inerentes fragmentações. A periferia, consequência do modelo econômico vigente, formada pelos excluídos é uma fonte de reprodução da estrutura capitalista que mantém essa população submetida à exploração e à espoliação. Como consideram Ward e Gilbert (1985), será nas periferias, pauperizadas e

⁹¹ FRIEDMANN, John. Cities in Social Transformations. *Comparative Studies in Society and History*, v.4, 1961.

precarizadas, que grande parte da força de trabalho dos países subdesenvolvidos vai ser reproduzida.

As áreas da periferia em que a reprodução da classe pauperizada acontece cumprem diversas funções. Segundo Kowarick (1997), além de garantir gordas apropriações de riqueza por meio do funcionamento do mercado imobiliário, acontece poderosa ação de controle social. As áreas distantes acarretam maior dispêndio de tempo para se chegar ao local de trabalho, bem como para o acesso a outros bens imateriais, como aparelhos culturais, isso além das condições de vida, muitas vezes sem o mínimo de saneamento básico ou urbanismo e com uma consequente má alimentação. A precariedade da saúde e da educação está aliada à ação de outros aparelhos ideológicos, como a mídia. Todos esses fatores contribuem conjuntamente para produzir uma classe subalterna dócil e de fácil controle.

Existe, então, como colocado por Maricato (2010), a representação de uma cidade oficial ou, como sugerido por Liberato (2007), de uma cidade formal em que a exclusão urbanística é ignorada. “E cada vez mais torna-se acentuada a divisão dessas duas cidades divorciadas uma da outra.” (VILLAÇA, 2001, p.311)

A representação do todo urbano é uma ardilosa construção e comunicação ideológica. A cidade oficial, da elite, é tomada como o todo, enquanto a cidade informal, espaço dos pobres e excluídos, é jogada em um limbo social. Maricato (2010) destaca a insistência da elite brasileira em produzir um cenário urbano de “desenvolvimento” na forma de uma ilha, cercada por um mar de não cidade. A publicidade e a mídia insistem em construir uma imagem virtual da cidade, desempenhando um papel ideológico. Essa representação é um instrumento de poder que tenta (e consegue) dar uma aparência natural e geral de um aspecto que é parcial: a cidade formal, as ilhas de desenvolvimento, o paraíso de concreto armado dos arranha-céus. É semelhante ao que Lukács (2003) denomina de consciência reificada, em que a ideologia capitalista atua pela “imposição de um ponto de vista particular enquanto ponto de vista universal”; ou o que Gramsci (2007) chama de senso comum, restrito e superficial conjunto de conceitos desagregados, vindos de fora e impregnados de equívocos. Submetidas a essa lógica de sociabilidade e de produção do urbano, são interiorizadas as relações socioespaciais na forma de uma representação que as toma naturais, retratando o todo. Lembra Maricato (2009, p.12) que a invisibilidade da cidade

informal possui importante influência na formação da consciência coletiva. “Os excluídos da cidade hegemônica são tomados como uma minoria e não como maioria da população como de fato são”.

Fernandes (2007, p.197) esclarece um dos princípios da urbanização capitalista:

Sempre produzir zonas e bairros excluídos em termos simbólicos e/ou materiais daquilo que se compreende como a cidade, processo concretizado por meio de signos que identificam e promovem ideias que projetam na consciência social e dos indivíduos a visão de que tais espaços não fazem parte da cidade ou formam uma outra cidade.

A cidade da elite representa e encobre a cidade real, diz Maricato (2010). Resume a cidade real, reduzindo-a a uma ficção. A parte é tomada pelo todo, intencionalmente. Assim como colocado por Lefebvre (1999, p.18), por meio da segregação produz-se “a cidade concreta e a imagem da cidade”. Imagem e realidade são separadas como em uma obra de ficção. Como destacado por Zizek (2011, p.51), a natureza “desses muros do capitalismo contemporâneo é, essencialmente, teatral”. Nesse sentido, deve ser lembrada a obra de Guy Debord (1992), *A sociedade do espetáculo*. No texto, o autor afirma que esse “espetáculo” é uma representação, ou seja, não é a realidade; e também é um monólogo, apenas a classe dominante possui a voz para ditar os limites da produção social. Esse monólogo representativo só se faz pela poderosa força da ideologia sobre os outros grupos sociais, que aceitam e passam a cantar segundo a cartilha. “O triunfo da imagem sobre a matéria se completa” (HARVEY, 1996, p.61).

Dessa forma pode-se entender o título perspicaz da obra de Lipietz (1988) *Milagres e miragens*: muitos dos ditos milagres da economia capitalista não passam de miragens para a maior parte da sociedade. A cidade, glorificada como importante marco civilizatório da humanidade, com todo o aparato tecnológico, largas avenidas e imponentes arranha-céus é tida como um milagre enquanto não passa de uma miragem, muito real e concreta para alguns, mas não para todos.⁹²

A segregação é (re)produzida por uma lógica global proveniente do capitalismo moderno. Lefebvre (2001, p.99) adverte que “não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais.” Ela está localizada no cerne do capitalismo.

⁹² Essa análise pode ser ainda mais aprofundada, conforme Zizek (2003, p.27), em termos do Real lacaniano, que discute a virtualidade do real no mundo capitalista, embora não caiba aqui um aprofundamento: “O paraíso capitalista e consumista, em toda sua hiper-realidade, é de certa forma irreal, sem substância, carente de inércia material. [...] converteu-se em espetáculo espectral”.

Harvey (1980) afirma que a proximidade e a acessibilidade são aspectos de grande importância no sistema intraurbano, em especial para compreender a dinâmica de uso e ocupação do solo da cidade e a promoção da exclusão socioespacial. Essa proximidade e acessibilidade dizem respeito, especialmente, aos recursos (naturais ou artificiais) utilizados para a produção e reprodução da vida. O autor destaca o bem público como um recurso que, em tese, deveria ser disponibilizado para todos e usufruído por todos os membros da sociedade. No entanto, Harvey (1980) apresenta a existência do “bem público impuro”. Segundo ele, a localização de determinados serviços de utilidade pública implica, necessariamente, seu uso de forma desigual, uma vez que a proximidade e a acessibilidade só podem ser obtidas mediante um preço. Nas palavras do autor: “[...] muito do que ocorre pode ser interpretado como uma tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda. Na medida em que essas tentativas são bem sucedidas, elas são uma fonte de desigualdade.” (HARVEY, 1980, p.46)

É explícito, conforme colocado por Boni (2011), que a produção dos espaços públicos e a alocação dos recursos possuem lógicas que estão distanciadas da busca de justiça social. Os serviços urbanos não são ubíquos, ou seja, estão espacialmente selecionados, cumprindo uma lógica para manter sua permanência. Como lembra Santos (1978, p.81), “Em nome do progresso e à custa de uma injustiça cada vez maior, os recursos são distribuídos de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos”.

A distribuição desigual desses serviços na cidade determina demandas diferenciadas nos preços e usos do solo, potencializando mais investimentos em localizações já dotadas de infraestrutura. Singer (1982) ressalta a importância do papel do Estado no provimento de boa parte dos serviços urbanos essenciais às empresas e utilizados pela população:

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e de moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais. (SINGER, 1982, p. 34)

A qualidade da oferta desses serviços básicos de consumo coletivo, na percepção de Singer (1982), está diretamente atrelada ao valor que a infraestrutura implantada

pode propiciar na reprodução do capital. O Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais na cidade quando dispõe os serviços urbanos em função dos grupos de médio e alto rendimento, promovendo escassez quando não se direciona aos lugares de concentração dos grupos de menor rendimento.

Kowarick (1980) também apresenta o papel desempenhado pelo poder público na diferenciação dos preços da terra e, conseqüentemente, na produção de segregação socioespacial, uma vez que, com os investimentos que realiza, atua diretamente no processo de especulação imobiliária. Segundo o autor, ao gerar uma melhoria em determinada porção do espaço, cria, ao mesmo tempo, desapropriações de indivíduos que são expulsos de seus locais de moradia para dar lugar a grupos abastados que podem pagar o preço da especulação imobiliária. Tem-se, assim, que tais “transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade” (KOWARICK, 1980, p.82).

Sobre o acesso aos recursos, verifica-se que “é facultado pela capacidade de pagar” (BAUMAN, 1999, p.28), ou seja, os grupos com maior capacidade financeira acabam garantindo também vantagens em relação ao acesso, enquanto as classes populares são obrigadas a ocupar lugares mais isolados, ficando sem acesso a tais recursos. Bauman (1999, p.29) afirma que “o resto da população [excluídos] se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento.”

Nesta mesma linha, Bayer, McMillan e Rueben (2001) destacam que a pobreza e o isolamento do corpo principal da sociedade conduzem a implicações sociais de grande impacto, agindo como um impeditivo ao acesso à infraestrutura básica e aos serviços públicos de qualidade, fazendo com que um grupo de indivíduos viva no desemprego e no subemprego.

A segregação ocorrida é então mantida por interesses claramente econômicos. Ainda de acordo com Harvey (1980), as políticas sociais do Estado são diretamente elaboradas para garantir a existência de uma distribuição de renda desigual em um determinado sistema. Ele completa: “Parece que os ‘mecanismos ocultos’ de distribuição de renda num sistema urbano complexo estimulam, usualmente, as desigualdades, mais do que as reduzem.” (HARVEY, 1980, p.41) Assim, os

investimentos de maior valor são concentrados espacialmente nas áreas nobres, gerando a valorização destas e conduzindo a uma maior acumulação de riqueza.

Capital accumulates where there is the greatest return; therefore, those with financial and social resources are attracted to newly developing or redeveloped areas, leaving poor areas behind to suffer grater deterioration and abandonment.(GLASMEIR; FARRIGAN, 2007, p.228)

“A rude carência do trabalhador é uma fonte de lucro para os capitalistas”, afirma Marx (2010, p.144). Percebe-se que a precariedade é mantida essencialmente por ser uma forma de sustentar a apropriação da riqueza e com conteúdo político que favorece a perpetuação do *status quo*.

Todo o processo descrito é trabalhado por Jean Lojkin (1981), que considera a existência de três tipos de segregação socioespacial na cidade capitalista: 1) a primeira ocorre no nível da habitação, em que predomina a lógica de deportação das populações de baixo rendimento, opondo-se à lógica do “emburguesamento” de áreas nobres e/ou renovadas; 2) a segunda é visível no nível de acesso e de qualidade dos equipamentos coletivos, destinando-se à população excluída “subequipamentos”, opondo-se ao “superequipamento” dos conjuntos da alta classe; 3) e a terceira é a que ocorre no nível do transporte domicílio-trabalho, obrigando as classes de menor rendimento a utilizar precários transportes coletivos que contrastam com o uso do automóvel particular pelos burgueses.

Harvey (1973) aponta a segregação como um mecanismo de extorsão que, embora deixe implícita a dominação, chama a atenção para o processo de apropriação desigual do espaço e das rendas fundiárias dele decorrentes. Nesse mesmo sentido, Lojkin (1981) destaca que a segregação é produzida pelos mecanismos de formação do preço do solo. Logo é uma manifestação espacial da estruturação da renda fundiária. Portanto, a estrutura urbana é produtora da segregação, ao mesmo tempo em que é um produto seu. De tal forma, é possível perceber a organização da cidade (por meio do Estado e do mercado) atuando de forma a produzir segregação, sendo também uma resposta a essa existência de uma hierarquia social no espaço.

Conforme Castilho (2011), esse processo está relacionado com a capacidade do sistema capitalista de mercantilizar tudo, inclusive o espaço, sendo este também um equipamento de reprodução ampliada do capital, justificando os investimentos em

espaços de maior interesse econômico, priorizando a “valorização capitalista do espaço” sobre o processo de “valorização social do espaço”.

De acordo com Santos (1978, p.81):

Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1978, p.81)

Assim, a posição social de determinado indivíduo é reflexo de sua localização espacial. A organização espacial, por expressar a sociedade, é, como ela, hierarquizada. A sociedade, ao impor a hierarquia, determina quais indivíduos/grupos estarão na parte superior e inferior desta. Couto (2011) destaca que “A segregação socioespacial é uma das características mais marcantes da exclusão social, pois o espaço é separado de acordo com o nível de renda e prosperidade econômica”. A segregação espacial não passa de uma materialização da separação social existente.

Tem-se, então, que a posição social de determinado indivíduo é refletida no espaço físico em que está situado. O espaço torna-se hierarquizado de acordo com a própria hierarquia da sociedade. Segundo Bourdieu (1997, p.158), “[...] não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais.”

Sobre isso, Soja (2008, pp.1-2) afirma:

The place of residence of a person already determines a big part of its fixed opportunities and conditions. Also, the living location is already suggested by the social class of a person within a capitalist structured society. Those socio-spatial structures lead to an unjust distribution of all kinds of goods, such as the access to basic living conditions, public services, infrastructure, education and work.

O espaço atua como instrumento de separação social. Assim, revela-se a existência de um componente espacial da exclusão social. Mais do que sua expressão espacial de segregação, o espaço atua na produção de exclusão social. Pode-se falar da existência de uma topografia simbólica do espaço, em que se destinam aos grupos excluídos os espaços coerentes com eles, muitas vezes representando áreas altamente precarizadas e distantes dos grupos dominantes.

A segregação contribui para o aumento da distância física, colaborando consequentemente para o aumento da distância social, fundada na lógica urbana

desigual. (MARICATO; MENDONÇA, 2010) Essa separação, tanto no meio social quanto no físico, e suas consequências podem ser observadas nas cidades de diversas formas, não apenas no meio físico, com a periferização da pobreza e a formação de enclaves territoriais, mas também por meio de barreiras simbólicas, que apresentam a existência de uma “monopolização da honra social das classes altas ou da institucionalização da desonra social dos excluídos” (RIBEIRO, 2005, p. 50), criando experiências do espaço urbano distintas.

Existe uma separação dos códigos de sociabilidade de cada grupo que acaba aumentando o abismo existente entre eles, que ficam isolados socialmente. (RIBEIRO, 2005) É exatamente esse sentimento que Savarí (2004, p.40) capta em um de seus entrevistados quando afirma: “Yo estoy lleno de tatuajes, estoy todo escrito, pienso que es una cuestión del lugar donde yo vivo”. Paugam (2003) também capta a questão do espaço na produção de uma “identidade negativa” que os indivíduos herdam do espaço que residem um estatuto de desvalorização. Segundo o autor: “Os indivíduos têm consciência de herdar um estatuto desvalorizado quando residem num conjunto habitacional – uma comunidade – cuja reputação é má” (PAUGAM, 2003, p.129). O lugar de habitação do indivíduo representa uma construção no consciente coletivo, determinando uma forma de conhecimento social “espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade” (PAUGAM, 2003, p.141), mas que exerce poderosa força coercitiva sobre os indivíduos e/ou grupos.

Dessa forma, cada vez mais os contatos e interações entre membros de classes diferentes se tornam inexistentes e aumentam cada vez mais as distâncias, tanto sociais como territoriais, “que separam nossas metrópoles, os de cima dos de baixo, os privilegiados dos excluídos”. (RIBEIRO, 2005, p.67)

Bolt, Burgers e Kemper (1998) afirmam que, com a segregação espacial, a concentração de indivíduos em condição de exclusão age como importante mecanismo para perpetuar esse processo sob diferentes formas: reduzindo as possibilidades de trabalho, os serviços e aparelhos públicos, e aumentando os estigmas sociais, a precarização da vizinhança, a falta de recursos. E, mesmo assim, como lembra Wacquant (2001), o capital consegue exercer acumulação nessas áreas agonizantes. A segregação cria as condições de sua própria perpetuação.

Essa separação socioespacial que ocorre nas cidades contemporâneas representa uma das formas de organização do espaço capitalista, que tende a separar e isolar as classes.

CAPÍTULO III – COMO SE FAZ UMA CIDADE? A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE BELO HORIZONTE

A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal.
Charles Baudelaire

A forma que uma cidade se organiza hoje é resultado de sua evolução do tempo. Evolução essa que é resultado trabalho dos homens para produzi-la. Nas palavras de Santos (2008, p.68): “A história da cidade é a história das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo.” Nessa perspectiva, recupera-se aqui a geografia histórica de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana, tendo como foco diversos aspectos: urbanísticos, demográficos e econômicos.

A geografia histórica foi dividida em três momentos. O primeiro, de 1897 – data de inauguração da capital mineira – a 1950, retrata um período de intensa presença do estado na produção da cidade (desde sua construção e reestruturações). O segundo momento, mais breve, iniciando em 1950 e indo até 1970, apresenta o início da metropolização decorrente da consolidação da cidade como polo econômico e político. O terceiro, de meados de 1970 até os dias atuais, abarca o fortalecimento da metrópole de Minas Gerais, o aumento do nível de relação e integração dos municípios sempre em translação em torno de Belo Horizonte.

3.1 – A primeira cidade planejada do Brasil (1897 a 1950)

Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada do Brasil com ideais claramente modernistas.¹⁰¹ Ela foi criada com o intuito de ser um símbolo da ordem positivista e do progresso, sendo uma representação do novo, filha distante do Iluminismo francês

¹⁰¹ Embora o termo "moderno" tenha uma história bem mais antiga, o que Habermas (*apud* HARVEY, 2010) chama de projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas "para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas". A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, da liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 2010)

(MONTE-MÓR, 1994). Paula e Monte-Mór (2006, p.11) afirmam que “Belo Horizonte nasceu de um gesto político, de uma motivação ideológica.”

O planejamento de Aarão Reis objetivava a síntese entre a Paris de Haussmann e a Washington de L’Enfant, ambas cidades em que o planejamento propôs mudar a essência do espaço por meio de uma brutal ruptura com o passado para a construção de um novo futuro. Com a nova capital do estado de Minas Gerais buscava-se, por um lado, inaugurar o rompimento com o passado colonial representado por Ouro Preto e, por outro, celebrar a modernidade que finalmente alcançava a nação brasileira.

O peso material e simbólico das formas urbanas que seriam herdadas do período colonial representado por Ouro Preto servia, em grande medida, como um “peso paralisante do passado”, como Marx (*apud* LE GOFF, 1990, p.120) se referiu ao processo histórico da França. Seria necessária uma ruptura no mínimo traumática para libertar a nova capital desse peso e assim almejar o futuro de ordem e progresso desejado pelos novos políticos.

A mudança da capital exibiu a nova história que o período republicano estava se propondo a inaugurar. O progresso: material, cultural, de cidadania e bem-estar. Assim, a nova capital mineira não seria apenas uma cidade, uma capital, mas a materialização dessa ideologia, “uma espécie de cartão de visitas do novo regime” (PAULA, MONTE-MÓR, 2006, p.11), embora os autores ainda frisem que o ideal republicano não foi nem pretendia ser inteiramente democrático. Era uma proposta de modernização conservadora, carregando e perpetuando traços de uma exclusão e de um autoritarismo muito mascarados pelo discurso e pela técnica. Como consta em um relatório da época, “Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando [...]” (DIAS, Padre Francisco Martins, 1897 *apud* PAULA; MONTE-MÓR, 2006, p.11).

Como Tonucci (2009) destaca, a transferência da capital e a construção da nova cidade de Minas só pode ser compreendida se analisada dentro do contexto histórico referente à instauração da República, mas, ainda, no rastro da abolição da escravidão. Enquanto os republicanos, de orientação positivista, acreditavam que a pobreza e a miséria eram os traços de um país arcaico (herança do Império e da Colônia) que seriam resolvidos pelo progresso material e moral da sociedade liberal burguesa, os fazendeiros latifundiários, representantes do poder de fato (são os verdadeiros burgueses que, por

meio da acumulação primitiva, conseguiram angariar capital suficiente) não estavam preocupados em alterar a ordem social: na verdade percebiam a vantagem de mantê-la.

O plano da Nova Capital foi um reflexo da ideologia da classe dominante à sua época combinado ao gosto pelas novidades europeias, e como tal, apenas uma peça voltada para questões de organização, embelezamento e higiene, sem preocupações com o problema habitacional e com a segregação dos grupos desfavorecidos para fora da cidade planejada. (TONUCCI, 2009, p.5)

A localização da nova capital mineira foi motivo de grande disputa entre os congressistas, políticos e detentores de poder de Minas Gerais ao final do século XIX. A construção de uma nova capital em determinado lugar representaria mais ou menos poder para determinado grupo. Justificava-se o cabo de guerra pela escolha do lugar. Criou-se assim a Comissão d’Estudo das Localidades que, segundo Salgueiro (1997), examinaria especificamente elementos como a topografia (sítio e paisagem), climatologia, condições nosológicas, qualidade dos mananciais, facilidade de edificação e construção, recursos de vida, iluminação e viação urbana e suburbana.

Concorrentes de Belo Horizonte (área que à época era pertencente ao município de Sabará, no Vale do Rio das Velhas) a comissão de estudos apontou também Barbacena e Juiz de Fora (municípios da Zona da Mata mineira); Paraúna (município localizado à margem direita do rio Paraúna) e Várzea do Marçal (subúrbio de São João del-Rei).

Assim, a decisão do local em que seria erguida a nova capital mineira foi marcada por debates entre os membros do congresso estadual. No debate político, três grupos se posicionaram em relação à mudança. O primeiro grupo, a elite do centro do estado, defendia Belo Horizonte e era liderado por Augusto de Lima. O segundo, proveniente do norte de Minas, era liderado pelo então senador da República Affonso Pena, e defendia a zona mais próxima às águas do rio Doce, na cidade de Paraúna. O terceiro grupo, que reunia as elites das zonas da Mata e do Sul, e era minoria no Congresso Constituinte, defendia que a Nova Capital fosse instalada em local que respondesse aos interesses econômicos e políticos da região. Sua sugestão era Várzea do Marçal.

Foi selecionada a área do Curral Del Rey. Francisco Bicalho, engenheiro-chefe substituto da Comissão Construtora, afirmou ter sido a área selecionada por representar topografia propícia para a implantação de mananciais de água de boa qualidade e por sua importante posição geográfica que, em suas palavras, iria “*irradiar benéfica luz por todo o Estado*” (BICALHO, 1996, p.13 *apud* LIBERATO, 2007, p.123), uma vez que

se localizava no centro do estado, favorecendo o desenvolvimento de Minas Gerais como um todo. Belo Horizonte cumpriria uma estratégia de ser não apenas centro político-administrativo, mas também o epicentro de uma tentativa de nova organização regional. (PAULA; MONTE-MÓR, 2006).

Belo Horizonte, a Cidade de Minas, profetizara o que Corbusier (1923 apud JOBSON, 1999, p.3)¹⁰² diria um quarto de século mais tarde: “We must build on a clear site”. A escolha do espaço, um pequeno povoado denominado Curral Del Rey, revelava o que Le Corbusier enfatizaria alguns anos mais tarde sobre a importância de áreas largas e livres para construir as cidades modernas. Livres de grandes deformações topográficas e também de construções anteriores e, por consequência, livres de uma práxis social anterior. Tudo deveria ser imposto, do externo para o interno, de modo a garantir a primazia dos ideais modernistas. Tal como Belo Horizonte iria vir a ser.

Belo Horizonte erguia-se sobre um espaço livre e nele o sítio não era encarado como empecilho. Na visão positivista predominante à época, o homem, detentor do saber, pode e deve desfigurá-lo para determinar a concepção que desejar. Salgueiro (1997, p.155) afirma que “uma cidade fundada a partir do nada só pode ter uma planta regular, [...] respondendo ao ideal de regularização em vigor no meio dos politécnicos progressistas”.

Como pode ser observado na Planta Geral (Figura 1), Aarão Reis e sua comissão pensaram Belo Horizonte sendo dividida em três áreas distintas, com especificações e exigências urbanísticas diferenciadas: a área urbana, limitada pela Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno; a área suburbana; e a área rural.

¹⁰²LE CORBUSIER, Charles-Edouard. **Towards a New Architecture**. London: The Architectural Press, 1923.

Figura 6: Planta geral de Belo Horizonte

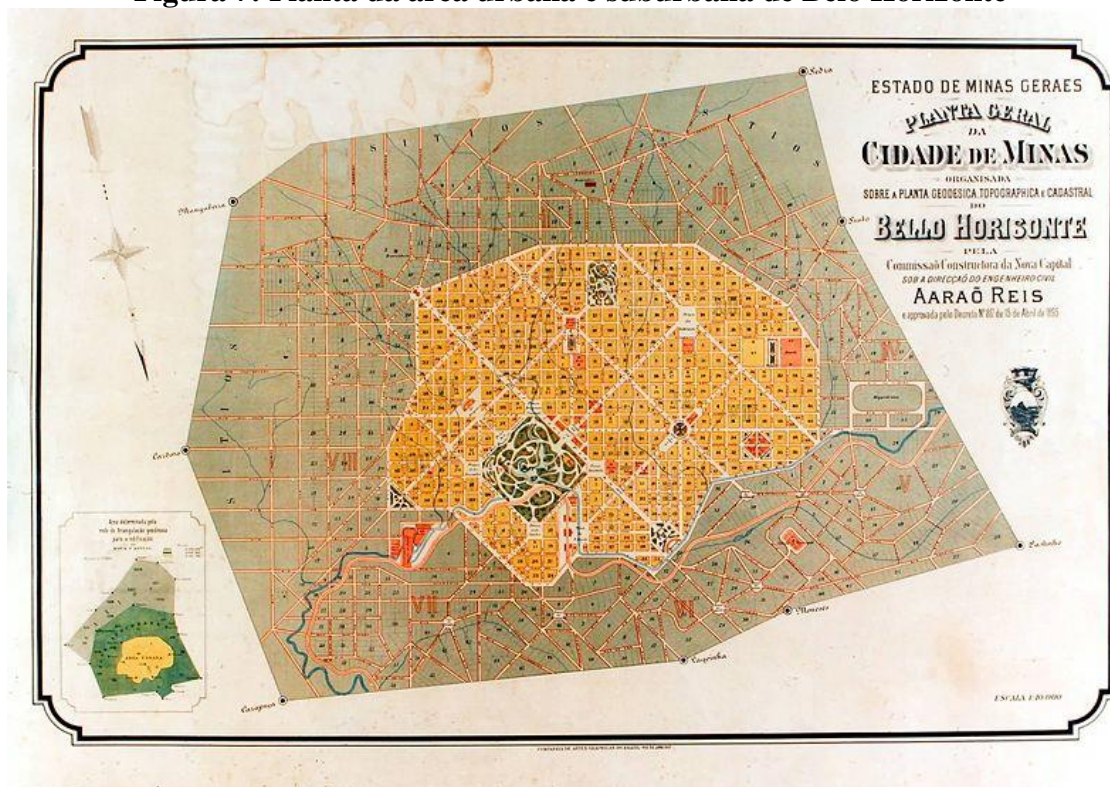


Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Adaptado por: TONUCCI, 2009

A área urbana (Figura 2) possuía cerca de 9 km², concentrava os equipamentos urbanos, a infraestrutura e possuía alta exigência urbanística, com um traçado regular de quarteirões padronizados de 120 x 120 metros, com ruas de 20 m de largura que se

cruzavam em ângulos retos e avenidas que se cortavam em ângulos de 45°. ¹⁰³ Como é descrita por Salgueiro (1997), os traçados da área urbana foram estruturados num sistema retangular, sobre o qual foi desenvolvido outro caracterizado pelas largas avenidas dispostas diagonalmente e mais espaçadas que o primeiro. A área urbana planejada tinha como objetivo prioritário abrigar o aparato burocrático-administrativo do governo e seus funcionários, transferidos da antiga capital mineira, Ouro Preto. Ali foi instalado o Centro Comercial, o bairro Funcionários, o Palácio do Governador e suas Secretarias de Estado em torno da Praça da Liberdade. Assim, foi nessa área que se teve a instalação de uma infraestrutura completa, como sistema de abastecimento de água, de esgoto, de eletricidade e de telefone, que ainda não havia sido instalada nas áreas suburbana e rural da cidade. (TONUCCI, 2009)

Figura 7: Planta da área urbana e suburbana de Belo Horizonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

O plano previa a área suburbana com tamanho quase três vezes maior que a área anterior, de traçado irregular e sem infraestrutura urbana ou qualquer exigência

¹⁰³ Carlos Drummond de Andrade se queixava, em seu poema Rua, do despropósito das ruas retas e largas de Belo Horizonte, que eram inadequadas ao seu passo torto, regulado pelos becos tortuosos de Itabira (Antes da intervenção da Companhia Vale do Rio Doce): Por que ruas tão largas? / Por que ruas tão retas? / Meu passo torto foi regulado pelos becos tortos de onde venho. / Não sei andar na vastidão simétrica implacável. / Cidade grande é isso?

urbanística. Nela aconteceu uma rápida ocupação pelas camadas populacionais de baixa renda, despeitando o desejo da comissão construtora, construindo uma periferia. “Uma outra cidade fora do plano” (TONUCCI, 2009, p.4). Por fim, havia a área rural, que circundava a anterior e se destinava à produção de gêneros alimentícios para abastecer a cidade.

A Avenida do Contorno, que abrigava o traçado moderno das ruas e das largas avenidas, trazia junto a marca de uma separação. Seus limites dividiam a cidade em dois espaços; o primeiro, limitado pelo contorno viário, era o lugar privilegiado da geometria moderna, símbolo do progresso; já aos trabalhadores, aos pobres, eram destinadas localidades para além daquele limite, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Como bem lembram Costa e Arguelhes (2008, p.121): “A sociedade de classes foi reproduzida na própria cidade”.

Nascida como cidade político-administrativa, a partir de um projeto modernizador, mas com pouco sentido democrático e popular, Belo Horizonte, em seus primeiros tempos, condenou sua periferia à precariedade [...] Se no interior da Avenida do Contorno a cidade abria-se risonha e franca, fora da Contorno era pobreza e interdição de direitos sociais, o direito à cidade. (PAULA, 2006, p.10)

Segundo Costa e Arguelhes (2008), a nova cidade havia sido concebida para abrigar um total de 200 mil de habitantes, e Aarão Reis havia previsto que o seu crescimento ocorreria do centro para a periferia. Desse modo, ainda conforme Costa e Arguelhes (2008), os que idealizaram a cidade acreditavam que a infraestrutura se expandiria gradativamente, acompanhando a ocupação do espaço.

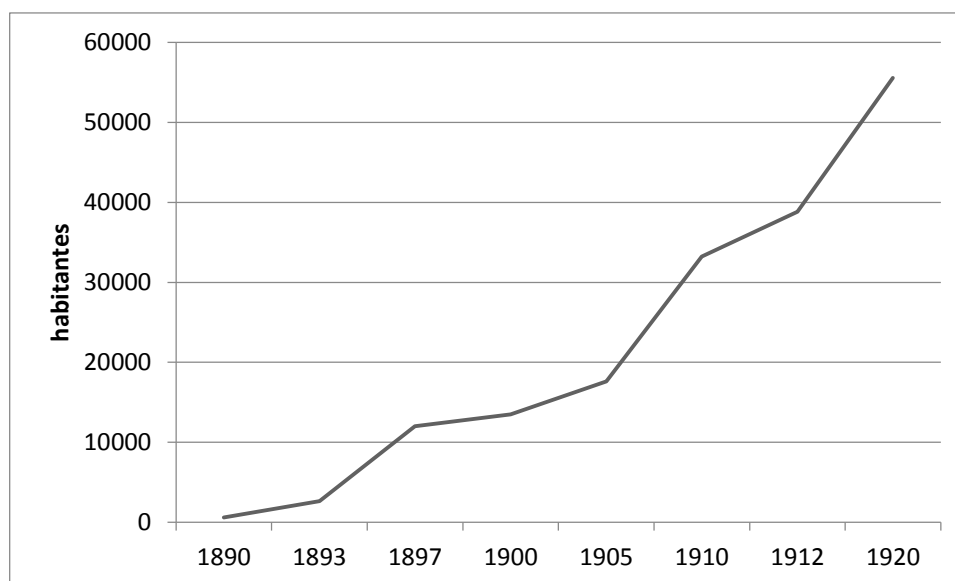
No entanto, mesmo sendo planejada, a cidade de Belo Horizonte iniciou sua trajetória diferentemente da forma idealizada.

Já nos primeiros anos da capital observava-se o centro dotado de infraestrutura e despovoado, enquanto a zona suburbana se adensava e não possuía infraestrutura suficiente para a demanda populacional que crescia. O que houve, portanto, foi uma inversão de sentido da ocupação proposta e, nesse contexto, Monte-Mór (1994, p.15) afirma que “foi a classe trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, da ágora estendida, que de fato determinou a produção da cidade. E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro.”

Com o fluxo de operários para as obras da cidade intensificado e a ausência de uma área de habitação planejada para essa população, a ocupação foi densificada nas áreas suburbanas, enquanto a área planejada vivenciava um vazio demográfico, contrariando os planos para a Nova Capital. Segundo Costa e Arguelhes (2008, p.124), essa situação se deve ao fato de seus idealizadores considerarem os operários uma mão de obra flutuante, que “poderiam ser descartados após a finalização das obras”, não se fazendo necessária a definição de áreas para estes ocuparem.

No entanto, esse não foi o cenário esperado pelos planejadores. O fluxo de operários envolvidos na construção da cidade foi significativo e muitos deles intencionavam viver na nova capital mineira. Assim, a maior parte do operariado envolvido na construção da cidade foi ocupando as zonas suburbanas desta. Essa “explosão demográfica” pode ser observada no gráfico abaixo:

Gráfico 2: População residente em Belo Horizonte 1890-1920



Fonte: LIBERATO, 2007

Em 1890, três anos antes do início das obras de Belo Horizonte, a população de Curral Del-Rey não passava de 600 pessoas, a maioria delas dispersa em sedes rurais. No primeiro ano de obras, a população aumentou mais de 440%, a maior parte de operários que chegaram a residir, nos primeiros anos de construção, dentro do perímetro da contorno (como, por exemplo Barro Preto) (LIBERATO, 2007). O fluxo de pessoas envolvidas na obra foi enorme, e antes de a cidade ficar pronta (já que foi inaugurada sem ter sido concluída mesma no perímetro interno da Avenida do Contorno), de acordo

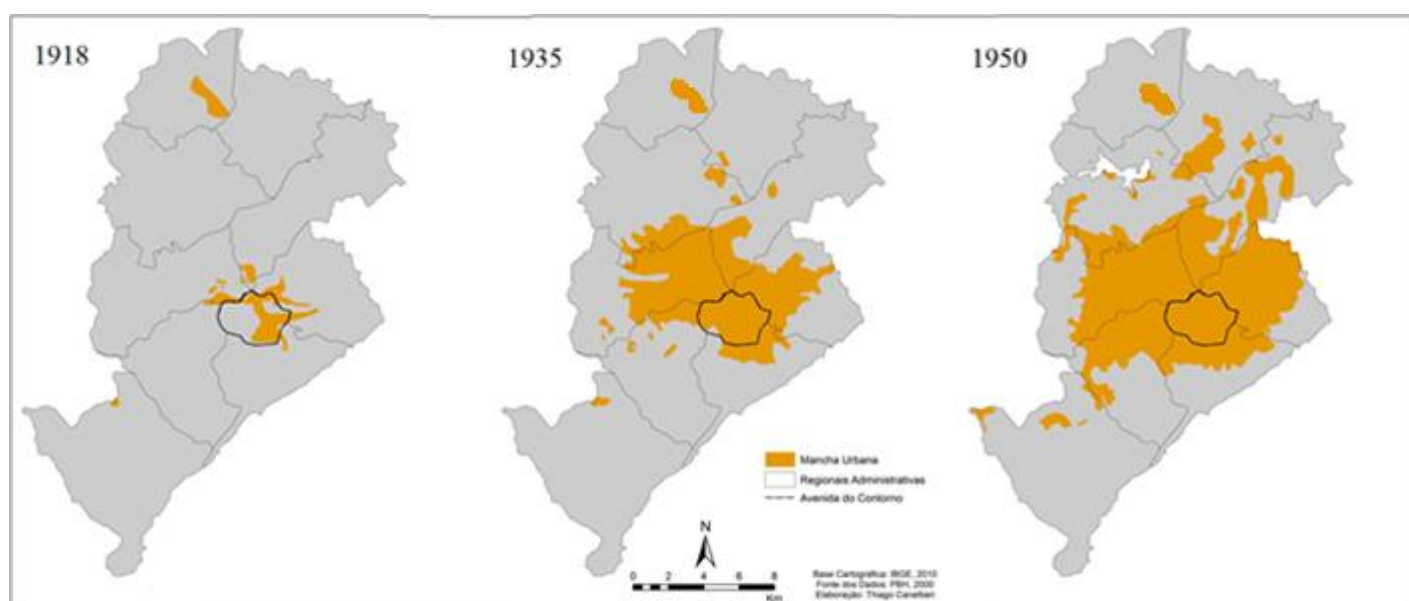
com os planos idealizados pela Comissão, a cidade já era produzida pelos trabalhadores (MONTE-MÓR, 1994). Com o final das obras foi transferido todo o aparato técnico-burocrático do governo. Assim, a cidade, mais uma vez, cresceu enormemente em números populacionais, mais de 450%. Mas mesmo com a inauguração da cidade e o seu efetivo início de atividades, a população operária não “reemigrou” – como os planejadores da cidade esperavam e fixaram suas residências nas áreas externas à Contorno e ali permaneceram. (COSTA; ARGUELHES, 2008)

A cidade continua a crescer em razão da centralidade que assumiu no cenário mineiro. Belo Horizonte atraiu, contrariando os planos de Aarão Reis e de sua Comissão Construtora, principalmente a população operária, que acreditava poder acompanhar o dinamismo da recém-criada cidade.

Em 1912, quando a cidade comemorava seus 15 anos, observa-se, segundo dados de Costa (1994), que 68% da população de Belo Horizonte viviam em espaços exteriores à Avenida do Contorno. Essas diferenças são esclarecidas por Liberato (2007), que demonstra existir uma série de exigências urbanísticas que deveriam ser cumpridas para se poder residir na zona central da cidade. Dessa maneira, ocorreu um processo de expulsão para fora dos limites, com grande parte da população concentrando-se fora do perímetro central.

Observa-se no Mapa 2¹⁰⁴ que a concentração da mancha urbana de Belo Horizonte era maior no perímetro interno à Avenida do Contorno, que se dava predominantemente no sentido Norte-Sul, seguindo o eixo da Avenida Afonso Pena. Mas, mesmo no ano de 1918 observa-se que há manchas fora dessa área. Essas últimas situavam-se a nordeste, noroeste, sudeste e oeste, sendo a primeira e a última formadas por uma contiguidade espacial da mancha interna à Avenida do Contorno.

¹⁰⁴ Ver, também, Anexo C.

Mapa 2: Mancha urbana de Belo Horizonte em 1918, 1935 e 1950

Nas primeiras décadas da capital mineira, a ocupação da área urbana era realizada por leilões públicos, por meio dos quais o poder público procurava selecionar, da melhor forma possível, os ocupantes pelos rendimentos dos lances auferidos, que foram complementados por dispositivos legais de exigência mínima urbanística. Mesmo assim, os cuidados tomados não foram suficientes para impedir a ocupação precária ilegal, apesar de a prefeitura ter intercedido para sua remoção e realocação na área suburbana (MARTINS, 2003).

Na década de 30, as poucas indústrias existentes não atendiam às necessidades de expansão econômica de Minas Gerais (COSTA, 1994), e foi então desenvolvido o projeto da Cidade Industrial de Contagem. Deu-se início então a um direcionamento do crescimento para o Vetor Oeste (MONTE-MÓR, 1994).

Em 1933 é realizado o Novo Plano Geral da Cidade, em que as zonas urbana, suburbana e rural são redefinidas, bem como o caráter de sua ocupação. Nesse plano são alterados os coeficientes máximos de edificabilidade permitidos conduzindo à verticalização da área central, em especial na Avenida Afonso Pena (MARTINS, 2003). Observa-se, em 1935, a direção da expansão suburbana no sentido leste-oeste, que acontece ao longo da linha férrea. Destaca-se que tanto em área ocupada como em população a zona suburbana era maior do que da área delimitada pela Avenida do Contorno, que deveria ser a zona urbana de Belo Horizonte.

Como se pode observar na mancha urbana referente ao ano de 1935, em pouco menos de vinte anos a mancha urbana de Belo Horizonte se expandiu para leste,

nordeste, norte e oeste, de forma contínua à área interior da Avenida do Contorno. Como bem lembra Costa (1994, p.55), esse crescimento observado “[...] durante os anos 30 e 40, [...] Belo Horizonte viveu um processo de extraordinário crescimento urbano, quase todo externo à Avenida do Contorno, tanto em termos demográficos quanto em termos de área urbanizada”. (COSTA, 1994, p.55) Ainda de acordo com a autora, paralelamente ao desenvolvimento industrial ocorreu grande crescimento populacional e urbano da área suburbana da cidade até chegar ao município de Sabará.

Foi durante a prefeitura de Juscelino Kubitschek, o JK, durante os anos de 1940 a 1945, que se destacaram inúmeras intervenções voltadas ao setor viário, com a pavimentação em asfalto de diversas avenidas, bem como com a abertura e o prolongamento das vias radiais que ligam o centro às áreas periféricas. Essas intervenções, baseadas no modelo radial e rodoviarista (apoiadas pelo influente urbanista Lincol Continentino), foram uma das causas da intensificação do crescimento periférico e horizontal da cidade.

Paula e Monte-Mór (2004) veem nesse período, em especial no final da década de 1940, o final do primeiro ciclo constitutivo da cidade que constrói uma cidade nascida da ação política, das intervenções do estado, que produziram uma Belo Horizonte “moderna e modernista”, mas que se caracteriza principalmente por uma contradição entre a forma moderna de sua estrutura urbanístico-arquitetônica e um conservadorismo em seu conteúdo.

3.2 – Prelúdios da metropolização (1950 a 1970)

A década de 50 do século XX é marcada pela conjugação de um intenso esforço estatal para acelerar a industrialização de Belo Horizonte, construindo um parque produtivo mineiro diversificado. Não apenas o município de Belo Horizonte, mas alguns dos vizinhos imediatos aderiram ao projeto desenvolvimentista, caracterizado pela intervenção pública estruturante fortalecendo a simbiose entre capital industrial e poder público.

Outro eixo industrial foi criado em 1947 às margens do rio das Velhas, na divisa dos municípios de Santa Luzia e Vespasiano (MONTE-MOR, 1994). Dessa maneira, novo vetor de crescimento foi direcionado ao norte da capital, reforçado durante o período no qual Juscelino Kubitschek esteve à frente do poder público municipal, com a criação do complexo de lazer da Pampulha e a cidade universitária. Como governador

do estado de Minas Gerais, tendo ciência da precariedade da infraestrutura em relação à instalação de indústrias, criou um planejamento focado em energia e transportes no entorno da Capital (criou a Cemig e atuou em diversos eixos viários importantes), contribuindo para sua expansão e consequente urbanização. Segundo Tonucci (2009, p.12), “o período que vai da década de 50 até meados dos anos 70 (do século XX) foi caracterizado pela expansão urbana baseada no processo de industrialização e nas intervenções públicas estruturantes, na simbiose entre capital industrial e Estado.”

O investimento efetivado em infraestrutura e também no fomento à industrialização contribuiu para intensificar o crescimento demográfico de Belo Horizonte e dos municípios limítrofes observado entre as décadas de 1950 e 1960. Assim, Belo Horizonte e seu entorno passam a ser inseridos na rede urbana nacional, fornecendo principalmente bens intermediários para as indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse mesmo período, Souza (2008) destaca o processo de esvaziamento da região central de Belo Horizonte em virtude da grande especulação imobiliária. Sendo assim, acontece um espraiamento da mancha urbana, que é ocupada por essa população incapaz de residir na área central de BH, para o entorno.

Observa-se, ainda no Mapa 2, que a mancha urbana de Belo Horizonte em 1950 ultrapassava o limite entre este e os municípios de Sabará e Contagem, ligados de forma contígua à área central belo-horizontina, e até mesmo a Ibirité. O desenvolvimento econômico primordialmente de cunho industrial “[...]desbordou os limites do município de Belo Horizonte [...]” (PAULA; MONTE-MÓR, 2006, p.16).

As comissões incumbidas do planejamento no período de mandato dos prefeitos Juscelino Kubitschek (1940-1945) e Octacílio Negrão de Lima (1947-1951) foram responsáveis por produzir um plano sistemático e racional de expansão da cidade bem coerente, consolidado ao longo dos mandatos que conduziram a expansão urbana nos sentidos oeste e norte. Dentre essas ações, incluíam-se os projetos de construção de novos bairros de elite, como Pampulha e Cidade Jardim, a Cidade Universitária e a Cidade Industrial, além de uma série de projetos habitacionais para a população de baixa renda (MARTINS, 2003).

Moura (1994, p.57), ao discutir as questões que envolviam os proprietários de terra e os promotores imobiliários da década de 1950, afirma:

A expansão econômica dos anos 50 é também uma expansão sem precedentes do espaço urbano de Belo Horizonte, principalmente através da produção de loteamentos. Nesse período foram lançados 22 loteamentos novos, além de outros 50 que foram regularizados [...] A produção do espaço comercializado através do mercado não significa sua ocupação, como atesta a existência de 2,5 lotes vagos para cada lote ocupado ao final da década de 50, enquanto que a população favelada já atingia a elevada proporção de 10% do total [...].

Em 1960, Belo Horizonte tornou-se o grande centro econômico e demográfico de Minas Gerais. Em virtude de seu fortalecimento na era kubitschekiana, financiado pelo Estado, promoveu-se uma nova organização espacial da cidade. Como escrevem Paula e Monte-Mór (2006), o tecido urbano cresceu ao mesmo tempo em que a verticalização se fazia presente no cenário belo-horizontino. A década de 60 do século XX foi especial, pois com o governo militar a partir de 1964, o governo estadual passou a receber grandes volumes de capital do governo federal para desenvolver a infraestrutura urbana da “metrópole” que começava a se desenhar. Era o projeto Nova BH 66. Diversas obras entraram em curso na cidade, principalmente obras viárias, como a desobstrução da Avenida dos Andradas, o anel rodoviário e a Avenida Américo Vespúcio; a canalização de córregos; e a verticalização da área central. No entanto, uma forte crise financeira impediu a conclusão de todos os planos do grande projeto.

Tonucci (2009) chama a atenção para a relevância assumida pela questão habitacional em Belo Horizonte no início dos anos 60 (inclusive em todo o Brasil), em razão da politização crescente em torno das reformas de base durante o governo Goulart, que envolvia também uma reforma urbana que mobilizou diversos movimentos sociais. No entanto, em razão da carência de atividade dessas reformas, ao longo da década intensificou-se a favelização, em especial nas áreas centrais (LIBERATO, 2007). O recado havia sido dado: a habitação popular não fazia parte da agenda governamental ou do capital privado. Nesse sentido, com o Regime Militar instaurado em 1964 foi declarada verdadeira guerra às favelas, com programas de erradicação e expulsão dos moradores – por intermédio da ação da Coordenação de Habitação de Interesse Social, que removeu milhares de pessoas da capital que se alocaram novamente em novas áreas periféricas. Tal fato foi ainda acompanhado da criminalização da pobreza, justificando a ação violenta dos aparelhos estatais contra os pobres das cidades, inclusive de Belo Horizonte.

A chamada “Nova Industrialização Mineira”¹⁰⁵, ocorrida entre 1970 e 1980, garantiu a Belo Horizonte nova força de polarização, atraindo intensos fluxos demográficos que saturaram a cidade, sendo que “tal concentração em Belo Horizonte e seu entorno imediato fez com que “estourassem certas condições de urbanização” (MONTE-MÓR, 1994, p.25) expandindo o tecido urbano, que antes era restrito e alcançava as áreas periféricas. Com o aparato de planejamento montado pelo governo de Israel Pinheiro (1961-1971), Minas Gerais recebeu um quarto de todos os novos empreendimentos industriais aprovados pelo Ministério da Indústria e Comércio ao longo da década de 70. A maioria desses projetos, embora já existissem tentativas de descentralização da economia mineira, foram concentrados na RMBH, nas cidades de Contagem, Betim, Santa Luzia, Vespasiano, Sabará e algumas outras, formando uma grande estrutura do tipo fordista, em especial a indústria automobilística, de bens de capital e de consumo duráveis (TONUCCI, 2009).

Destaca-se que a intensificação da industrialização induziu a uma maior diversificação da prestação de serviços especializados, que por sua vez foram concentrados no município de Belo Horizonte. Primeiramente na área central da cidade, para, alguns anos mais tarde, em razão dessa grande concentração, começarem a ocupar também bairros pericentrais.

Essa importância do crescimento econômico transferiu as rédeas da produção da cidade, “antes dominadas pela presença do estado, em grande medida para o capital”. (PAULA, MONTE-MÓR, 2004, p.18). Mas, lembram os autores, isso não significa ignorar a importância do governo estatal nos três níveis de produção e na vida da cidade nem que, no período anterior a esse, o capital não esteve a exercer sua forte presença.

Nesse período a extensão do tecido urbano e o aumento demográfico são decorrentes de um intenso processo migratório consequente da instalação do polo industrial que surgiu para muitos como uma oportunidade de trabalho. A inexistência de políticas públicas de habitação em relação à moradia da classe trabalhadora promoveu a formação de periferias precárias e favelas. (LIBERATO, 2007)

Essa formação de favelas, em especial no município de Belo Horizonte, constitui o fator primordial para a Lei Municipal nº333, de 23 de maio de 1953. Conforme o inciso II do artigo 64 da referida lei, era preciso “Exercer a repressão às construções

¹⁰⁵ Período de industrialização e acumulação acelerada que ocorreu entre 1970 e 1977, ligado à instalação de um grande número de empresas de capital estrangeiro, notadamente vinculadas ao setor minero-siderúrgico.

clandestinas e à formação de favelas ou agrupamentos semelhantes”. Não foi possível, mesmo com a lei, extinguir todas as favelas da capital mineira que abrigavam, à época, cerca de 41 mil habitantes, aproximadamente 11,71% da população total (LIBERATO, 2007).

O problema não foi resolvido na capital mineira e na década seguinte, de 1960, as favelas continuavam a proliferar, forçando o poder público a adotar políticas de remoção e erradicação das favelas. Em 1965, em face desse problema, é criada a Chisbel (Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços) por meio do Decreto Municipal nº1.369, de 7 de dezembro. O órgão tinha por atribuição a superintendência de planificação e execução de providências destinada ao desfavelamento de áreas e logradouros públicos da capital, de modo a, principalmente, impedir o aparecimento de novas favelas.

Entre os primeiros anos da década de 70, o chamado milagre brasileiro proporcionou à capital mineira intenso crescimento industrial, propiciado pelos incentivos fiscais estaduais. A Lei Estadual 5.261, de 1969, concedeu isenção de até 32% do ICM para indústrias que se instalassem no estado e para aquelas que promovessem a expansão da produção em pelo menos 40%. E esse crescimento, segundo Mendonça (2003), foi especialmente concentrado na futura região metropolitana, reunindo até 65% do total de investimentos. Dessa forma, observou-se nessa área a diversificação do parque industrial, com ênfase em bens de consumo duráveis e de capital relacionados à base de recursos minerais, implicando um grande crescimento populacional no eixo industrial tradicional, a Oeste, e o surgimento de novas áreas industriais, principalmente a norte de Belo Horizonte.

É a partir desse momento que se entende a formação e, principalmente, a consolidação das periferias precárias da metrópole da RMBH. A metropolização de Belo Horizonte é, então, fruto da desigualdade social e da exclusão. Corresponde a uma periferização da pobreza para fora da cidade. A ideia higienista ainda se faz presente na capital, mesmo meio século após sua inauguração.

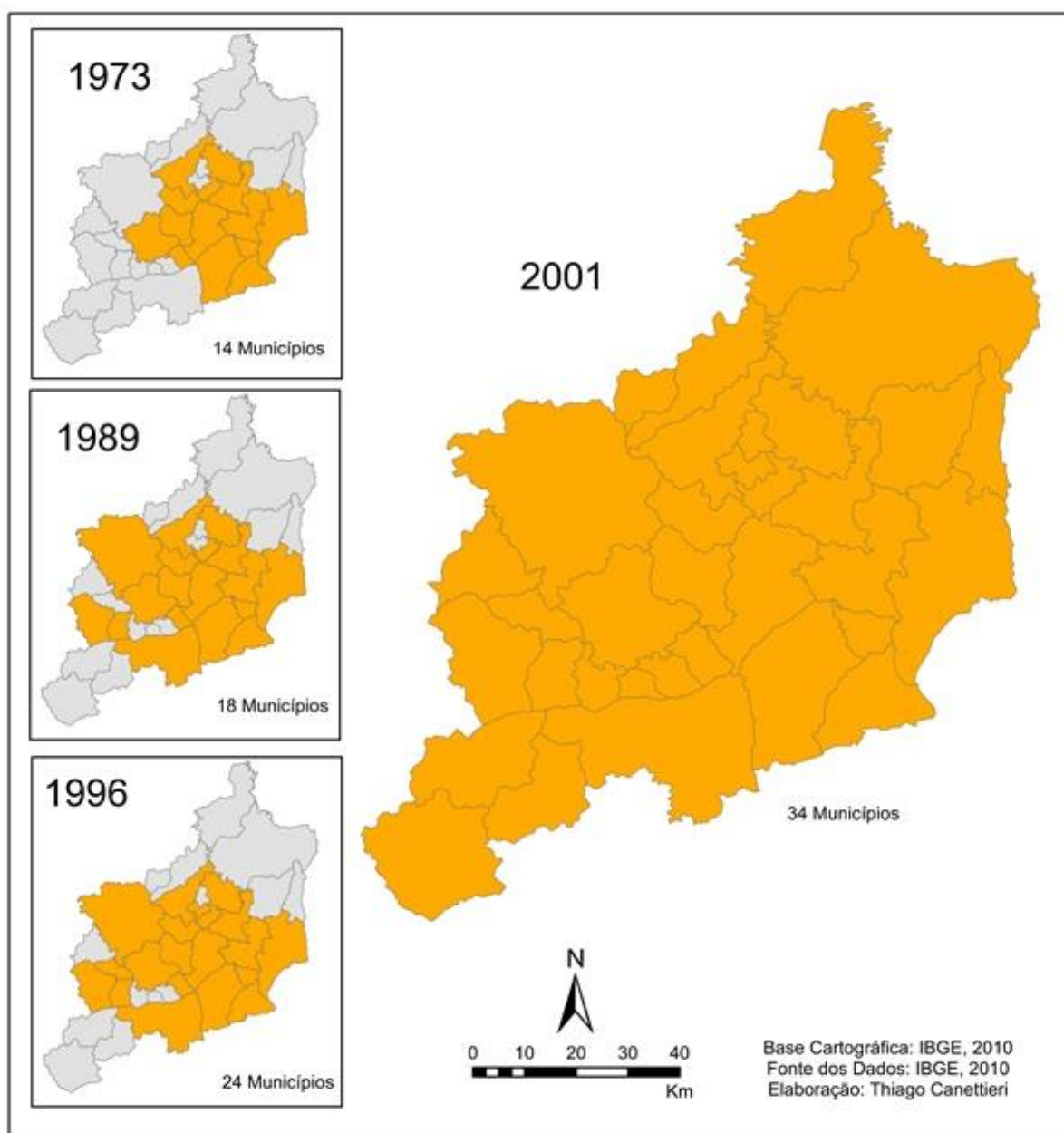
3.3 – Da cidade de Minas à metrópole de Minas (1970 até atualmente)

A metrópole de Belo Horizonte cresceu e se expandiu da cidade planejada com suas linhas retas e avenidas largas ao caos urbano oriundo da organização capitalista que proporcionou a extensão de periferias pobres e desprovidas de recursos. Como é

destacado por Liberato (2007), o crescimento desordenado de Belo Horizonte para fora dos limites da Avenida do Contorno foi acompanhado pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

A integração de Belo Horizonte aos municípios vizinhos e a dinamicidade que se desenvolveu entre eles, embora intensamente polarizados pela capital, levou à criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1973, pela Lei Complementar do Brasil nº14, de 8 de junho de 1973. Nesse momento, a RMBH era formada por 14 municípios – Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Em 1989, ocorreu a ampliação dos municípios integrantes da RMBH, passando de 14 para 18 municípios – incluindo Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Sete anos mais tarde, outras seis municipalidades ingressaram: São José da Lapa, Confins, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. Em 1999, outros oito municípios entraram na RMBH: Baldim, Capim Branco, Florestal, Itabirito, Itaguara, Matozinhos, Nova União e Rio Manso. Entre 2000 e 2002, ingressaram então os últimos três – Taquaraçu de Minas, Jaboticatubas e Itatiaçu), completando assim 34 municípios na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

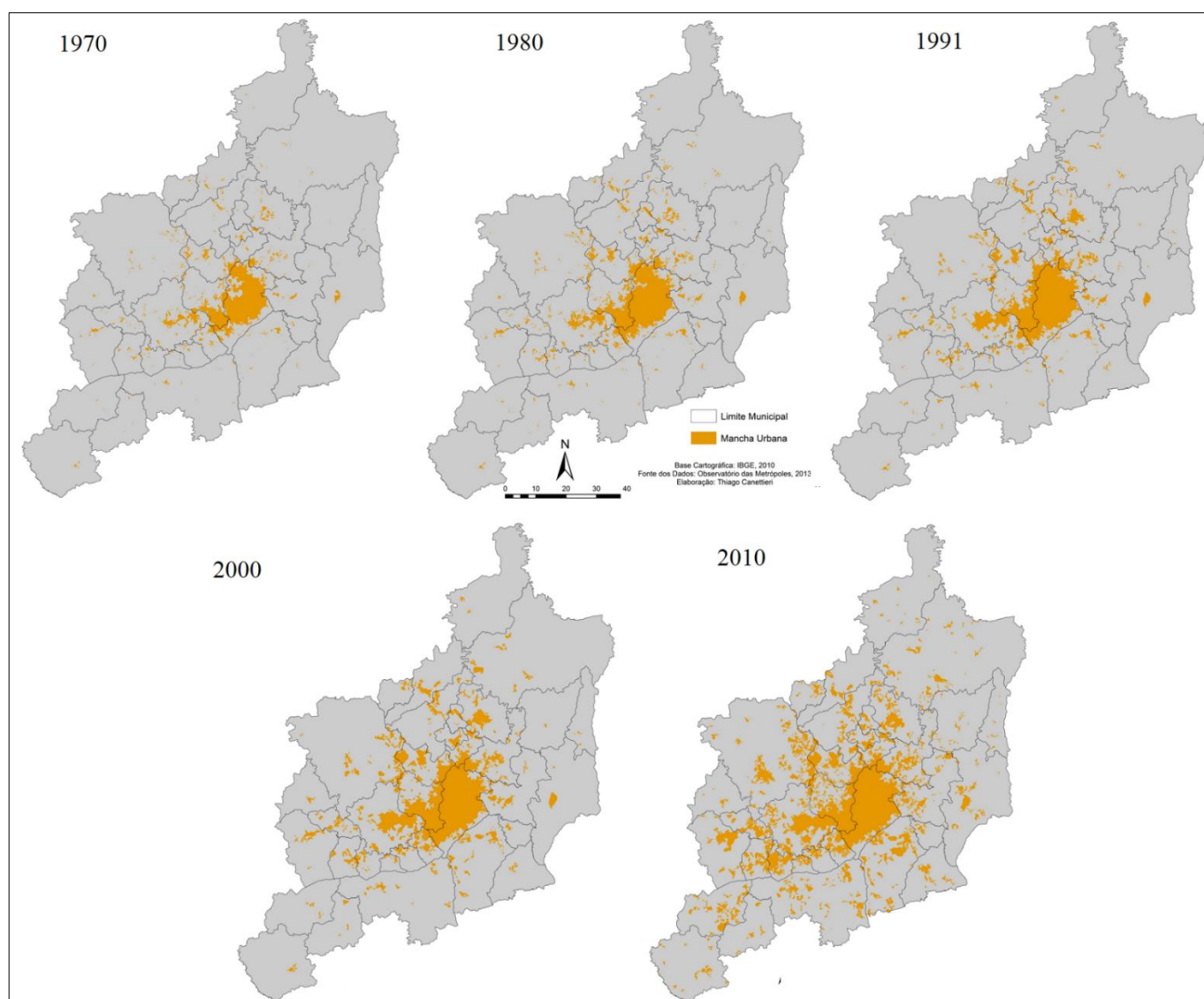
Mapa 3: Data de inclusão dos municípios na RMBH

É possível discutir, como fizeram Costa e Mendonça (2012), as consequências do processo de metropolização, muitas vezes determinado legalmente e distante de uma metropolização real, processo que não foi diferente na RMBH. As cidades do entorno são, por muitas vezes, polarizadas pelo núcleo metropolitano e acabam se tornando cidades satélites para atuar com funções muito específicas, em especial as de estoque populacional.

Discutindo a formação da RMBH, Soraggi (2012, p.29) afirma que “A atuação do Estado favoreceu a estruturação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo, definindo padrões diferenciados –e por vezes excludentes –de uso e ocupação do solo.”

Cabe aqui salientar que, embora seja uma extensa região metropolitana, os níveis de integração não são homogêneos. Como é descrito no documento *Como anda a RMBH?*, do Observatório das Metrópoles (2006, p.7), “existe atualmente uma RMBH legal, definida pelos municípios integrantes; e uma RMBH real, definida pelos municípios com características metropolitanas”. Nesse sentido, Diniz e Andrade (2014) elaboraram um estudo sobre o grau de interação de cada município da RMBH e destacaram que existem grandes diferenças internas na forma de inserção de cada um na dinâmica metropolitana.

Mapa 4: Mancha urbana da RMBH em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



Observa-se no Mapa4¹⁰⁶, no ano de 1970, uma tendência de expansão da área urbana de Belo Horizonte, em especial no eixo na direção de Contagem e, embora em menor escala, na direção de Ribeirão das Neves. Nessa perspectiva é possível visualizar

¹⁰⁶ Ver, também, Anexo D.

o processo de urbanização derramado no território, mas com um claro padrão de gravitação em torno da capital mineira. As áreas urbanas dos outros municípios parecem distribuídas em função do centro. Cabe destacar que é ao norte de Belo Horizonte que predominam áreas de mancha urbana, embora sejam descontínuas.

Essa atração demográfico-econômica contribui para o crescimento da mancha urbana de Belo Horizonte que fez com que a cidade ultrapassasse os limites municipais com todos os municípios vizinhos. O crescimento da RMBH na década de 1970 e 1980 é expressão, de acordo com Andrade e Mendonça (2010), do processo de segregação que ocorreu no cenário das metrópoles brasileiras, em um momento de grande fragilidade das políticas públicas de regulação do solo urbano. As autoras destacam os agentes imobiliários que atuaram indireta e diretamente sobre o município, controlando o mercado de terra, permitindo vazios nas áreas centrais como forma de valorização e agindo na criação de loteamentos precários nas periferias distantes, muitos clandestinos e com ausência de infraestrutura.

Como destaca Tonucci (2009), as mudanças estruturais que o mundo e o Brasil passaram ao longo da década de 1970 afetaram o tecido urbano e social da RMBH. Segundo o autor, observou-se um maior aprofundamento das desigualdades socioespaciais com a agudização da sistemática exclusão socioespacial das camadas menos privilegiadas financeiramente: tanto na extensão das periferias metropolitanas como na consolidação das favelas no município de Belo Horizonte.

No início dos anos 1980, Belo Horizonte e o estado de Minas Gerais adotam a política para a moradia popular definida em nível federal em 1979. Segundo Liberato (2007), esse período foi marcado por diversos movimentos sociais reivindicatórios, principalmente por melhor qualidade de vida e habitação. Assim, como parte de uma agenda de controle das reivindicações populares, o poder público reorganizou a população em novas áreas, muitas vezes em habitações populares localizadas em outros municípios. (SANTOS, 2011)

É possível observar, a partir de 1980, uma forte tendência à urbanização da RMBH. Nesse período, mais consolidada como uma Região Metropolitana (embora não na forma atual), a mancha urbana estendeu-se ainda mais. Destaca-se que nesse momento é possível identificar o início da consolidação da área conurbada de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Ibirité, também ao sul de BH, passa a possuir considerável área urbanizada, além de consolidar a já conurbana região a leste, em Sabará. Começa-se, ainda, a intensificar o processo de urbanização do espaço na porção

sul da RMBH, que até a década anterior era mais rarefeita. No entanto, a tendência da região norte de urbanização não é desfeita, e torna-se cada vez mais representativa espacialmente a mancha urbana, contínua e descontínua a Belo Horizonte.

A crise econômica do início dos anos de 1980, acompanhada de um maior rigor na legislação urbanística concernente ao uso e parcelamento do solo urbano, conteve a explosão de novos loteamentos populares, o que acabou agravando o crescimento das favelas no município de Belo Horizonte, em especial nos primeiros anos da década (TONUCCI, 2009). No entanto, mesmo assim houve a continuidade do processo de adensamento e expansão das áreas periféricas e industriais, acompanhado de uma desconcentração espacial e demográfica relativa das áreas centrais e da incorporação de novas áreas, tanto pelas camadas populares quanto pelas elites.

Nesse momento, a urbanização ainda é muito concentrada em Belo Horizonte e se inicia o derramamento do tecido urbano sobre os outros municípios. Sobre isso, Monte-Mór (1994, p.25-26) explica:

De outra parte, o tecido urbano estendeu-se pela periferia. Espaços industriais, serviços, oficinas, conjuntos habitacionais e loteamentos precários, linhas de ônibus e serviços de eletricidade estenderam a forma urbano-industrial pelo espaço circundante, pouca atenção dando às antigas municipalidades, às antigas cidadanias. O habitat ganhou autonomia, o tecido urbano estendeu-se para além das cidades, e as condições de produção urbano-industrial tornaram-se extensivas, adaptadas às novas exigências da produção e (precariamente) da reprodução na RMBH.

Dessa forma, o tecido urbano inicia a tendência de ser estendido sobre o território, derramando-se, fenômeno que os anglófonos chamam de *urban sprawl*¹⁰⁷. Essa tendência ganha força na década seguinte.

Todos os municípios limítrofes têm aumento da área urbana, principalmente a parcela relativa ao “transbordamento” da mancha urbana belo-horizontina. Esta, consolidada à conurbação com Contagem, chega até a começar a solidificar esse mesmo processo junto a Betim. Os outros municípios da RMBH, mais distantes, também se urbanizam de forma mais dispersa, embora sempre orbitando em torno de Belo Horizonte. Cabe ainda destacar o franco crescimento urbano do Vetor Norte da RMBH, em especial quando comparado com os outros. Nesse vetor tem-se uma maior expansão das áreas urbanas.

Esse processo da dinâmica urbana na década de 1990 da RMBH é analisado por Mendonça (2008), que destaca: 1) a elitização dos espaços centrais e pericentrais

¹⁰⁷ Sobre o conceito, ver: OJIMA (2008)

acompanhada de uma diminuição relativa da população, principalmente no município de Belo Horizonte, com o aumento das classes médias; 2) a maior participação dos segmentos populares nas periferias distantes; 3) a novidade do crescimento do vetor da zona sul, elitizada ao longo da BR – 040 (em direção ao Rio de Janeiro).

O século XXI trouxe consigo mudanças fundamentais na RMBH. Segundo Tonucci (2009), a estrutura socioespacial da metrópole de Belo Horizonte começou a se fragmentar e fractalizar em complexos padrões sociais e espaciais.

O ano de 2000 revela o início desse padrão fragmentado e desconexo, embora ainda permaneça a mancha urbana do núcleo expandindo até sobre os municípios vizinhos.

Essas mudanças são descritas por Mendonça (2008), que sumariza: 1) a permanente concentração das elites na zona sul da capital e sua expansão no eixo sul; 2) um contínuo espraiamento do setor médio nos bairros pericentrais de Belo Horizonte e no Vetor Oeste; 3) a consolidação da periferia no Vetor Norte da RMBH.

No entanto, a partir de 2004, iniciou-se um intenso processo de reestruturação econômica e socioespacial no Vetor Norte da RMBH. Nesse processo inclui-se uma série de projetos de investimentos públicos e privados que devem somar mais de R\$ 3 bilhões até 2010 e que incluem: a transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Aeroporto Industrial; a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais; a instalação de um parque tecnológico BH-TEC na Pampulha; e a criação de um polo de semicondutores e de microeletrônica; além de diversos investimentos viários (Linha Verde, Rodoanel, duplicação da MG-020, duplicação da Antônio Carlos, implantação do BRT nas avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado). Todas essas intervenções são pautadas na ideologia “modernizante” do governo, que busca inserir Belo Horizonte nos circuitos internacionais do capital, atraindo investimentos produtivos. A metrópole torna-se algo a ser vendido no mercado internacional e passa a funcionar como uma empresa que busca, antes de tudo, rentabilidade.

A mancha urbana da RMBH em 2010 apresenta a continuidade do processo de fractalização descrito por Tonucci (2009) iniciado nos primeiros anos do século XXI. Essa forma da mancha urbana torna-se ainda mais dispersa no território por meio de um duplo movimento: tanto o crescimento das áreas já urbanas como também a urbanização de áreas antes ‘não urbanas’. Assim, cada vez mais intensamente a RMBH torna-se urbanizada extensivamente, como descrito por Monte-Mór (2006).

Essas novas tendências do processo de urbanização metropolitano alteram o tradicional mapa da organização socioespacial, que é pensada ainda hoje em uma escala reduzida da real dimensão metropolitana (TONUCCI, 2013). É ainda um fenômeno recente e ainda pouco explorado na literatura sobre a RMBH na primeira década do século XXI. No entanto, algumas considerações já são compartilhadas pelos que estudam a metrópole belo-horizontina, como no texto de Diniz e Andrade (2014).

Destaca-se ainda, como descrito por Monte-Mór (2006), que o fenômeno contemporâneo da urbanização extensiva está ligado à formação de uma paisagem urbana metropolitana cada vez mais ampla e difusa. Isso se deve à criação de um desenvolvido sistema de vias rápidas e de infraestrutura viária, somado à crescente motorização individual da sociedade, ampliando, portanto, a acessibilidade a áreas da metrópole cada vez mais distantes.

Como observado na Tabela 1, o crescimento da mancha urbana da RMBH foi intenso ao longo das décadas.

Tabela 1: Crescimento relativo da área da mancha urbana da RMBH entre 1970 - 2010

	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
RMBH	38,7%	27,8%	34,9%	37,4%

Fonte: Observatório das Metrópoles, 2013

Observa-se, conforme atestado pela tabela anterior, que o crescimento relativo da área da mancha urbana da região metropolitana como um todo alcança aproximadamente um terço de seu tamanho a cada década. Cabe destacar que, com exceção da redução do crescimento observada entre 1970-1980 e 1980-1991, o ritmo retorna a ser alto no final do século XX e início do XXI.¹⁰⁸

Esse crescimento deve ser pensado sob uma perspectiva estrutural. Deve ser lembrado, para sua compreensão, que a urbanização é uma das formas de garantir a absorção de capital sobreacumulado, além de permitir aumentar a acumulação. Dessa forma, ao aumentar o tecido urbano da metrópole de Belo Horizonte, tem-se um aproveitamento por parte do capital, aliado ao Estado, garantindo-se a circulação de capital, principalmente de grandes construtoras. De toda forma, esse crescimento urbano

¹⁰⁸ Observar, no Anexo E, a tendência da expansão da mancha urbana da RMBH até 2050 projetada pelo PDDI-RMBH.

rápido deve-se também, em grande medida, ao padrão de urbanização espraiada que permite uma maior apropriação da renda fundiária.

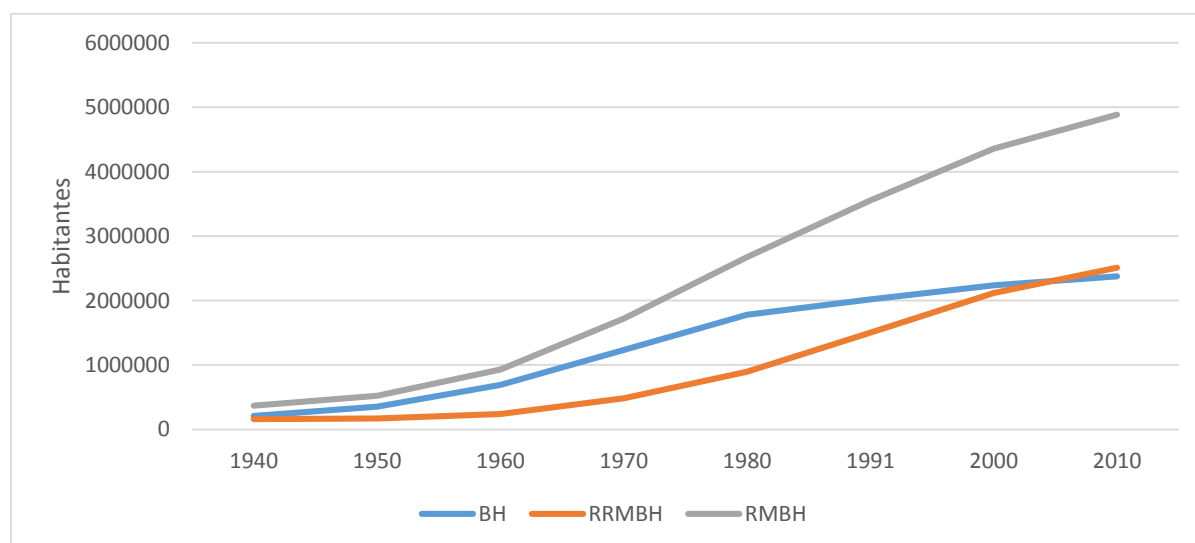
O crescimento urbano da RMBH é, portanto, estimulado por uma necessidade do capital de ser absorvido, além de permitir a apropriação da renda fundiária.

Esse processo, visualizado por meio do mapeamento da mancha urbana, ganha nova perspectiva quando são adicionadas as informações referentes às dinâmicas demográficas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.¹⁰⁹

Durante o período de 1950 a 2010, a população absoluta residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou consideravelmente. Em 60 anos, apresentou taxas geométricas de crescimento populacional de 4,0% e 4,4%, na capital e no resto da Região Metropolitana (RRMBH), respectivamente. Quando se analisam os trinta anos mais recentes, a diferença entre as taxas de crescimento dos dois grupos de análise acentua-se, passando a 2,3% para a capital e a 5,4% para os outros municípios integrantes da RMBH. Isso significa que, de 1980 até a atualidade, os municípios periféricos da RMBH crescem mais que a cidade principal.

Como se pode verificar no gráfico a seguir, referente ao comportamento demográfico metropolitano, observa-se que, em termos absolutos, entre 1950 e 2000 a população da capital cresceu dez vezes, enquanto a RRMBH, 13 vezes. Já entre 1970 e 2000 a população de Belo Horizonte cresceu 1,8 vezes, enquanto os outros municípios obtiveram um crescimento absoluto de 4,3 vezes.

Gráfico 3: Evolução da população em BH, RRMBH e RMBH (1940 – 2010)

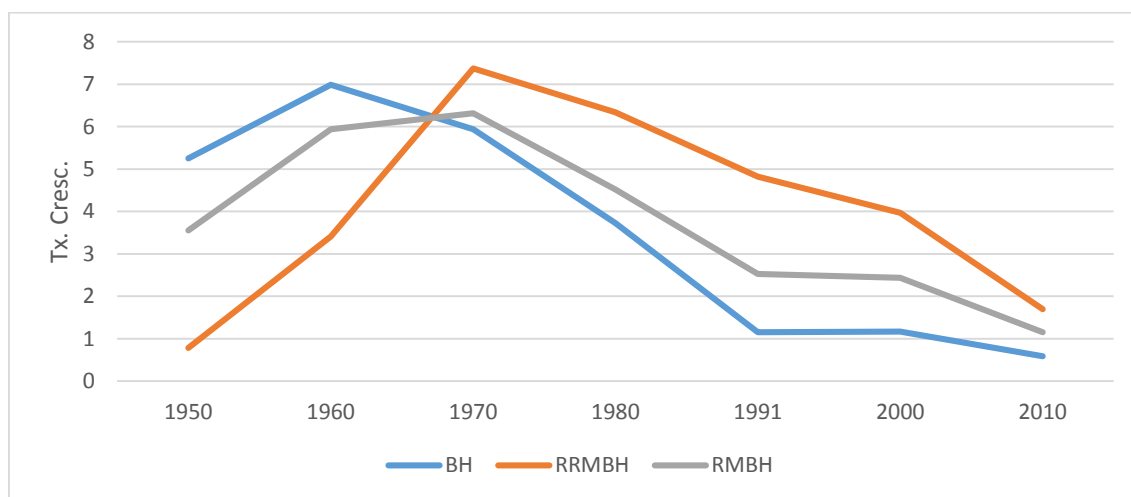


Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

¹⁰⁹ Para uma análise mais completa da dinâmica dos componentes demográficos da RMBH, ver Fernandes e Canettieri (2014)

A evolução da população é reflexo de sua taxa de crescimento. No gráfico seguinte, analisa-se a taxa de crescimento da Região Metropolitana como um todo, a do município de Belo Horizonte apenas e a dos outros municípios.

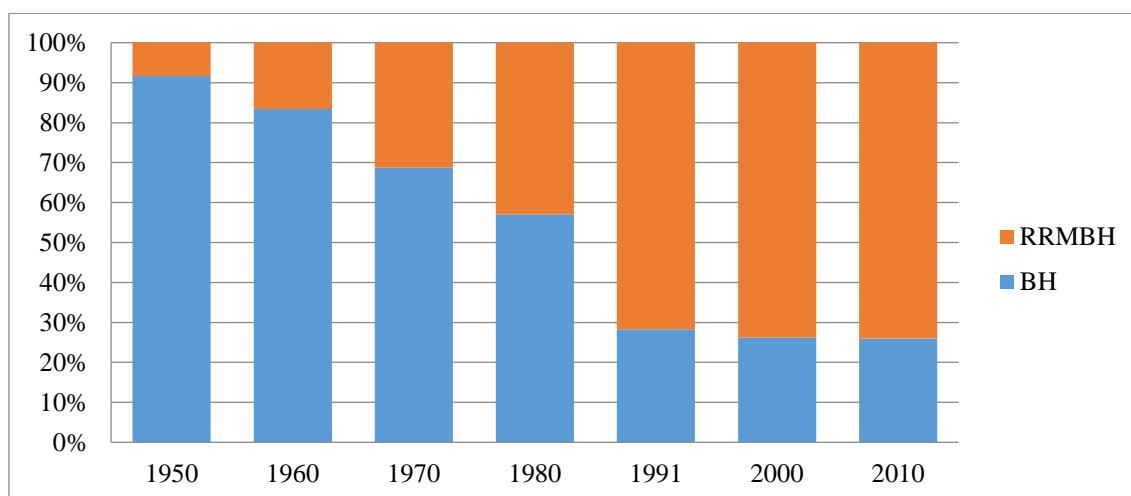
Gráfico 4: Taxa geométrica de crescimento médio anual em BH, RRM BH e RMBH (1950-2010)



Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Observa-se pelo gráfico que os municípios da RMBH, excetuando-se a capital, obtiveram uma taxa de crescimento maior que a de BH a partir de 1970, representando uma inversão na dinâmica do crescimento populacional. Como consequência, em 1991, BH perdeu significativa participação relativa no total populacional da região metropolitana. Como demonstrado, a principal contribuição para o ritmo de crescimento absoluto da população da RMBH é observada nos municípios periféricos. A participação relativa de Belo Horizonte no incremento absoluto da população da Região Metropolitana, que em 1950 representava aproximadamente 92%, reduziu-se para 25,98% no ano de 2010.

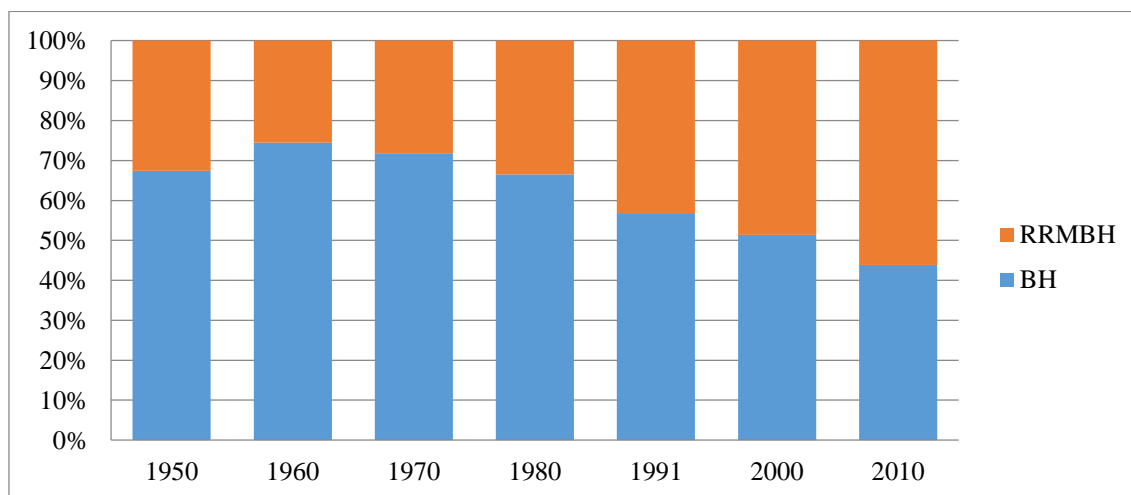
Gráfico 5: Participação de BH e da RRMBH no incremento populacional da RMBH (1950-2010)



Fonte: IBGE (1950,1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

No gráfico a seguir é possível constatar que Belo Horizonte perde gradativamente, a partir de 1970, sua representatividade no total da região metropolitana.

Gráfico 6: Participação de BH e da RRMBH no total da RMBH (1950-2010)



Fonte: IBGE (1950,1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Esse crescimento demográfico dos municípios, acompanhado da alteração no padrão da distribuição populacional na região metropolitana, deve-se, em grande parte, aos movimentos migratórios, principalmente intrametropolitanos.

Como é apresentado por diversas pesquisas sobre a metropolização de Belo Horizonte, como em Souza e Brito (2008), Barbieri (2007) e Matos, Lobo e Stefani (2003), esse processo recebeu forte influência dos movimentos migratórios

intraestaduais, em especial a partir da década de 1970. Esse processo foi todo acompanhado pelo crescimento da força de atração populacional de Belo Horizonte, que atraía em média 50% dos movimentos migratórios mineiros (SOUZA; BRITO, 2008). Silva (2013) destaca que esse novo processo altera substancialmente a dinâmica migratória que vinha acontecendo no Brasil, principalmente entre 1960 e 1970, em que existiam grandes fluxos populacionais com eixos muito específicos. A partir desse momento, acontece então uma alteração na dinâmica migratória, não apenas da RMBH e de Minas Gerais, mas de todo o Brasil.

Essa alteração do padrão migratório inter-regional acompanhou também uma mudança da dinâmica populacional interna à RMBH. Aconteceu uma “regionalização dos fluxos” (RIGOTTI, 2008 apud SILVA, 2013, p.105)¹¹⁰, ou seja, um encurtamento de distâncias acompanhado de uma “fragmentação dos fluxos”, com novos destinos e origens. Barbieri (2007) atesta que a partir da década de 1970 intensificaram-se as trocas populacionais entre os municípios integrantes da RMBH. E também, pela primeira vez, observa-se que a cidade polo (Belo Horizonte) da Região Metropolitana passou a experimentar saldos migratórios negativos, representando um maior número de emigrantes do que de imigrantes (data-fixa), como se pode verificar na tabela a seguir:

Tabela 2: Trocas migratórias entre Belo Horizonte e RMBH, Interior – MG e Outros estados (1991, 2000 e 2010)

UNIDADE ESPACIAL	1986-1991			1995-2000			2005-2010		
	Imigrante	Emigrante	Saldo	Imigrante	Emigrante	Saldo	Imigrante	Emigrante	Saldo
RMBH	8.548	120.657	-112.657	17.228	141.136	-123.908	15.336	107.136	-91.800
Interior-MG	69.102	44.891	24.996	8.344	6.601	1.743	4.079	8.011	-3.932
Outros estados	57.927	64.512	-6.822	11.345	122.759	-111.414	8.562	72.218	-63.656
Total	135.577	230.060	-94.483	36.917	270.496	-233.579	27.977	187.365	-159.388

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)

No período entre 1986-1991 observa-se que mais da metade dos emigrantes de Belo Horizonte tem como destino municípios da RMBH. A unidade espacial de menor emigração de Belo Horizonte é o interior de Minas Gerais, unidade espacial que também representa o maior número de imigrantes para Belo Horizonte. Em relação ao

¹¹⁰ RIGOTTI, José Irineu. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

Brasil (exceto Minas Gerais) o saldo migratório é de -6.922, valor muito pequeno quando comparado aos saldos metropolitanos e do interior do estado de Minas Gerais. No total, percebe-se que Belo Horizonte representa um espaço de emigração com 230.060 emigrantes, ao passo que recebe 135.577 imigrantes, totalizando um saldo de -94.483.

Entre 1995-2000, o padrão migratório de Belo Horizonte tem uma grande alteração. Mesmo com a RMBH se mantendo como principal espaço de emigração (sustentando-se como destino de mais da metade dos emigrantes da capital mineira), destaca-se também que ela se torna a principal fonte de imigrantes para Belo Horizonte, com um quantitativo de 17.228 pessoas. Outra importante alteração se deve à drástica redução da imigração e da emigração para o interior de Minas Gerais, que passa a representar 8.344 imigrantes para Belo Horizonte e 6.601 emigrantes de Belo Horizonte, totalizando um saldo positivo de apenas 1.743 migrantes. Quanto ao Brasil (exceto Minas Gerais), observa-se que o fluxo migratório torna-se mais intenso do que no período anterior, aumentando a emigração, o que gera um saldo negativo de 111.414. Em suma, Belo Horizonte se mantém como espaço de emigração, com um saldo migratório de -233.579.

No período entre 2005-2010, acontece uma redução do fluxo migratório de Belo Horizonte em relação ao período anterior¹¹¹. Observa-se que a maior emigração é concentrada ainda no contexto da RMBH, com 107.136 emigrantes de BH, ao passo que, dessa mesma unidade espacial, recebe apenas 15.336 imigrantes, ocorrendo um saldo intrametropolitano negativo para Belo Horizonte de 91.800. Ainda deve ser destacado que também nas outras unidades espaciais se verifica um saldo negativo, havendo, no total, uma evasão de 187.365 pessoas, ao passo que elas receberam no período apenas 27.977 imigrantes.

A maioria dos emigrantes de Belo Horizonte, em todos os três períodos analisados, tem como destino outros municípios situados na Região Metropolitana, o que reforça, portanto, a importância da dinâmica migratória de Belo Horizonte para a formação da população da RMBH como um todo.

¹¹¹ Essa temática foi amplamente discutida no VIII Encontro Nacional sobre Migrações. Carvalho (2013) propõe a hipótese de que essa redução entre o observado de 2000 e de 2010 se deve a uma alteração nas possibilidades de deslocamento espacial, que acontece em tempos cada vez mais reduzidos.

Deve ser destacado ainda que desde 1970 o município de Belo Horizonte tem saldo migratório negativo, com valores cada vez mais significativos a cada período observado. Como é exposto por Matos, Lima e Braga (2005), esse processo de desconcentração demográfica iniciado nos anos 70 e intensificado na década de 80 do século XX revela uma maior amplitude do movimento migratório. Até então, os emigrantes de Belo Horizonte eram preferencialmente direcionados a Contagem, em razão da necessidade do parque industrial em desenvolvimento. No período destacado, com a indústria já consolidada e a continuidade do processo de emigração de Belo Horizonte, outros municípios se configuraram como receptores desse movimento.

Cabe, no entanto, analisar não apenas o padrão migratório de Belo Horizonte – suas entradas e saídas. É imperioso conhecer o processo nos outros municípios da RMBH, mesmo que de maneira ainda muito generalizada. Nesse sentido, considera-se a tabela a seguir:

Tabela 3: Movimentos migratórios intrametropolitanos (1991, 2000 e 2010)

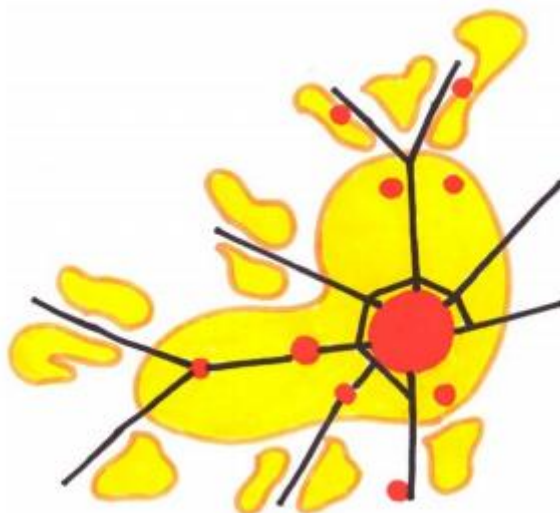
Migrantes Intrametropolitanos	1985-1991		1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Migrantes de Data Fixa	169.826	100	225.282	100	184.030	100
BH-RRMBH	120.863	71,2	141.136	62,7	107.136	58,2
RRMBH-BH	8.650	5,1	17.228	7,6	15.316	8,3
RRMBH-RRMBH	40.313	23,7	66.918	29,7	61.578	33,5

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)

A análise dos dados revela que os fluxos migratórios apresentam um aumento no período entre 1991 e 2000 e um decréscimo entre os anos de 2000 e 2010. Mas deve ser salientado que, mesmo com a queda nos valores absolutos, o número de migrantes intrametropolitanos do ano de 2010 é superior ao de 1991. Em termos relativos, observa-se que a participação de cada fluxo migratório é mais ou menos regular, embora se observe uma queda de 13 pontos percentuais de 1991 a 2010 no sentido núcleo-periferia e o consequente aumento de 10,2% no fluxo entre as periferias. De tal maneira, deve ser destacada a importância da migração no sentido periferia-periferia para a composição das migrações intrametropolitanas recentes. Passando a representar um terço dos fluxos intrametropolitanos, esses resultados apontam para o aumento da importância das trocas populacionais no interior da periferia metropolitana nos processos de redistribuição espacial da população.

A análise ressalta, uma vez mais, que em todos os períodos a migração no sentido do núcleo (cidade de Belo Horizonte) para as periferias (outros municípios da RMBH) é dominante sobre os outros sentidos. Essa migração no sentido de Belo Horizonte para os outros municípios da RMBH levou a uma reorganização espacial da população. No entanto, dispersão demográfica não significa descentralização funcional (e, até certo sentido, morfológica). Belo Horizonte mantém uma estrutura morfológico-funcional de grande centralidade dentro do contexto metropolitano, polarizando os outros municípios. Essa situação foi identificada no grande levantamento de diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMBH, tal qual pode ser observado no modelo esquemático a seguir (figura 8):

Figura 8: Modelo de RMBH monocêntrica



Fonte: PDDI-RMBH, 2010

Essa situação não é uma exceção. Esse padrão de organização espacial é recorrente nas metrópoles, em especial do mundo subdesenvolvido (SANTOS, 1982; MARICATO, 2009; KRUIJT; KOONINGS, 2009). Assim, configura-se o que a literatura denomina de macrocefalia. As funções urbanas são mal distribuídas pela metrópole, concentrando a prestação de serviços e os empregos na cidade central, no caso, Belo Horizonte. Assim, como lembram João Antônio de Paula e Roberto Monte-Mór (2006, p.22), “Belo Horizonte permanece como centro de articulação das diversas economias municipais da região metropolitana.”

Essa situação já foi descrita por diversos autores, como Matos, Lima e Braga (2005), que destacam que os moradores dos outros municípios da RMBH (em especial

os ex-moradores de Belo Horizonte) tendem a manter a relação com a cidade polo, em especial relações de trabalho e de educação, passando a realizar deslocamentos pendulares. Esses deslocamentos são retratados na tabela a seguir:

Tabela 4: Movimentos pendulares intrametropolitanos (2000 – 2010)

Unidade Espacial	2000			2010		
	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo
BH	266.662	39.782	226.880	386.324	70.281	316.043
Periferia	107.764	334.644	-226.880	201.375	517.418	-316.043
RMBH	374.426	374.426	0	587.699	587.699	0

Fonte: IBGE (2000, 2010)

Os movimentos pendulares são, em sua grande maioria (60,5% para 2000 e 65,7% para 2010), de entrada em Belo Horizonte. Esse fato reforça a grande centralidade do município. Cria-se, portanto, uma dependência dos indivíduos que moram nos outros municípios da região metropolitana em relação a Belo Horizonte, pois estes são obrigados a trabalhar e a consumir as coisas que estão na área central.

Precários e pobres, esses municípios [da RRMHBH] absorvem uma população que, não podendo morar na capital, busca viver dela, trabalhando nela, socorrendo-se nela para os cuidados de saúde, para a busca de sobrevivência. (PAULA; MONTE-MÓR, 2004, p.22).

Dessa forma, passa-se a constituir e a se consolidar a existência da periferia metropolitana.

CAPÍTULO IV – SEGREGAÇÃO E EXPULSÃO: A FORMAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA NA RMBH

*Enquanto nossas cidades crescem,
a distância entre os homens aumenta.
Konstantinos Doxiadēs*

Belo Horizonte segue a lógica de produção e reprodução urbana do capitalismo contemporâneo. A mancha urbana cresce, cada vez mais, para absorver o capital sobreacumulado. E cresce repetindo o padrão espacial segregado das classes sociais. A cidade cresce e a distância entre os homens aumenta.

Aumenta porque a expulsão da população pobre das áreas centrais e bem servidas de infraestrutura tornou-se uma política urbana recorrente. A parte da cidade dotada de serviços e infraestrutura básica, em razão da necessidade de acumulação do capital imobiliário de acumulação, valoriza-se exageradamente, impedindo que as pessoas com baixos rendimentos financeiros possam ali residir. Aliada a isso, destaca-se que a especulação imobiliária cria um cenário que, à primeira vista, parece paradoxal. Aumenta-se o número de domicílios vazios, ao mesmo tempo em que aumenta o número de famílias em condição de déficit habitacional, sendo que a proporção se mantém, desde 2005, favorável à primeira variável. Os indivíduos de baixo rendimento financeiro são, portanto, obrigados a ocupar as áreas mais distantes, formando as periferias, geralmente em condições mais precárias.

Assim, na escala metropolitana, formam-se periferias com novas formas. Dispersas e fragmentadas, espalham-se pelo território em um fenômeno de urbanização de pobreza. Dessa forma, pode-se falar na alteração de uma série de parâmetros que vinham sendo adotados no estudo metropolitano e, em especial, na RMBH. Mas, mesmo destacando essa nova forma da periferia, o seu conteúdo ainda permanece o mesmo.

A cidade partida – as cidades: o asfalto e o morro, o centro e a periferia. Essa é a cidade segregada produzida pelo capitalismo, um reflexo da estrutura de classes da sociedade. A riqueza, o poder e a própria cidade são injustamente distribuídos entre as pessoas.

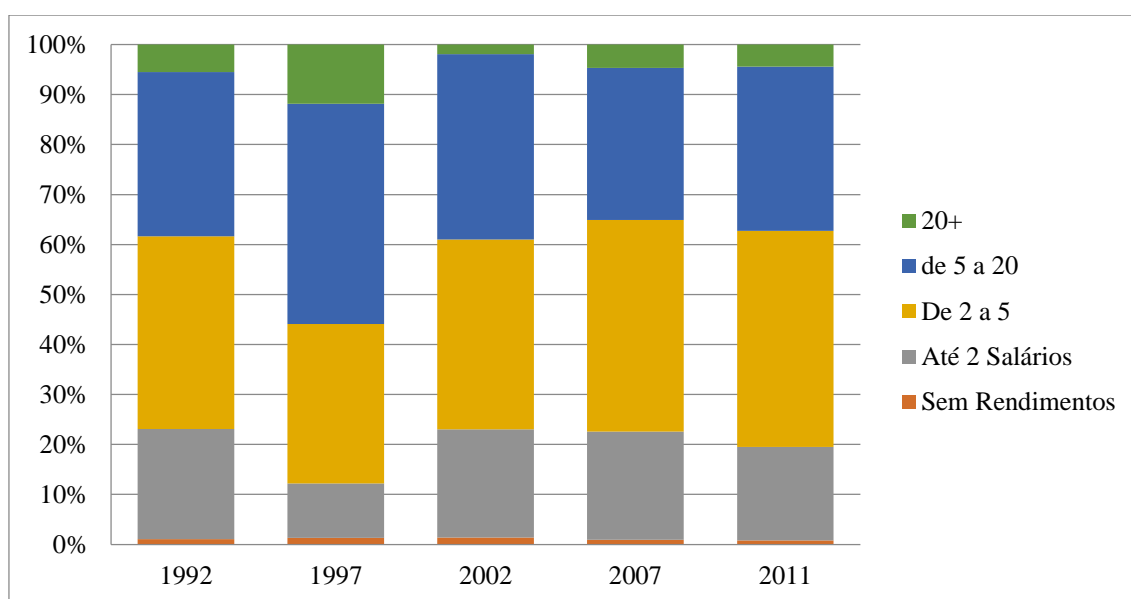
4.1 – Segregação socioespacial na RMBH: o lugar de moradia dos pobres

A necessidade de se entender a estrutura espacial e o processo de segregação socioespacial faz com que seja imperioso construir uma primeira aproximação baseada no lugar de moradia dos pobres e localizar essas novas periferias. Com isso é possível, em primeiro lugar, observar a estruturação socioespacial da sociedade que permite olhar, de um ponto de vista analítico, a expulsão dos pobres.

Para isso, observa-se a estrutura de renda¹¹² da população da RMBH e sua distribuição espacial.

No gráfico a seguir, com base em informações dos Pnads, temos a distribuição por grupos de rendimento mensal domiciliar da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Gráfico 7: Moradores por classe de rendimento mensal domiciliar na RMBH (1992 – 2011)



Fonte: PNAD (1992, 1997, 2002, 2007, 2011)

O grupo de classe de rendimento mensal domiciliar que predomina em todo o período analisado é aquele entre dois e cinco salários mínimos, representando aproximadamente 40% do total. O segundo grupo de maior representatividade é o de

¹¹² Necessário lembrar que a estrutura de renda não representa uma análise de classes, em especial quando se entende essas classes sob a perspectiva marxista.

classe entre cinco e 20 salários mínimos, que varia entre 30% e 20% no período. Cabe lembrar que essa é uma classe abrangente, com uma amplitude maior do que qualquer outra. O grupo com rendimento mensal domiciliar maior que 20 salários mínimos é de aproximadamente 5%. Por fim, o grupo com renda inferior a dois salários mínimos representa aproximadamente 20% do total ao longo do período. Cabe destacar que o comportamento dos grupos é mais ou menos semelhante ao longo do tempo, com exceção do ano de 1997 (que pode ser decorrente de problemas na coleta e tabulação dos dados).

Pensando nos dados mais recentes, destaca-se que a Região Metropolitana de Belo Horizonte possuía, em 2011, aproximadamente 984.872 pessoas que tinham rendimento mensal domiciliar inferior a dois salários mínimos. Ainda em termos absolutos para o ano de 2011, destaca-se que aproximadamente 1.969.745 pessoas estavam no grupo de rendimentos domiciliares entre dois e cinco salários mínimos, 1.477.309 pessoas no grupo entre cinco e 20 salários mínimos e 147.730 pessoas no grupo de rendimentos domiciliares superior a 20 salários mínimos.

Esses valores demonstram que, embora não seja a maior parte da população, em 2011, a população de baixa renda ainda representava parcela significativa do total populacional da RMBH. Isso se deve a uma série de motivos, desde a baixa qualidade da educação e saúde até a baixa inserção no mercado de trabalho. No entanto, deve-se sempre ter em mente que no sistema capitalista é necessário manter uma parcela da população em níveis de renda baixos para manter o funcionamento deste e a apropriação de lucro, seja pressionando a força de trabalho empregada para manter os salários baixos, seja em empregos mal remunerados.

Ainda se deve destacar a incoerência do salário mínimo à época, considerando a estrutura familiar da RMBH. Tendo-se em conta o salário mínimo vigente a partir de 5 de março de 2011, no valor de R\$ 545,00, e tendo 3,3 como média do número de moradores por domicílio, tem-se que a renda média mensal per capita é de R\$ 165,15, valor inferior à linha de pobreza estabelecida em 2010 como sendo de R\$ 248,13.

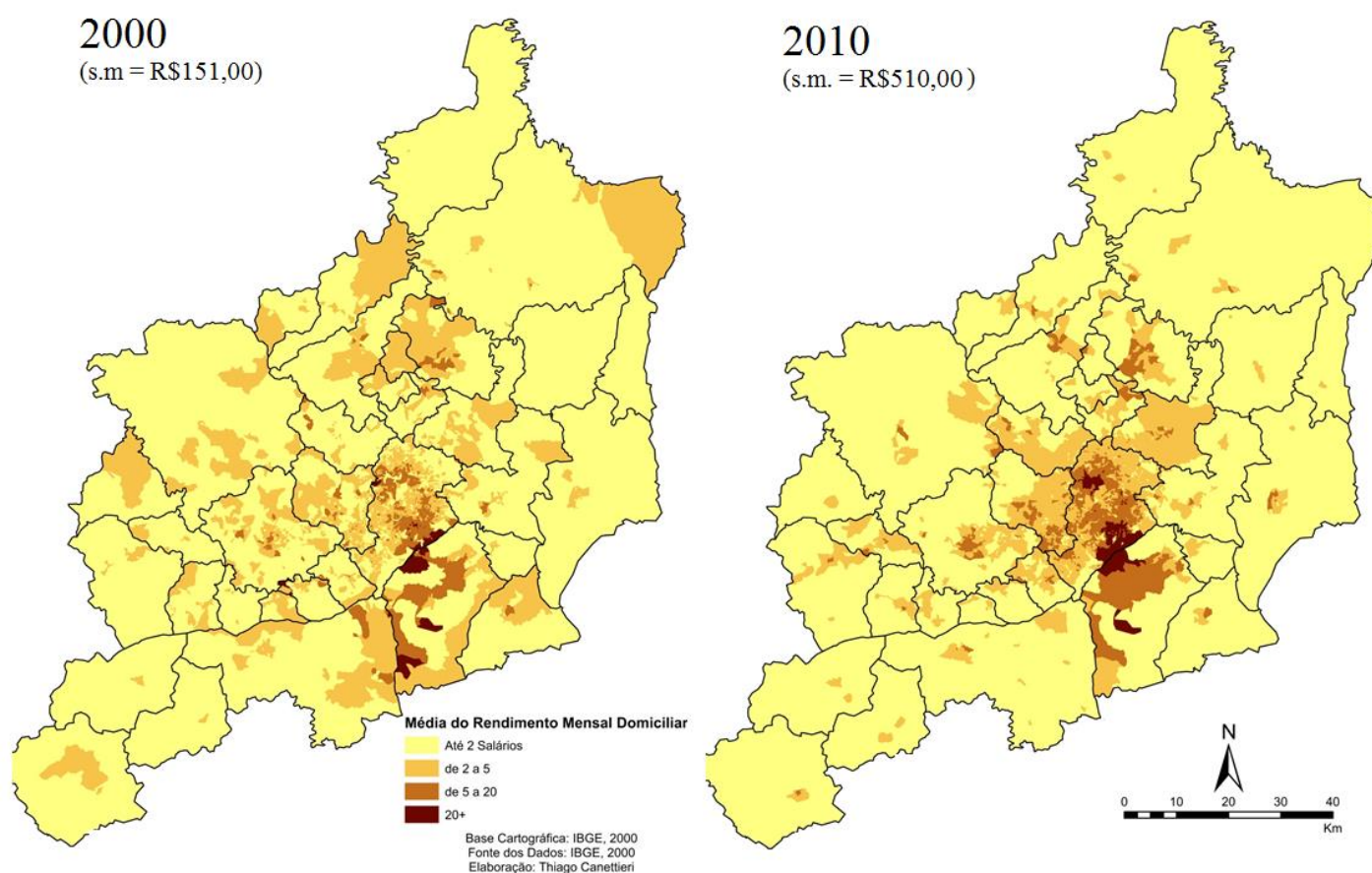
É importante também conhecer a expressão espacial dessas informações. A Pnad não possui referência espacial, para tanto, utilizam-se os censos de 2000 e 2010 para realizar o mapeamento por setor censitário das informações, adotando as mesmas classes de rendimento mensal por domicílio.

Os mapas, tanto de 2000 quanto de 2010, revelam um claro padrão espacial semelhante ao descrito nos estudos como centro-periferia, embora existam importantes diferenças.

Deve-se destacar que existe uma grande dificuldade na análise comparativa dos dois mapas. Embora utilizem as mesmas unidades espaciais, o setor censitário, de um censo a outro, os limites das áreas foram alterados pelo órgão IBGE. Dessa maneira, não é possível uma comparação direta. É necessário destacar esse elemento para compreender que a observação realizada comparando-se os dois mapas é uma análise das tendências do comportamento espacial da estrutura socioespacial metropolitana.

Observa-se a seguir, no Mapa5, a estrutura espacial metropolitana referente aos anos de 2000 e 2010.

Mapa 5: Média do rendimento mensal domiciliar da RMBH por setor censitário no ano de 2000 e 2010



No mapa acima encontram-se elementos que permitem considerar a existência do padrão centro-periferia. Como é frequente nessa lógica, observa-se que as classes de maior rendimento mensal domiciliar tendem a estar localizadas na porção central, em especial no município de Belo Horizonte e Nova Lima. Sobre isso, deve-se deixar claro que a classe mais alta está localizada apenas no Eixo Metropolitano Sul. Referente a isso existe uma série de pesquisas que foram desenvolvidas tendo como base o trabalho de Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” que se reproduziram na RMBH. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Jupira Mendonça (2003; 2009) e de Andrade (2009).

Cabe ainda destacar que Belo Horizonte aparece como centro rico em ambos os anos. É o território com a menor proporção de classes de rendimento mais baixo. Nesse sentido, existe uma grande diferença entre Belo Horizonte e Nova Lima e os outros municípios da Região Metropolitana. A grande maioria dos outros municípios apresenta apenas duas classes de rendimento mensal domiciliar mais baixo.

Existe uma diferença entre o ano de 2000 e de 2010 que representa rupturas que ocorreram na estrutura socioespacial da metrópole ao longo da primeira década do século XXI.

Destaca-se que ainda existe uma grande concentração de renda mais elevada, em especial das duas classes de maior rendimento, no município de Belo Horizonte e de Nova Lima.

Outro importante elemento é que nos municípios limítrofes a Belo Horizonte houve um aumento de renda. Existe, dessa forma, uma continuidade espacial do aumento de renda, em especial no Eixo Oeste, nos municípios de Contagem e Betim; e no Eixo Norte, em Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia.¹¹³

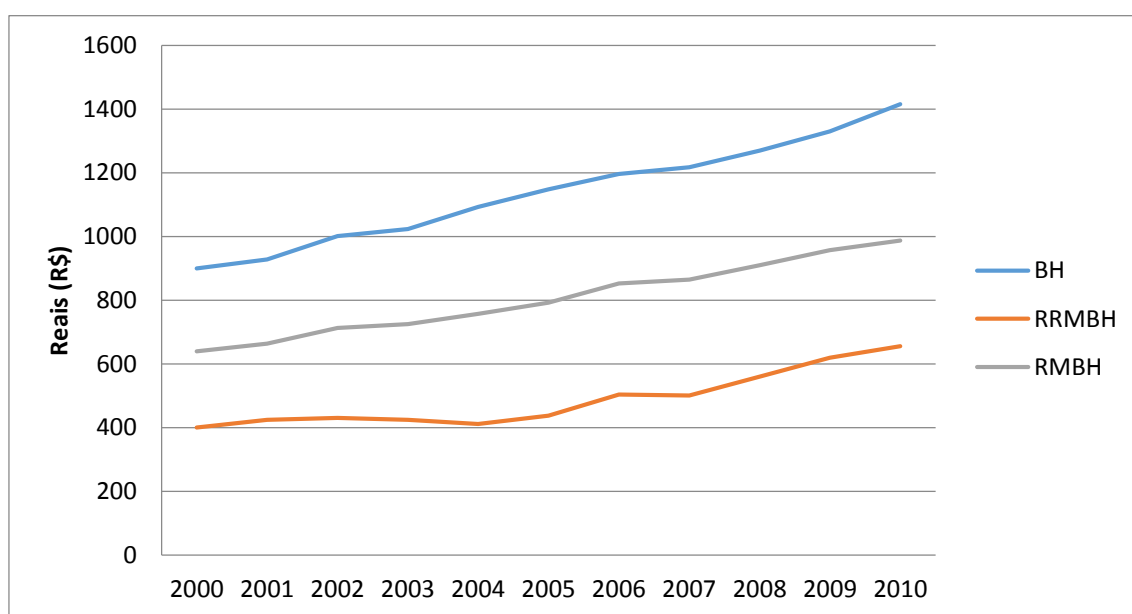
Considerando essa realidade, acontece um processo de acirramento das diferenças entre o centro rico e a periferia precária. No mapa referente ao ano de 2000 outros municípios mais distantes apresentavam maiores áreas com as classes mais superiores, ao passo que no mapa de 2010 essas áreas são reduzidas, predominando nos municípios mais distantes de Belo Horizonte a classe que tem renda de até dois salários

¹¹³ O aumento da média do rendimento mensal no Vetor Norte metropolitano foi induzido pelo governo com o projeto da Linha Verde e uma série de outros projetos, como a transformação do aeroporto Tancredo Neves em um aeroporto industrial, a construção de um tecnopolo, entre outros.

mínimos. Embora o centro tenha se expandido territorialmente para os municípios limítrofes, a periferia ainda é uma realidade observada através dos dados.

Aprofundando a análise do nível domiciliar para a renda per capita média, percebe-se a grande diferença existente entre Belo Horizonte e os outros municípios da RMBH. Como no gráfico a seguir, da renda per capita média de BH, da RRMBH e da RMBH.

Gráfico 8: Renda per capita média em Belo Horizonte, na RRMBH e na RMBH (2000-2010)



Fonte: PNAD (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009); Censo (2000, 2010)

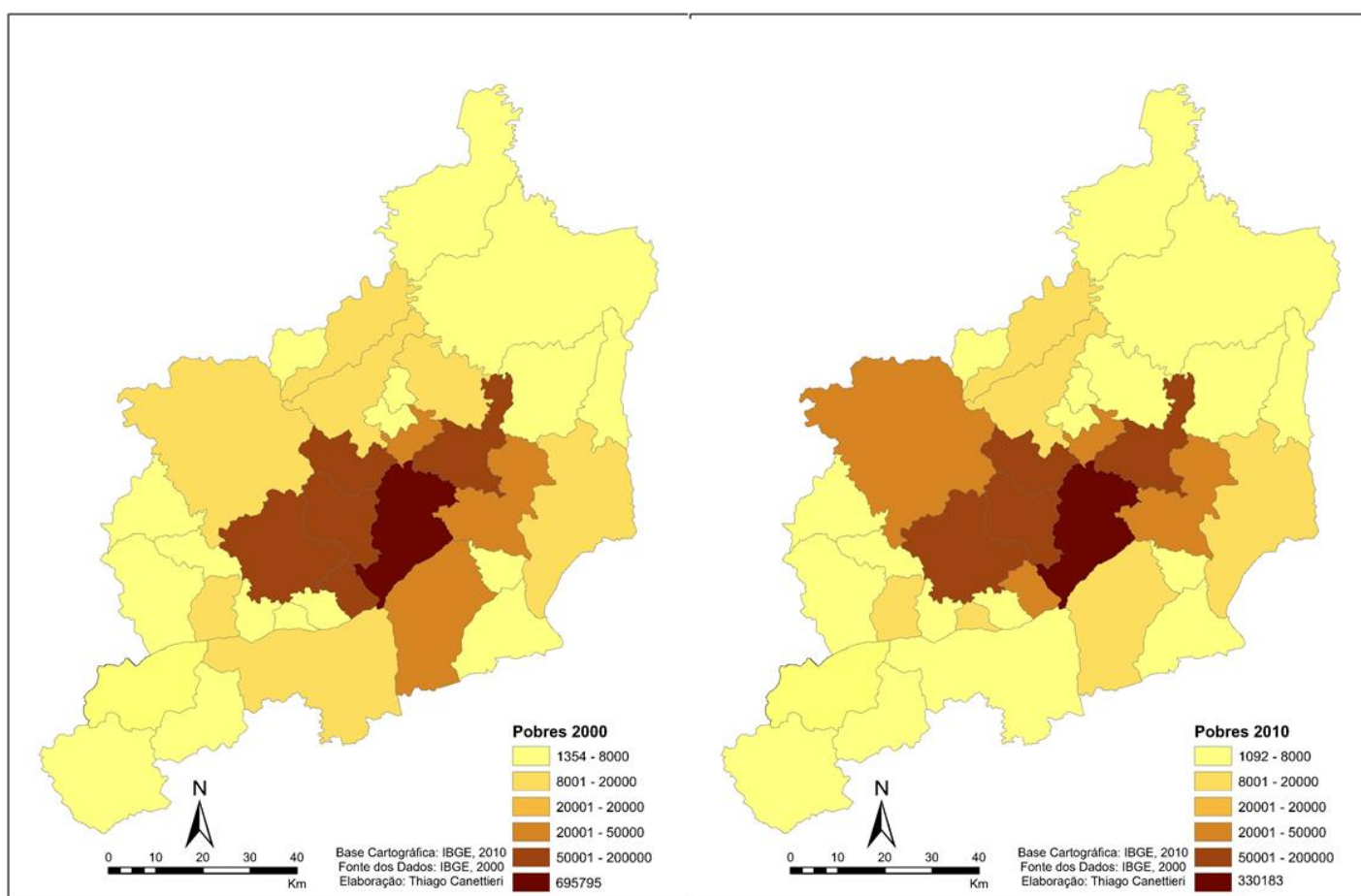
No gráfico é possível observar a grande diferença entre o centro, representado pelo município de Belo Horizonte, e a periferia, formada pelos outros municípios da RMBH (RRMBH). Em todo o período, BH apresenta uma renda per capita média superior ao dobro da renda per capita média da RRMBH.

Pela análise de definição de pobre, é possível delimitar o processo de formação das novas periferias. Tendo a linha de pobreza sido definida como R\$ 116,43 e R\$ 248,13, para 2000 e 2010, respectivamente, é possível delimitar o volume total da população em situação de pobreza. Em 2000, o total de pobres na RMBH foi de 1.462.894. Esse valor foi reduzido, em 2010, para 901.267. É uma redução de 561.626

indivíduos em condição de pobreza. No entanto, é necessário lembrar que essa informação não é qualificada e representa um dado de estoque. Ou seja, é necessário considerar como hipóteses para esse processo a migração externa, a morte ou o aumento de renda efetivamente.

É importante verificar espacialmente a distribuição do volume total da população abaixo da linha de pobreza na RMBH por municípios. A seguir, visualiza-se o mapa considerando as informações do ano de 2000 e 2010.

Mapa 6: Volume total de população em situação de pobreza na RMBH em 2000 e 2010



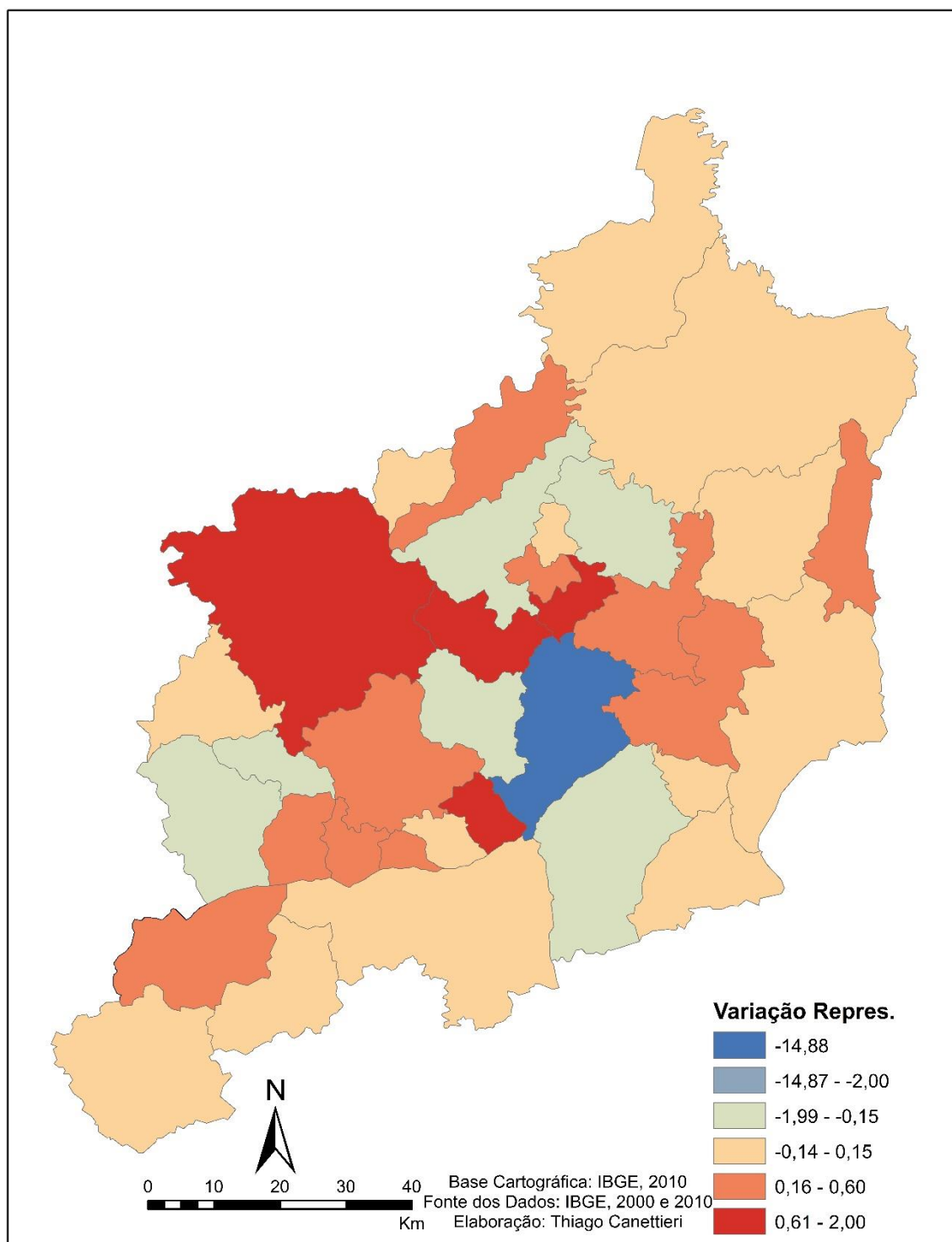
Observa-se um maior volume em Belo Horizonte, uma vez que a cidade tem também a maior população da RMBH. Ainda deve ser destacado que a maior concentração de pobreza ocorre nos municípios mais próximos à capital mineira, dentre os quais destacam-se Ribeirão das Neves, Contagem, Betim, Ibirité e Santa Luzia. Mais próximo a esse anel de pobreza que circunda a capital é possível notar que os municípios estão numa classe inferior, embora possuam mais concentração de

população pobre do que os municípios mais distantes, que estão na classe de menor valor.

O valor absoluto do volume de pobres altera-se para uma classe mais elevada em Esmeraldas e Sarzedo, ao passo que se reduz para classes inferiores no município de Brumadinho. Vale destacar que, como descrito anteriormente, o volume total de pobres na RMBH reduziu no período intercensitário.

Nesse sentido, deve ser analisada a variação de cada município nesse período, o que revela de uma maneira mais assertiva a nova distribuição dos pobres na RMBH. O mapa foi produzido tendo por base a análise da diferença entre a representatividade da população em situação de pobreza no ano de 2010 e de 2000.

Mapa 7: Variação da participação da população em situação de pobreza no total populacional na RMBH entre os anos de 2000 e 2010



Observa-se que 13 dos 34 municípios (Itaguara, Rio Manso, Brumadinho, Sarzedo, Florestal, Capim Branco, Baldim, Jaboticatubas, Confins, Taquaraçu de Minas, Caeté, Raposos e Rio Acima) tiveram uma variação muito próxima de 0 (entre 0,14 e 0,15%). Outros 12 municípios (Esmeraldas, Matozinhos, Ribeirão das Neves,

Vespasiano, São José da Lapa, Santa Luzia, Sabará, Nova União, Mário Campos, Igarapé, Betim e Itatiaiuçu) tiveram uma variação positiva (entre 0,16 e 2%). Ainda seis outros municípios (Mateus Leme, Juatuba, Nova Lima, Contagem, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa) tiveram uma variação negativa em que se destaca Belo Horizonte, que no período intercensitário teve um decréscimo de 14,88% da representatividade dos pobres na RMBH.

Destaca-se, ainda, pelo mapa anterior, o padrão espacial dessas variações entre os municípios. Os que tiveram uma variação positiva, ou seja, que passaram a representar em 2010 uma porcentagem maior do total de pobres do que era em 2000, encontram-se, em sua maioria, mais distantes de Belo Horizonte e, em especial a oeste e sudoeste da capital mineira.

Cabe lembrar que essa análise não é conclusiva quanto à alteração apresentada. Quanto à variação do volume de pobres que aconteceu em BH, ela pode ter acontecido por um crescimento diferencial da população e não por uma alteração de padrão. Em outras palavras, o resultado encontrado pode ter ocorrido por um deslocamento da pobreza ou por um aumento da população. Para tanto apresenta-se a tabela a seguir a fim de esclarecer as mudanças, comparando as diferenças observadas entre a população total e a população pobre dos municípios da RMBH.

Tabela 5: População total, população em situação de pobreza em 2000 e 2010

Município	População Total 2000	Pobres 2000	Proporção dos pobres 2000	Repres. dos pobres 2000	População Total 2010	Pobres 2010	Proporção dos Pobres 2010	Repres. dos pobres 2010
Baldim	8.105	3.039	37,49	0,21	7.885	2.915	36,97	0,29
Belo Horizonte	2.231.689	695.794	31,18	47,56	2.368.846	330.177	13,94	32,68
Betim	305.982	118.204	38,63	8,08	376.987	84.154	22,32	8,33
Brumadinho	26.515	9.293	35,05	0,64	33.809	6.439	19,04	0,64
Caeté	36.169	13.608	37,62	0,93	40.478	10.200	25,20	1,01
Capim Branco	7.876	2.619	33,25	0,18	8.839	2.251	25,47	0,22
Confins	4.876	1.803	36,98	0,12	5.917	1.092	18,46	0,11
Contagem	536.499	185.389	34,56	12,67	600.841	107.860	17,95	10,68
Esmeraldas	46.995	17.245	36,69	1,18	60.031	20.152	33,57	1,99
Florestal	5.624	2.079	36,97	0,14	6.575	1.982	30,14	0,12
Ibirité	132.948	50.841	38,24	3,48	158.839	43.147	27,16	4,27
Igarapé	24.803	9.389	37,86	0,64	34.739	9.514	27,39	0,94
Itagura	11.233	3.961	35,27	0,27	12.308	2.504	20,35	0,25
Jaboticatubas	13.463	4.814	35,76	0,33	17.061	3.003	17,60	0,27
Nova União	5.425	2.141	39,47	0,15	7.555	4.623	61,19	0,56
Juatuba	16.365	6.109	37,33	0,42	22.127	3.264	14,75	0,21
Lagoa Santa	37.703	13.296	35,26	0,91	52.391	7.128	13,61	0,71
Mário Campos	10.535	3.807	36,14	0,26	13.189	6.685	50,69	0,86
Mateus Leme	24.077	7.923	32,91	0,54	27.825	4.614	16,58	0,38
Matozinhos	30.081	10.424	34,65	0,71	33.866	8.901	26,28	0,88
Nova Lima	64.139	21.730	33,88	1,49	80.694	9.860	12,22	0,98
Pedro Leopoldo	53.850	18.962	35,21	1,30	58.613	10.848	18,51	1,07
Raposos	14.283	5.389	37,73	0,37	15.342	3.373	21,99	0,33
Ribeirão das Neves	245.308	92.725	37,80	6,34	292.042	82.900	28,39	8,20
Rio Acima	7.657	2.737	35,74	0,19	9.087	2.210	24,32	0,22
Rio Manso	4.634	1.765	38,08	0,12	5.276	1.321	25,04	0,13
Sabará	115.230	40.943	35,53	2,80	126.056	31.611	25,08	3,13
Santa Luzia	184.638	68.014	36,84	4,65	202.269	51.209	25,32	5,07
São Joaquim de Bicas	18.126	7.170	39,55	0,49	23.288	7.291	31,31	0,72
São José da Lapa	14.987	5.222	34,84	0,36	19.752	5.492	27,80	0,54
Sarzedo	17.250	6.639	38,49	0,45	25.803	5.478	21,23	0,54
Taquaraçu de Minas	3.489	1.354	38,80	0,09	3.770	39,38	39,38	0,15
Vespasiano	76.001	28.467	37,46	1,95	104.138	26,49	26,49	2,73
RMBH	4.336.555	1.462.894	33,73	100%	4.856.238	901.267	18,56	100%

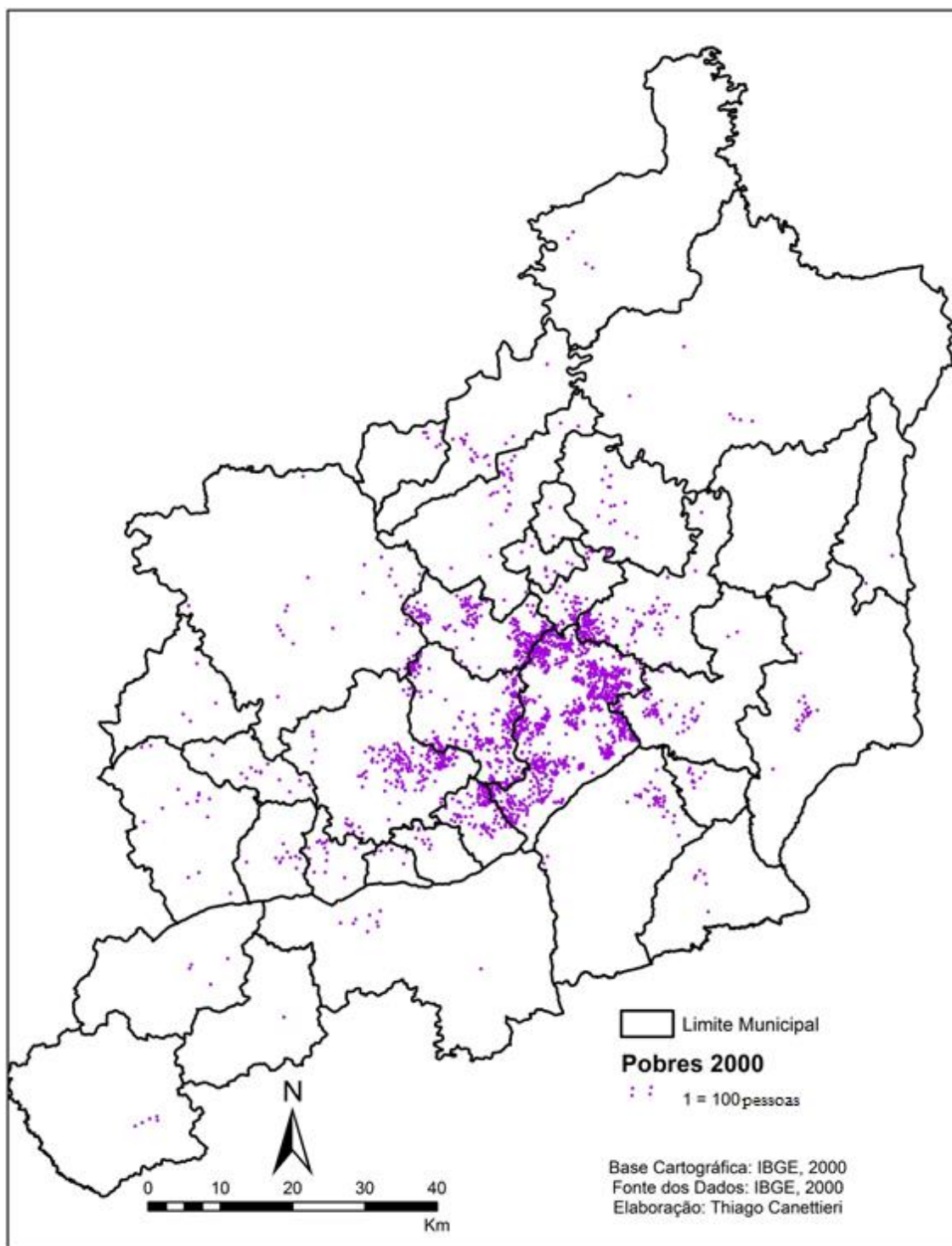
Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010, IBGE.

Ressalta-se, pela análise, a queda da representatividade da pobreza em Belo Horizonte na primeira década do século XXI. Em 2000, BH tinha quase 50% dos pobres da RMBH, valor que cai para 32,68% em 2010. Doze outros municípios da RMBH também apresentaram uma redução dessa representatividade no contexto metropolitano. Nos outros municípios, em geral, observa-se um crescimento. Ou seja, é representada uma desconcentração da pobreza metropolitana.

A escala de análise no âmbito do município é muito ampla e acaba por esconder heterogeneidades internas. É interessante observar padrões intramunicipais e, ao estudar a pobreza, essa característica é essencial para a compreensão da organização socioespacial. Nesse sentido, os mapas a seguir apresentam a localização dos pobres no nível do setor censitário, escala de análise mais detalhada que o censo permite trabalhar.

O mapa abaixo apresenta a distribuição espacial dos pobres residentes na RMBH no ano de 2000.

Mapa 8: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2000

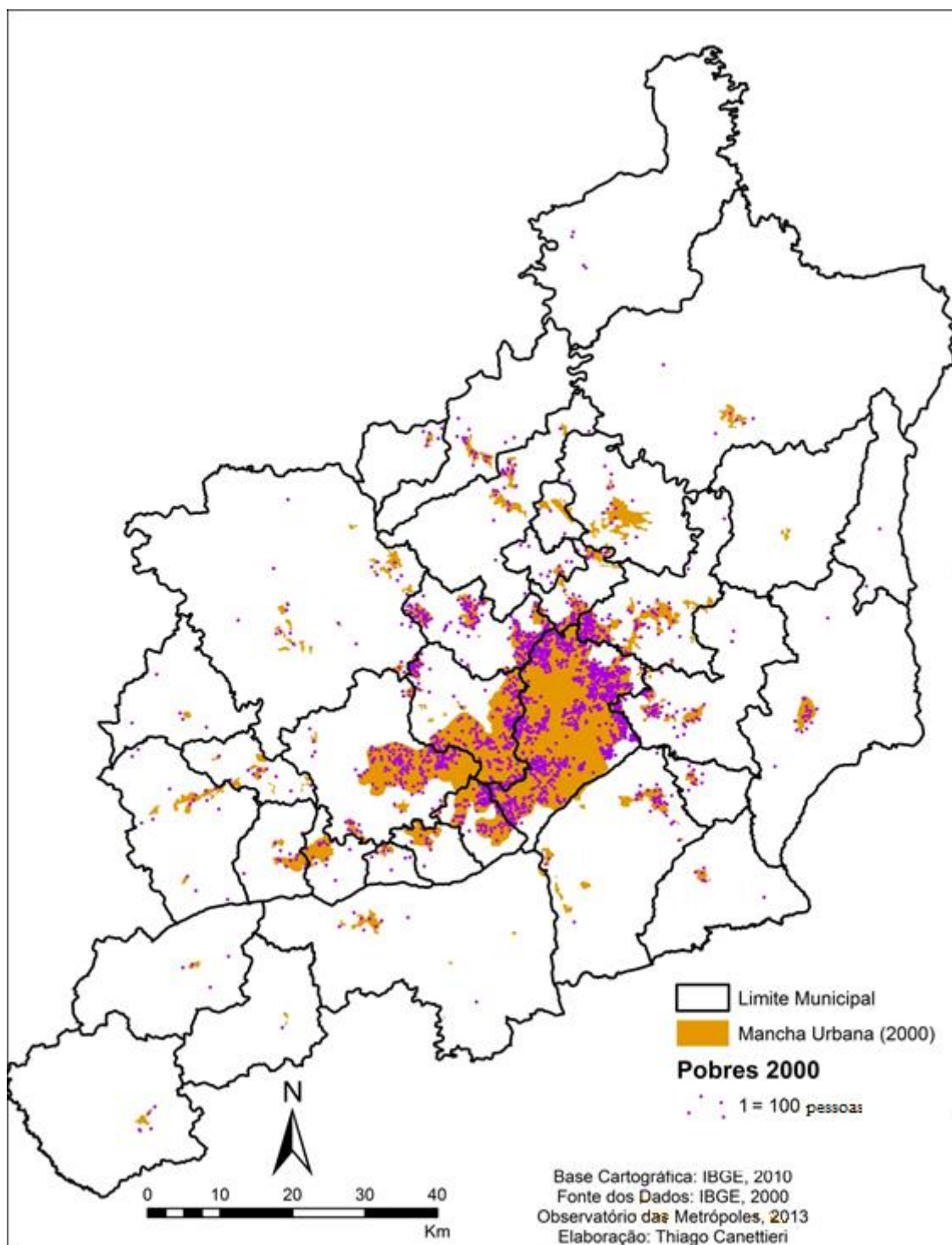


Deve-se destacar que o padrão observado no ano de 2000 apresenta uma pobreza urbana muito concentrada, em especial nas áreas limítrofes à capital mineira, Belo Horizonte. A maior parte dos pobres está em Belo Horizonte ou nos seus municípios vizinhos. No entanto, essa constatação não exclui a existência de outras concentrações,

bem menores em questão de volume, em outras áreas mais distantes de Belo Horizonte e, na sua maioria, nas sedes municipais. Observa-se ainda que a orientação da distribuição da pobreza nessa situação é predominantemente orientada a oeste de Belo Horizonte, sendo possível destacar o eixo industrial, que se localiza a oeste da capital, passa por Contagem e ainda Betim.

Apresentamos a seguir um mapa que demonstra a distribuição espacial dos pobres pela RMBH em 2000 junto da mancha urbana dos municípios.

Mapa 9: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2000

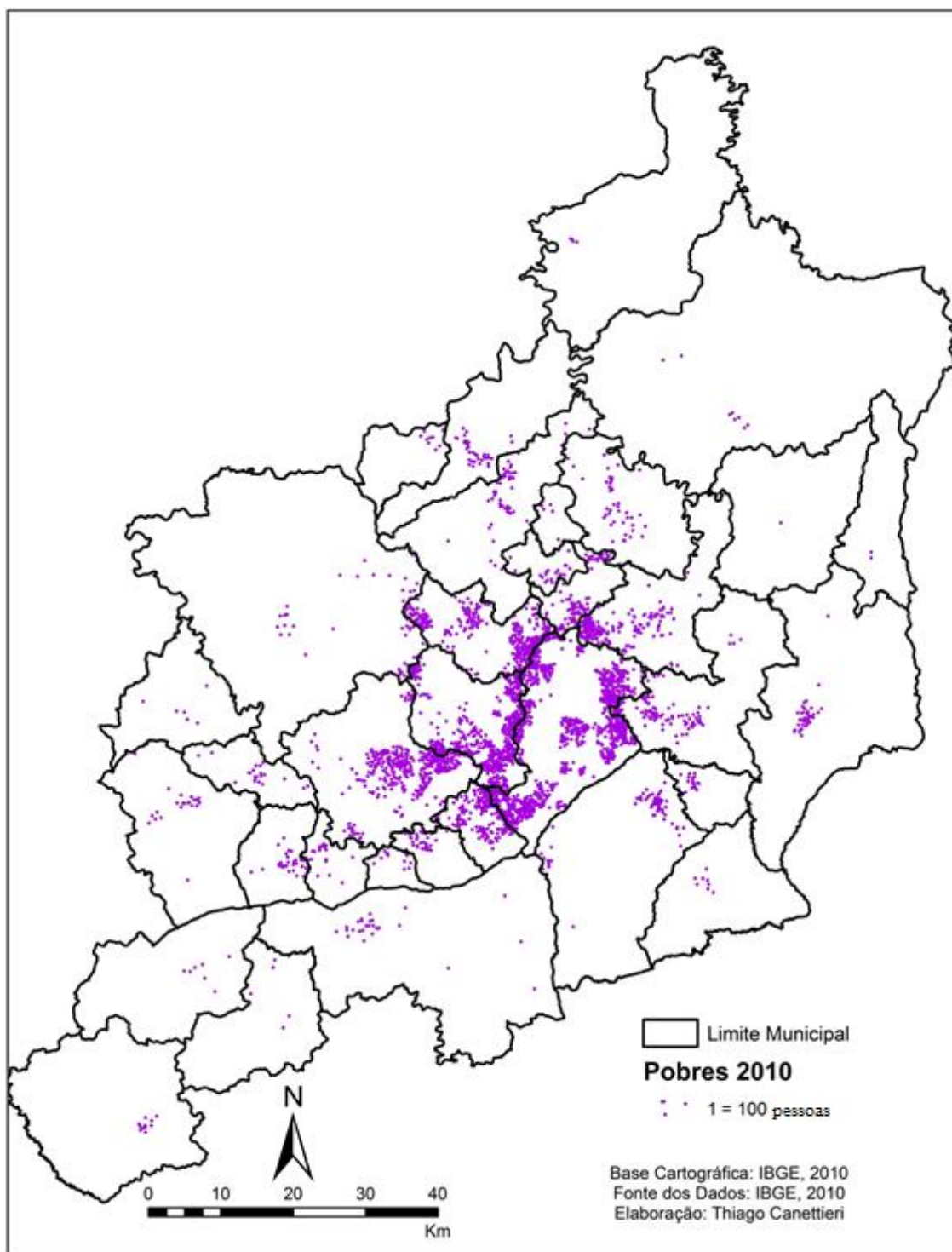


O que se observa no mapa é a predominância praticamente absoluta da pobreza nas áreas urbanizadas. Deve ser destacado que a pobreza segue, em grande medida, o padrão de dispersão da mancha urbana. Ou seja, a mancha urbana em 2000, que é praticamente toda ela contígua à mancha urbana de Belo Horizonte, e que acabou por

invadir os outros municípios, concentra a população pobre nos seus limites, no que a literatura denomina de franja urbana.

Para o ano de 2010, o mapa apresenta significativas alterações na distribuição da população em situação de pobreza na RMBH.

Mapa 10: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2010

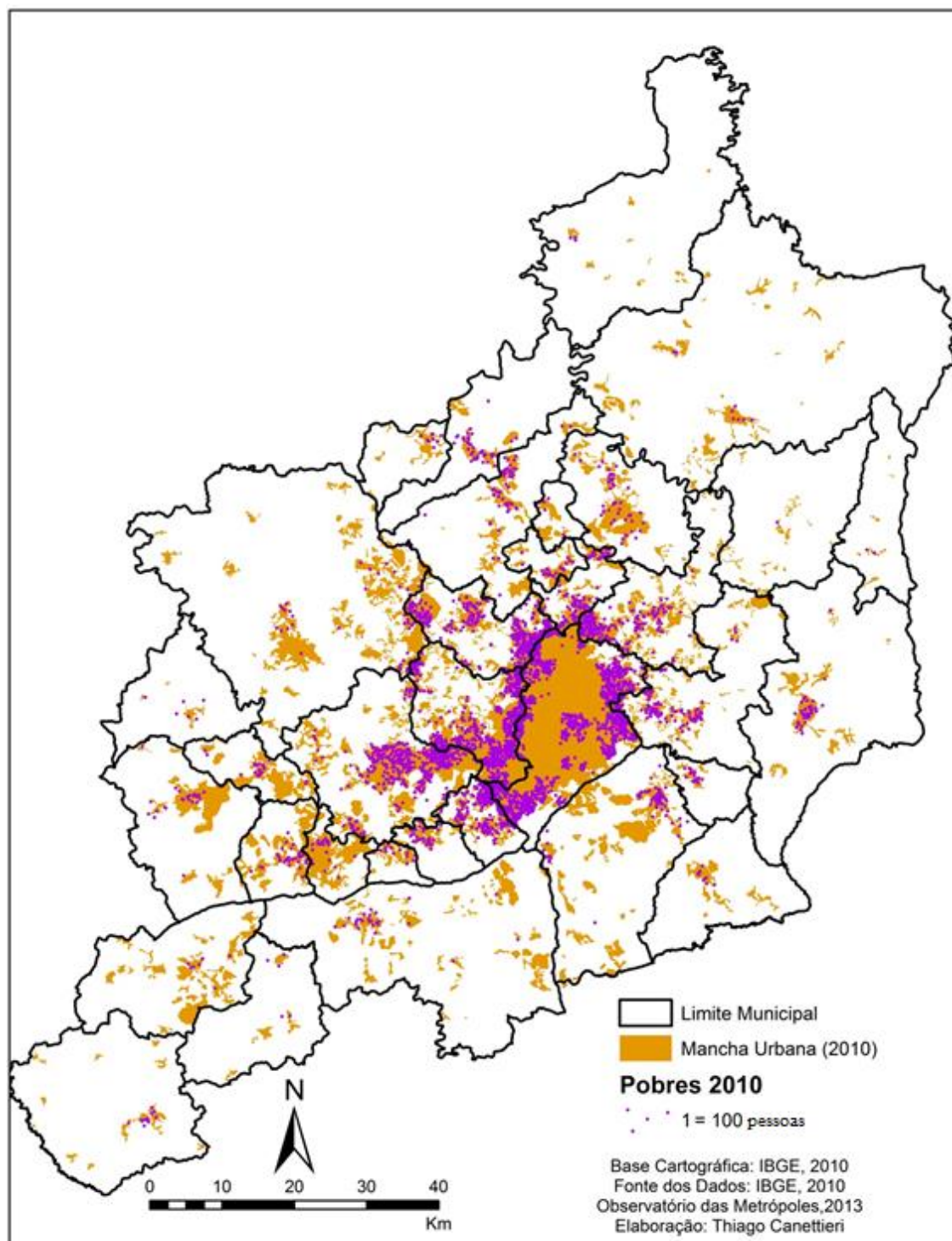


Nota-se que a população pobre no ano de 2010 está mais distribuída no território, apresentando-se de forma espalhada. Essa dispersão ocorreu principalmente nas orientações norte, noroeste, oeste e sudoeste. Mesmo com o número de pessoas consideradas pobres sendo reduzido entre 2000 e 2010, a sua distribuição espacial

tornou-se mais ampla. Também em 2010, a pobreza não tende mais à concentração como em 2000, ela é mais descontínua, embora ainda coexista com uma porção concentrada, em especial nas periferias da capital, transbordando para os outros municípios.

Como realizado para o ano de 2000, o mapa a seguir mostra a distribuição da pobreza pela RMBH tendo como base da análise a mancha urbana metropolitana para o ano de 2010.

Mapa 11: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano de 2010

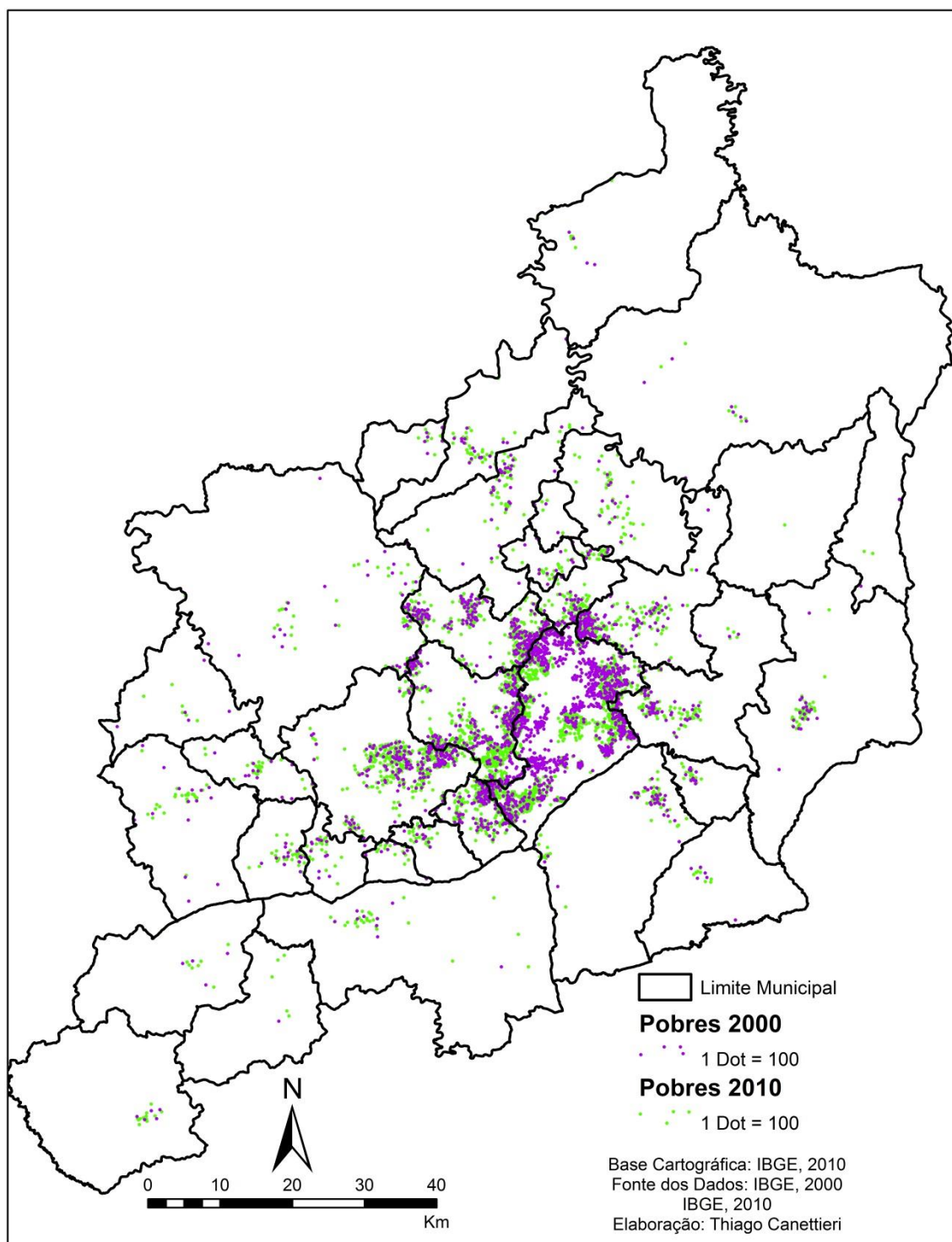


Observa-se neste mapa, portanto, que a pobreza acompanha a urbanização ou é acompanhada por ela. Como descrito anteriormente, a urbanização toma uma forma fractal (TONUCCI, 2009; SOJA, 2008) e, pela análise do mapa a seguir, pode-se concluir que a pobreza possui padrão espacial muito semelhante.

A pobreza passa a ter uma forma mais dispersa no território, mais fragmentada e desconexa, como a própria forma da urbanização. Com as informações disponíveis no momento não é possível estabelecer uma conexão causal entre pobre-urbanização (o que veio primeiro). Talvez seja o caso de reconhecer o caráter dialético dessa relação e de assumir esse fenômeno como concomitante. Ermínia de Maricato (2010) chama esse processo de urbanização dos baixos salários para adequar o termo “urbanização da pobreza”.

Essa mudança dos padrões da organização espacial da pobreza pode ser ainda melhor percebida quando sobrepostos os dois anos. Dessa forma é possível uma análise de conjunto do processo têmporo-espacial que permite visualizar a dinâmica socioespacial.

Mapa 12: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH no ano de 2000 e 2010



Percebe-se neste mapa como a distribuição espacial dos pobres em 2010 é muito mais dispersa, fragmentada e desconexa territorialmente do que observado em 2000. Embora ainda exista, em 2010, considerável concentração da pobreza na área de

fronteira do município de Belo Horizonte, a análise geral da RMBH como um todo indica essa dispersão da pobreza.

Forma-se, assim, uma nova periferia metropolitana. Uma periferia fractal.

No entanto, embora possua a característica própria de se tornar uma periferia dispersa e fragmentada, a organização espacial da pobreza não é aleatória. Observa-se no mapa a tendência da expansão da ocupação realizada pelos pobres, principalmente na porção oeste da RMBH, muitas vezes orientada pelos grandes eixos de circulação.

Essas diferenças se devem a determinadas particularidades da RMBH que explicam, em parte, esse processo. Em primeiro lugar, deve ser destacada a ação estatal acerca da localização industrial, ainda na década de 40, que se localizou a oeste da capital mineira e, novamente, em 1970, a norte. Dessa forma, definiram-se os espaços que seriam ocupados pelas massas trabalhadoras. Em segundo lugar, a legislação urbanística de Belo Horizonte possui claro caráter elitizante (MENDONÇA, 2003), o que gera as condições para a intervenção do mercado imobiliário preferencialmente orientado aos segmentos médio e de alta renda. Tem-se também a legislação permissiva dos municípios periféricos, que contribui para criar as condições para a expansão do mercado de loteamento popular, e ainda deve ser somada a tudo isso a topografia acidentada na área leste da região metropolitana e a alta concentração de propriedade fundiária por parte de empresas mineradoras.

No entanto, mesmo com a complexidade local da RMBH e suas particularidades, os pobres, de maneira geral, vão sendo empurrados para as periferias. Cabe, portanto, entender a origem dessa população, pois, como consta nos objetivos deste trabalho, busca-se compreender esse fenômeno tendo por base a migração metropolitana.

4.2 – Analisando os fluxos migratórios dos pobres da RMBH: expulsão e formação da periferia

A forma com que os fluxos migratórios dos pobres estão organizados representa, em grande medida, a estruturação social metropolitana. É por meio desses fluxos que é possível analisar o processo de expulsão dos pobres das áreas centrais e a formação da periferia, tornando-se imperiosa sua compreensão.

Nesse sentido, na tabela a seguir, apresenta-se a diferença da renda média dos migrantes intrametropolitanos e dos não migrantes. Dessa maneira, é possível compreender a importância que os níveis de renda desempenham na organização dos fluxos.

Tabela 6: Renda média do migrante e do não migrante na RMBH em 2000 e 2010

Renda Média	RMBH		Núcleo		Periferia		
	Migrante	Não Migrante	Migrante para a Periferia	Não Migrante	Migrante para o Núcleo	Migrante para a Periferia	Não Migrante
2000	429,24	599,38	349,61	882,86	377,27	227,76	300,82
2010	1022,23	1324,02	1508,08	1978,88	1335,82	753,72	846,56

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010

Observa-se que, de um modo geral, os indivíduos migrantes da RMBH possuem uma renda inferior a do indivíduo não migrante, com exceção dos migrantes que realizaram o movimento no sentido periferia-núcleo, tanto no ano de 2000 como no ano de 2010. Embora a renda média tenha aumentado de forma considerável, a diferença da renda entre migrantes e não migrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte quase duplicou no período.

Quando considerados os migrantes que realizaram o movimento da cidade núcleo para a periferia metropolitana observa-se que a diferença de renda entre estes e os não migrantes é ainda maior nos dois anos analisados. Embora a diferença diminua no período, deve ser destacado que ainda é a maior diferença. Isso significa que as pessoas que saem de Belo Horizonte possuem renda muito inferior àquelas que continuam a residir no município.

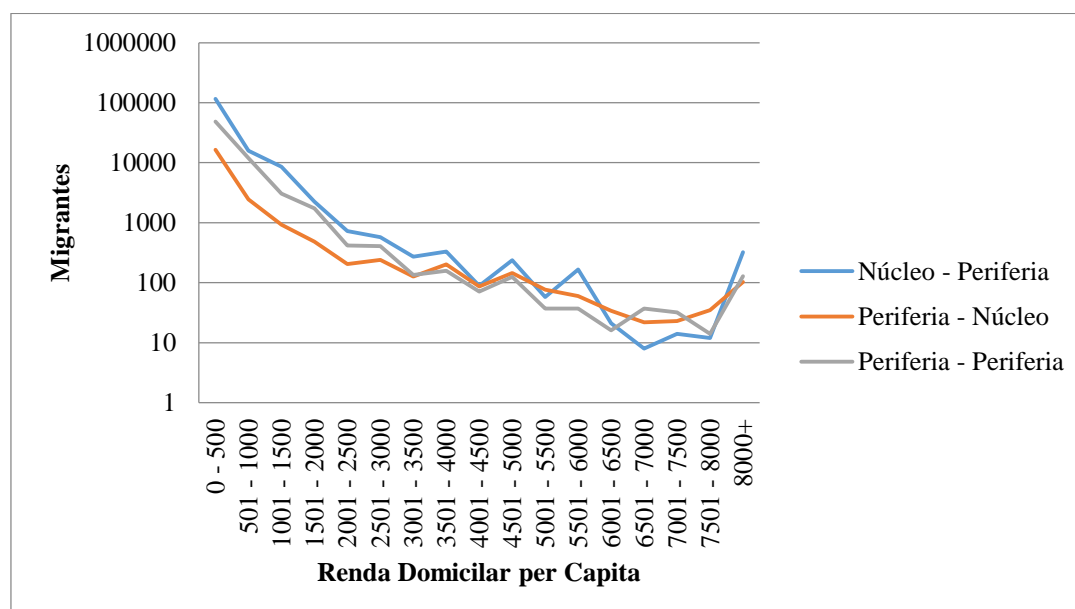
Passando a analisar o movimento migratório da periferia para o núcleo a situação é inversa às duas anteriores. A renda média dos migrantes é mais elevada do que a dos não migrantes para o ano de 2000 e de 2010. Pode-se considerar que, para realizar esse tipo de migração, é necessário um maior investimento financeiro gerado por diversos elementos, como o elevado custo de moradia e de vida em Belo Horizonte, como demonstrado por Tonnuci, Magalhães e Silva (2012). Ainda, deve ser salientado que a diferença de renda entre os migrantes e os não migrantes aumentou mais de seis vezes nesse período de dez anos.

A análise dos dados referente ao fluxo migratório na direção núcleo-periferia e na direção periferia-núcleo revela uma importante dinâmica metropolitana da RMBH. O município núcleo, Belo Horizonte, vivencia um processo de elitização em duplo sentido. A população que sai do município é de renda média inferior à renda média dos não migrantes, e os imigrantes, provenientes dos outros municípios metropolitanos, possuem renda média acima da dos não migrantes residentes na periferia.

Outro elemento importante a ser considerado nas análises migratórias intrametropolitanas contemporâneas são as migrações que possuem como origem do movimento um dos municípios da periferia metropolitana, sendo direcionadas para outro município, também da periferia. Os dados demonstram que a renda média do migrante para ambos os anos em análise é inferior à do não migrante. Ainda, entre 2000 e 2010 essa diferença aumentou. Isso revela que a maior parte dos movimentos desse sentido é realizada por populações de rendimentos reduzidos.

Esse processo é ainda explorado na análise dos gráficos a seguir, que demonstram o número dos migrantes no sentido núcleo-periferia, periferia-núcleo e periferia-periferia por faixas de renda domiciliar per capita.

Gráfico 9: Migração intrametropolitana na RMBH (1995-2000)



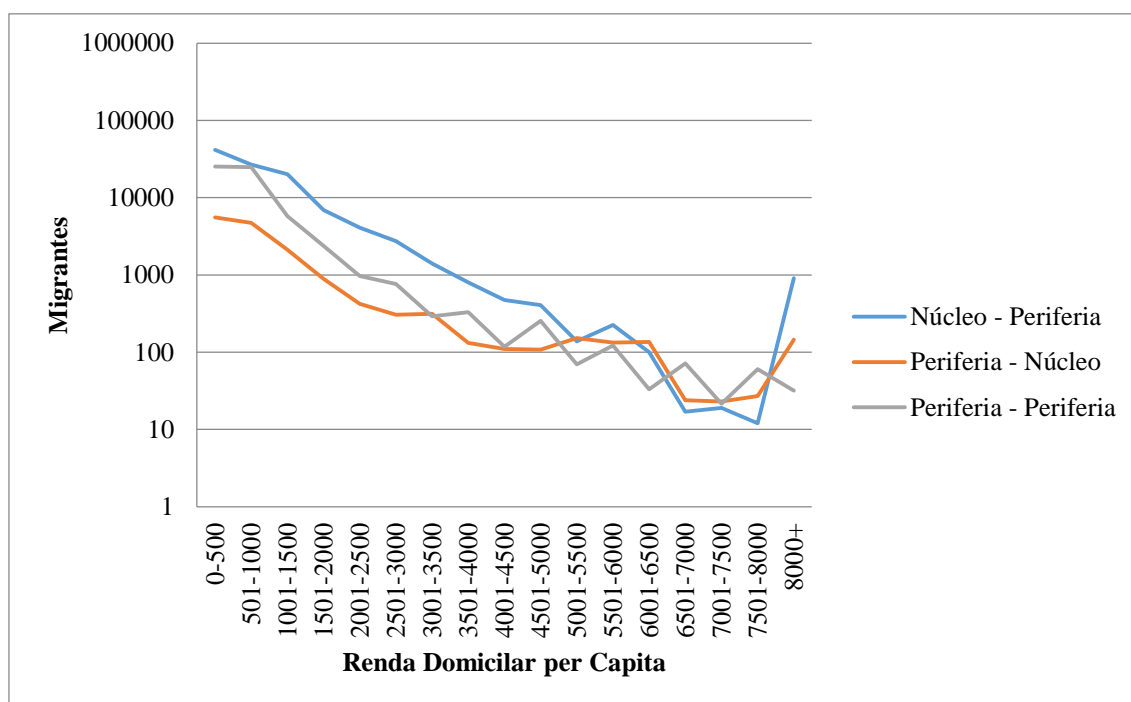
Fonte: Censo (2000)

O gráfico referente ao censo de 2000 demonstra que existiu um maior volume de pessoas de renda domiciliar per capita entre 0 e 500 reais realizando movimentos migratórios intrametropolitanos. Desses movimentos, o predominante aconteceu no sentido núcleo-periferia.

Para seguir na análise do gráfico, ele foi dividido em três partes. A primeira, do início até a faixa de renda domiciliar per capita de 3.501 a 4.000 reais, demonstra um saldo migratório negativo da cidade núcleo. Observa-se um hiato considerável entre a curva que representa o fluxo migratório do núcleo para a periferia e a curva referente ao movimento contrário, da periferia para o núcleo. Na parte seguinte, compreendida entre as faixas de renda domiciliar per capita de 4.001 e 6.000 reais, o saldo migratório aproxima-se de zero, revelando que existe uma aproximação entre o número dos que saem e dos que entram na cidade principal. A seção seguinte, que compreende a faixa de renda domiciliar per capita entre 6.001-6.500 reais, apresenta um novo hiato, embora o espaço entre as curvas seja menor que o primeiro. Este representa que existe um maior número de pessoas entrando na capital do que saindo.

O movimento entre os municípios da periferia também é concentrado em populações de renda mais baixa, diminuindo a frequência do movimento de acordo com o incremento da renda, sem, no entanto, deixar de existir.

O gráfico referente ao ano de 2010 apresenta, em linhas gerais, um padrão das linhas muito semelhante ao encontrado no gráfico para o ano do censo anterior. No entanto, existem diferenças substanciais no padrão, além da alteração do volume dos movimentos migratórios.

Gráfico 10: Migração intrametropolitana na RMBH (2005-2010)

Fonte: Censo (2010)

O gráfico acima revela que o número de movimentos é, novamente, concentrado na população com faixas de renda domiciliar mais baixas. Para o ano de 2010, é perceptível que o hiato entre os indivíduos provenientes do núcleo para a periferia aumenta em relação aos que fazem o movimento dos municípios da periferia para o núcleo. Além desse aumento da distância entre as linhas, observa-se também um prolongamento dessa característica das curvas, chegando a predominar até a faixa de renda domiciliar per capita entre 4.501 – 5.000 reais. A seção do gráfico seguinte, que representa a aproximação de um saldo migratório próximo de zero, compreende as faixas de renda domiciliar per capita entre 5.001 até 7.500 reais. Por fim, a última seção representada no gráfico anterior demonstra um saldo migratório positivo para o núcleo, com um maior número absoluto de imigrantes do que de emigrantes. Para o ano de 2010 é um saldo muito tímido, abrangendo apenas a faixa de renda domiciliar per capita entre 7.501 e 8.000 reais. Destaca-se ainda que, no gráfico, a faixa de renda domiciliar per capita com mais de 8.000 reais volta a representar um aumento no número de pessoas que realizaram o movimento no sentido núcleo-periferia. Isso se deve à maior extensão e consolidação dos chamados condomínios fechados, fora do município central da região metropolitana, mas relativamente próximos.

O movimento que acontece entre os municípios da periferia tem padrão semelhante ao visualizado em 2000, movimento esse concentrado entre a população de renda mais baixa e que tende a se reduzir, ao passo que a renda domiciliar por pessoa aumenta.

A análise por estratos da renda oferece importantes subsídios para ampliar tal compreensão do processo de metropolização. Os dados descritos demonstram a existência de uma clara segregação nos movimentos migratórios. E essa segregação pode ainda ser melhor compreendida se considerados os motivos para a migração, como foi perguntado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2001.

Na Tabela 7, apresentada a seguir, é demonstrada a distribuição dos motivos para a migração referente à população total.

Tabela 7: Distribuição dos motivos para a migração referentes à população total em 2001

Motivos da Imigração	RMBH	
	para BH	para RRMBH
Trabalho	31,2	16,4
Estudo	8,3	0,5
Moradia	10,5	36,4
Família	39,4	39,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE, 2001

Pela análise da tabela, percebe-se que os principais motivos para a imigração para Belo Horizonte concentram-se em torno da família (39,4% dos casos) – em que os membros desta acompanham a pessoa de referência – e no campo do trabalho (31,2% dos casos), destacando-se a centralidade da oferta de emprego de Belo Horizonte. Agora, referente ao processo migratório no sentido contrário, ou seja, de Belo Horizonte para os outros municípios metropolitanos, o maior motivo mantém-se na família (39,4% dos casos), mas passa a destacar o campo da moradia (36,4%).

O destaque do motivo moradia nos movimentos de imigração para o resto da RMBH é ainda mais central quando analisada a distribuição dos motivos para a migração relativos às pessoas de referência no domicílio, como consta na próxima tabela.

Tabela 8: Distribuição dos motivos para a migração relativos às pessoas de referência no domicílio em 2001

Motivos da Imigração	RMBH	
	para BH	para RRMBH
Trabalho	51,7	32,9
Estudo	7,4	0
Moradia	12,8	47,7
Família	13,4	10,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE, 2001

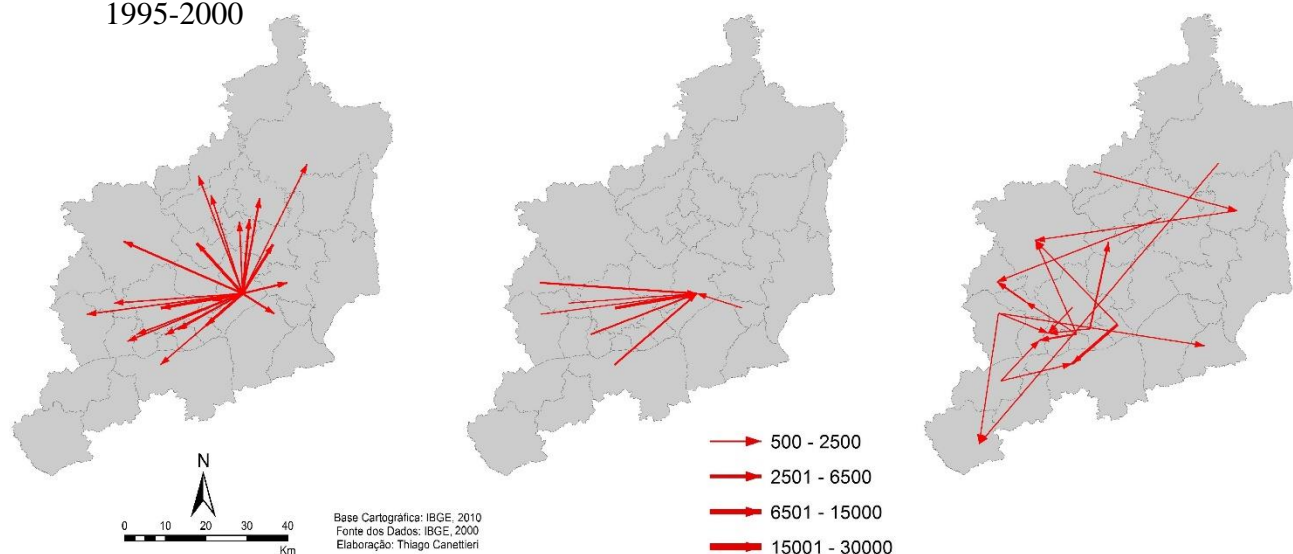
Na análise é destacada, com maior precisão, a centralidade que o trabalho desempenha no processo decisório de migração para Belo Horizonte (51,7% dos casos). E sobre a migração no sentido oposto, volta-se a destacar a importância da questão da moradia (47,7% dos casos), demonstrando que a maioria das pessoas que faz a migração de Belo Horizonte para o resto da RMBH o faz em razão de questões relacionadas a essa questão.

Já tendo destacado alguns pontos do processo decisório da migração metropolitana na RMBH ligados à renda per capita e aos motivos declarados, parte-se para a análise espacial desses fluxos.

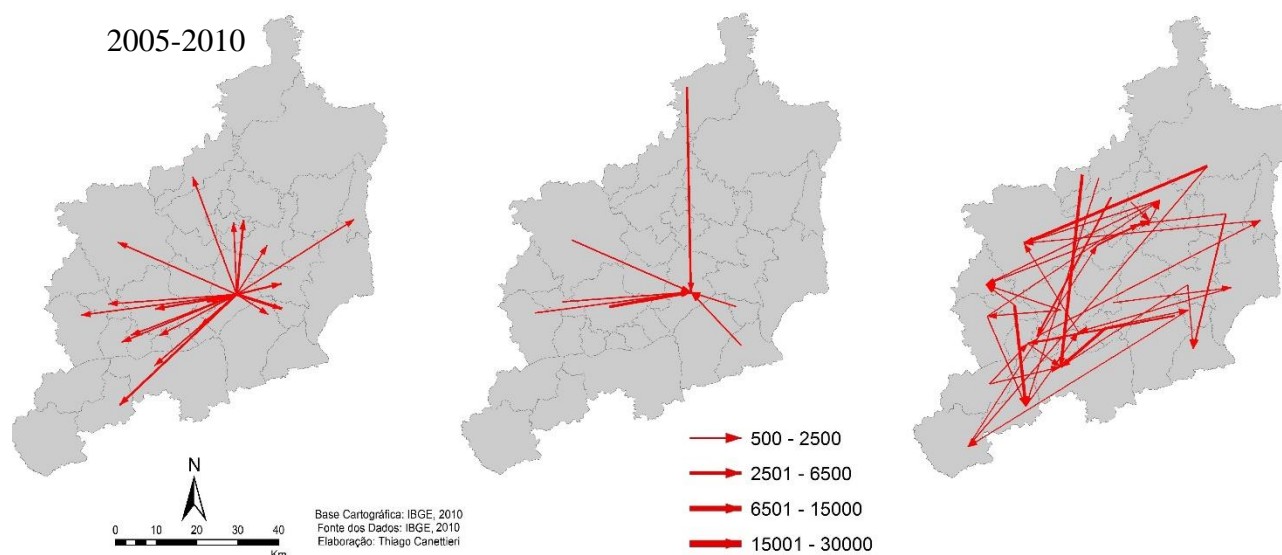
É possível constatar no mapa 13 que os fluxos migratórios realizados pela população pobre em 2000 e 2010 possuem uma clara mudança de padrões.

Mapa 13: Fluxo migratório da população em situação de pobreza em 2000 e 2010

1995-2000



2005-2010



Os fluxos que partem de Belo Horizonte passam, em 2010, a ter um alcance maior e uma maior dispersão, ao passo que, tanto referente ao censo de 2000 como também de 2010, os fluxos de imigração para Belo Horizonte são os que possuem menor representatividade. Os fluxos que no ano de 1995-2000 eram os maiores, como em Ribeirão das Neves e Santa Luzia (ambos municípios limítrofes a Belo Horizonte), foram reduzidos, cedendo lugar para fluxos mais importantes, aqueles que, partindo de Belo Horizonte, tem destinação a outros municípios mais distantes.

O que se tem, portanto, no mapa 13 referente ao fluxo da população pobre de 2010 é a existência de uma maior quantidade de fluxos, principalmente entre os

municípios da periferia e os outros municípios também da periferia. No entanto, destaca-se que alguns fluxos de emigração de Belo Horizonte aumentaram de volume, principalmente em Ibirité, Mário Campos, Igarapé, Betim, Matozinhos e São José da Lapa, o que revela ainda que novos municípios, mais distantes de Belo Horizonte, passaram a integrar pontos de imigração da população pobre.

Se antes os fluxos eram concentrados (partindo ou acabando em Belo Horizonte) e com uma forte tendência a acontecerem no entorno da capital mineira, as informações de 2010 começam a apontar a tendência de descentralização (embora a primeira tendência ainda esteja ainda presente). Em relação à comparação entre 2000 e 2010 observa-se o aumento do número de fluxos consideráveis no sentido periferia-periferia e, os fluxos de emigração de Belo Horizonte teve um aumento do alcance (em municípios mais distantes de Belo Horizonte) dos fluxos migratórios.

Essa mudança é importante para se entender o processo de metropolização que ocorre na RMBH. O processo de desconcentração populacional e urbana ocorre em uma via de mão de dupla: tanto pensada pelo Estado (e aqui se destaca o papel fundamental do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano para a RMBH¹¹⁴) como pelo mercado. No entanto, retomando a contribuição de Gaudemar (1977), deve ser lembrado que a distribuição da população, bem como sua mobilidade no espaço, é condicionada pela dinâmica de acumulação de capital.

Nesse sentido é importante destacar a especificidade dos fluxos dos pobres já que a organização espacial destes representa, em grande medida, uma forma de exploração e, portanto, de acumulação de capital.

Tendo em mente a centralidade de Belo Horizonte nesse processo de deslocamento populacional na RMBH, como já discutido, na tabela a seguir são exploradas algumas informações referentes à emigração dos pobres de Belo Horizonte e totais em dados relativos.

¹¹⁴ Para mais, ver: www.rmbh.gov.mg.br

Tabela 9: Proporção dos emigrantes pobres e totais de Belo Horizonte

	Proporção dos emigrantes de BH sobre o total de emigrantes da RMBH	Proporção dos emigrantes pobres de BH sobre o total de emigrantes da RMBH
2000	62,68%	43,08%
2010	51,51%	36,42%

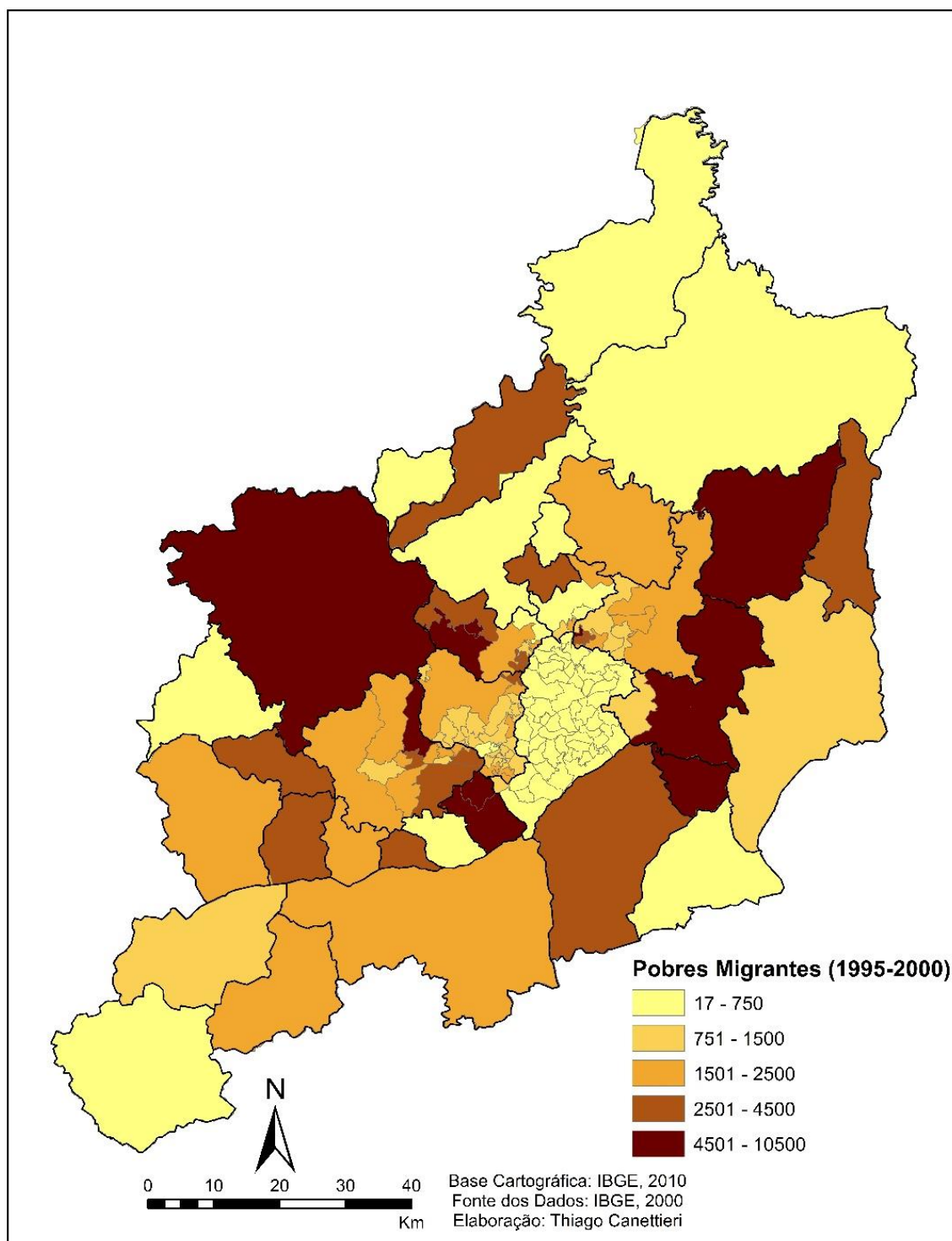
Fonte: IBGE (2000, 2010)

Observa-se que Belo Horizonte teve uma redução na participação relativa, tanto dos emigrantes totais (que cai 11,17 pontos percentuais) como dos pobres emigrantes de BH (com redução de 6,66%). Destaca-se que a redução da participação relativa dos emigrantes pobres de BH foi pouco acima da metade da redução observada quando considerada a população total. Com essa informação pode-se afirmar que a dos pobres passou a representar uma fatia maior desse processo migratório.

Não apenas no contexto da emigração de Belo Horizonte, os pobres representam, em 2010, uma fatia quase 10% maior do que em 2000. No início da primeira década do século XXI, a participação relativa dos pobres nos movimentos migratórios da RMBH era de 36,61%, passando para 45,06% em 2010. Isso revela, portanto, a maior importância que os movimentos da população de baixa renda passam a ter no contexto metropolitano e, mais, demonstram um movimento não mais concentrado na saída-chegada de Belo Horizonte e o aumento da intensidade das trocas entre os outros municípios da RMBH, com o aumento da participação dos pobres.

Considerando essas informações sobre o fluxo, agora parte-se para a análise referente ao volume da população abaixo da linha da pobreza captada pela variável de migração de Data Fixa do Censo de 2000 e 2010. Destaca-se que, nos mapas a seguir, a informação é apresentada na escala das áreas de ponderação. No entanto, é necessário apresentar que em virtude da incompatibilidade das áreas (que o IBGE altera ano a ano para atender a metodologia de amostra do censo) não é possível realizar uma análise comparativa direta. Mas, de um ponto de vista mais amplo e geral, é possível observar algumas variações ocorridas entre os censos.

Mapa 14: Volume da população migrante em situação de pobreza em 2000

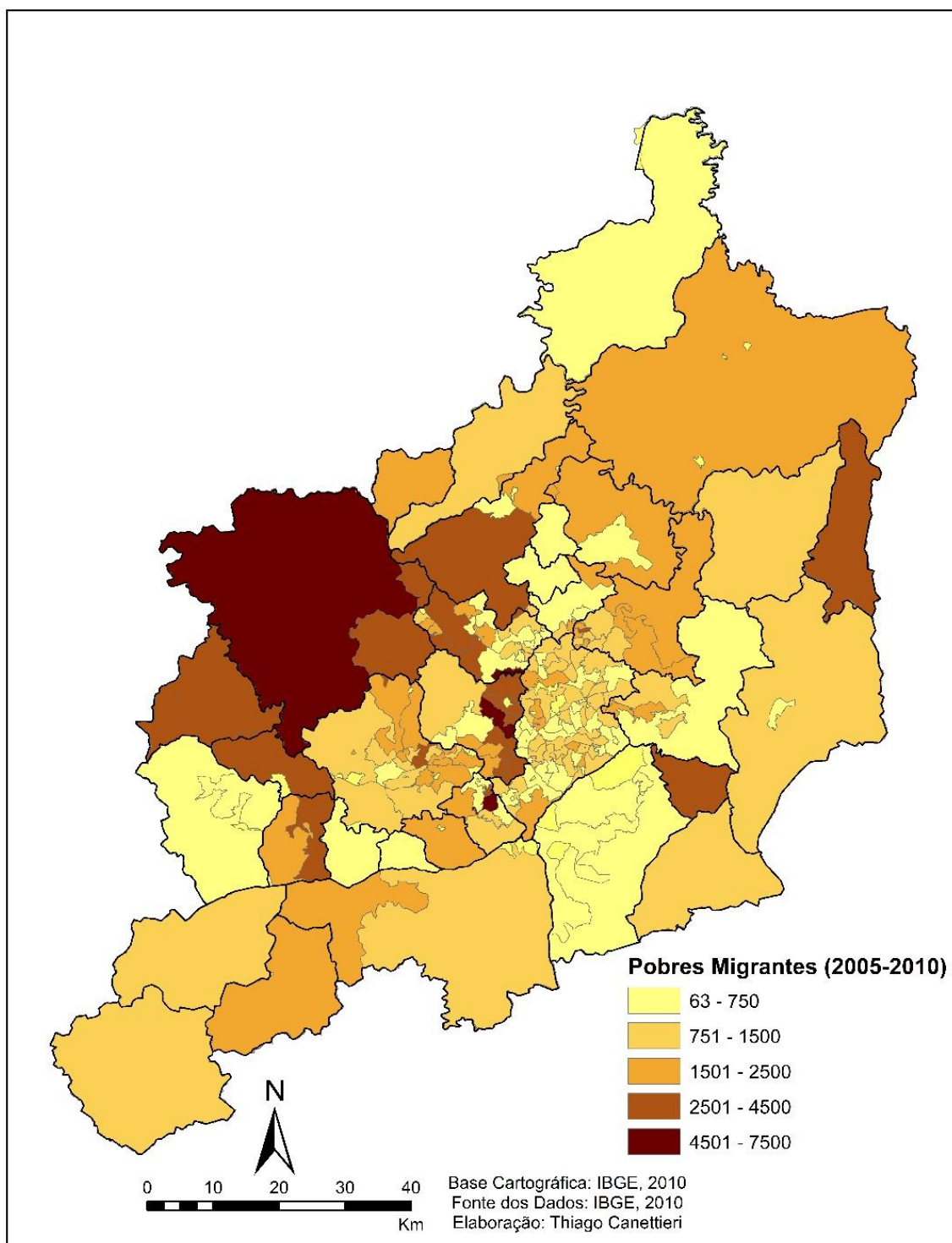


No mapa referente à distribuição espacial nas áreas de ponderação do ano de 2000 demonstra-se que os maiores volumes estavam nos municípios de Esmeralda, Taquaraçu de Minas e Ibirité, e numa porção de Sabará e de Ribeirão das Neves. Em contrapartida, as áreas que ocupam a classe de menor valor estão localizadas, a grande

maioria, em áreas mais distantes de Belo Horizonte, como é o caso de Capim Branco, Pedro Leopoldo, Baldim, Jaboticatubas, Florestal, Itaguara e Rio Acima.

No que se refere ao mapa de 2010, passa-se a observar uma maior divisão das áreas de ponderação intramunicipal, que acaba por influenciar nas classes do volume da população.

Mapa 15: Volume da população migrante em situação de pobreza em 2010

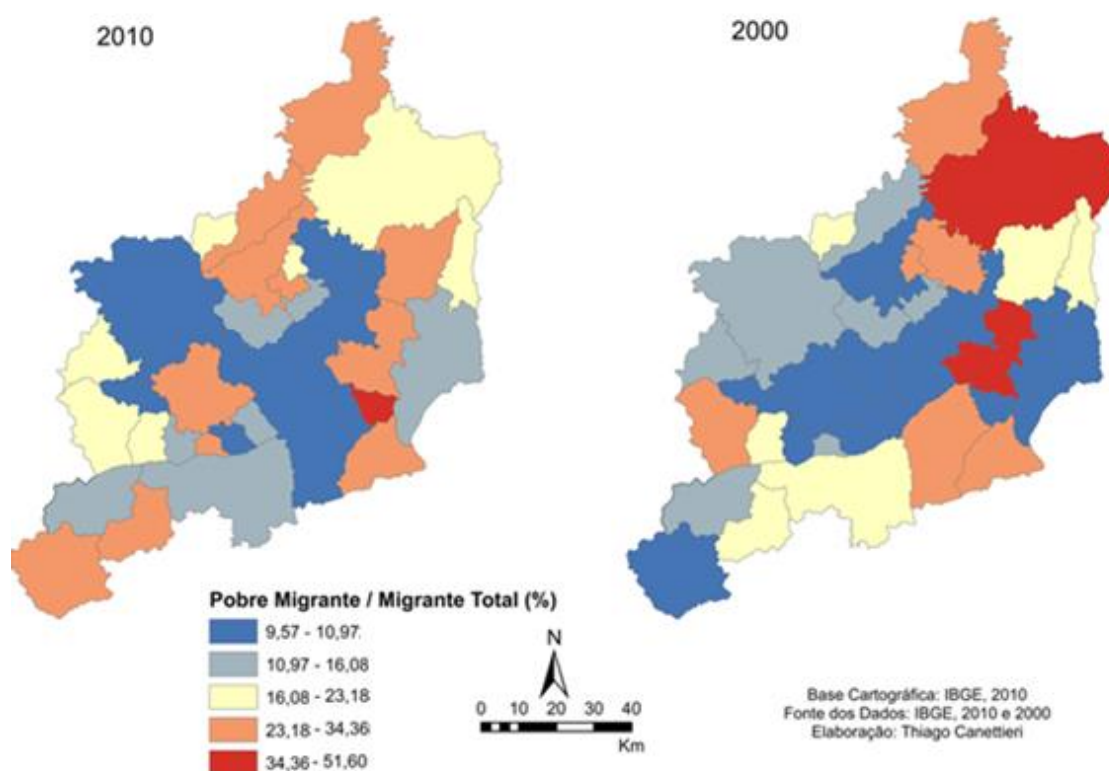


Em 2010 constata-se que poucas áreas ocupam a classe de menor valor, e em especial, esta se concentra, de maneira geral, nos municípios limítrofes a Belo Horizonte. Também os outros municípios estão distribuídos nas classes intermediárias.

Mesmo não sendo possível fazer uma correspondência direta, o padrão geral demonstra uma desconcentração dos pobres migrantes que passam a apresentar em 2010 uma distribuição mais fragmentada no território. Isso representa um processo de desconcentração do fluxo migratório dos pobres. Além da desconcentração dos fluxos migratórios e do lugar de moradia dessa população, é importante também considerar a representatividade dos pobres migrantes intrametropolitanos, tanto na migração como na pobreza dos municípios da RMBH.

Os mapas a seguir apresentam a proporção que os pobres migrantes intrametropolitanos possuem em relação ao total de migrantes também intrametropolitanos.

Mapa 16: Proporção da população migrante em situação de pobreza sobre a população migrante total em 2000 e 2010

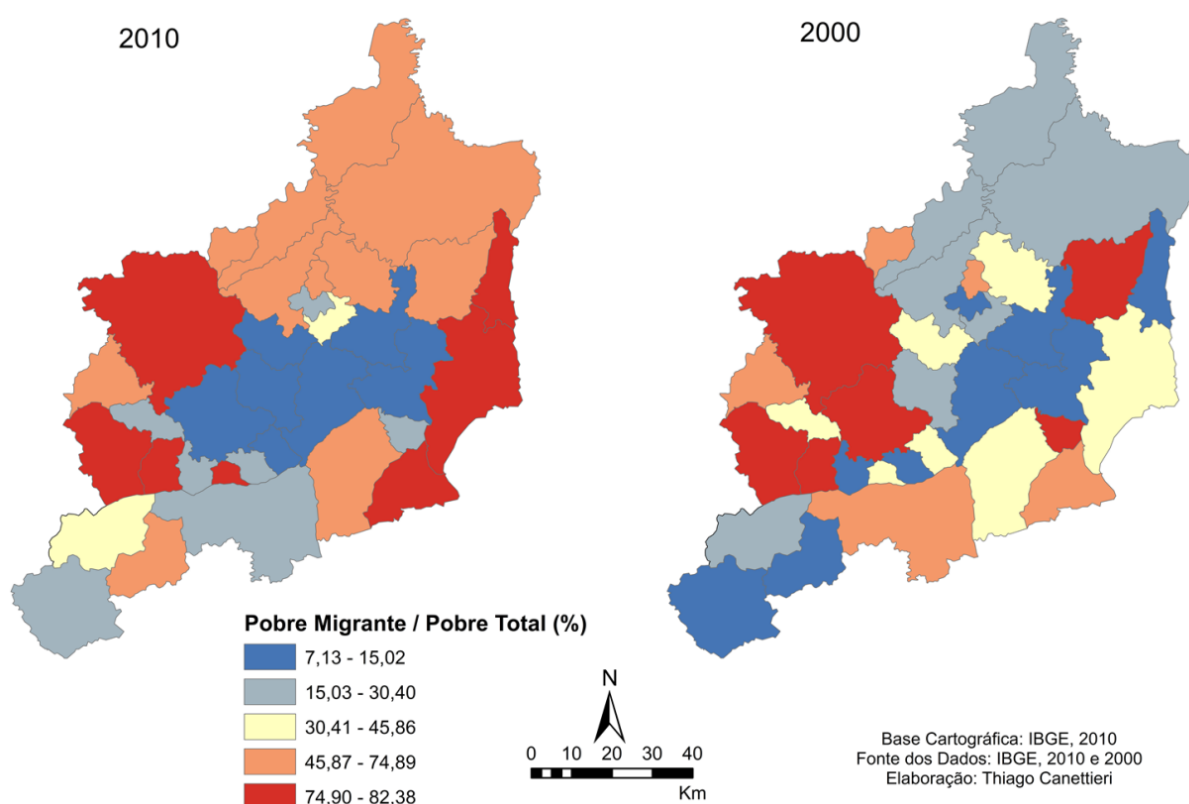


A análise comparativa dos mapas revela que em 2000 a representatividade dos pobres migrantes era muito baixa em relação ao total dos migrantes. Em média a representatividade do pobre migrante sobre o total de migrantes intrametropolitanos era de 18,6%. Esse valor passa, em 2010, para 48,4%, informação que pode ser confirmada

pela análise dos mapas, em que muitos municípios que antes ocupavam a classe de menor valor passam a ocupar classes mais elevadas. Essa alteração pode representar que em 2000 havia uma maior dificuldade de migrar e/ou uma maior dificuldade do pobre em se fixar na periferia metropolitana, que tinha a tendência de ficar nas favelas centrais. Mas, com esse grande aumento observado em 2010, é necessário destacar a hipótese central deste trabalho: a expulsão das áreas centrais, que gera, como consequência direta, o aumento da proporção dos pobres migrantes. É importante também destacar o padrão espacial da mudança observada. Em 2010, passou-se a ter uma maior representatividade de municípios mais distantes de Belo Horizonte.

No próximo mapa é apresentada, de maneira semelhante, a proporção do pobre migrante em relação ao total da população pobre residente no município.

Mapa 17: Proporção da população migrante em situação de pobreza sobre a população em situação de pobreza total em 2000 e 2010



É possível notar que houve profunda alteração nos mapas entre os períodos de 2000 e 2010. No ano de 2000 observa-se uma menor proporção do pobre migrante dentro do processo migratório, com uma média geral de 13,2%, acompanhada ainda da

maioria dos municípios que ocupam as duas classes de menor valor. A alteração observada para o ano de 2010 revela um aumento considerável da média, passando para 41,5%, além do fato de que grande parte dos municípios da RMBH aumentaram as classes que ocupavam. Essa informação revela que, cada vez mais, a pobreza dos municípios é formada por pobres de outros lugares que realizaram migração. Além disso, cabe destacar a importante alteração no padrão espacial, em que os municípios mais distantes do centro metropolitano tiveram os maiores crescimentos da proporção dos pobres migrantes frente à população pobre total.

O conjunto das informações revela a existência de um processo de intensificação das migrações da população pobre da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ainda, mais do que o aumento absoluto, passa-se a observar, cada vez mais, o aumento da importância relativa desse movimento. Além disso, existe um padrão espacial que demonstra uma tendência da migração a ser cada vez mais distante do município polo, Belo Horizonte.

Essas informações revelam a dinâmica metropolitana da RMBH e permitem que se compreenda a realidade do processo de produção desse espaço. No entanto, é necessário, além de conhecer esses processos, buscar as relações para as causas e as consequências que são deles decorrentes.

4.3 – Buscando relações da nova geografia da pobreza metropolitana na RMBH: o mercado imobiliário

O mercado imobiliário representa hoje nas cidades um dos elementos mais importantes no processo de produção do espaço. Esse tema, amplamente discutido por autores como Santos (1981), Maricato (2000, 2009, 2013), Mendonça e Costa (2011), entre outros, representa uma força central que polariza a tomada de decisões e determina a direção da produção da cidade, produzindo exclusão e segregação.

Nesse sentido é observado em tempos recentes um *boom* imobiliário no município de Belo Horizonte, decorrente de sua característica de centralidade, concentração de bens e serviços urbanos e força da ideologia da casa própria. Isso fica claro ao perceber pela evolução da área licenciada para edificação em Belo Horizonte, representada na tabela a seguir.

Tabela 10: Área licenciada para edificação em Belo Horizonte (m³)

ANO	RESIDENCIAL		COMERCIAL		OUTROS		ÁREA TOTAL	UNI. TOTAIS
	ÁREA	UNI.	ÁREA	UNI.	ÁREA	UNI.		
1997	1.048.569,31	14.550	604.863,76	8.600	143.795,71	1.390	1.797.228,78	24.540
2000	829.111,96	13.289	125.144,88	889	71.633,74	826	1.025.890,58	15.004
2005	583.573,67	7.696	383.586,08	883	82.922,20	618	1.050.081,95	9.197
2010	5.208.717,36	62.437	2.944.098,13	7.124	999.761,68	11.144	9.152.577,17	80.705

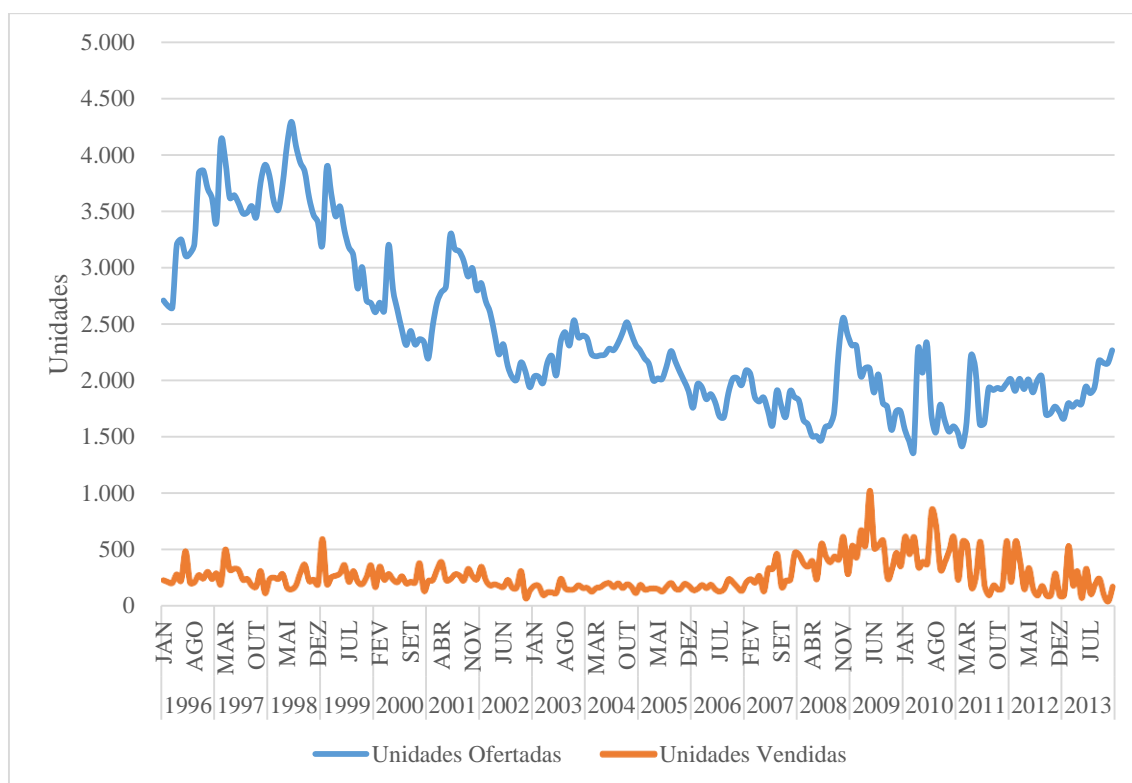
Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2010)

Cada vez mais se tem uma maior intensidade de área edificada em Belo Horizonte. Em especial a partir de 2010 (pós-Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal), o número de unidades produzidas é pouco menos do que dez vezes maior do que foi produzido em 2005, principalmente em se tratando de unidades residenciais. Em 1997 foram licenciadas 14.550 unidades, reduzindo esse valor em 2000 para 13.289, que é ainda mais reduzido em 2005 para 7.696, mas que aumenta em 2010 para 62.437 unidades. Esse comportamento, embora em menor intensidade, é semelhante nas edificações para uso comercial e outros usos.

Todavia, toda essa produção imobiliária se deve à característica de a terra e a moradia serem ativos financeiros. Portanto, a construção de cada vez mais áreas edificadas representa uma dupla necessidade: 1) do capital da construção civil, que apenas se realiza no momento da construção; 2) do capital financeiro, em que as trocas imobiliárias, cada vez mais alienadas juridicamente [*Verausserung*], representam a formação de um capital fictício.

Assim, a mercadoria imóvel é uma forma de ativo. Mesmo que a troca não seja concluída, sua posse é contabilizada na forma de um adiantamento (que não necessariamente é correspondido materialmente). Dessa forma, justifica-se a contínua produção de novas unidades imobiliárias, muita das vezes acima da real demanda de consumo, já que o déficit habitacional permaneceu aumentando para as classes de baixo ou nenhuma renda financeira formal. Esse descompasso pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 11: Unidades ofertadas X unidades vendidas em Belo Horizonte de 1996 a 2013



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2014)

No gráfico é possível perceber que existe uma imensa diferença entre as unidades ofertadas e as unidades vendidas. Embora, ao longo do tempo, seja reduzida essa diferença, observa-se ainda uma média de duas mil unidades ofertadas não vendidas. No melhor dos cenários, representado a partir do ano de 2009, a razão entre a oferta e a venda chega, no máximo, aos 50%.

Dessa forma, além do descolamento entre o preço e o valor das unidades habitacionais e da terra, constata-se também um descolamento entre a oferta e a demanda. Existem muito mais domicílios vazios que demanda para consumi-los. Assim, a produção residencial está muito mais próxima a realização de várias parcelas do capital (industrial, imobiliário, fundiário, financeiro, etc.) do que a garantia da moradia como direito social, uma vez que a importância do valor de troca é superior ao valor de uso. Mas isso é uma situação decorrente do caráter de a terra ser um monopólio e tratada como um ativo financeiro. Somente sua posse já possui um preço que, em geral, não desvaloriza. Esse processo gera uma especulação imensa – como destaca Kowarick

(1980, p.31), “acumulação e especulação andam juntas” –, e assim produz uma série de imóveis vagos e/ou subutilizados.

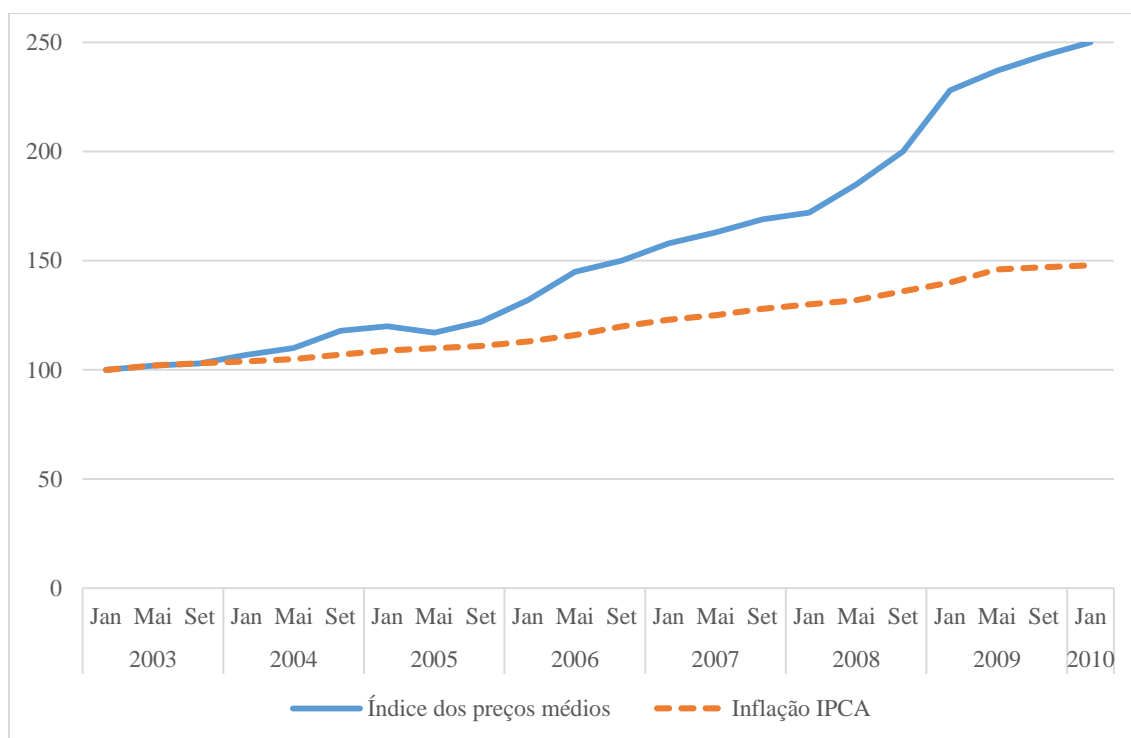
Essa ociosidade é gerada quando um lote ou um edifício permanece vazio apesar de apresentar condições de ocupação. Isso se deve essencialmente à necessidade do mercado imobiliário, que se nega a suprir as necessidades da população em nome do lucro das empresas e corporações imobiliárias. Como é bem destacado por Maciel e Baltazar (2011, p.12):

O fenômeno da vacância imobiliária segue a lógica de mercado, uma vez que a reserva de imóveis para os capitais, independentemente das necessidades sociais de uso, é uma ação voltada fundamentalmente para o valor de troca.

Isso faz com que ocorra uma constante elevação do metro quadrado¹¹⁵. Acompanhado disso há a elevação do preço do aluguel. Os preços médios mais que duplicam no período, o que atinge bairros de padrões distintos de formas diferentes, mas observa-se que os bairros de padrão popular se valorizam mais intensamente que os demais, em termos relativos. Nesse sentido, observa-se esse crescimento no gráfico abaixo:

¹¹⁵ Segundo dados da Fipe, o preço médio do metro quadrado em Belo Horizonte em 2013 foi de R\$ 5.014.

Gráfico 12: Variação dos índices dos preços médios e da inflação de 2003 a 2010
(janeiro de 2003 = 100)



Fonte: Fundação IPEAD/UFMG

Percebe-se que o índice referente ao preço médio dos imóveis ofertados em Belo Horizonte possui um ritmo de crescimento muito acelerado. Entre janeiro de 2003 e janeiro de 2010 o índice chega a aumentar quase 150%. Interessante observar que essa variação, em especial a partir de 2005, é muito superior ao índice referente à inflação, diferença essa que se aprofundou ao longo do tempo.

Esse fenômeno tem suas causas assentadas na aceleração econômica e na maior facilidade de crédito, o que permitiu ao setor imobiliário ter um crescimento inédito na história. É a indústria da construção a principal locomotiva do crescimento nacional. No Brasil, o número de moradias financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação passou de 245 mil em 2003 para 523 mil em 2006 e para 766 mil em 2010 (BOULOS, 2014). O mercado imobiliário aqueceu e o resultado foi o aumento explosivo dos preços dos imóveis e dos aluguéis.

Atualmente, a renda fundiária tem sido utilizada como uma forma de especulação pelo capital imobiliário em conjunto com o capital financeiro (BASTOS,

2014), o que enfraquece o cumprimento da função social da propriedade e o direito à cidade (MAGALHÃES; TONUCCI; SILVA, 2011).

Esse processo implica um aumento do processo de exclusão e expulsão, já que representa elevado aumento no custo de vida. O preço da terra e o aluguel elevado impossibilitam as pessoas de baixa renda de se manter em Belo Horizonte. O acesso às moradias se faz mediante a capacidade de consumo dos grupos, favorecendo ainda mais para que os pobres estejam em situação de vulnerabilidade. Ainda que os governos proclamem a ação de interesse social, o acesso à moradia é determinado exclusivamente pela ação do livre mercado.

Dessa forma, tem-se uma valorização praticamente generalizada do solo do município de Belo Horizonte, destacando os bairros populares da capital, geralmente localizados perto dos eixos viários mais importantes. Essa valorização obriga a população residente que não possui condições de se manter a buscar áreas nas quais os preços são compatíveis com seus recursos financeiros, ou seja, obriga-os a ir para as periferias. Segundo Magalhães, Tonucci e Silva (2011, p.33), o município de Belo Horizonte, de modo geral, “vem entrando num processo de elitização”. Essa situação se deve ao fato de que o capital imobiliário tem encontrado resistência em entrar em determinados municípios em virtude do próprio estigma da localidade, da segregação socioespacial, das condições da infraestrutura, da proximidade de indústria poluidoras, dentre outros fatores (MAGALHÃES, TONUCCI, SILVA, 2011).

Esse processo implica um aumento exagerado do custo de vida para a população. Os aluguéis, os preços dos serviços e dos bens elevam-se de maneira que a população de baixa renda não consegue mais se manter. Dessa maneira, a elevação do custo de vida garante a reprodução do processo de exclusão das pessoas e sua subsequente expulsão para áreas menos valorizadas, que são cada vez mais periféricas.

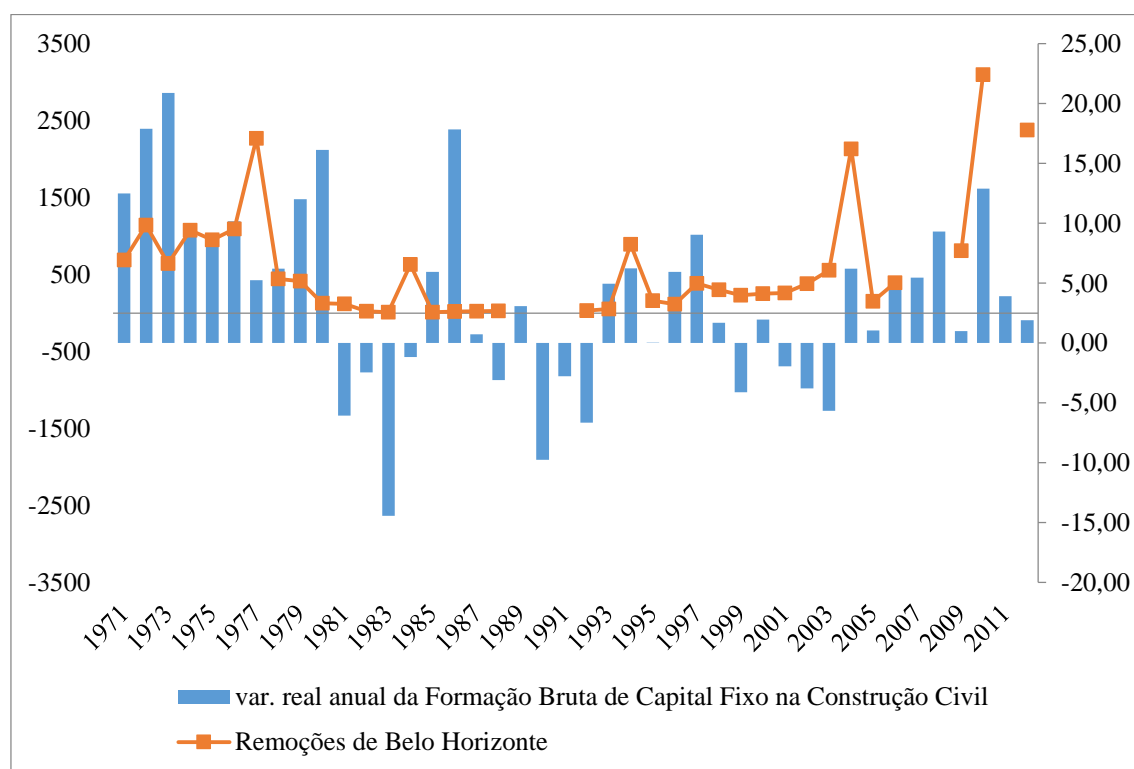
Não apenas a elevação do custo de vida produz a expulsão dos pobres – o que se convencionou chamar de expulsão branca, mas também os despejos, que aparecem sob o eufemismo de “deslocamentos forçados”.

As remoções representam a forma mais frequente de se lidar com o processo de ocupação realizado pelas populações excluídas do acesso à moradia, sendo, na grande

maioria dos casos, conduzidas pelo poder público com necessárias justificativas¹¹⁶. Aparece, portanto, uma série de elementos como “manutenção da ordem pública¹¹⁷”, direito de propriedade privada¹¹⁸, políticas públicas¹¹⁹ áreas de risco¹²⁰ ou grandes obras de intervenção¹²¹.

No entanto, é necessário localizar a importância dos interesses da acumulação de capital como elemento presente, embora de forma implícita. Nesse sentido, o gráfico a seguir apresenta a relação entre a variação real anual de formação bruta de capital fixo na construção civil de Belo Horizonte e o número de domicílios que foram removidos.

Gráfico 13: Número de domicílios removidos em Belo Horizonte e variação real anual de formação bruta de capital fixo na construção civil em Belo Horizonte (1971-2012)



Fonte: IPEA, 2012; GUIMARÃES, 1992; LOPES, 2010; ROLNIK, 2013; Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

¹¹⁶ Sobre isso, destaca-se o trabalho de Foucault (2004), em que ele discute o poder do discurso da formação de um lugar de verificação da sociedade.

¹¹⁷ Caso da ocupação Eliana Silva, no Barreiro – Belo Horizonte, em 2012.

¹¹⁸ Caso da ocupação Tupã, em Contagem, em 2013.

¹¹⁹ Caso da Vila São José, através das obras do Vila Via, em Belo Horizonte, em 2010-2012.

¹²⁰ Caso da Vila Santana do Cafezal, no bairro Serra – Belo Horizonte, em 2013-2014.

¹²¹ Caso da Vila Ouro Preto, na Pampulha – Belo Horizonte, 2012.

Os períodos em que se observam grandes variações positivas na formação bruta de capital são principalmente os períodos de maior impulsão da economia, como a década de 1970, momento do milagre econômico; a primeira metade da década de 1990; e a partir de 2005, com o governo Lula. Os períodos com variação negativa representam momentos de crise, como a década de 1980 e começo do século XXI. As remoções mantêm-se em média em torno de 100 famílias, com alguns picos, alcançando até 3.100 famílias em 2010.

Observa-se que existe um padrão de correspondência entre as duas informações. Em períodos em que ocorre a queda da variação anual de formação de capital na construção civil, inclusive alcançando valores negativos, tem-se os principais picos referentes à remoção de domicílios em Belo Horizonte. Por exemplo, em 1977, houve 2.270 famílias removidas pelo poder público municipal, momento que corresponde à queda da variação quando comparada com os anos anteriores; em seguida, tem-se o aumento da formação de capital bruto. Isso se repete entre 1984 e 1988, quando 632 famílias são removidas em um período de quatro anos com variação de formação de capital negativa. No ano seguinte, a variação é positiva. Outro importante momento de remoções ocorre em 2004, quando 2.133 famílias foram removidas em um período de quatro anos com variação negativa. E, finalmente, 3.100 famílias foram removidas em 2010.

Esses períodos estão relacionados com a necessidade de abrir espaços para o capital imobiliário atuar. Ao remover essa população, é possível que o capital se aproprie do espaço, que antes era ocupado por pessoas de baixa renda, para que possa ser investido e, conseqüentemente, acumulado. Portanto, essas remoções são decorrentes da busca pelo lucro e pelo uso da cidade para isso.

Dessa forma, ao atuar de forma conjunta, as expulsões forçadas dos despejos com as expulsões brancas do aumento do custo de vida fazem com que a reprodução da cidade siga a lógica capitalista. Desde o período em que Engels (2008) escrevia sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra ele já identificava esse processo de expulsão. A cidade (e a metrópole) é um espaço para a reprodução do capital do ponto mais vantajoso. Nesse processo não é possível haver lugar para pessoas de baixo rendimento, afinal, elas não consomem essa mercadoria chamada cidade. Em Belo Horizonte a situação é esta: as pessoas pobres são expulsas, principalmente pela ação

direta do mercado ou pela ‘legitimidade’ das remoções forçadas do Estado (fundada no arcabouço jurídico-legal que coloca o direito à propriedade como fundamento).

Essa situação pode vir a se tornar ainda mais drástica com a série de políticas adotadas no desenvolvimento urbano municipal e metropolitano. Dentre estas, destaca-se a inserção do município de Belo Horizonte na rota dos megaeventos, como a Copa do Mundo da FIFA de 2014, e como município que sediaria jogos de apoio da Olimpíadas do Rio de 2016. Os megaeventos, na tentativa de produzir um cenário de espetáculo para ser mercantilizado e consumido, acabam gerando ainda mais exclusão e segregação. Essa é a conclusão de Rolnik (2010) ao analisar os últimos lugares a sediarem eventos desse porte.

Uma vasta experiência demonstrou que os projetos de reabilitação adotados para os jogos frequentemente dão lugar a violações generalizadas dos direitos humanos, particularmente do direito à moradia adequada. Nas cidades que organizam os eventos, são frequentes as denúncias de expulsões e despejos forçados massivos para ceder espaço ao desenvolvimento da infraestrutura e à renovação urbana, de redução do acesso à moradia como resultado de gentrificação, de operações de grande envergadura contra as pessoas sem teto, e de punição e discriminação dos grupos marginalizados. Os que mais sofrem as consequências destas práticas são os setores mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, tais como os segmentos de baixa renda, as minorias étnicas, os imigrantes, os anciãos, as pessoas com deficiência e os grupos marginalizados (como vendedores ambulantes e trabalhadores sexuais). (ROLNIK, 2010, p.3)

Dentre os exemplos, a autora destaca a série de despejos ocorridos em Seul, em preparação para os jogos de 1988, em que foram demolidos quase 50 mil edifícios; em Barcelona desalojaram 200 famílias para construir novos anéis viários antes dos jogos olímpicos de 1992; em Pequim mais de 1 milhão de metros quadrados de projetos exigiram reassentamento; em Nova Deli, 37 mil famílias foram desalojadas para a realização dos Jogos da *Commonwealth*, em 2010; na Copa do Mundo da África do Sul, foram removidas mais de 20 mil famílias de assentamentos informais nas cidades-sedes. Além das remoções forçadas, a autora recolheu informações sobre o aumento dos custos de moradia, que acabam, como descrito, gerando deslocamentos. Em Seul, o preço da terra incrementou 27% durante o ano de realização dos jogos; em Barcelona, o aumento no período de cinco anos foi da ordem de 131%, enquanto, no resto do país, o aumento foi de 73%; em Atlanta, o aumento dos aluguéis passou de 0,4% em 1991 para 7,9% em 1996; em Sydney, o aumento dos preços de moradia nos cinco anos precedentes aos jogos foi de 50%, no resto do país, ficou em 30%. (ROLNIK, 2010)

Dessa forma, o fato de Belo Horizonte sediar uma Copa do Mundo pode contribuir para aprofundar a segregação urbana metropolitana, expulsando os pobres. Cabe destacar que os megaeventos devem ser entendidos como catalisadores importante para o desenvolvimento urbano desigual, como apontado por Finelli e Canetti (2013).

Destaca-se ainda a existência de vários projetos de Operação Urbana Consorciada (OUC) em Belo Horizonte¹²². Dentre eles (são seis operações urbanas) destaca-se a Mega OUC Nova BH, que contempla a área em torno da Antônio Carlos e Pedro I, somada ainda ao Corredor Leste-Oeste, englobando 58 bairros, o que corresponde a 15% da área de BH. Segundo documento da Prefeitura de Belo Horizonte, os objetivos do projeto são:

1) permitir que a prefeitura direcione o crescimento da cidade para áreas com melhor infraestrutura viária e capacidade de transporte; 2) criar novos centros de serviços e comércio da cidade para reduzir a necessidade de deslocamentos das pessoas e desafogar o trânsito da cidade; 3) garantir a geração de mais espaços livres de uso público e de mais investimentos urbanísticos, ambientais e sociais para a cidade; 4) qualificar a infraestrutura urbana das vilas e aglomerados; 5) promover a qualificação urbanística e a promoção do patrimônio cultural em áreas de importância histórica para a cidade; 6) implantar novas áreas verdes e expandir outras, com parques, praças e corredores verdes (PBH, 2014, pp.6-7)

A Operação Urbana Consorciada é um instrumento de política urbana regulamentado pelo Estatuto da Cidade, ao lado de outros importantes do ponto de vista da reforma urbana, como: edificação compulsória, IPTU progressivo, desapropriação com pagamentos em títulos de dívida pública, outorga onerosa do direito de construir etc. Assim, a OUC configuraria um instrumento que deveria ser utilizado para recuperar mais-valia fundiária. No entanto, a OUC é, na verdade, uma grande parceria público-privada que age na reestruturação urbana de acordo com as necessidades do empresariado (FIX, 2004) e, como Fix (2001) denomina, capital e Estado são parceiros da exclusão.

¹²²Ver Anexo F: Mapa da Área das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte.

A operação urbana não impede a concentração de renda, aliás, encobre seus mecanismos mais atuais de funcionamento, legitimando-a, enquanto os parceiros da exclusão descartam o restante da população para criar uma “cidade própria”. Aplicada na cidade, a operação não se assemelha à “fórmula mágica”, onde todos ganhariam e ninguém perderia. Ao contrário, funciona como um mecanismo para que apenas uma fração da cidade continue a resolver seus problemas, utilizando o estado como instrumento privado de acumulação. (FIX, 2004, p.198)

Os impactos de uma OUC também figuram entre os despejos, como descrito por Fix (2001), em São Paulo, nas OUCs de Água Espraiada e Faria Lima, onde foram removidas comunidades de baixa renda e ocorreram denúncias de superfaturamento das obras. Também atuam na valorização da área que, sem mecanismos para apoiar as populações residentes nessas áreas de OUC, acaba expulsando parte da população por aumentar os custos de vida. Esse é o caso observado na operação urbana realizada na área portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha, como é descrito por Monteiro e Andrade (2012) e Carlos (2010).

Em Belo Horizonte, esse processo pode se repetir e gerar ainda mais exclusão. Na área da mancha de OUCs de Belo Horizonte estão localizadas mais de 120 áreas de assentamento precário que sofreram consequências diretas das OUCs que promoveram ampla valorização do terreno, além de estarem ameaçadas de remoções em razão das grandes obras que são acompanhadas das operações urbanas.

Outros projetos que possuem um alto impacto na estrutura social ainda são pensados para a RMBH. Por exemplo, o governo estadual projeta grandes investimentos em infraestrutura e logística, voltados para potencializar o desenvolvimento econômico do Vetor Norte da RMBH, com vistas a atrair e criar polos de alta tecnologia em aeronáutica, microeletrônica, semicondutores e saúde. Isso pode resultar no aprofundamento da fragmentação socioespacial do território metropolitano, acirrando as desigualdades e a exclusão. (MENDONÇA, DINIZ, ANDRADE, 2014)

A realidade da RMBH é, portanto, a constante elevação e disseminação da exclusão e segregação.

Como é identificado no estudo da Fundação João Pinheiro (2005; 2010), existe a simultaneidade entre o déficit e a ociosidade habitacional na RMBH. Segundo dados da pesquisa de 2005, existem 163.554 domicílios vagos, enquanto há 104.048 famílias

morando em condições características do déficit habitacional¹²³. Em 2010, os valores de famílias em déficit habitacional passaram para 152.860, enquanto o número de domicílios vagos também aumentou para 184.368. No conjunto da RMBH, 11,6% dos novos domicílios que foram construídos entre 2000 e 2010 estão em áreas de vilas e favelas ou ocupações e loteamentos clandestinos.

Observa-se que os domicílios vagos seriam mais do que o necessário para suprir a demanda de todas as famílias que estão em déficit habitacional. É importante ainda destacar, como pode ser visualizado no gráfico a seguir, que não seria necessária a construção de uma única unidade habitacional para atender a demanda. Os domicílios vagos em condição de serem ocupados representam, de acordo com as duas pesquisas da Fundação João Pinheiro, cerca de 80% do total. Essa quantidade bastaria para solucionar o déficit habitacional da região metropolitana.

Tabela 11: Déficit habitacional na RMBH por renda (%) em 2005 e 2010

Ano	0-3 s.m	3-6 s.m	6-10 s.m	acima de 10 s.m
2005	90	6	3	1
2010	93	4	3	0

Fonte: Fundação João Pinheiro (2005; 2010)

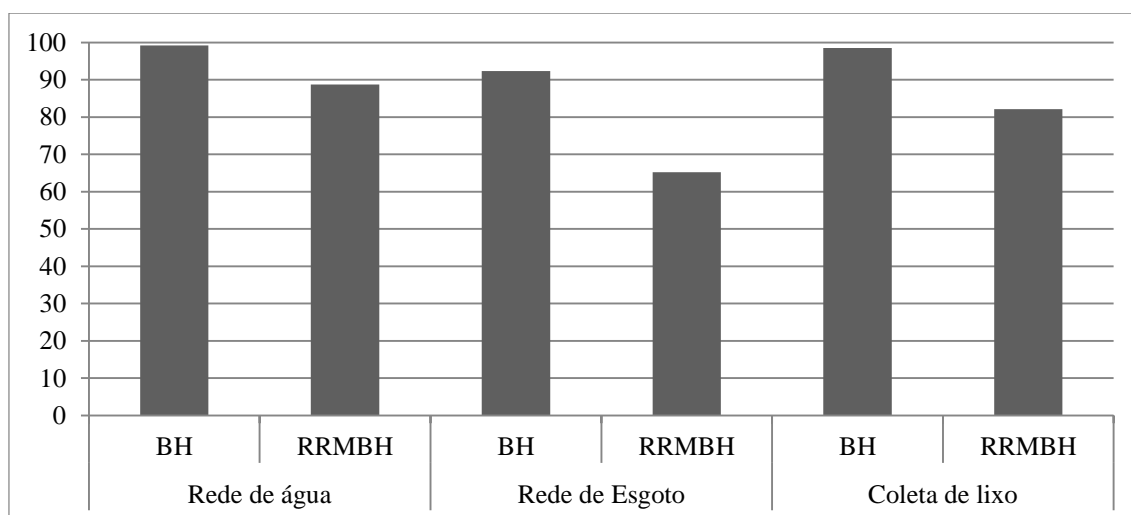
Cerca de 90% do déficit habitacional de Belo Horizonte se concentra em áreas cuja renda da população é igual ou inferior a três salários mínimos, ao passo que, como visualizado, um grande número de unidades vazias se localiza em áreas ocupadas por famílias com rendimentos acima dessa faixa salarial. Em números absolutos, isso significa dizer que, de 104.048 famílias carentes de moradia na RMBH, cerca de 94.000 têm rendimento igual ou menor a três salários mínimos. Entretanto, 58% dos imóveis vagos da RMBH não estão localizados em áreas habitadas por essas famílias. Do total de 163.554 domicílios ociosos, cerca de 95.000 situam-se em áreas cujos chefes de família possuem rendimento médio mensal superior a três salários mínimos (MACIEL; BALTAZAR, 2011).

¹²³ Corresponde à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento à demanda não solvável pelas condições de mercado. Incluem-se aqui as seguintes características: 1) ônus excessivo com aluguel; 2) coabitação familiar não voluntária; 3) adensamento excessivo em domicílios alugados; 4) habitação precária.

Tal estrutura do déficit habitacional, concentrada nos grupos populacionais de renda mais baixa, possui também um padrão espacial. Segundo o estudo da Fundação João Pinheiro, em 2010 Belo Horizonte detinha 46,7% do déficit habitacional metropolitano, o que leva a RRMBH a ter 53,3%. Sendo assim, é necessário destacar os impactos que isso representa na vida dessa população.

Esse impacto é apresentado no gráfico a seguir, que demonstra a diferença existente entre o provimento de infraestrutura urbana básica no contexto do município de Belo Horizonte e dos outros municípios metropolitanos.

Gráfico 14: Porcentagem da população com acesso à infraestrutura básica em Belo Horizonte e na RRMBH em 2010



Fonte: IBGE: 2010

Verifica-se que em todos os três tipos de serviços a população residente no município de Belo Horizonte possui melhor atendimento, com taxas superiores a 90%, enquanto a residente nos outros municípios da RMBH possui menores taxas. Essa realidade é também observada em outros serviços públicos, como educação e saúde, e até mesmo no que se refere a acesso a serviços privados, como supermercados, lojas etc.

Conforme Harvey (1980), a distribuição desigual dos recursos tem por consequência o privilégio do município núcleo. A periferia, ainda que mais populosa, não consegue atender às necessidades básicas da população. Dessa forma, como bem lembra Matos (2010), a extensão do tecido urbano não representa a melhoria da condição de vida de determinada população. Os serviços são distribuídos de forma

desigual, condenando parte da população à moradia e, de certa forma, à vida marcada pela precariedade. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Paviani (2002, p.181):

A falta de acesso por parte dos despossuídos aos equipamentos e infraestruturas nas áreas metropolitanas está intimamente ligada às estruturas que criam, mantêm e perpetuam a segregação urbana e, por esta via, às diversas formas de periferização.

Além da falta de acesso e da precariedade dos serviços urbanos deve ser acrescentada a precariedade da própria moradia da população de baixa renda. De acordo com Maricato (2003), a maior parte da produção habitacional popular brasileira é feita à margem da lei e sem o concurso de profissionais arquitetos e engenheiros, o que leva a uma vida de privações e precariedade no que concerne aos elementos mais básicos que a vida nas cidades poderia oferecer.

Entretanto, é importante destacar que vem acontecendo por parte do governo, tanto nos níveis municipais e estadual quanto no federal, a tentativa (ao menos no discurso) de se combater o déficit habitacional e as condições de moradia precária. No contexto da RMBH, duas vias vêm sendo aplicadas atualmente: o chamado programa Vila Viva (da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) e o programa Minha Casa, Minha Vida (do Governo Federal).

Mas, como apontam diversos estudos (AVELAR *et. all.* 2011; CAMPOS, MENDONÇA, 2013; COSTA, MENDONÇA, 2012), esses programas parecem contribuir ainda mais para a expulsão dos pobres.

Em Belo Horizonte tem sido colocado em curso, desde 2005, pelo governo municipal o projeto Vila Viva, que objetiva a urbanização de favelas sob o pretexto de garantir uma melhor moradia para aqueles que se encontram em condição de risco.

No entanto, Avelar e outros (2011) demonstraram que a maioria das favelas e vilas atendidas pelo programa não se encontram em áreas de risco, estas delimitadas pela própria prefeitura. Assim, segundo as autoras, o programa estaria agindo com interesses escusos, objetivando, em realidade, favorecer o processo de especulação de áreas próximas às moradias de classe média e alta belo-horizontina. Ao urbanizar essas vilas, e com a consequente formalização dos custos de vida em serviços urbanos, como água e luz elétrica, a população pobre é obrigada a sair de suas antigas moradias para buscar áreas mais coerentes com sua renda mensal, deixando o espaço anterior livre para o jogo imobiliário.

Quanto ao programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida, sua lógica reproduz o que foi feito ainda na década de 1970 e 1980 com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Como é esclarecido por Kowarick (1980), o BNH foi um poderoso instrumento de acumulação, pois drenou grande soma de recursos das camadas assalariadas da população (por meio do FGTS) para ativar o setor da construção civil, fornecendo moradias para a população de baixa renda de forma padronizada, distante do centro e muitas vezes precárias. Essas moradias, de acordo com o referido autor, foram construídas não para garantir à classe trabalhadora os meios necessários para a reprodução da vida, mas para aproveitar e se apropriar de todo e qualquer excedente gerado na produção de moradias urbanas.

Em sua pesquisa, Santos (2011) apresentou que a ação da Cohab-MG, órgão estadual para a questão habitacional em Minas Gerais, estimulou a lógica da segregação. Ao longo da década de 1970 e 1980, promoveu a construção de moradias para as famílias de baixa renda utilizando recursos do BNH/SFH, e o fez, majoritariamente, fora do território de Belo Horizonte, em cidades como Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Vespasiano.

Atualmente, o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida, criado sob o governo Lula em 2009 (logo após a crise da bolha imobiliária nos Estados Unidos), consiste no financiamento de habitação em conjuntos populares. Recebido entre idolatrias e críticas severas, o programa permaneceu muito mais em virtude da sua íntima relação positiva com a produção e reprodução do capital. Bastos (2012) conclui que:

O programa MCMV [Minha Casa, Minha Vida] promove a produção de habitação de interesse social pelo Sistema de Mercado sem garantir qualquer vinculação desta produção aos instrumentos jurídicos e urbanísticos limitadores do direito à propriedade imobiliária. E isto se explica porque o seu fundamento derradeiro é a remuneração da capitalização da renda da propriedade monopolística da terra urbana e não o cumprimento da função social definida nos Planos Diretores. (BASTOS, 2012, p.91)

O programa garante que a propriedade definitiva das unidades habitacionais seja transmitida apenas ao final do pagamento das intermináveis prestações, além de fornecer segurança jurídica à instituição financeira que pode reaver o imóvel. Dessa forma, sem oferecer qualquer mudança financeira para o público-alvo no sentido de

auxiliá-lo, o que acontece, segundo Bastos (2012), é que a unidade habitacional provavelmente retornará ao centro do capital imobiliário, que poderá readaptá-la para novos grupos e assim aumentar os lucros.

A lógica do MCMV, por intermédio do financiamento bancário, seleciona o grupo que irá participar do programa, uma vez que é necessário ter renda comprovada capaz de pagar esse financiamento. E mesmo com o programa produzindo quase dois milhões de residências no âmbito nacional, o déficit habitacional não diminuiu. Ao contrário, aumentou. O programa MCMV, apesar de construir residências, as insere na lógica da política urbana já existente de forte especulação, o que acaba aumentando o preço do metro quadrado e do aluguel, fazendo com que os números de déficit habitacional cresçam.

Cabe ainda destacar que, do ponto de vista espacial, o programa possui atuação semelhante, senão idêntica ao seu antecessor. No contexto da RMBH, a maioria dos conjuntos criados pelo programa está localizada em outros municípios que não Belo Horizonte (em BH existem apenas três empreendimentos em execução, todos próximos à fronteira de outros municípios).

O que se tem, portanto, é uma substantiva expansão na oferta de moradias ao longo das últimas décadas, especialmente sob a forma de apartamentos em toda a RMBH. Como destacado por Mendonça, Diniz e Andrade (2014), observa-se a expansão territorial da produção empresarial das moradias – principalmente por meio das construtoras MRV e TENDA – voltadas para a classe de rendimentos mais baixos.

O que se tem, conforme constatado por Mendonça e Costa (2014), pode-se chamar de uma nova forma de pobreza. Com o espraiamento dos apartamentos, tem-se a “formalização imobiliária da pobreza”. Essa nova forma representa uma oportunidade de maiores lucros para as diversas frações do capital, para as empreiteiras e incorporadoras do capital financeiro, já que esse processo só é possível com o endividamento sistemático das famílias. Davis (2006) destaca que, a partir de 1970, o governo passou não a focar no fim da pobreza, mas a praticar um modesto melhoramento das áreas faveladas, além de garantir a produção de habitações privatizadas. Lisa Peattie (1987 *apud* DAVIS, 2006)¹²⁴ demonstra que quase 60% da

¹²⁴PEATTIE, Lisa. **Affordability of Habitation**, Habitat Internacional, v.II, n.4, 1987.

população a que esses programas são destinados em todo o mundo não possuem condições de pagar, o que acaba estimulando o sistema de crédito financeiro.

O preço das unidades deve ser relativo ao teto do financiamento. Ou seja, os custos devem ser ao máximo reduzidos para que se garanta o lucro do capitalista. Nesse sentido, utilizam-se projetos e materiais de baixa qualidade, além de serem usadas terras mais distantes, que possuem preços mais baixos. Assim, inserem-se os mais pobres em um duplo circuito de valorização do capital: do crédito financeiro e da construção civil.

Embora exista “[...] inequívoca expansão do mercado imobiliário, observou-se também o crescimento no número de moradias em aglomerados subnormais em toda a RMBH” (MENDONÇA, DINIZ, ANDRADE, 2014, p.6). Assim, acontece a produção das novas formas da periferia metropolitana fractal, tornando ainda mais complexa a organização espacial da pobreza e sua expressão espacial, entre prédios e aglomerados.

CAPÍTULO V – A PERIFERIA FRACTAL EM PARALAXE: OS OLHOS DOS POBRES

*Será que você poderia pedir ao
maître do café para afastá-los daqui?*
Charles Baudelaire

Hoje a cidade é de poucos. O céu artificial, de cimento armado e vidros escurecidos (e ar-condicionado) não é a regra, mas a exceção em um mar de cidade negada: o exílio na/da periferia é o oceano.

Baudelaire (1988), em Paris, escrevia uma de suas tangíveis tensões: o luxo dos cafés e a família de *miserables*.

Bem em frente de nós, na calçada, estava plantado um homem de bem, de uns quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, tendo numa das mãos um menino e sobre o outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. Ele cumpria o papel de uma babá e trazia seus filhos para tomar o ar da noite. Todos em farrapos. Esses três rostos estavam extremamente sérios e seus seis olhos contemplavam fixamente o novo café com igual admiração, mas, naturalmente, com as nuances devidas às idades. Os olhos do pai diziam: “Que beleza! Que beleza! Dir-se-ia que todo o ouro do pobre mundo fora posto nessas paredes.” Os olhos do menino: “Que beleza! Que beleza! Mas é uma casa onde só podem entrar pessoas que não são como nós!” Quanto aos olhos do menor, eles estavam fascinados demais para exprimirem outra coisa senão uma alegria estúpida e profunda. Os cancioneiros dizem que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. A canção tinha razão nesta noite relativamente a mim. Não somente eu estava enternecido por esta família de olhos, como me sentia envergonhado por nossos copos e nossas garrafas, maiores que nossa sede. Virei meus olhos para os seus, querido amor, para ler neles o “meu pensamento”; mergulhei em seus olhos tão belos e tão bizarramente doces, nos seus olhos verdes, habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: “Não suporto essa gente com seus olhos arregalados como as portas das cocheiras! Será que você poderia pedir ao maître do café para afastá-los daqui?”

Hoje não é a mesmíssima tensão nos espaços das cidades contemporâneas?

5.1 - Um novo padrão de urbanização – a fractalização metropolitana

Observa-se, frente aos dados analisados, a necessidade de considerar a existência de um novo padrão de urbanização. Alguns autores (OJIMA; MARANDOLA, 2012; TONUCCI, 2009; MAGALHÃES, 2008; SOJA, 2008; URRY, 2007; OJIMA, 2006) já apontaram determinados pontos dessa nova tendência. O crescimento da mancha urbanizada até o início do século XXI, com a continuidade espacial e a conurbação,

cede espaço, cada vez mais, a um padrão de espaços urbanizados desconectados e fragmentados: uma urbanização fractal, como descrita por Tonucci (2009).

Assim, é necessário retomar a ideia de Edward Soja (2008) de cidade-região. Sob essa perspectiva, é possível (re)pensar a escala da urbanização em nível metropolitano. Nessa direção, Magalhães (2008) desenvolve seu argumento baseado na análise dos processos socioespaciais contemporâneos da extensão do tecido urbano-metropolitano para o espaço regional cada vez mais amplo. Passa-se, portanto, a integrar um nexos comum e único, em especial do ponto de vista da organização socioespacial e da produção do espaço. A reestruturação e reconfiguração territorial das metrópoles se faz diferente do que Santos (1993) denominou de involução metropolitana, mas sim alterando a forma que acontece a urbanização. Nas palavras de Magalhães (2008, p.10), “[...] trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano e que a metrópole fordista, produto da própria entrada da indústria em larga escala na cidade, passa, nas margens a se apresentar como um custo e um empecilho para determinados setores”. Assim, foi necessária uma nova forma de organização do espaço: a forma fractal.

A forma fractal não nega a ideia da urbanização extensiva de Monte-Mór (1994). Na verdade, ao designar a urbanização metropolitana como fractal, processo recente da primeira década do século XXI, tem-se uma afirmação da urbanização extensiva. O que ocorre, portanto, é a imposição de uma urbanização capitalista, porém de forma dispersa. Nas palavras do autor:

O advento da urbanização extensiva com base no meio técnico-científico-informacional (MTCI) corresponde à superposição de engenharias ao território (transporte e comunicações), conferindo maior fluidez aos agentes produtores do espaço, flexibilizando e, mesmo, deslocalizando certos espaços (MONTE-MÓR, 2006, p.18).

Dessa maneira é possível perceber a fractalização da urbanização. A dispersão do tecido urbano, não necessariamente contínuo, é todo conectado, uno.

Isso se deve a uma série de fatores: ao processo de desconcentração produtiva da própria cidade, que reorganiza o modo de usar e de consumir o espaço que se sustenta sobre um ideal de cidade segregado e higienista; ao aumento do crédito a parcelas cada vez maiores da população; ao paradigma de mobilidade urbana privado-individual, acompanhado, ainda, de uma urbanização muitas vezes sem o controle direto estatal, em

que acabam por prevalecer os interesses de proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários, preocupados com a especulação imobiliária.

Esse novo padrão de urbanização ainda é uma forma pretérita, e o que se pode dizer dele é ainda baseado nas tendências que se desenham no horizonte como possibilidades. Essa forma de urbanização tem como pressuposto básico a alocação fragmentada da malha urbana, mesmo que ainda inicialmente, e o desenvolvimento urbano descontínuo.

Cabe destacar que a forma que essa fractalização ocorre é, necessariamente, na periferia da cidade. O centro, historicamente consolidado, torna-se impossível de ser pulverizado pela dureza das estruturas construídas, todavia outras e novas centralidades são criadas nas áreas mais distantes dos centros históricos. Dessa forma, deve-se lembrar: a fractalização ocorre na periferia. Isso significa que ela se torna dispersa e derramada sobre o território.

Pode-se falar de um contínuo esgarçamento do tecido urbano dos principais núcleos sobre as áreas periféricas, o que gera uma formação de núcleos urbanizados dispersos, embora integrados por vias aos sistemas metropolitanos. Para isso, deve-se existir massivo investimento na infraestrutura de transporte. Nesse sentido, destaca Kowarick (2000, p.44): “[...] a aceleração do padrão periférico de crescimento urbano não poderia ter ocorrido sem prévia alteração no sistema de transporte”.

A cidade se estende sobre o território sob uma forma diferente do que o observado até então. Destaca-se que a fractalização do urbano, que passa a ser mais claramente perceptível, não acaba com a noção de centro e periferia, como podemos ser induzidos – por meio de uma leitura apressada – a conceber. Embora a fractalização garanta o caráter fluido da urbanização, que se torna dispersa, o centro e a periferia ainda são categorias presentes. O que acontece é a sua acomodação em um nível diferente do anterior, em que ocorre a própria reorganização do arranjo espacial: o centro e a periferia são fractalizados no território.

O que se observou no desenvolvimento do trabalho é que a urbanização de Belo Horizonte, na primeira década do século XXI, passou a adotar essa característica fractal. O padrão de crescimento e desenvolvimento urbano da metrópole é alterado entre 2000 e 2010 em relação ao que vinha ocorrendo até então. Tem-se, portanto, uma expansão

urbana que é, na verdade, a expansão da periferia (não apenas no sentido geográfico, mas também no sentido social). A forma urbana fractal possui sua estruturação pelo estabelecimento de novas relações sociais e, ao mesmo tempo, pela influência sobre a sociabilidade.

Sobre isso, a metáfora que permite ilustrar esse fenômeno, relacionada à noção de estrutura, é encontrada em Freud (2004, p.54):

Se atirmos ao chão um cristal, ele se parte, mas não em pedaços ao acaso. Ele se desfaz, segundo linhas de clivagem, em fragmentos cujos limites, embora fossem invisíveis, estavam predeterminados pela estrutura do cristal.

Sendo assim, pode-se compreender que a nova forma fractal da metrópole, tal qual o cristal atirado ao chão, não se constitui anárquica ou aleatoriamente. A dispersão e a localização dos espaços urbanos são determinadas e condicionadas pelo funcionamento de uma estrutura. Essa estrutura, apesar da forma nova, é a mesma que já estava na metrópole anterior: a estrutura capitalista.

É necessário destacar que essa forma traz consigo um conteúdo. Conforme Henri Lefebvre (2014, p.203) apresenta:

The more the city is extended, the more its social relations deteriorate. [...]Everything occurs as if the expansion of older cities and the establishment of new ones served to preserve and protect relations of dependence, domination, exclusion, and exploitation.

A cidade, como expressão das (desiguais) relações sociais capitalistas, segue reproduzindo relações de exploração, ao mesmo tempo em que passa a ser, por intermédio de sua forma espacial e social, elemento que reproduz as condições sociais. Pode-se considerar que a cidade é, portanto, a síntese imediata da sociabilidade do capitalismo e de suas desigualdades inerentes. Não apenas a segregação, mas a sua distribuição no espaço, indica a organização das relações sociais que a produziram e que, por sua vez, são (re)produzidas.

Assim, o que se observa nas cidades é o contínuo banimento forçado de uma população já estereotipada para áreas muito específicas: as periferias.

No entanto, não basta constatar essa desigualdade, sua forma de expressão e seu conteúdo. É necessário encontrar os elementos que sustentam essa nova organização socioespacial do urbano contemporâneo. Para tanto, é necessário recorrer a um entendimento da totalidade que compõe a dinâmica social nas cidades e, assim,

reconhecer o imperativo preponderante que a produção, a circulação e a acumulação de capital representam.

O primeiro passo é, portanto, perfilar a interconexão existente entre os diversos elementos constituintes do capital e esse processo de urbanização. Assim, é possível a compreensão do papel estruturante do capital, o que implica, por consequência, reconhecer as interações existentes na produção do espaço.

Pode-se, de maneira mais geral, falar que o processo que ocorre é a inserção do urbano (e de sua (re)produção) na lógica de realização do capital. Dessa forma, a cidade, submetida ao imperativo do capital, deve ir perdendo gradativamente seu valor de uso para dar lugar à primazia do valor de troca. Esse processo é, como já pontuado por diversos autores (LEFEBVRE, 1991, 2008, 2014; HARVEY, 2004, 2005), uma necessidade do processo de evolução capitalista.

O capital tem vivenciado uma série de crises no processo de reprodução e acumulação nos últimos anos, como vem sendo objeto de discussão de Harvey (2011; 2013c). O que o autor identifica é a existência de um excesso de capital sobreacumulado que, não realizando seu valor, passa a ser destruído. O capital só pode ser capital enquanto existir sua valorização e, portanto, a sobreacumulação significa um risco que deve ter uma destinação. Essa destinação, Harvey (2013b) argumenta, dá-se por meio de mecanismos reprodutivos próprios do modo de produção capitalista, uma tendência expansionista que aponta para a constante necessidade de uma reestruturação espacial do capital. Ele a chama de uma ordenação (ou reordenação) espaço-temporal do capitalismo. Isso quer dizer que o capital, quando estimulado pelas forças internas a se expandir, pode tanto buscar novos espaços de acumulação – produzir espaços de acumulação em novos lugares com uma lógica expansionista – quanto voltar-se para a reprodução e uma nova ordenação espaciais do lugar em que teve sua origem.

A (re)ordenação espaço-temporal que tem se tornado essencial para o capitalismo tem sido a urbanização. A urbanização é uma forma efetiva de destinar uso rentável para o capital sobreacumulado de outros setores. Segundo Harvey (1989), o investimento no setor imobiliário seria uma válvula de escape para o capital em tempos de sobreacumulação. Portanto, urbanizar é a ação que tem garantido a sobrevivência do capitalismo contemporâneo.

Esses elementos, ainda que possuam uma característica de universalidade – como é, de fato, a proposta de Harvey (2013c) –, são parte de uma totalidade que induz à dinâmica urbana local de Belo Horizonte. Destaca-se que, em Belo Horizonte (assim como em outros lugares que se inserem, mesmo que tardiamente, ao sistema-mundo capitalista), passa a ser espaço para a realização do capital. Significa, portanto, reconhecer que o papel que a cidade desempenha no contexto das relações sociais é, em primeiro lugar, o de ser espaço favorável para a reprodução ampliada do capital e sua posterior acumulação privada. Belo Horizonte e sua metrópole inserem-se nessa lógica, o que passa a ser perceptível quando se discutem as contradições aparentes da produção capitalista do espaço, como é o caso da produção de moradias.

No entanto, essa busca por rentabilidade e novas possibilidades de investimentos, que é satisfeita pela urbanização, não é realizada sem tensões. Talvez se possa destacar uma dentre tantas, sendo a maior tensão aquela existente entre a inércia do ambiente construído, o tempo de amortização (HARVEY, 2008) e os ritmos, cada vez mais acelerados (e é necessário que se mantenham assim) do circuito de valorização do capital (KURZ, 2003).

Assim se tem, não só a formação, mas a imediata ameaça do rompimento da bolha especulativa – tal qual ocorreu na crise dos *subprimes* nos Estados Unidos. O setor imobiliário e o espaço urbano sofrem novas e fortes investidas dos capitais excedentes (mas mesmo assim circulantes), dando origem a novas bolhas especulativas que tentam solucionar – ou ao menos remediar – a necessidade de circulação e valorização do capital.

Entretanto, mesmo frente a essa tensão, a reprodução da cidade continua a ser conduzida. Porque ainda é essa, a urbanização, a principal resposta encontrada pelo capitalismo para resolver a crise de sobreacúmulo de capital contemporâneo (HARVEY, 2012). Essa tensão produz a cidade contemporânea e insere, cada vez mais profundamente, sua forma e seu conteúdo inerentes à lógica capitalista.

Dessa maneira, para compreender a dinâmica contemporânea do processo de urbanização, é necessário incorporar à análise os aspectos centrais que definem a formação fractal da cidade. E, dentre elas, talvez a mais urgente seja a presença inequívoca da expulsão dos pobres.

5.2 - Uma ontologia da expulsão urbana

Não apenas a pobreza, mas também a expulsão dos pobres, é um elemento constituinte da realidade urbana contemporânea. É sistemático o processo dual de produção e expulsão dos pobres das cidades, sendo estes obrigados a viver nas periferias cada vez mais distantes. É nesse sentido que Santos (1993, p.10) chega a afirmar:

A cidade em si, como relação social e de materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

A cidade é resultado de uma produção capitalista do espaço que, como tal, tem como palavra de ordem as necessidades de produção, circulação e apropriação do capital. Assim, acaba sendo criado nas cidades o que Brennan (2002) denomina de estranhos limbos: as periferias, uma zona de exílio onde, segundo Davis (2006, p.41), “[...] são depositados lixo-humano”.

Nesse sentido, é imperioso retomar o texto de Brecht sobre *O trabalhador que lê*. Hoje, o trabalhador urbano, precarizado, explorado e expulso, poderia dizer: “A cidade que construo é a cidade que me expulsa”. Isso é explicado (e, em certa medida, até justificado) pela dinâmica própria da lógica do capital. O capitalismo funciona, como aponta Harvey (2013a), com base em uma discrepância entre o valor de uso e o valor de troca. A relação é tensionada em direção ao valor de troca, que ganha em importância e passa a ser a única medida de valor da mercadoria (mercadoria ordinária, mercadoria moradia, mercadoria cidade, mercadoria força de trabalho etc.). Dessa tensão ocorre uma “explosão” do valor de troca que acaba com o valor de uso, e este se perde.

Dessa forma, a cidade, a moradia, o deslocamento, transformados em mercadoria, passam a ter a única forma de valoração por intermédio do seu valor de troca. O valor de uso é enuviado por esse valor mercantil. Assim, com o caso da moradia especificamente, tem-se a constante produção, destinada exclusivamente a satisfazer as necessidades do capital por meio do valor de troca.

Em sua pesquisa sobre a estruturação urbana e a mobilidade espacial da população, Silva (2013) destaca que o motivo relacionado à moradia se mostra muito

forte entre os migrantes que vão residir nas periferias metropolitanas. Isso porque cada vez mais o custo de moradia (seu valor de troca) se torna mais alto para satisfazer à dinâmica capitalista. Sendo assim, essa população, incapaz de arcar com os custos, é expulsa das áreas onde residia antes para periferias cada vez mais distantes. E a situação em Belo Horizonte, como demonstrado nesta dissertação, não é diferente.

Segundo Abramo (2003), existe uma relação entre a estrutura da organização da cidade e a lógica de apropriação da mais-valia fundiária urbana. A forma que a cidade se organiza é comandada pela dimensão da circulação do capital. Dessa forma, a moradia insere-se nessa dinâmica e tende a atender a esse mesmo imperativo.

Portanto, a moradia dos pobres é subjugada à lógica da extração de mais-valia por meio da prevalência do valor de troca. Todavia, os pobres não possuem rendimentos financeiros para arcar com os custos, que são cada vez mais elevados por demanda da circulação do capital. Dessa forma, os pobres devem ser expulsos e assim ocupar o espaço que podem pagar.

O processo é descrito por Singer (1979, pp.87-88), segundo o qual a cidade capitalista:

[...] não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura o mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano. [...] Quando os direitos de propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

A colocação de Singer (1979) revela que a produção da cidade capitalista desconsidera um lugar para aqueles indivíduos que não podem pagar pelo solo urbano, exatamente pelo fato de que é inconciliável com a acumulação de capital. Como é possível garantir taxas de lucros maiores se a cidade for produzida pensando na precária situação daqueles que são espoliados pelo sistema? De fato não é possível; logo, a solução encontrada é apenas a expulsão que se realiza na cidade capitalista da acumulação (de pouco) e do confisco (de muitos).

É necessário compreender as migrações como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta aos novos rearranjos espaciais das atividades

econômicas. São processos histórica e espacialmente determinados, fazendo parte do processo social. Sobre isso, a análise estrutural da migração realizada por autores como Gaudemar (1977) e Singer (1979) já fizeram avançar a discussão. O que é interessante ressaltar é que existe frente a esse mecanismo a existência de grandes rodadas em que é conjugada a dinâmica urbana com a redistribuição populacional.

Essa reorganização espacial da população segue os ditames da ordem urbana. Nas palavras de Ribeiro (2008, p. 28): “A ordem urbana – como uma particular concretização da ordem dominante – imprime no cotidiano as marcas do domínio exercido, ao longo da história, por diferentes frações das classes hegemônicas.” Esclarece-se a quem serve essa organização. É um imperativo construir uma cidade marcada pelo domínio da classe dominante e, assim, inclui-se no urbanismo uma dimensão de classes que não pode ser olvidada.

A dimensão da perspectiva de classes no urbanismo já é, como se sabe, destacada na literatura sobre o tema. Milton Santos (1977, p.87) já escrevia sobre o assunto:

A construção de avenidas modernas, a ponte cruzando, as estradas, levam à valorização da terra urbana ainda ocupada e usada pela população local. Embora o projeto de renovação tenha sido anunciado como uma melhoria de circulação do tráfego dentro da cidade, na verdade ele serviu aos propósitos de uma operação especulativa que hoje expulsa da área os pobres e suas atividades e os substitui por atividades de alta intensidade de capital. [...] A maioria dos antigos habitantes teve que se mudar para a periferia da cidade. [...] Novamente o pretexto para a operação é a limpeza física e social do ambiente. (SANTOS, 1977, p.87)

A expulsão ocorre tanto materialmente, com os barracos dos trabalhadores pobres sendo derrubados para dar lugar a modernas avenidas, pontes e estradas para serem utilizadas pela classe abastada, como “imaterialmente”, com a operação especulativa, representante principal da dinâmica do capital financeiro na produção do espaço urbano. Hoje essa dinâmica é ainda mais forte e, ironicamente, paradoxal.

A produção de habitação produz, ao mesmo tempo, muitos dos sem-teto (inclusive o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, como vem destacando, ao longo de 2014, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST). Não existe hoje no Brasil uma política efetiva de contenção da especulação imobiliária, ao contrário, destaca Rolnik (2014), bem como o documento do MTST (2014), essa é a primeira dimensão de preocupação dos gestores das cidades. Embora se tenha uma série de

instrumentos no Estatuto da Cidade que poderiam ser utilizados com o fim de combater a especulação (para citar apenas um, o IPTU progressivo no tempo), esses instrumentos não são regulamentados por legislação municipal (enquanto instrumentos que possuem como efeito aumentar a dinâmica da especulação, como é o caso da Operação Urbana Consorciada, são regulamentados). Ou seja, a política urbana brasileira hoje é uma política de favorecimento da especulação. E a moradia da população pobre é direcionada de acordo com os interesses do capital imobiliário altamente especulado.

Se existe, como discutido, uma dimensão claramente econômica para a expulsão dos pobres, tem-se, também, uma dimensão ideológica. Expulsar os pobres do centro rico é uma política de tentar “esconder” as contradições inerentes à cidade capitalista. Serve para obscurecer o conteúdo de classes, ao mesmo tempo em que, numa perspectiva ampliada, escancara-o.

Pode-se considerar a existência de uma nova forma de espoliação urbana, baseada na apropriação da cidade para a necessidade de acumulação do capital, ao passo que ela é negada para a população como valor de uso (HARVEY, 2012). Também se tem a configuração de uma nova forma de exploração, como é exposto por Jameson (2011) e Zizek (2012): a exclusão como exploração. Se Marx e Engels (1998), em certa medida, desconsideraram o lumpoproletariado em suas análises, hoje ele é essencial na dinâmica de acumulação, tanto por constituir o exército de reserva que mantém os preços dos salários baixos como também por ser o contraponto ideológico do indivíduo capitalista. E, por fim, é necessário destacar que existe uma nova forma de segregação, baseada na separação espacial das classes que se aprofunda cada vez mais, argumento já desenvolvido por Lefebvre (2014).

Embora se destaquem as novas formas, é imperioso lembrar que o conteúdo da exclusão e da expulsão é, ainda, o mesmo. Pautado pela separação de classes, a reprodução do espaço urbano e da sociedade repete os pressupostos da organização social capitalista: a cidade separada por classes, esse é o conteúdo que se perpetua mesmo frente às atualizações da forma. E a expulsão insere-se nesse contexto, em que existe uma clara dimensão de classe: quem é expulso e para onde.

Existe, na ontologia da expulsão dos pobres urbanos, uma dialética subjacente e estruturante desse processo. A tensão entre a cidade formal e legal e a cidade informal, de exceção (que é, na verdade, a regra) possui como “ponto de capitonê” o mercado. É

essa instituição, ao mesmo tempo material e fantasmagórica, que (re)produz a dialética da exclusão urbana. Mesmo em tempos de neoliberalismo, em que o papel do Estado é reconsiderado a ser reduzido, de fato, isso não acontece: Estado e capital são imbricados em uma única estrutura, só podem funcionar nessa relação simbiótica, como já foi apontado por Lefebvre (2009), Vainer (2000) e Bauman (2011) em diferentes contextos.

Ora, a cidade é uma estrutura que, acima de tudo, (re)produz mais e mais exclusão. Por sua vez, são os excluídos que permitem (re)produzir a cidade como tal. Os excluídos são produzidos pela cidade, pela própria dinâmica urbana, mas são também essenciais para a produção do urbano. Assim, o sistema deve seu funcionamento a pessoas, homens e mulheres, jogados à margem da sociedade pela própria sociedade. Essas pessoas constituem os excluídos, os marginais, os inadaptados socialmente, a *underclass*, os subcidadãos. Embora sejam vistos como estando fora da sociedade, e da cidade, são, na verdade, parte fundamental para manter a sociedade tal como é concebida. São incluídas da forma mais perversa.

5.3 - Novas periferias metropolitanas: a periferia fractal

A forma que organiza a urbanização contemporânea na metrópole é, como discutido, essencialmente fractal. Mas é preciso definir melhor essa dimensão, em especial tendo como ponto de partida a dimensão da ontologia da expulsão nas cidades contemporâneas. Dessa forma, propõe-se aqui, para designar de forma melhor qualificada essa urbanização, para melhor definir a dimensão da produção dessas novas periferias, o uso da ideia da periferia fractal.

Limonad e Costa (2014) partem da reflexão sobre a existência de uma diferenciação que tem ocorrido no campo conceitual na pesquisa urbana: a oposição da ideia de “*edgeless cities*” e a manutenção dos modelos centro-periferia. As autoras apresentam que essa questão surge exatamente por ocorrer uma expressiva mudança na organização do espaço metropolitano a partir da terceira revolução industrial – acentuada no século XXI – que afeta a distribuição da população e a produção do espaço, desafiando os conceitos estabelecidos que são usados para se referir a esses espaços. Muito tem sido escrito sobre a incapacidade de se manter as categorias, amplamente utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, de centro-periferia. Segundo as autoras “[...] contemporary urban and metropolitan sprawl defies previous centre-periphery correlations” (LIMONAD; COSTA, 2014, p.118).

É inegável que vem ocorrendo uma reorganização espacial das metrópoles em escalas diferentes, bem como a imposição de novas lógicas sociais e espaciais que estão em jogo na produção do espaço na primeira década do século XXI. Ainda deve ser reconhecido que essas novas estruturas desafiam as tradicionais interpretações e paradigmas necessitando novo esforço analítico para compreender a realidade urbana que vem se desdobrando na atualidade.

Não faltam evidências da fragmentação e dispersão da expansão urbana que tem levado as ideias de cidade-região (SOJA, 2008); *Edgeless cities* (LANG, 2003), ou, ainda, urbanização fractal. No entanto, Limonad e Costa (2014) fazem uma pergunta essencial: “Has the idea of centre and centrality expired? Or has it acquired new meaning?” O argumento que se pretende ser construído é que, apesar das novas formas urbanas (fragmentada, dispersa, extensiva, difusas, reticular, fractais) o conceito centro-periferia continua sendo imprescindível na explicação do fenômeno urbano contemporâneo. Portanto, é necessário entender essa nova forma a partir de um olhar a partir da ressignificação das noções de centro-periferia.

Não é possível abandonar essa conceituação, como apontou Lefebvre (1991, 2008) enquanto tratar-se das cidades capitalistas, por causa de sua lógica inerente: o capital tende a se concentrar e, para isso, pressupõe a reprodução de desigualdades, em escalas cada vez mais amplas, que passa a ser materializada nas cidades, visualizadas através da dimensão do centro e da periferia. Nas palavras de Monte-Mór (1994, pp.170-171):

A área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefebvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano e alguns de seus subcentros, recriou o “core urbano” – concentração nodal do poder – e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano.

Portanto o crescimento da complexidade e diversificação dos processos materiais e imateriais na produção do espaço metropolitano leva a uma redefinição da relação centro-periferia que entendida a partir da ideia de periferias fractais.

O conceito de nova periferia metropolitana fractal deve ser capaz de apresentar dois elementos centrais que parecem ser a tendência da forma de urbanização contemporânea, que como explica Monte-Mór (1994) as periferias se articulam dialeticamente em direção aos centros, subcentros e subsubcentros...

É necessário compreender que a ideia da periferia fractal carrega consigo que cada parte, desta urbanização desconecta e fragmentada, a tensão da totalidade. A tensão que gerou essa forma. Em última instância, é a contradição inerente do capitalismo: a separação trabalho-capital que é expressa espacialmente, nas metrópoles contemporâneas, na forma das periferias fractais.

Portanto, primeiro deve-se destacar que a expansão dessas periferias é marcadamente realizada a partir da pobreza. Segundo, a organização espacial assume uma forma dispersa e desconexa no território, embora seja, no todo metropolitano, articulada (materialmente por vias de acesso, mas também simbolicamente, por uma cadeia de sentido). E, por fim, tenta levantar a noção de uma periferização caleidoscópica, que se altera, que é dinâmica e fluida, segundo os ditames imperativos da organização do capital.

Sobre isso, é interessante destacar como esse processo foi sendo alterado ao longo dos anos. Analisando a organização da estrutura sócio-ocupacional da população da RMBH em 2000, Mendonça (2003, p.148) afirma:

O que se observa na metrópole belo-horizontina é um continuum territorial, em que, de um lado, espaços superiores vão se expandindo no sentido da Lagoa da Pampulha e na direção sul e, de outro, espaços também contíguos, populares e cada vez mais periféricos expandem-se nas direções norte e oeste.

Essa organização indica uma ideia de periferia contínua. A pobreza urbana tende a estar concentrada próxima ao centro e a expandir-se num *continuum* urbanizado. Essa ideia foi descrita por Milton Santos (1978), que teoriza que o lugar de moradia dos pobres é praticamente contínuo à mancha urbana do centro, sendo que eles fazem o papel de extensores do tecido urbano por meio dos movimentos reivindicativos, sendo expulsos para locais cada vez mais distantes.

Até 2000 essa ideia de Santos (1978) era representada na RMBH pelos processos socioespaciais. No entanto, pela análise dos dados do censo de 2010, a organização da estrutura espacial da metrópole altera-se: o que se tem é a dispersão das periferias. A pobreza é pulverizada pelo espaço. A metrópole é fragmentada em pontos desconexos territorialmente, mas, ao mesmo tempo, integrados no todo, que é a metrópole.

O que se observa, ainda como uma tendência, é a formação de uma estrutura socioespacial mais complexa, fragmentada e dispersa, fractalizada no território. A pós-metrópole é mais do que um discurso, ela se torna materializada por meio da fractalização da periferia que obriga os pobres a, cada vez mais, residirem em áreas distantes. Assim, em uma visão macro, o distanciamento social entre centro e periferia continua a ser aprofundado.

Como observado, a pobreza torna-se dispersa no território. Fala-se muito nas ciências que estudam as grandes cidades em descentralização, processo que seria essencial para a manutenção da vida urbana que experimenta cada dia mais as desenconomias de aglomeração. Pois bem, a descentralização de fato ocorre para a pobreza.

Para atender a esse processo, pode-se falar na existência de uma estrutura (que determina tanto uma superestrutura quanto uma infraestrutura) socioeconômica que age sobre a distribuição da população no espaço. Os vários processos existentes atuam em grandes rodadas de rearranjos populacionais a fim de satisfazer determinada lógica de circulação e acumulação de capital nas metrópoles contemporâneas.

A lógica dominante é um imperativo do capital. Dado o circuito limitado do capital (ainda mais hoje, que, como descreve Harvey (2013a), as taxas de lucros sofrem com a redução), a saída encontrada pelo capitalismo foi a urbanização. Assim, sendo impossível urbanizar a área dos ricos mais de uma vez, a não ser por meio da intensa verticalização¹²⁶, foi necessário urbanizar as periferias. Não apenas urbanizá-las, mas urbanizar as periferias e dispersá-las no território. É um processo que representa correlação com tantos outros elementos.

Alguns dos elementos que podem ser destacados contribuem para esse processo e lucram com ele: 1) ganho na indústria do transporte; 2) ganho no mercado imobiliário por intermédio da valorização e especulação; 3) ganho das indústrias de obras; 4) diminuição da necessidade de mão de obra barata graças a inovações tecnológicas no processo produtivo; 5) aumento de uma ideologia preconceituosa de higienização e segurança pública para uma elite.

¹²⁶ A ponto que se chegou a cogitar um gigantesco arranha-céu às margens do Arruda, em Belo Horizonte, com 83 andares, maior prédio da América Latina. Estado de Minas de 9/10/2012.

Isso promove uma reorganização espacial da população pobre na metrópole. Organização essa que é relacionada a uma determinada estrutura de dominação e submissão. Os pobres são, como descreve Harvey (2008), distribuídos de acordo com a estrutura urbana que é necessária para a reprodução do capital.

Assim, essa nova forma revela seu conteúdo de segregação. Não tão diferente de seu anterior, embora seja, de fato, ainda mais intensa. A forma com que passa a se organizar a periferia, de forma dispersa no território, é desconexa. Portanto, reinventa a forma da metrópole e, ao mesmo tempo, reproduz a lógica da segregação: são efetivamente elementos da mesma estrutura de dominação.

Considerando os modos com que se manifestam as várias determinações constitutivas da dinâmica do capital, essa reestruturação da dinâmica urbana é a expressão da dinâmica da produção capitalista do espaço.

Neste sentido, a legislação urbana (representada pelo Estado) tem fundamental papel nesse processo, bem como as diferentes partes do capital: o crédito, a incorporação imobiliária, a indústria etc. É a já discutida relação simbiótica entre as várias frações do capital e o Estado.

A metrópole continua com seus ritmos de (re)produção calcados em uma série de relações sociais de trabalho que, embora com pequenas alterações, são mantidas substancialmente as mesmas. O conteúdo subjacente ao urbano continua sendo essencialmente segregador e exclutor. No entanto, em virtude da necessidade imperativa da reprodução ampliada do capital, a forma urbana teve que ser alterada.

O pobre é forçado a se mudar, obrigado a se desterritorializar, para, então, mais à frente, reterritorializar-se. Há o imperativo do capital que, pelo mercado, o expulsa, ou a mandatória estatal, que o expulsa pelas remoções forçadas. Assim, ele deve procurar outro espaço de moradia, sendo expulso das áreas centrais, o que significa uma hora a mais no transporte precário, acesso aos serviços públicos (saúde, escola, creche) de pior qualidade, em suma, uma degradação de sua qualidade de vida.

Frente a isso é necessário compreender que são produzidas novas sociabilidades e novas formas de percepção da metrópole. Estas são uma forma de inserir os indivíduos em uma nova organização de relações sociais de produção que tem sua origem marcada tanto na separação entre o valor de uso e o valor de troca como também

na separação de classes da sociedade. Essas sociabilidades impostas, por sua vez, implicam a reestruturação da subjetividade dos indivíduos.

São, então, formas de desrespeito, violência imanente e constitutiva da realidade. Quem se dedicou a refletir sobre esse desrespeito foi Axel Honneth (2001, p.216), para quem:

[...] formas particulares de violência, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representam somente a limitação violenta da autonomia pessoal mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interseção com igual valor, moralmente em pé de igualdade. (HONNETH, 2001, p.216)

Aos pobres é negada a cidade, a qualidade de sujeito. Aos pobres são garantidas: a segregação, a exclusão e, ainda, a expulsão. A eles é garantida a periferia fractal.

O resultado disso não pode ser diferente: é o desenraizamento. Afinal, a fragmentação da cidade dificulta a pessoa a se perceber nela, ou, no limite, seu direito a ela. Tais sujeitos são reduzidos a objetos/mercadorias/força de trabalho. O que ocorre é semelhante ao processo que Walter Benjamin (1985) descreve durante a análise das obras de renovação de Paris na segunda metade do século XIX. Para Benjamin (1985), ao expulsar de seus *quartiers* para a periferia os *sans-cullotes*, os pobres parisienses, Haussman contribui para que estes estranhem sua própria cidade. Hoje, a cidade que queria copiar Paris, Cidade-Luz, conseguiu: Belo Horizonte, a capital, tem expulsado a população pobre das áreas centrais, obrigando-a a ocupar espaços cada vez mais distantes e cada vez mais difusos. A história se repete, a primeira vez como tragédia “moderna”, e a segunda como farsa “pós-moderna”.

A expulsão obriga os pobres a mudar de posição e, por consequência, altera seu ponto de observação da metrópole. Acontece, portanto, a paralaxe da metrópole. No entanto, é necessário, assim como faz Slavoj Žižek (2008), compreender a jogada filosófica desse fenômeno no atual contexto. Nas palavras do autor:

A definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente “subjetiva”, em razão do fato em que o mesmo objeto que existe “lá fora” é visto a partir de duas posturas ou ponto de vistas diferentes. (ŽIZEK, 2008, p.32)

O que se tem não é apenas a mudança do ponto de vista do sujeito, mas a mudança do próprio objeto. Não é só o pobre que muda de lugar, mas sim toda a

metrópole, que se rearranja em uma nova materialidade e, por consequência, em um novo universo simbólico. Não é “mera” forma, mas envolve uma dinâmica própria que deixa traços na materialidade da vida social, embora seu conteúdo seja o mesmo, sendo constituído primeiro como tragédia e depois como farsa, reproduzindo a exclusão. Assim, a produção do espaço, da metrópole e, mais especificamente, das periferias fractais, são processos de paralaxe de constante recriação da metrópole.

Isso produz, por consequência, o que Zizek (2008; 2009) chama de “parallax gap”, referindo-se a um espaço irreduzível entre objeto e sujeito. Essa lacuna é, segundo o autor, o ponto em que emerge o antagonismo sócio-político:

When confronted with such a parallax gap, one should renounce all attempts to reduce one aspect to the other (or, even more, to enact a kind of “dialectical synthesis” of the opposites); the task is, on the contrary, to conceive a certain underlying deadlock or antagonism. (ZIZEK, 2009, p.1)

É, portanto, entendendo a dimensão da paralaxe da metrópole que se pode fazer emergir a discussão referente ao “underlying deadlock or antagonism” das nossas metrópoles. Como já apresentado anteriormente em Canetti (no prelo), o que se tem nesse processo é uma contradição inerente da produção do urbano no capitalismo que produz essa ideia de *parallax gap* que Zizek (2008; 2009) discute.

A produção das periferias fractais é, então, a expressão dessa tensão criada (e recriada) das contradições latentes, que não são (e não podem ser) resolvidas na produção da cidade. Assim, a saída é muitas vezes, produzir uma aparência funcional que permita ser inscrita na própria organização social da metrópole. Ou seja, a periferia fractal é uma resposta na forma urbana para aliviar tensões sociais intrínsecas ao funcionamento urbano, o que, por sua vez, garante a reprodução dessas mesmas tensões.

Os olhos dos pobres fitam uma metrópole em paralaxe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE DISTOPIAS E UTOPIAS

Soyez realistes, demandez l'impossible
Pichação em Paris, maio de 1968

A realidade das cidades urbanas está cada vez mais escancarada. Da varanda dos prédios de luxo se observa, ao longe, uma favela; o estádio de futebol padrão FIFA, diga-se de passagem, está na mesma avenida que uma ocupação de terra de 7 mil famílias; o carro com ar-condicionado divide a via com um ônibus de má qualidade abarrotado de pessoas. Embora com as sucessivas tentativas de uma negação fetichista (sei, mas não quero saber, logo eu não sei) – para assim criar uma realidade que é experimentada sem ser de fato¹²⁷ –, o deserto do real a que se refere Zizek (2003) está cada vez mais presente. Mas o que de fato é *isso*? Tomando-se emprestada uma noção da geologia, é o tectonismo violento da globalização neoliberal: o choque dos direitos sociais com o mercado faz com que os direitos sejam transformados em serviços. Serviços a serem vendidos. O cidadão é, segundo Santos (1993, p.121), “[...] ensombrecido pelo usuário e consumidor, dificultando a formação do homem público”. Isso se deve ao fato que “[...] Quality of urban life has become a consumable product, as has the city itself.” (HARVEY, 2008, p.31) É essa a base que garante a morfogênese do urbano contemporâneo.

A cidade é produzida coletivamente por meio do trabalho derivado de milhares de mulheres e homens que vivem cotidianamente nelas; no entanto, é apropriada indevidamente por pequenos grupos que controlam o circuito do capital, e da cidade extraem a mais-valia¹²⁸. Apresenta-se, portanto, a cidade como resultado da sociabilidade capitalista, marcada pelo processo de produção, circulação e acumulação de capital. Por isso, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Boulos (2014), afirma: “a cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria”. E isso é reflexo das relações sociais capitalistas que moldam o urbano.

Para entender esse contexto, é necessário aumentar o escopo de análise do marxismo tradicional. A luta de classes ultrapassa os muros das fábricas, como foi

¹²⁷ Assim como escreve Zizek (2009, p.3), “coffè without caffeine, cream withou fat, beer without alchol, virtual sex as sex without sex and so on.”

¹²⁸ Como exemplo, tem-se a reportagem da Folha de S. Paulo do dia 3/8/2014, que revela: o 1% mais rico de São Paulo se apropria de 20% da renda produzida na cidade, enquanto, em 2000, esse valor era de 13%.

descrito por Marx (2013). A luta de classes é hoje expressa e materializada nas cidades. Pode-se falar: a metrópole de hoje é a fábrica do século XIX¹²⁹. A produção e a apropriação de mais-valia não acontecem no chão da fábrica, nas linhas de montagem, mas nas relações sociais cotidianas que se tornam cada vez mais mercantilizadas. Não só as relações sociais, mas o seu produto também se torna mercadoria, o urbano (e uma mercadoria muito especial para a sobrevivência do capitalismo, como argumentou Harvey (2008, 2012, 2013) em diversas oportunidades).

Com o urbano tornado mercadoria tem-se, por consequência, sua expropriação. É necessário perceber esse processo como uma forma de exploração. E, para tanto, é preciso ampliar a ideia de exploração, agregando não só os trabalhadores que tem a mais-valia apropriada de forma indevida, mas também os excluídos, que tem, pelo próprio sistema (e para ele mesmo) negado o seu direito de trabalhar (JAMESON, 2011; ZIZEK, 2012). Assim, ao expropriar o espaço urbano de quem o produz, garante-se a exclusão e a exploração das massas.

Sobre isso, destaca-se a posição de Zizek (2013), que refletindo sobre os habitantes das áreas periféricas ao redor do mundo, lembra que esse contexto social é muito próximo do proletariado que Marx (2013) descrevia. No entanto, a realidade do século XXI obriga a radicalizar o conceito de proletariado. Será que se pode pensar na urbanização capitalista como um constante processo de desumanização? Como um processo de apropriação indevida do mais-valor produzido pelo trabalho humano? Se sim, podemos nos arriscar a falar na formação de um “*urbantariado*”? Essa população urbana é cerceada de seus próprios meios de produção e reprodução, da cidade que produz e até de sua própria vida. É, como alerta Zizek (2013, p.57), “deprived of all social substance”. Portanto, as sucessivas estruturas de dominação e exploração existentes no urbano são nada mais do que estruturas de dominação existentes na sociabilidade capitalista.

O fenômeno da urbanização capitalista procura integrar seus elementos num todo de forma coerente. A integração se realiza em diferentes níveis, segundo diferentes modalidades: pelo mercado, pela ideologia, pelos valores e pela ação do Estado. Embora integrados ao funcionamento estrutural do sistema socioeconômico-espacial,

¹²⁹ Esse argumento é amplamente discutido em HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Londres: Verso books, 2008.

muitos indivíduos sofrem a perversidade dessa lógica. Ao mesmo tempo a sociedade capitalista pratica a segregação, produzindo e mantendo espaços que são destinados aos diferentes grupos sociais. Integra-se para segregar; segrega-se para integrar. A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que é excluído de quase tudo, mas que cumpre uma função dentro do sistema, embora inconsciente. A pobreza e a exclusão geradas pelo próprio funcionamento da sociedade capitalista o mantém. A segregação, então, ocorre para determinar de que forma esses indivíduos atuam dentro da estrutura capitalista, alguns (poucos) como *CEO* (diretor executivo) e empresários; outros (muitos), como vendedores de mão de obra; e muitos, como força de trabalho de reserva ou nos subempregos.

A grande cidade capitalista é, essencialmente, desigual. O que se tem nesta é um mimetismo da própria organização do sistema. As cidades são produtos e produtoras da estrutura social vigente (LEFEBVRE, 2001). Dessa forma, o espaço das cidades tende a ser hierarquizado de acordo com a própria hierarquização social que existe. Os recursos urbanos, os serviços públicos, a infraestrutura, não são distribuídos de forma homogênea e respondem a uma lógica da divisão social em classes. As classes mais abastadas se concentram nas áreas melhor servidas, enquanto, aos pobres, são destinadas as piores áreas da cidade. A visibilidade e o acesso à cidade dos segmentos de baixa renda no urbano são definidos por uma estética elitista e por uma política perversa. A competição e a mercantilização dos espaços da cidade fragiliza e, quiçá, destrói os laços de solidariedade, justiça social e liberdade em prol da apropriação desigual da riqueza por poucos, enquanto as mazelas sociais consequentes dessa lógica são distribuídas a muitos.

Em todas as grandes metrópoles, em especial nos países subdesenvolvidos, a população mal abrigada, em condições precárias, constitui grande parcela do total. Esta possui como traço comum a pobreza, da qual derivam as más condições de moradia. Nesse sentido, a proposta que foi trabalhada é a de compreensão da organização espacial da pobreza na RMBH no início do século XXI.

Assim, podem ser sistematizadas, na forma de pontos listados, as principais considerações que encerram os trabalhos desempenhados ao longo desta dissertação de mestrado:

- 1) Existe uma estrutura socioespacial que organiza a distribuição da população.

A distribuição espacial dos grupos sociais está longe de ser aleatória, como se o espaço metropolitano fosse socialmente indeterminado. Ao contrário, existe um claro padrão de moradia que se define nas relações sociais que, materializadas no espaço, apresentam relações de segregação. Com o trabalho percebe-se a migração como resultado do processo de reprodução ampliada do capital, que se deve à existência de um certo desequilíbrio dinâmico intrarregional, que acaba por coordenar os fluxos migratórios. Isso se deve ao fato de que a reprodução do capital é, por definição, desigual.

O que se observa no contexto analisado entre os anos de 2000 e 2010 para a RMBH é a tendência, que se reforça, de a pobreza se localizar nas áreas periféricas. Essa periferização da pobreza é acompanhada pelo espraiamento do espaço construído e passa a ter uma forma fractal. Dessa forma, os pobres são expulsos para áreas cada vez mais distantes do centro, que se torna, cada vez mais, elitizado.

A distribuição da população no espaço acontece de acordo com determinada lógica, sendo o mercado imobiliário o principal fator responsável por determinar a estrutura socioespacial da RMBH. Dessa forma, a população pobre realiza (ou é obrigada a realizar) movimentos no espaço para atender a alguns elementos estruturantes da acumulação capitalista na metrópole. Assim, a migração cumpre papel fundamental nessa organização, já que permite os fluxos de pessoas de um espaço a outro, em geral de Belo Horizonte para as novas periferias fractais metropolitanas. Belo Horizonte tem apresentado trocas migratórias líquidas negativas com os demais municípios metropolitanos, em especial quando considerados os segmentos populacionais de renda mais baixa. É, portanto, o movimento migratório para as periferias fractais da metrópole que garante a sua própria reprodução e a continuidade da periferização da pobreza e a dilatação da área urbana.

- 2) Os pobres passam a ter um aumento na participação relativa no total das migrações metropolitanas.

Foi possível perceber que os pobres representam uma parcela maior dos migrantes em 2010 do que encontrado em 2000. Esse fenômeno coloca em destaque o caráter de expulsão da exclusão social nos grandes centros. As pessoas são obrigadas a se deslocar

no espaço – a migrar – para conseguir acessar a moradia (que deveria ser um direito social).

Os pobres passaram a representar uma parcela maior daqueles que migram na RMBH. Mas não somente isso. Observa-se, em 2010, que a maior parte dos pobres não residia em muitos municípios da RMBH cinco anos antes, destacando a importância da migração na distribuição espacial da pobreza e na formação dessa nova periferia metropolitana.

- 3) Existe um processo de urbanização fractal e, mais do que isso, um processo de periferização fractal.

Buscou-se sublinhar a noção de periferia fractal para designar a nova forma urbana de organização do espaço metropolitano. Ela difere substancialmente da urbanização fractal que Soja (2000) descreve para o contexto de Los Angeles. A fractalização que se observa na RMBH ocorre a partir da periferia: é exatamente o processo de periferização que fractaliza a metrópole.

Essa organização espacial é visualizada nos mapas analisados que demonstram a descontinuidade urbana relacionada diretamente com a presença de contingentes populacionais. Dessa maneira, a fractalização da periferia reproduz, em um nível mais elevado, a contradição entre centro e periferia. De tal forma, a organização espacial da metrópole é baseada, primeiramente, na segregação espacial.

A ideia de se propor um conceito de periferia fractal para designar as novas periferias metropolitanas parte da necessidade de se compreender a dinâmica que estrutura as relações de produção que produzem o espaço urbano por meio da determinação única do capital. Esse conceito reflete e, ao mesmo tempo, refrata essa realidade, o que permite deslocar o ângulo de análise para melhor compreender o processo de produção do espaço metropolitano contemporâneo.

- 4) A integração metropolitana só é possível nos moldes da metrópole por meio da segregação socioespacial.

Embora segregada e partida, e agora também dispersa e difusa, a metrópole é toda interconectada. Os fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informação devem

acontecer para o pleno funcionamento de suas funções e a execução de seus processos. Assim, não é contraditório dizer que existe uma intensa integração metropolitana.

Mas é necessário qualificar: em que nível ocorre essa integração? Ela ocorre, como descrito ao longo do trabalho, por intermédio da segregação. É o caráter excludente da produção do espaço que permite que ele seja incluído como um todo coerente. Essa concepção é necessária para compreender a totalidade da forma e do conteúdo que estrutura os processos da metrópole da RMBH.

- 5) A pobreza é essencial para o funcionamento “normal” e “ordinário” da metrópole.

Para compreender esse processo, é necessário alocar a discussão da pobreza no seu devido lugar. A pobreza é parte essencial para o funcionamento da metrópole. Uma série de processos socioespaciais, além de produzir mais e mais pobres, como argumenta Santos (1993), depende dos excluídos para que ocorra. No processo de circulação do capital, é necessário garantir uma força de trabalho a baixo custo e a pobreza é engendrada pelo sistema. A materialidade urbana é um dos mecanismos de reforço da pobreza e da miséria.

Em Belo Horizonte, adotando a linha de pobreza absoluta de Rocha (2008), verifica-se, como já destacado anteriormente, que o número absoluto de pobres caiu. No entanto, deve ser lembrada a discussão feita sobre complexidade inerente da definição de pobres e suas várias limitações. Destaca-se que a redução do número de pobres visíveis nessa metodologia não corresponde necessariamente à condição das várias relações sociais que se desdobram na produção cotidiana da metrópole.

Ainda, deve-se reconhecer que são os altos lucros imobiliários provenientes da especulação que têm sido importante fator de geração de miséria e desigualdade social no país. E isto é, ainda, um processo cíclico. Se a periferização e a urbanização são necessárias para o capital, como argumenta Harvey (2008), e os pobres é que ocupam essas novas periferias, tem-se a intrínseca relação entre produção de riqueza e pobreza. Ou seja, a causa básica da periferização precária está menos ligada à pobreza do que comumente é referido: deve-se à riqueza urbana.

- 6) Existe uma nova forma de organização da pobreza metropolitana que indica uma maior penetração do mercado e uma maior colonização realizada pelos setores avançados do capital.

Com essa nova forma de pobreza, abre-se um novo nicho para se realizar a acumulação capitalista, o que se faz necessário, como Harvey (2013a, p.472) expõe: “para se manter, o capital deve ser sempre reinvestido e assim crescer, já que o sistema é baseado sempre na busca de lucros para ser apropriado”.

Como apontado por Mendonça e Andrade (2014), houve, na RMBH, uma explosão da moradia de tipologia vertical, principalmente realizada por meio dos programas habitacionais Minha Casa, Minha Vida e Vila Viva. Isso representa, antes de mais nada, um espaço para a acumulação do capital fundiário, imobiliário e incorporador (que já são, como aponta Smolka (2011), integrados). Dessa maneira, o que se observa é uma nova forma de pobreza, não mais necessariamente nas favelas (que continuam existindo e, inclusive, crescendo), mas também nos prédios desses programas habitacionais.

Os prédios, de péssima qualidade construtiva, como apontam Campos e Mendonça (2014), revelam a fórmula que subjaz: prioridade para as empresas e seus lucros. O funcionamento do programa não tem como prioridade a solução do déficit habitacional (esse é um falso problema); a verdadeira natureza dos programas habitacionais tem sido, desde a década de 1970, segundo Rolnik (2014), funcionar como uma medida macroeconômica anticíclica, para estimular a circulação de capital¹³⁰. Mas é com essa medida estatal que é possível garantir a acumulação para as parcelas do capital imobiliário e incorporador, bem como a submissão dessas pessoas ao crédito ligado ao capital financeiro.

- 7) A metrópole é experienciada pelos indivíduos como um objeto em paralaxe.

Os pobres são obrigados a se mudar. São removidos, desterritorializados para, posteriormente, se territorializarem em novas áreas, mais precárias e distantes. Mudam o seu ponto de vista sobre a metrópole.

Quando o sujeito muda de posição (seu ponto de vista), altera-se também a própria metrópole, pois assim são criadas novas formas de sociabilidade com base nessa

¹³⁰ Não é exclusividade do Brasil. Rolnik (2014) mostra que programa semelhante do Chile funcionou por três décadas e hoje vários conjuntos foram favelizados, muitos abandonados e outros demolidos.

organização. Dessa maneira, a paralaxe é um mecanismo de dominação, uma vez que atua principalmente realizando o desenraizamento dessa população, impedindo o seu reconhecimento.

- 8) É a prática do mercado, oriunda da perpetração dupla do complexo Estado-Capital, que organiza a metrópole e a concebe como tal.

A segregação é mantida por meio da instituição que é central no capitalismo: o mercado. Como descrito por Foucault (2004), o mercado se torna, com o neoliberalismo, o lugar central da sociedade. Não seria diferente na dinâmica metropolitana. O mercado cumpre papel central na organização da estrutura socioespacial da metrópole.

Ao determinar o acesso por meio de um equivalente universal que é desigualmente distribuído, a metrópole torna-se segregada. E é também por via do mercado, em especial o imobiliário, que é altamente especulado, que se tem o aumento constante das distâncias entre as pessoas.

Os resultados obtidos nesta dissertação possibilitam, portanto, uma interpretação mais abrangente das transformações socioespaciais experimentadas pela metrópole de Belo Horizonte nas duas últimas décadas e, neste sentido, contribuem com a compreensão a respeito da produção do espaço dessas novas periferias metropolitanas na presente fase da urbanização capitalista, marcada pela emergência de novas formas de produção do espaço.

A metrópole do século XXI que Belo Horizonte se tornou é composta de espaços fragmentados que são conectados por realidades diferentes e contrastes sociais brutais. É a repetição do lema de Wittgenstein (*apud* ZIZEK, 2009): o que não podemos falar abertamente é demonstrado na forma de nossa ação. Assim, podemos transpor essa assertiva para a dinâmica urbana contemporânea. Já que a ideologia dominante não pode expressar abertamente a desigualdade, ela é retratada nos sinais mudos (que não são tão mudos assim) das cidades. Ou seja, a cidade é a construção material da sociabilidade de classes capitalista.

Ocorre segregação e separação ao mesmo tempo em que ocorre a integração em uma totalidade, mesmo que as periferias (e os seus moradores) não façam parte de um “cenário ideal”. Convém, portanto, lembrar a contribuição de Zizek (2009, p.7):

To use a term coined by Deleuze, a contemporary big city is a space of “disjunctive inclusion”: it has to include places whose existence are not part of its “ideal-ego,” i.e., which are disjoined from its idealized image of itself. The paradigmatic (but by far not the only) such place are slums (favelas in Latin America), places of spatial deregulation and chaotic mixture, of architectural “tinkering” /bricolage/ with found materials. (It would have been really interesting to study in detail big suburban slums as an architectural phenomenon with a wild aesthetic of its own.) (ZIZEK, 2009, p.7)

A estrutura que se denomina como inclusão disjuntiva é o que representa as periferias urbanas para as áreas centrais. Sua inserção no todo ocorre exatamente no momento em que é fraturada. Sua inclusão ocorre pela sua disjunção.

Tem-se, então, que a cidade passa a ser produzida por novos processos que possuem, inerentes a ele, o mesmo conteúdo da sociedade de classes capitalista. Esse processo como um todo, que foi descrito nesta dissertação, é o que pretendo chamar de *periferização fractal*, que vem ocorrendo na metrópole de Belo Horizonte.

Portanto, com base no observado para a realidade metropolitana de Belo Horizonte e nas considerações teóricas levantadas, postula-se como uma hipótese teórica que a organização espacial metropolitana no mundo subdesenvolvido é reproduzida por intermédio da *periferização fractal*. Espera-se que as questões aqui levantadas possam subsidiar discussões relacionadas a um universo empírico mais amplo, ampliando a metodologia e a análise do corpo teórico para a realidade de outras metrópoles brasileiras, sul-americanas e dos países do capitalismo periférico.

O fenômeno da desconcentração da pobreza e, em especial, sem continuidade territorial, produz o crescimento extensivo do espaço urbano e faz a dispersão da ocupação, realizada, fundamentalmente, pela produção de loteamentos clandestinos e favelas, bem como pela produção de moradia dos programas habitacionais. É o movimento derivado da (re)produção da lógica do capital, estendido à produção das cidades.

Esses vetores de desconcentração da pobreza e concentração da riqueza produzem uma nova estrutura espacial da metrópole, com a espacialidade marcada pela segregação das classes em um espaço difuso e fragmentado. Essa intensificação de

produção dos espaços informais de moradia revelou a presença de novas dinâmicas urbanas para além das relações centro/periferia, mas representam a fractalização da urbanização a partir de sua periferia. Os espaços informais de moradia da periferia passam a desempenhar um papel primordial na estruturação do espaço da metrópole, confirmando a complexidade da totalidade do fenômeno de produção espacial experimentado por essa metrópole na última década, que produziu e acentuou as distâncias (geográficas e sociais) entre as classes, aumentando a exploração e intensificando o processo de dominação.

Talvez seja o caso de parafrasear a tese oito sobre o conceito de história de Benjamin (1987): a tradição dos oprimidos nos ensina que a "cidade de exceção" é, na verdade, a regra geral. Para captar a natureza e a estrutura dessa cidade de exceção, é preciso compreendê-la como um espaço privado de '*jus*'. É a cidade vazia de direito. Ou melhor, a cidade em que o direito só existe para alguns, para a exceção.

Isso ocorre por causa da desigual tensão entre a dinâmica própria do capitalismo, que é tensionado a favor do valor de troca, destruindo a relação dialética e engolindo, assim, o valor de uso; ele só pode ocorrer se o valor de troca for realizado antes. Esse desequilíbrio desencadeia a crise inerente ao capitalismo, em que tudo tem um valor de troca.

Como esperado, para a terra e a moradia o fenômeno é o mesmo. Sobre isso, deve ser considerada a explicação de Harvey (2013b, s.p.)

A moradia é muito interessante, nesse sentido, porque se pode entender como valor de uso que ela garante abrigo, privacidade, um mundo de relações afetivas entre pessoas, uma lista enorme de coisas para as quais usamos a casa. Houve tempo em que cada um construía a própria casa e a casa não tinha valor de troca. Depois, do século 18 em diante, aparece a construção de casas para especulação – construía-se sobrados georgianos [reinado do rei George, na Inglaterra] para serem vendidos. E as casas passaram a ser valores de troca para consumidores, como poupança. Se compro uma casa e pago a hipoteca, acabo proprietário da casa. Tenho, pois, um bem, um patrimônio. [...] O valor de troca passou a ser dominante. E assim se chega ao *boom* especulativo. E surge a pergunta: é boa ideia permitir que o valor de uso da moradia, que é crucial para o povo, seja comandado por um sistema louco de valor de troca? O problema não surge só na moradia, mas em coisas como educação e atenção à saúde. Em vários desses campos, liberamos a dinâmica do valor de troca, sob a teoria de que ele garantirá o valor de uso, mas o que se vê frequentemente, é que ele faz explodir o valor de uso. (HARVEY, 2013b, s.p)

O que se tem, portanto, é um processo de negação dos valores de uso da cidade (da moradia, do encontro, do deslocamento etc.) para serem sobrepostos ao valor de troca. No caso central da produção de moradia, mesmo estando designada como direito social na Constituição Federal do Brasil, sua efetivação é de rara ocorrência.

O acesso das pessoas à riqueza produzida no espaço urbano é determinado pelo mercado de forma classista. O acesso às riquezas, apropriadas do coletivo, é apenas para aqueles que podem pagar, ao passo que os prejuízos – que cada vez mais aumentam de tamanho e abrangência, sendo de diversos tipos e quantidades – são jogados sobre toda a sociedade. É imperativo, portanto, que haja uma luta (de classes) para a reapropriação devida da cidade (que foi tomada indevidamente). A cidade produzida pelas pessoas deve retornar a elas.

Assim, o que se tem é um grande conflito decorrente da luta de classes travada no espaço urbano. A conflitualidade é resultado do enfrentamento das classes. De um lado, os detentores do capital expropriam e excluem; de outro, os pobres ocupam a terra e se (re)territorializam. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização expulsa os pobres, excluindo-os, subordinando-os, aprofundando as desigualdades. A resposta, no outro extremo dessa tensão, é gerada pela própria reprodução dos pobres nas cidades urbanas (que é, paradoxalmente, essencial à manutenção da cidade, como demonstra Canetti (no prelo)) em seu processo de reterritorialização.

Ermínia Maricato (2013), em uma palestra proferida na Unifesp no dia 4 de julho de 2013, afirmou que a distribuição de renda, responsável pela redução da pobreza quantitativamente, não basta. É necessário distribuir a cidade por meio de uma reforma fundiária e imobiliária: enfim, de uma reforma urbana.

Essa tem sido a pauta defendida por vários movimentos e diversas organizações políticas que têm mantido a luta política por uma efetiva reforma urbana, sendo que, de fato, conquistou-se, no Brasil, um arcabouço legal muito importante. No entanto, esses vários ganhos legais (talvez o exemplo máximo seja o Estatuto da Cidade) não são aplicados. Muitos instrumentos não foram regulamentados e, assim, o que é favorecido é o capital imobiliário, que segue utilizando (e se apropriando indevidamente) a riqueza produzida nas cidades do Brasil. Em que pese o discurso político e o planejamento urbano estarem baseados em uma função social da propriedade, no combate à pobreza e

na redução do déficit habitacional, esses elementos de conteúdo libertário não passam, na prática, do nível da retórica. A pobreza continua a existir, o déficit habitacional a aumentar e a função social da propriedade impraticável (mantendo e naturalizando a propriedade privada).¹³¹

Para romper com esse processo, é necessário retomar a ideia de Totalidade Ética [*Sittliche Totalität*] que Hegel (2000 apud HONNETH, 2001) apresenta em sua obra sobre a filosofia do Direito. Essa totalidade ética representa o caráter único de uma sociedade em que se poderia ver, em primeiro lugar, a própria unidade viva da “liberdade universal e individual”. Nesse sentido, Honneth (2001, p.41) desenvolve essa ideia para a contemporaneidade e nos lembra de que a totalidade ética “[...] deve implicar que a vida pública teria de ser considerada não o resultado de uma restrição recíproca dos espaços privados de liberdade, mas, inversamente, a possibilidade de uma realização da liberdade de todos os indivíduos em particular”. Isto significa considerar que a cidade e a vida pública urbana devem ser construídas como espaço de realização da liberdade de todos. No entanto, foi discutida amplamente (embora não entrando no âmbito filosófico da discussão da categoria liberdade) a não liberdade dos grupos sociais excluídos, a reprodução da vida cotidiana, ainda tão distante da noção apresentada por Honneth (2001). A essa população é negada a cidade como espaço de se colocarem como sujeitos – são reduzidos à mercadoria – e também como espaço de liberdade – são controlados. Por isso, uma postura radical é necessária para apontar para a construção de uma cidade que atue verdadeiramente como espaço público para que, dessa forma, se desconstrua a apropriação privada do espaço urbano.

Embora a presente pesquisa analise uma situação de segregação urbana e pretenda compreendê-la, é necessário destacar que exclusão e segregação, bem como os processos que as produzem, não são um *status quo* inalterável. São, na verdade, fruto de uma certa sociabilidade pautada em determinada concepção de relações sociais de trabalho. É necessário, portanto, reconhecer na segregação socioespacial seu caráter de luta de classes.

O que se observa é chamado por vários autores de uma crise urbana (MARICATO, 2013; ROLNIK, 2013; KOWARICK, 1998), no entanto, é necessário

¹³¹ Como exemplo, pode-se pensar no caso das Operações Urbanas Consorciadas discutido por diversos autores. Em específico no caso da Operação Urbana Nova BH, percebe-se que ela não prevê moradia de interesse social e promoverá intensa valorização imobiliária.

alocar a crise no seu lugar dentro deste sistema, como faz Grespan (2001) para as crises financeiras: a crise é, paradoxalmente, essencial para o funcionamento do capitalismo. Na verdade, deve ser lembrada a frase de David Harvey (2011) sobre a crise financeira de 2009: “Esta não é uma crise para o capital. O capital continua muito bem. É uma crise para as pessoas”. Assim, recupera-se a ilustrativa analogia destacada por Grespan (2001, p.221): “a crise pode ser entendida como os freios dos carros – quanto melhor forem os freios, mais os carros podem correr em segurança. Da mesma forma, quanto mais forte for a crise, mais será possível permitir a reestruturação produtiva e de acumulação de capital”.

A crise é, portanto, o momento em que se pode expandir a colonização do capital para novos campos – inclusive para os simbólicos e inconscientes, como argumentam Deleuze e Guattari (2010). Mas é, ao mesmo tempo, o momento em que é possível de se encontrar a saída revolucionária. Em termos zizekianos: a possibilidade impossível. Na verdade, esse pensamento é presente na tradição marxista desde Marx (2011) – que considera as alienações gradativas até o proletário mudar esse cenário – ou mesmo na obra de Mao (*apud* ZIZEK, 2012, p.12), que afirma: “a desordem sob o céu é imensa, a oportunidade é excelente”. E ela que devemos construir. E é o impossível, fora das constelações das relações sociais existentes, fora do mapeamento cognitivo estabelecido, que é o necessário. Ainda ecoa o imperativo das palavras de ordem do maio de 68: seja realista, demande o impossível.

Demandar o impossível é necessário porque “[...] fazer o que é possível, quase sempre, é reproduzir o *status quo*, realimentar as mesmas e perversas dinâmicas e relações que dominam a cidade.” (VAINER, 2003, p.26). Nesse sentido, deve-se fazer o impossível e lutar pelas causas impossíveis. Zizek (2013a) lembra a fórmula lacaniana dos eventos. Ela não é baseada na possibilidade de tudo acontecer, mas, na verdade, no fato de que o impossível acontece. Essa inversão dialética não é mera tautologia. Na verdade, o ato traumático a que se refere Zizek (2012), passível de mudanças em direção à utopia ou às causas perdidas, por mais perdidas que sejam, é um ato que muda a coordenada do que é possível, agindo retroativamente.

E se mesmo assim insistirmos em correr o risco de impor o impossível à realidade? Mesmo não conseguindo o que queremos e/ou esperamos, ainda assim mudamos as coordenadas do que parece possível e damos origem a algo genuinamente novo (ZIZEK, 2012, p.56)

No entanto, o principal embate se dá na praticidade da mudança. Repete-se, portanto, o questionamento retórico de Lenin: que fazer? As possibilidades políticas para o combate à pobreza são reféns da própria estrutura do funcionamento capitalista. Propor reformas dentro dessa lógica não passa de um verniz para o real problema. É necessária uma mudança estrutural. É essa mudança, vista por muitos como uma causa perdida, que deve ser defendida (ZIZEK, 2011). Será por meio dela que alguma coisa substancial irá mudar na estrutura.

A única grande estabilidade é a própria exploração capitalista, contra a qual já se luta e já se perde há tempos, trata-se de mostrar que é possível fazer a defesa das causas perdidas para agora perder melhor ou, quiçá, plenamente ganhar. (ZIZEK, 2011, p.227)

Dessa forma, conforme exposto por Zizek (2011), a mudança deve ser estrutural. Busca-se uma nova organização social e política baseada em princípios de solidariedade e não de individualidade. E a cidade é o espaço primordial para esse resgate (LEFEBVRE, 1972).

Lefebvre (1972) afirma que a mudança para uma sociedade igualitária deve ter início com o resgate ou, até mesmo, com a ressurreição dos valores de uso da cidade que foram engolidos e perdidos em virtude do império dos valores de troca, em que tudo, absolutamente tudo, passou a ser mercantilizado. Nesse sentido, novas práticas sociais e espaciais serão produzidas para alcançar-se algo mais justo e igualitário. Lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferente de produção do espaço urbano, marcado pelo florescimento e interação igualitária de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço.

A cidade que, segundo Lefebvre (1972), foi tomada de assalto pelo capital, pelo valor de troca, pela mercantilização, pode e deve ser reconquistada novamente, instaurando-se uma ordem mais justa. Assim, compartilha-se a utopia¹³² de Henri Lefebvre (2008, p.104) de que, um dia, aqueles “expulsos do centro para a periferia retomem o caminho do centro ocupado pela mercadoria. Vão apoderar-se dele, com um

¹³² Sobre a utopia, Jameson (2006, p.159) afirma que é um “fenômeno cuja ontologia coincide com sua representação”.

pouco de sorte e muito discernimento”. Produzirão uma nova cidade, uma obra, no sentido mais amplo: uma obra de arte. Afinal, como lembra Bell Hook (1990 *apud* GREGORY, p.100), são esses marginalizados os sujeitos de alguma mudança se entendermos a “margin as a space of radical openness”.

Zizek (2004) destaca a importância dos moradores das periferias globais para que haja alguma mudança social: “It is extremely surprising how many of their [the slum-dwellers] features fit the old marxist definition of the proletarian revolutionary class” (ZIZEK, 2004, p.3). Dessa forma, a nova classe revolucionária deve ser entendida como as massas que vivem nas precárias condições da periferia urbana.

This is why the "de-structured" masses, poor and deprived of everything, situated in a non-proletarized urban environment, constitute one of the principal horizons of the politics to come. If the principal task of the emancipatory politics of the XIXth century was to break the monopoly of the bourgeois liberals by way of politicizing the working class, and if the task of the XXth century was to politically awaken the immense rural population of Asia and Africa, the principal task of the XXIth century is to politicize - organize and discipline - the "de-structured masses" of slum-dwellers. (ZIZEK, 2004, p.11)

E essas margens saltam vez ou outra na nossa realidade. São elas que permitiram passar das ocupações-evento para a ocupação-cotidiana da cidade. Da apropriação seletiva à apropriação extensiva do espaço urbano por todos. Da cidade vendida para a cidade usada. Essas são algumas das utopias experimentais para uma mudança social.

É esse o projeto que Ribeiro (2008) coloca como o de uma *outra cidade*, que deve ser refletida, sistematizada e concretizada, que deve conter novas formas de energias sociais, novas formas de cooperação e resistência coletivas, novas organizações, novas paisagens que sejam capazes de sustentar a concepção de um projeto de justiça social. Isso deve ser apoiado pelo projeto que Milton Santos (2000) denominou de *outra globalização* que, de certa forma, passa pela defesa de Zizek (2006) de um *outro universalismo*. Assim, será possível construir uma *outra sociedade*. Afinal, o novo não se descobre, inventa-se...

De nostra re agitur

Tudo isto nos diz respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A Cidade Com-Fusa: Mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis: ANPUR, 2009.

ABRAMO, Pedro. **A Dinâmica do Mercado do Solo Informal em favelas e a Mobilidade Residencial dos Pobres**. Rio de Janeiro: Estudos Cariocas, 2003.

ABRAMO, Pedro; PAIXÃO, Luiz Andrés. Os vetores de expansão da atividade imobiliária em Belo Horizonte – 1994 a 2003. **Revista Nova Economia**, v.18, n.2, 2008.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALTHUSER, Louis. **Análise Crítica da Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ALTHUSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

AMIN, Ash. Telescopic Urbanism and the Poor. **City**, v.17, n.4, 2013.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. **Caderno de Geografia (PUCMG)**, v.16, 2006.

ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos espaciais. **Caderno Metrôpoles**, v.12, n.23, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

ARGUELLES, María del Carlmen. **Jefatura Feminina de Hogar, Pobreza Urbana y Exclusión Social: Una perspectiva desde la subjetividade em el contexto cubano**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.

ARTHURSON, Kathy; JACOBS, Keith. **A critique of the concept of social exclusion and its utility for Australian Social Housing Policy**. In: Housing Studies Association Conference, Bristol, 2003.

AVELAR, Cristiane; LINO, Daniela; FERRARI, Guilherme; PEREIRA, Janaína. **O programa Vila Viva como mecanismo de desfavelização na cidade de Belo Horizonte**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Ciências Humanas, Curso de Geografia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

BÄCKMAN, Olof; NILSSON, Anders. Pathways to social exclusion – A life-course study. **European Sociological Review**, v.27, n.1, Oxford, 2011. (p.107-123)

BARBOSA, Raquel. **Análise Espacial Urbana no Município de Belo Horizonte: Mapeamento da Áreas de Exclusão Social**. (Monografia de Especialização) Instituto de Geociências. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. IPEA, texto para discussão n.528, Rio de Janeiro, 1997.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo. A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (p.21-47)

BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do Mal**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

BAYER, Patrick; MCMILLAN, Robert; RUEBEN, Kim. **The Causes and Consequences of Residential Segregation: an equilibrium analysis of neighborhood sorting**. Yale University, Working Paper, New Haven, 2001.

BEGUM, Halima; MOINUDDIN, Golam. Spatial dimension of social exclusion. **Management Research and Practice**, v.2, n.3, Bucureste, 2010. (p.314-326)

BENJAMIN, Walter. Comentário aos poemas de Brecht. **Inimigo Rumor**, n.11, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin - Escritos**. São Paulo: Ática, 1985.

BERNER, Erhard. Learning from informal markets. In: WESTENDORFF, David; EADE, Deborah (orgs.) **Development and Cities: Essays from Development Practice**. Oxford, Oxfam, 2002.

BERTOL, Laura. **Terra e Habitação – o problema e o falso-problema: Políticas de obscurecimento do preço da terra na política habitacional de Curitiba**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2013.

BERZOFKY, Scott. **Reclaiming the Commons: Art and Activism in the Neoliberal City**. (Dissertação de Mestrado). Massachusetts Institute of Technology: Departement of Architecture. Maryland: MIT, 2004.

BIRD, Kate. **The Intergenerational Transmission of Poverty: An Overview**. Chronic Poverty Research Centre Working Paper 99. London: CPRC, 2007.

BÓGUS, Lúcia Maria; PASTERNAK, Suzana. Dinámica espacial de la desigualdad. **Ciudades**, v. 79, Valladolid, 2008. (p.11-20)

BÓGUS, Lúcia. Urban segregation: A theoretical approach. **13th Biennial Conference of International Planning History Society**. Illinois: IPHS, 2008.

BOLT, Gideon; BURGERS, Jack; van Kempen, Ronald. On the social significance of spatial location: Spatial segregation and social inclusion. **Netherlands Journal of Housing and the Built Environment**, v.13, n.1, Amsterdã, 1998. (p.83-97)

BONI, Melissa Passamani. Desigualdade Sócioespacial e Distribuição dos Recursos Públicos na Cidade de Vitória – ES. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011.

BOTELHO, Adriano. A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida. **GEOgraphia (UFF)**, v. 19, Niterói, 2008.

BOTELHO, Adriano. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrôpoles**, v.14, p.297-315, 2012.

BOULOS, Guilherme. A Receita para Acabar com as Ocupações. Folha de São Paulo (online) 26/06/2014. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/colunas/guilherme-boulos/2014/061476430-receita-para-acabar-com-as-ocupacoes.shtml>. Acessado em: 26/06/2014

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **L'essence du néolibéralisme**. Le Monde Diplomatique. 1998 Disponível em: < <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/10167>> Acessado em: 17/08/2013

BRIGGS, Xavier. Ties That Bind and Constrain: Segregation in American metropolis. In: **International Seminar on Segregation and the City**. Cambridge: Cambridge University – Institute of Land Policy, 2001.

BRITO, Fausto. Expansão urbana nas grandes metrópoles e o significado da migração intrametropolitana e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, p.77-83, 2005.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v.57, p.221-236, 2006.

BRITO, Fausto; SOUZA, Jozeane. A Metropolização da Pobreza. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1998.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro. Territórios Transversais. In: ROLNIK, Raquel. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BROWN, Lawrence; CHUNG, Su-Yeul. Spatial Segregation, Segregation Indices and the Geographical Perspective. **Population, Space and Place**, v.12, 2006.

CAGIANO, Raimondo; CAPACCI, Giorgia. **The Relationship Between Demography and Social Exclusion in Italy**. European Population Working Paper n.4, Rome: Council of Europe, 2002.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGOS, Elisângela Oliveira; BARENSTEIN, Cláudia; SOUZA, Renata Guimarães. Quem entra e quem sai de Belo Horizonte – Uma análise das características dos trabalhadores que realizam o movimento pendular na RMBH. In: **Anais do X Encontro de Diamantina**, Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

CAMPOS, Paola. O arquipélago de Ribeirão das Neves: A velha segregação na metrópole belo-horizontina. **XIV Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR, 2010.

CAMPOS, Paola. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CAMPOS, Paulo; MENDONÇA, Jupira. Estrutura sócioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências. In: CARDOSO, Adauto Lúcio. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CANETTIERI, Thiago. A cidade na produção dos excluídos e os excluídos na produção da cidade: O paradoxo da exclusão urbana. **Geousp**, no prelo.

CANETTIERI, Thiago. Capitalismo e Biopoder, Multidão e Biopotência – Uma disputa pela cidade. In: RENA, Natacha. (org.) **MultipliCidades**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/UFMG, 2014.

CANETTIERI, Thiago; PEREIRA, Thiago; LIBERATO, Rita de Cássia. The place of the excluded in the metropolitan regions Case of study in Belo Horizonte MG, Brazil.. In: **XXVII INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION**, 2013, Busan - Korea. Annals XXVII IUSSP - Busan 2013, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da Organização à Produção do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano – Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012

CARLOS, Ana Fani. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o Direito à Cidade como Horizonte Utópico. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea e a Segregação Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CARLOS, Claudio Antonio. Um Olhar Crítico à Zona Portuária do Rio de Janeiro. **Bitacora**, v.17, n.2, 2010.

CARVALHO, José Alberto Magno. Conferência de Abertura – Reflexões Teóricas sobre as Migrações no início do século XXI. In: **VIII Encontro Nacional sobre Migrações – ABEP**. Belo Horizonte: ABEP- GT Migração, 2013.

CASTELLS. Manuel. **Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTILHO, Cláudio. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – Impasse permanente da coexistência de interesses da cidade à acumulação de capital e da cidade à realização plena da vida humana. **Acta Geográfica**, v.5, n.10, Boa Vista, 2011. (p.95-113)

CASTRO, José Flávio Moraes. **História da Cartografia e Cartografia Sistemática**. 1.ed. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Editora Difel, 1985.

CLAVAL, Paul. Espace et Justice Sociale. **Espace Géographique**. v.7, n.4, p.303-306, 1978.

COBOS, Emilio; LÓPEZ, Lisett. Presente y futuro de las metrópoles de América Latina. **Caderno Metrôpoles**, n.18, 2007.

COMBES, Josette. The social exclusion: A preliminary approach. **5th Organisation for Economic Co-operation and Development Week**. Paris: OECD, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Bertrand, 1993.

CORREA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: Classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea e a Segregação Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano – Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012

COSTA, Ana Carolina Silva; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Revista da Universidade Humanas**. Brasília, v.5, n.2, 2008. (p.109-137)

COSTA, Carolina; RIBEIRO, Luiz César. Cor Status e Segregação Residencial em Belo Horizonte: Notas Exploratórias. In: **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: UFMG, 2004.

COSTA, Geraldo Magela; ARAÚJO, Carlos Eduardo Flores. A expressão socioeconômica da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (org.) **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. (p.35-46)

COSTA, Heloísa. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

COSTA, Heloisa; MENDONÇA, Jupira. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Fabricio; CARODOS, Adauto Lucio; COSTA, Heloisa; VAINER, Carlos. (Org.). **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. A cidade dividida: Da inclusão precária à territorialização perversa. In: **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Belo Horizonte, 2011.

CRESPO, Antônio; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**. v.1, n.2, São Paulo, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. Teoria da Urbanização para os Países Pobres: Elementos da Obra de Milton Santos. **Revista do Departamento de Geografia**, n.11, 1997.

DANGSCHAT, Jens. Space matters – Marginalization and its places. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.33, n.3, 2009. (p.835-840)

DAVIS, Mike. Entrevista. **Revista Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, n.12, 2008.

DAVIS, Mike. Estrada de Metal Pesado. In: ROLNIK, Raquel. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Mike. The Urbanization of Empire: Megacities and the laws of chaos. **Social Text** 81, v.22, n.4, 2004.

DEKA, Ankita. Local and Global Exclusion: Insights Using a Rights-based Approach. **Advances in Social Work**, v.13, n.2, 2012.

DELAUNAU, Daniel. **Relations entre la pauvreté, la migration et les mobilités: dimensions territorial et contextuelle**. Reunión de Expertos sobre Población y Pobreza en América Latina y el Caribe. Santiago do Chile: ONU/UNFPA, 2006.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEMO, Pedro. **Cidadania Menor - Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIDIER, Emmanuel. De l'«exclusion» à l'exclusion. In: **Politix**. v. 9, n.34, 1996.

DIKEÇ, Mustafa. L'espace, le politique et l'injustice. In: **Annals of the Conference Spatial Justice**, Paris, 2008. Disponível em: www.jssi.org

DINIZ, Alexandre. **Estatística Espacial**. (apostila de curso) IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2000.

DINIZ, Alexandre; ANDRADE, Luciana. O nível de integração dos municípios da RMBH. In: MENDONÇA, Jupira (org.) **As Transformações da Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Observatório das Metrôpoles, 2014.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DOEL, Marcus.; HUBBARD, Phil. Taking World Cities Literally: Marketing the City in a Global Space of Flows. In: **City**, v.6, n.3, 2002.

DOMINGUES, Gleyds Silva. Marginalidade e Exclusão Social: a mediação que busca superação. In: **VI EDUCERE - Congresso Nacional de Educação PUCPR**, 2006, Curitiba. VI EDUCERE Congresso Nacional de Educação PUCPR, 2006.

DUARTE, Cristovão. **Circulação e cidade: do movimento da forma à forma do movimento** (tese de doutorado). Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego Estado e o futuro do capitalismo**. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, Friederich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. Cartas sobre a concepção materialista da história. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, v.20, 2013.

FAINSTEIN, Susan. Justice, Politics and the Creation of Urban Space. In: MERRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik. **The Urbanization of Injustice**. London: Lawrence & Wishart, 1995.

FEITOSA, Flávia; REYES, Joshua; ZESK, Walter. Spatial patterns of residential segregation. In: **Brazilian Symposium on Geoinformatics**, Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Duval; CANETTIERI, Thiago. A RMBH no contexto da Transição demográfica. In: MENDONÇA, Jupira (org.) **As Transformações da Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Observatório das Metrôpoles, 2014.

FERNANDES, Nelson. Onde a cidade perde seu nome. In: SANTOS, Milton. BECKER, Bertha. (orgs.) **Território, territories: Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

FERRIER, Jean-Paul. Pour une théorie (géographique) de la métropolisation. **Dossier Métropolisation**. v.1, 2001.

FINELLI, Ramon; CANETTIERI, Thiago. Megaeventos e Gentrificação: Escusa para reestruturação urbana. **Copa em Discussão**, Curitiba, p. 4 - 6, v.28, dez. 2013.

FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. (Org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FJP, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional do Brasil – 2005: Municípios e Regiões Metropolitanas**. Belo Horizonte: FJP, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso - Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em dois de Dezembro de 1970**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo social**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2001.

FREUD, Sigmund. **A Decomposição da Personalidade Psíquica**. Obras Completas, v.XXII, São Paulo: Editora Contexto, 2004.

FREY, Klaus; DUARTE, Fábio. Auto-Segregação e a Gestão das Cidades. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v.5, n.9, 2006.

FURTADO, Bernardo; LIMA, Vicente; KRAUSE, Cleandro. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro por municípios (2010)**. IPEA (Nota Técnica), n.1, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GLASMEIR, Amy; FARRIGAN, Tracey. Landscapes of inequality: Spatial segregation, economic isolation and contingent residential locations. **Economic Geography**, v.83, n.3, 2007. (p.221-229)

GOLDANI, Ana Maria. Demografia da exclusão: Construção de uma agenda. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). **Demografia da Exclusão Social – Temas e Abordagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GOMES, Karla. **O Capital Incorporador como Agente Transformador da Configuração Urbana: O Caso de Águas Claras, Distrito Federal**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

GONZALES, Suely. A Renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. In: FARRET, Ricardo (org.) **O Espaço da Cidade: Contribuições à Análise Urbana**. São Paulo: Projetos, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 3 : Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GREGORY, Derek. Social Theory and Human Geography. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Human Geography: Society, Space and Social Science**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

GUATTARI, Félix. Fundamentos éticos-políticos da Interdisciplinaridade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.19, n.26, 1992.

GUERRA, Marlana Falcone. Novas configurações espaciais na metrópole fragmentada e segregada: Questionamentos sobre o modelo centro rico X periferia pobre. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, Berenice – Favelas em Belo Horizonte – Tendências e Desafios. **Análise & Conjuntura**, v.7, n.3, 1992.

GUZMÁN, Pilar Martín. General aspects about population and poverty. In: **International Conference on Trends and Problems of the World Population in the 21 Century**. Madrid, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: ROLNIK, Raquel. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013c.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anna Blumme, 2006.

HARVEY, David. **Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano: A transformação da administração urbana. In: **Espaço e Debates**, ano 16, nº39, 1996.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. Notes towards a theory of uneven geographical development. In: HARVEY, David. **Space of Neoliberalization**. Heidelberg: Franz Steiner, 2005. (p.55-93)

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004a.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, n.6, 1982.

HARVEY, David. On the History and Present Condition of Geography: An Historical-Geographical Materialist Manifesto. **The Professional Geographer**, v.36, n.1, 1984.

HARVEY, David. **Para Entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.

HARVEY, David. Sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, v.5, 2004b.

HARVEY, David. Social Justice, Postmodernism and the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.16, 1992 (p.588-601)

HARVEY, David. Space as key word. In: HARVEY, David. **Space of Neoliberalization**. Heidelberg: Franz Steiner, 2005. (p.93-119)

HARVEY, David. **Space of Capital: Towards a Critical Geography**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

HARVEY, David. The Environment of Justice. In: MERRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik. **The Urbanization of Injustice**. London: Lawrence & Wishart, 1995.

HARVEY, David. The right to the city. In: **New Left Review**, v.2, n.53, 2008.

HARVEY, David. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

HARVEY, David. Valores de uso, valores de troca e valores. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, v.20, 2013b.

HE, Shenjing; WU, Fulong; WEBSTER, Chris. Poverty Concentration and determinantes in China's urban low-income neighbourhoods and social groups. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.34, n.2, 2010. (p.328-349)

HESS, Rémi. La méthode d'Henri Lefebvre. **Multitudes**, n.8, 1991,

HOBBSAWN, Eric. **Era das Revoluções**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O curto século XXI**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

HOBSON, Jane. **New Towns, The Modernist Planning Project and Social Justice – The cases of Milton Keynes, UK and 6th October, Egypt**. Working Paper n. 108. London: University College London – Development Planning, 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (p.81-108)

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento – A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2001.

HOURI, Luciana. **Políticas de Produção de Moradias e Segregação Residencial em Belo Horizonte – 1986 a 2000**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte: PUC-MG, 2008.

IasiASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: ROLNIK, Raquel. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000: Agregado por setores censitários dos resultados do universo – 2ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Agregado por setores censitários dos resultados do universo – 1ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JAHAN, Ferdous; SHAHAN, Asif. **Social Exclusion in Access to Service in Bangladesh: Seeing through the lens of social norms and culture**. Center for Asian Social Studies. Bangladesh: CASS, 2008.

JAMENSON, Fredric. A Política da Utopia. In: SADER, Emir. **Contragolpes**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

JAMENSON, Fredric. **Representing Capital**. Nova York: Verso Books, 2011.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

KIMERLING, Jon. Dots maps vs. Choropleth maps with random dot area symbols. In: ArcGis Resources. 2008. Disponível em: <http://blogs-esri.com/esri/arcgis/2008/dot-maps-vs-choropleth-maps/>. Acessado em: 08/11/2013

KOWARICK, Lucio – Espoliação Urbana, Lutas Sociais e Cidadania: Fatias de nossa história recente. **Espaço & Debates**, n.40, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lucio. **O Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. The Rise of Megacities and the Urbanization of Informality, Exclusion and Violence. In: KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. (orgs.) **Megacities: The Politics of Urban Exclusion and Violence in the Global South**. London: Zed Books, 2009.

KURZ, Robert. A segunda bolha financeira: a bolha financeira imobiliária como adiamento da crise. **Krise und Kritik der Warengesellschaft**, v.28, 2003.

KURZ, Robert. Keynesianismo Neoliberal. **Exit! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadora**, v.19, 2009.

LACERDA, Alberto Franco; SANTOS, Clara. Avaliação da expansão urbana da RMBH utilizando imagens de satélite. **Revista Mundogeo**, v.12, n.15, São Paulo, 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Editora Papirus, 2009.

LANG, Robert. Edgeless Cities: Examining the noncentered metropolis. **Housing Policy Debate**, v.14, 2003, p.427-460.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às Cidades.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LEE, Everet. A Theory of Migration. **Demography**, v.1, n.3, p.47-57 1966

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Dissolving city, planetary Metamorphosis. **Society and Space**, v.32, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Le Matérialisme Dialectique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **State, Space, World: Selected Essays.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEGATES, Richard. Visualizing urbanization with GIS and data graphics. In: **Association of american geographers annual meeting.** Chicago, 2006.

LEITE, Ana Carolina; BOECHAT, Cassio; TOLEDO, Carlos; GIAVAROTTI, Daniel; KLUCK, Erick. **A Mobilidade Revisitada: Capital, Trabalho e Subjetivação.** In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte.** (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade de Minas Gerais, 2007.

LIBERATO, Rita; CANETTIERI, Thiago; GONÇALVES, Thiago. Exclusão e Expulsão na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina: UFMG, 2012.

LIMONAD, Ester; COSTA, Heloisa. Edgeless and eccentric cities or new peripheries? **Bulletin of Geography – Socio-economic Series**, n.24, 2014, p.117-134.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luiz. Contra a banalização do direito à cidade. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011.

LIPIETZ, Alain. **Le capital et son espace.** Paris: Économie et Socialisme, 1974.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo.** São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. Análise Marxista do Estado. **Espaços & Debates**, n.1, 1980.

LOJKINE, Jean. Existe uma Renda Fundiária Urbana? In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e Urbanismo Capitalista.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOMBARDI, Antonio. A Síndrome da Exclusão Social – As Origens os fatores de risco, os múltiplos sintomas biopsicossociais ao longo dos período do ciclo de vida e os fatores perpetuadores. (Tese de Doutorado) Faculdade de Medicina da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2009.

LOPES, Erika. **O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: Um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte.** (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2010.

LÖWY, Michael. A Cidade: Lugar estratégico do enfrentamento de classes. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, v.8, 2006.

LUKACS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

MACIEL, Ana Paula; BALTAZAR, Ana Paula. Família sem casa e casas sem família: O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Caderno Metrôpole**, v.13, n.26, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Beatriz; OLIVEIRA, Ana Maria. Desigualdade de Renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte à Luz do Contexto Brasileiro: Uma abordagem a partir de reflexões teóricas e linhas de pobreza. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Felipe Nunes; TONUCCI, João Bosco; SILVA, Harley. Valorização imobiliária e produção do espaço: Novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MARCUSE, Herbert. From Philosophy to Social Theory. In: MARCUSE, Herbert. **Reason and Revolution – Hegel's Philosophy and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1960.

MARCUSE, Peter. **Enclaves sim; guetos, não: A segregação e o Estado**. Espaço e Debates, v.24, n.45, 2004.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. É a Questão urbana, estúpido. In: ROLNIK, Raquel. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**, ano IV, nº4, 2009.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. V.17, n.48, 2003. (p.151-168)

MARTINELLI, Marcello. **Cartografia Temática**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

MARTINS, Sérgio. A metropolização em Belo Horizonte: apontamentos para uma pesquisa sobre a reprodução social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTINS, Sérgio. Poder, política, urbano e a caixa de Pandora. **Cidades** (Presidente Prudente), v.7, p. 79-120, 2009.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 e Esboços da crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 3. São Paulo: Abril, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Textos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MASSEY, Doren. Space/Power, Identity/Difference: Tensions in the city. In: MERRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik. **The Urbanization of Injustice**. London: Lawrence & Wishart, 1995.

MASSEY, Douglas; GROSS, Andrew; SHIBUYA, Kumiko. Migration, segregation and the geographic concentration of poverty. **American Sociological Review**, v.59, n.3, 1994. (p.425-445)

MATHIEU, Nicole. Les enjeux de l'approche géographique de l'exclusion sociale. **Économie Rurale**, n.242, 1997. (p.21-27)

MATOS, Ralfo. A Reprodução de periferias e dispersão dos emigrantes de Belo Horizonte. In: MATOS, Ralfo. (org.) **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2010. (pp.193-212)

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (orgs.). **Desigualdades, Redes e Espacialidades Emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. (p.12-44)

MATOS, Ralfo; LIMA; Cássio; BRAGA, Fernando. Dispersão demográfica nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **III Encontro Nacional sobre Migrações**, Campinas: ABEP, 2003.

MATOS, Ralfo; LOBO, Carlos Ferreira; STEFANI, João. Pobreza urbana e a dimensão sócioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte. In: **III Encontro Nacional sobre Migrações Internas**. Campinas : ABEP/UNICAMP, 2003.

MATOS, Ralfo; LOBO, Carlos; STEFANI, João; UMBELINO, Glauco. Pobreza urbana e dimensão sócioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte. In: MATOS, Ralfo. (org.) **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2010. (pp.213-231)

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de exclusão social: Elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil. In: **Revista Formação: Conceitos Geográficos**, n.11, v.1, 2004 (p.45-72)

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. Ponto de partida: A desigualdade social e a definição da política urbana. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. **Exclusão Social em Cidades Brasileiras: Um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. (p.11-32)

MENDES, Cesar. A Indústria do Solo, O Capital e a Verticalização. **Geosul**, n.16, 1993.

MENDONÇA, Jupira Gomes; PERPÉTUO, Ignez Helena. A metrópole Belo-Horizontina em expansão: Periferização da riqueza ou polarização social? In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (org.) **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. (p.21-34)

MENDONÇA, Jupira. Belo Horizonte: A Metrópole Segregada. In: MENDONÇA, Jupira; GODINHO, Maria Helena (orgs.). **População, Espaço e Gestão na Metrópole: Novas Configurações, Velhas Desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MENDONÇA, Jupira. Estrutura Sócioespacial da RMBH nos anos 2000: Há algo de novo? In: MENDONÇA, Jupira; ANDRADE, Luciana; FARIA, Carlos Aurélio (org.) **Metrópole, Território e Política – O Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas / Observatório das Metrópoles, 2008.

MENDONÇA, Jupira. Mobilidade residencial e dinâmica das transformações socioespaciais na metrópole belo-horizontina. **Cadernos Metrópole**, n.9, 2003.

MENDONÇA, Jupira. Mobilidade Residencial e Segregação Sócioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: UFMG, 2002.

MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. Dinâmica imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre; ANDRADE, Luciana. Transformações na ordem urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira (org.) **As Transformações da Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Observatório das Metrópoles, 2014.

MONTEIRO, João Carlos; ANDRADE, Julia. Porto Maravilha a contrapelo – disputas soterradas pelo grande projeto urbano. **e-metropolis**, n.8, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís. (Org.). **Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-PBH, 1994, p. 29-50.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e desconcentração econômica – A extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: **Anais do XXVII Encontro de Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís; ALMEIDA, Luis Felype. Renda fundiária e regulação imobiliária: dos aspectos teóricos à (quase) prática do Estatuto das Cidades. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Cidade partida: Segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos da Geografia**, v.13, n.33, Uberlândia, 2010. (p.1-10)

MOUFFE, Chantal. Democracy, Power and The Political – The Democratic Paradox. In: MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. O Que Quer o MTST? In: FERREIRA, João Sette. (org.). **Brasil em Jogo: O que fica da copa e das olimpíadas?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MUSSET, Alain (org.). **Ciudad, Sociedad, Justicia: Un Enfoque Espacial y Cultural**. Mar de Plata: EUEM, 2010.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócioespacial: Alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Ano VII, v.8, n.8, 2008. (p.129-153)

NUN, José. **Marginalidad y Exclusión Social**. México: Fundo de Cultura Económica, 2001.

OJIMA, Ricardo. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro. O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **GEOgraphia (UFF)**, v.10, p.46-56, 2008.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA, Eduardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: Dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.14, n.2, p.103 – 116, 2012.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Para Compreender o “Leviatã Urbano” – A Cidadania como Nexo Político-Territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano – Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Maria Coleta; PINTO, Luzia Guedes. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). **Demografia da exclusão social**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. (pp.13-24)

PACIONE, Michael. **Urban geography: a global perspective**. Londres: Routledge, 2001.

PAIVA, Maria Laura; GOLGHER, André. Pobreza e desigualdade de renda em Belo Horizonte: Uma análise para os setores de habitação. **Revista de Economia**, v.35, n.2, 2009.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, 2003.

PAULA, João Antônio de. O Urbano como projeto, como crise como promessa emancipatória. In: **Revista de Filosofia Síntese**, v.33, n.106, 2006.

PAULA, João Antônio. Novas periferias metropolitanas. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (org.) **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. (p.09-13)

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.) **Globalização: Território e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 2002. (p.182 – 190)

PDDI, UFMG/PUC-MINAS/UEMG. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: Região Metropolitana de Belo Horizonte**, 2011, v. 1. Disponível em: <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/documents/pddi/relatorio-final-cedeplar/pddi-rmbh-relatorio-final-volume-1.pdf>>. Acesso em: 22/10/2013

PICHÉ, Victor. Les fondements des théories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (org.) **Les Théories de la Migration – Textes fondamentaux**. Paris: Ined, 2012.

PLYUSHTEVA, Anna. The Right to the City and Struggles over Urban Citizenship: Exploring the Links. **Amsterdam Social Science**, v.1, n.3, 2009.

PROCTER, Ian. Algumas Teorias de Economia Política da Urbanização e Sugestões para um Quadro de Pesquisa. **Espaço & Debates**, n.11, 1984.

RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo. Segregação Social em Belo Horizonte: Comparação entre dois métodos de Fuzzy Clustering. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: UFMG, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidade e Capitalismo periférico: Em direção à experiência popular. **Revista Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, n.12, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando; WAHL, Joachim (orgs.). **Cidade, Democracia e Justiça Social**. Rio de Janeiro: Rosa Luxemburg Foundation, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e segmentação social: O “Efeito Vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Caderno Metrópole**, n.13, 2005. (p.47-70)

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. Democracia e Cidade: Divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Análise Social**, v.60, 2005. (p.87-109)

ROCHA, Sonia. Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil. **Parcerias Estratégicas (Brasília)**, v. 22, p. 11-38, 2006.

ROCHA, Sonia. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.27, n.2, 1997.

ROCHA, Sonia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: Opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (p.109-127)

ROCHA, Sonia. O Declínio Sustentado da Desigualdade de Renda no Brasil (1997-2010). **Economia (Brasília)**, v. 13, p. 629-645, 2012

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil – Algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, v.16, n.2, Belo Horizonte, 2008. (p.285-299)

RODRIGUES, Eduardo; SAMAGALHO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria Manuela; JANUÁRIO, Susana. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. n.9, Porto, 1999. (pp.63-99)

ROLNIK, Raquel. **Copa 2014 em Belo Horizonte: 2.600 famílias na rua?** In: Blog da Raquel Rolnik. 2013. Disponível em: www.raquelrolnik.wordpress.com/2013/08/copa2014-belo-horizonte. Acessado em: 13/10/2013.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, v.72, 2002.

ROLNIK, Raquel. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o ‘Minha Casa, Minha Vida’. In: **Blog da Raquel Rolnik**. 10/05/2012. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/> Acessado em: 23/09/2012.

ROLNIK, Raquel. **O Que é a Cidade?**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.

ROTH, Robert. Dot Density Maps. In: ROTH, Robert. **Mapping and Cartography**. Penn State University. Bellefonte: GeoVISTA Center, 2009.

ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subalter Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**.v.35.2, 2011.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Araújo Reis: O Progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SANCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, estratégias e escalas da ação política. **Revista de Sociologia Política**, n.16, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, César Ricardo. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: Uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **Cidades**, v.3, n.5, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A noção de espaço. In: SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. **Contexto Hucitec**, 1977. p. 31-44

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 e.d. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Thiago. Alguns aspectos da excludente formação do espaço metropolitano de Belo Horizonte: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital em Santa Luzia/MG. In: **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB**. Belo Horizonte: SIMPURB, 2011.

SARAVI, Gonzalo. Segregación urbana y espacio público. **Revista de la Cepal**, v.83, 2004.

SASSEN, Saskia. **The Global Cities: New York, London and Tokyo**. New Jersey: Princenton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. The Global City: Strategic site and New frontier. In: **Seminar**, n.503, 2001.

SCHMIDT, Benício. A Politização do Espaço Urbano no Brasil. **Espaços & Debates**, n.5, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Carlos. O Capital Incorporador e a Segregação Social do Espaço Urbano. **Boletim Goiano de Geografia**, v.12, n.1, 1992.

SILVA, Érica Tavares. Dinâmica populacional e migrações nas regiões metropolitanas nos anos 2000. In: RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonçalves; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (Orgs.). **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, José Borzacchiello. O Mercado de Trabalho e a Cidade Brasileira. In: VALENÇA, Márcio Moraes. (org.) **Cidade Ilegal**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2008.

SILVA, Oséias. O mercado de terras urbanas: algumas questões para o debate. **Geonordeste (UFS)**, v. XX, p. 123-134, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Metrópoles do Terceiro Mundo: Da História ao Método, do Método à História. In: SILVA, Catia; CAMPOS, Andreilino. **Metrópoles em Mutação**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SLATER, David. Capitalismo e Urbanização na periferia – Problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. **Espaços & Debates**, n.23, 1988.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do urbano. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.21, 2007.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city**. New York: Routledge, 2005.

SMITH, Susan. Urban Geography in a changing world. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Human Geography: Society, Space and Social Science**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

SMOLKA, Martin. **A Formação dos preços da terra: Fundamentos econômicos e implicações ao planejamento urbano**. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

SMOLKA, Martin. O Capital Incorporador e seus Movimentos de Valorização. **Cadernos PUR/UFRJ**, v.2, n.1, 1987.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SOJA, Edward. **Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.

SOJA, Edward. The city and spatial justice. In: **Annals of the Conference Spatial Justice**, Paris, 2008. Disponível em: www.jssj.org

SORAGGI, Ana Carolina Maria. **A Ampliação do Mercado da Moradia e a Expansão do Espaço Metropolitano Periférico: Um estudo sobre a produção de moradia para o “segmento econômico” em Juatuba/MG**. (Dissertação de Mestrado). Escola de Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA, Charles. A Contribuição de Henri Lefebvre para a Reflexão do Espaço Urbano da Amazônia. **Confins Online**, n.5, 2009.

SOUZA, José Moreira de; TEIXEIRA, João Gabriel. Desigualdade sócioespacial e migração intra-urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991. In: **Anais do XXI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: ANPOCS, 1997.

SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves**. (Tese de Doutorado) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2008.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: A mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90. **Seminário de Economia Mineira de Diamantina**, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. Cidades, globalização e determinismo econômico. **Cidades**, v. 3, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. Semântica Urbana e Segregação: Disputa Simbólica e Embates Políticos na Cidade “Empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea e a Segregação Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, v. 10, 2006.

SOUZA, Renata Guimarães Vieira. **A Expansão Urbana da RMBH e suas Implicações para a Redistribuição Espacial da População: o caso do município de Nova Lima**. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2005.

TODMAN, Lynn. **Reflections on Social Exclusion**. Working Paper of Department of Sociology and Social Research of University of Milan. Milan: DSSR, 2004.

TONUCCI, João Bosco. A Explosão da Metrópole e o Setor Imobiliário sob a Urbanização Extensiva: Apontamentos a partir da Região Metropolitana de Belo

Horizonte. In: **Anais do X Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas: Editora UFGD / ENANPEGE, 2013.

TONUCCI, João Bosco. Belo Horizonte – Da cidade planejada à metrópole segregada. **Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbana e Regional**. Florianópolis: ANPUR, 2009.

TONUCCI, João Bosco; ÁVILA, Jorge Luis. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina: UFMG - XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008.

TOPALOV, Christian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

TOPALOV, Christian. **La Urbanizacion Capitalista**. Cidade do México: Ed. Edico, 1979.

TOPALOV, Christian. **Les Aventures de Mots dans le Ville**. Paris: PUF, 2013.

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. **Pobreza e Espaço: Padrões de segregação em São Paulo**. V.17, n.48, 2003. (p.1-33)

TOURAINÉ, Alain. Face à exclusão. **Plúrima. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense**, volume 2. Porto Alegre: Síntese, 1999. (p. 9-15)

UN-Habitat, United Nations Human Settlements Programme. **The Challeneg of Slums: Global Report on Human Settlement**. London: Earthscan Publications, 2003.

URRY, John. **Mobilities**. London: Polity, 2007.

VAINER, Carlos. Pátria Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.105, 2003.

VARGAS, Guilherme. O conceito de renda da terra e sua aplicabilidade nas análises sobre a atuação do estado na produção do espaço urbano. In: **XII SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte: SIMPURB, 2011.

VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade Contemporânea e a Segregação – Introdução. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea e a Segregação Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VAUGHAN, Laura. The spatial syntax of urban segregation. **Progress in Planning**, v.67, 2007. (p.205-294)

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade urbana: Desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, n.36, Salvador, 2003. (p.79-114)

VIEIRA, Alexandre Bergamin; FURINI, Luciano Antonio; NUNES, Marcelo; LIBÓRIO, Renata Maria. Exclusão Social: A formação de um conceito. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. **Exclusão Social em Cidades Brasileiras: Um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. (p.33-57)

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-Urbano**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber sobre Habitação**. São Paulo: Editora Global, 1986.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza. In: **XXXIV Encontro da Associação Nacional de Pesquisas Econômicas**. Salvador: ANPEC, 2006.

VOLOCHKO, Danilo. Sociedade Urbana e Urbanização da Sociedade: Elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. In: **Revista Cidades**, v.5, n.8, p.2008.

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

WARD, Peter; GILBERT, Alan. Housing, **The State and The Poor: Policy and Practice in Three Latin American Cities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ZIZEK, Slavoj. **Em Defesa das Causas Perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. **A Visão em Paralaxe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Architectural Parallax; Spandrels and Other Phenomena of Class puggle. in: **Lacan ink**. 2009. Disponível em: <http://www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/architectural-parallax/> Acessado em: 10/08/2014.

ZIZEK, Slavoj. **Bem Vindo ao Deserto do Real!** São Paulo: Boitempo, 2003.

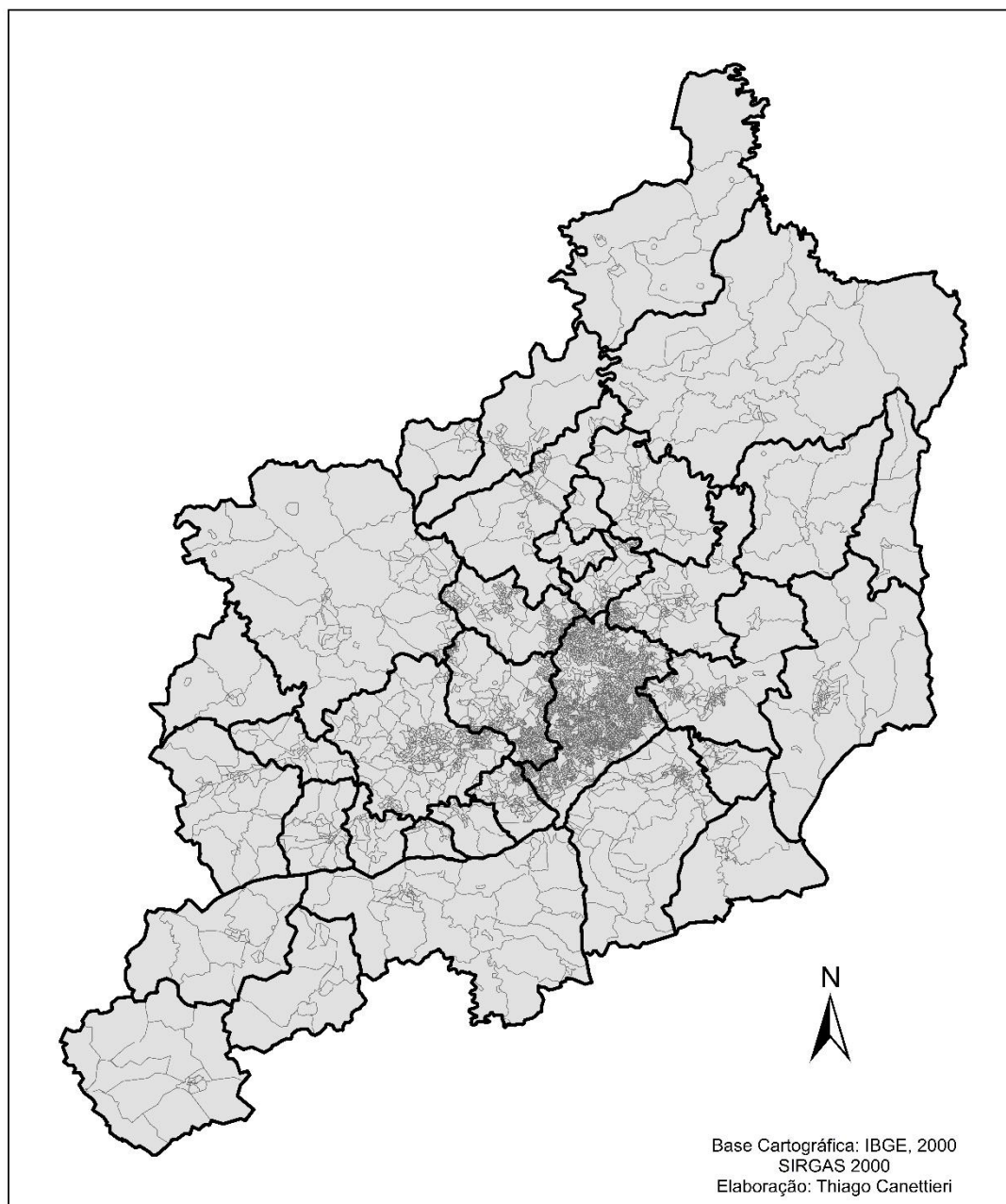
ZIZEK, Slavoj. **Notes on Ideology**. In: Lacan.com. 2008. Disponível em: <http://www.lacan.com/zizwhiteriot.html>. Acessado em: 24/05/2013

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

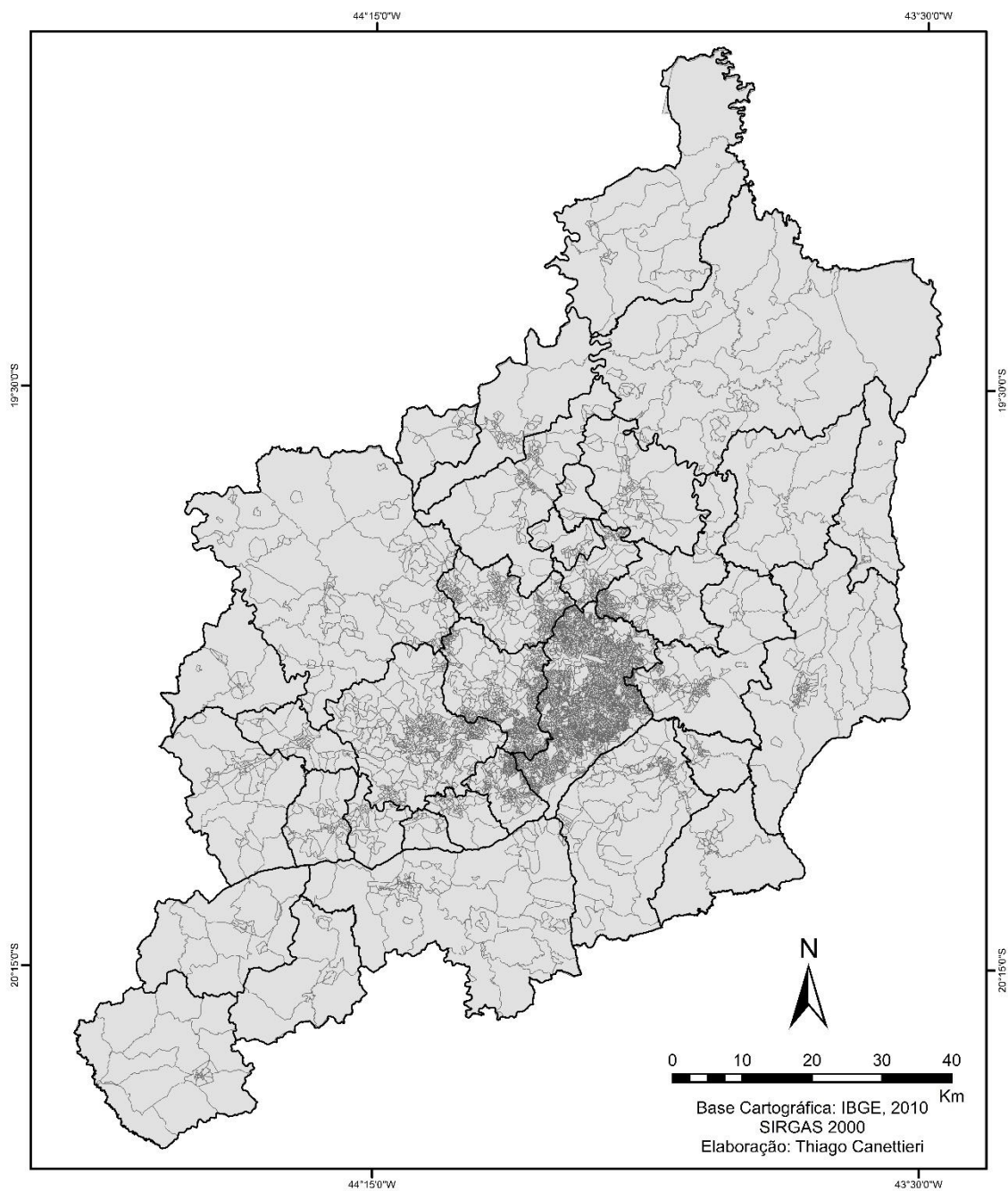
ZIZEK, Slavoj. Risk-taking Revolutionary. PARK, Yong-June (org.) **Demanding the Impossible**. London: Polity, 2013.

ZIZEK, Slavoj. The Structure of Domination Today: A Lacanian View. in: **Studies Eastern European Thought**. No. 56, p. 383-403, 2004.

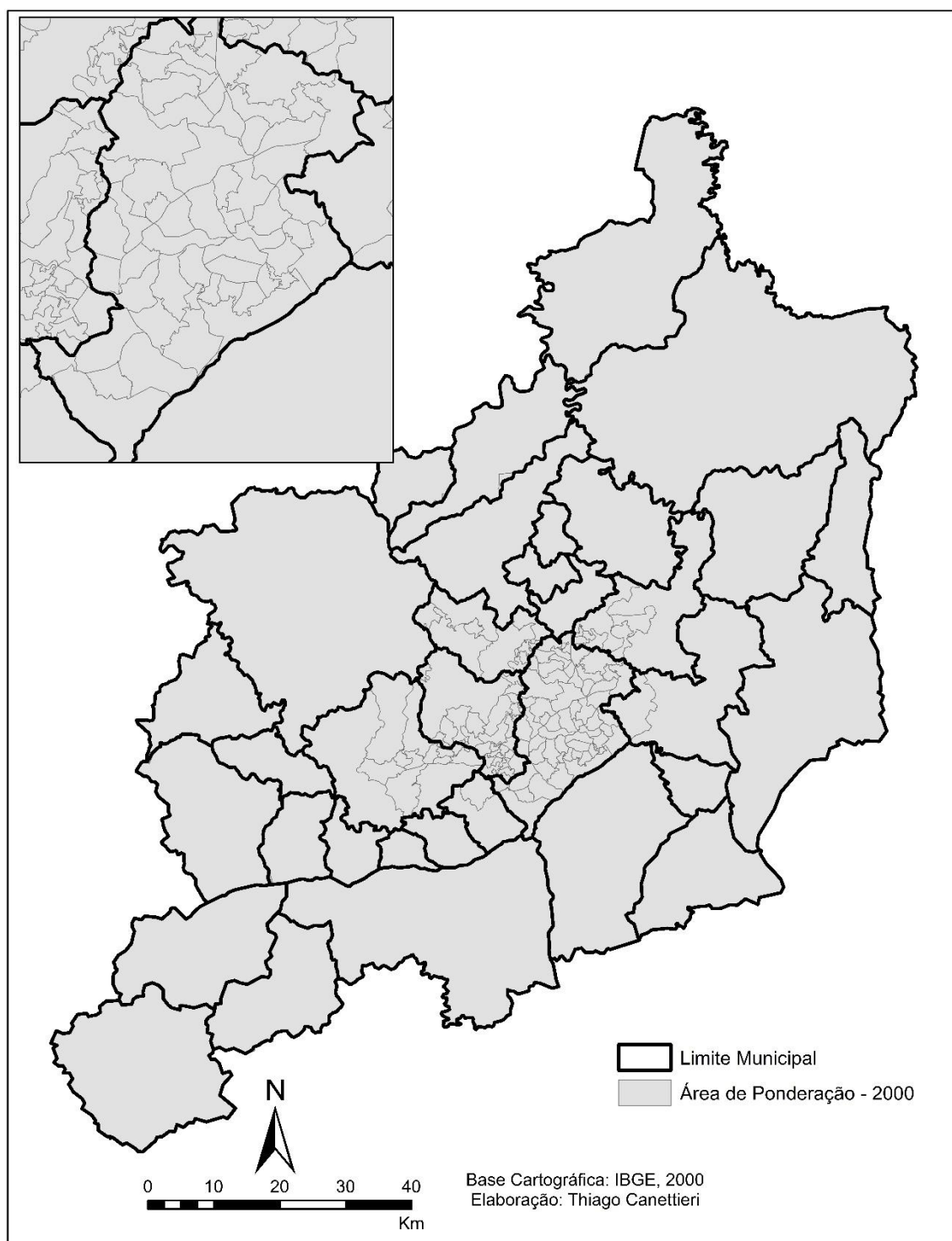
ANEXO A1: MAPA DOS SETORES CENSITÁRIOS DE 2000



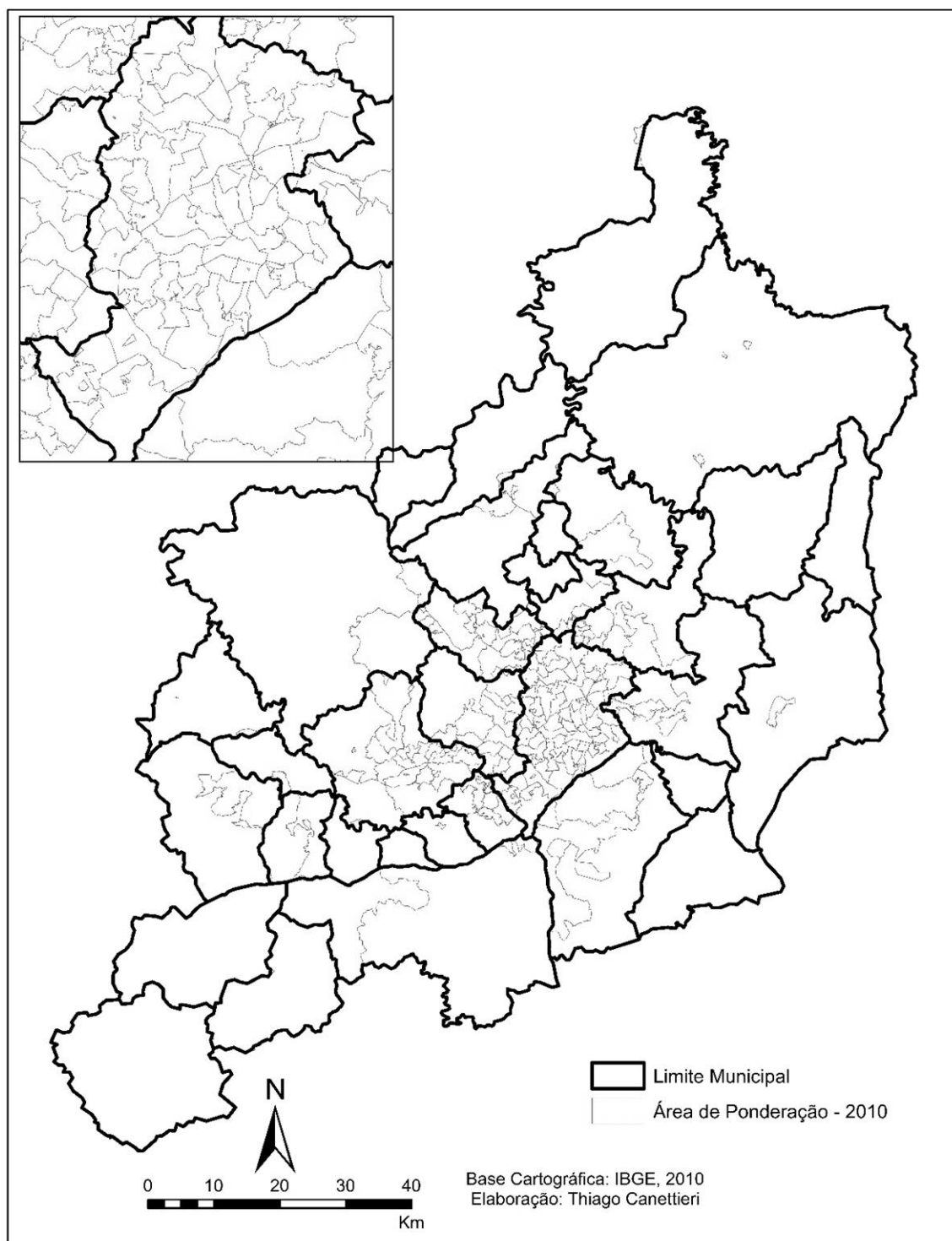
ANEXO A2: Mapa dos Setores Censitários de 2010



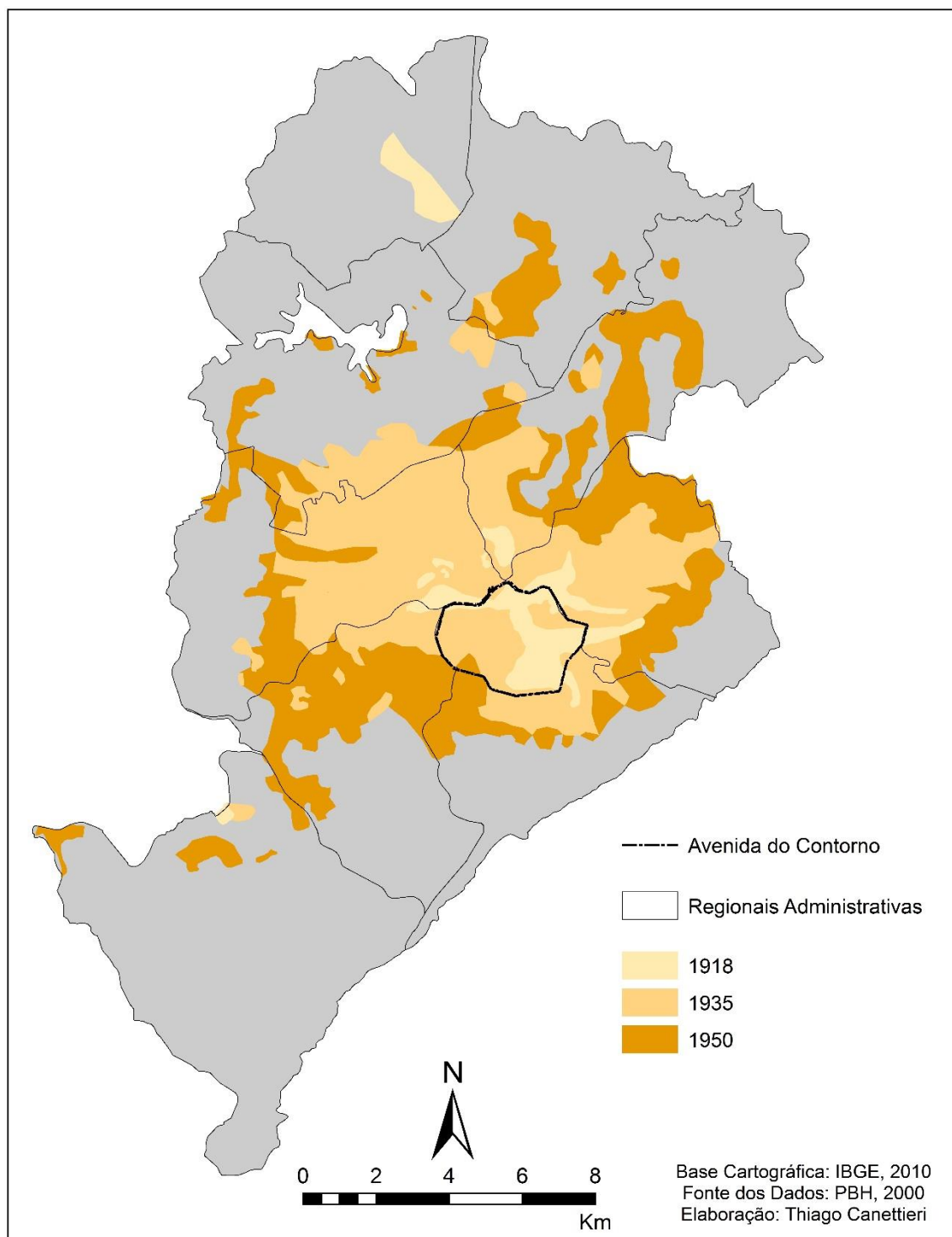
ANEXO B1: Mapa das áreas de ponderação de 2000



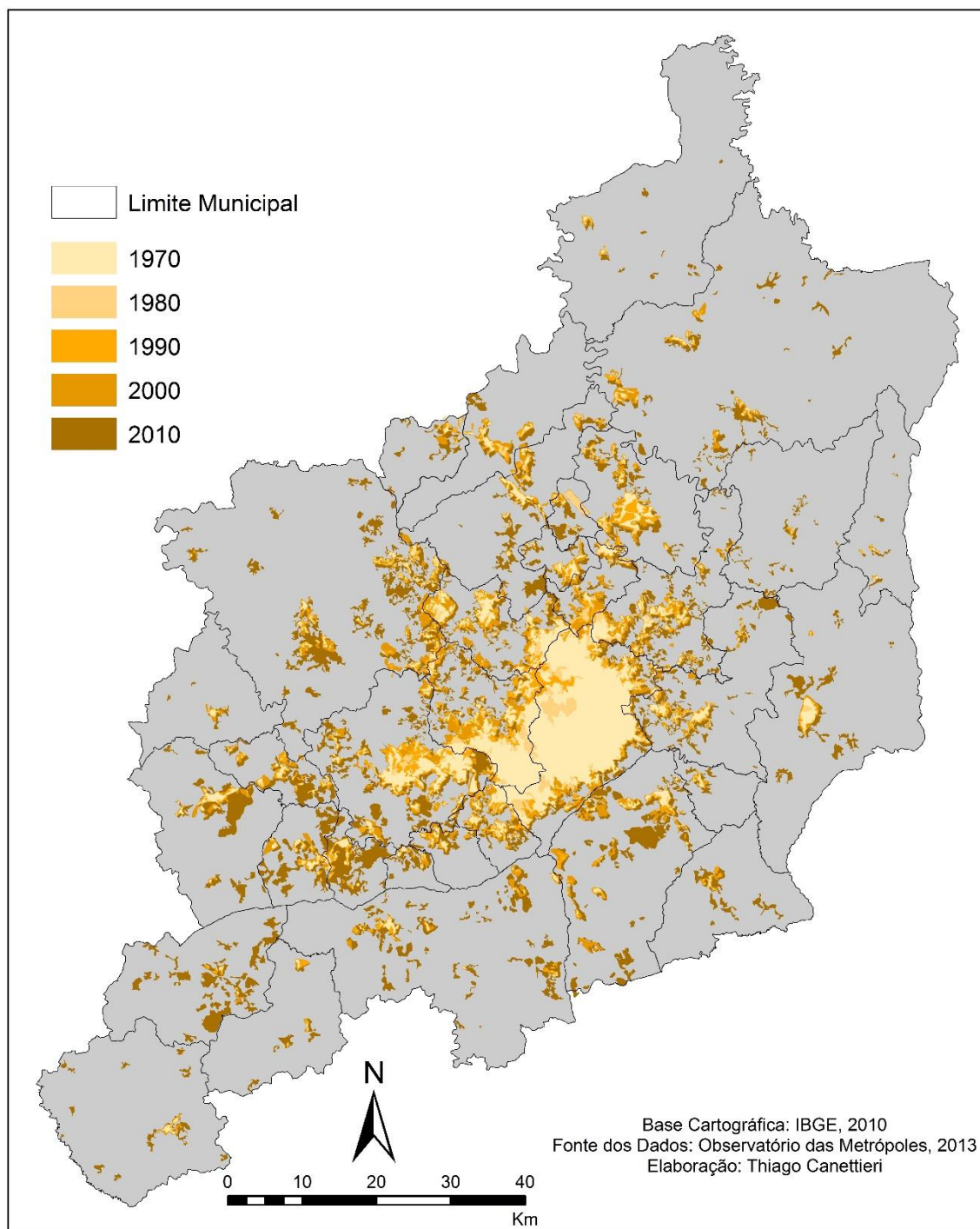
ANEXO B2: Mapa das áreas de ponderação de 2010



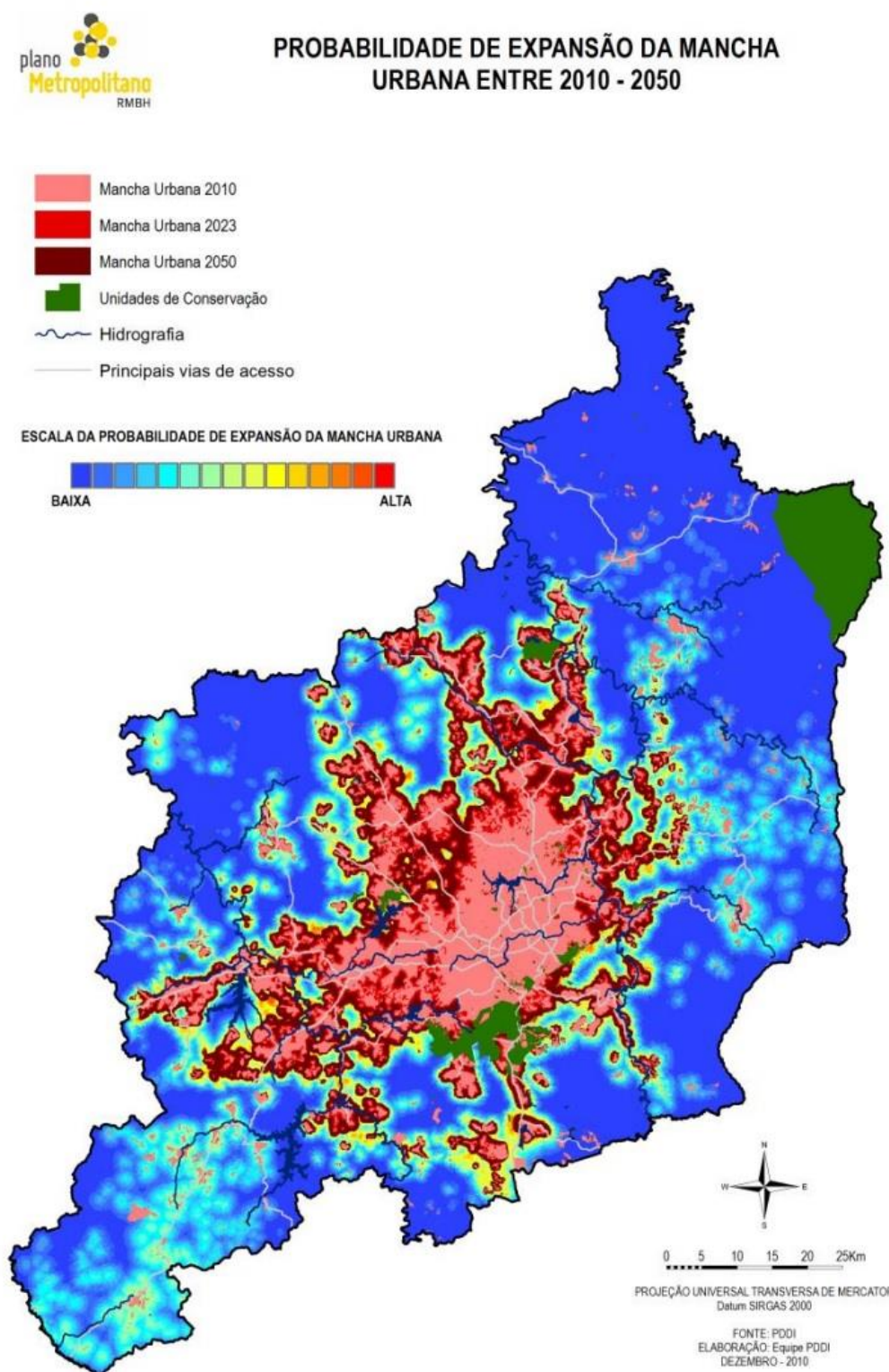
ANEXO C: Mapa da Mancha Urbana de BH (1918-1950)



ANEXO D: Mapa da Mancha Urbana da RMBH (1970-2010)



ANEXO E: Mapa com Projeção da Expansão da Mancha Urbana da RMBH



ANEXO F: Mapa da Operação Urbana Consorciada em Belo Horizonte

